

ISSN 0103-4979

Salvador, v. 30, n. 79, p. 1-204

Jan./Abr. 2017

publicação quadrimestral

Caderno CRH

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades



Caderno CRH é uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH centro de pesquisas em ciências sociais, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Este periódico está classificado no Qualis-Capes - base 2013, no Estrato A1.
Portal de periódicos da Capes - www.periodicos.capes.gov.br

Indexação/Indexed in: Redalyc, Sociological Abstracts (ProQuest), CLASE - Citas Latinoamericanas en Sociologia y Economía, Oasis.br, SciELO-Brasil, Scopus, CLACSO, IRESIE, Google Acadêmico, IBICT Oásis.br

Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA.
n.1 (1987) - Salvador, UFBA, 2017.

Quadrimestral
ISSN 0103-4979

1. Trabalho 2. Morte no trabalho 3. Imigrante no Brasil 4. Ocupações de imóveis
I. Universidade Federal da Bahia II. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA
CDU: 3(05)

REITOR UFBA:

João Carlos Salles

DIRETOR FFCH:

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

COORDENAÇÃO CRH:

Alvino Oliveira Sanches Filho

EDITOR CIENTÍFICO:

Iracema Brandão Guimarães

COEDITOR CIENTÍFICO:

Cristiana Mercuri, Jair Batista da Silva

EDITORES DE RESENHA:

Graça Druck, Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE:

Dadá Marques

SECRETARIA EXECUTIVA:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

A coordenação editorial do Dossiê desse número é de responsabilidade de *Iracema Brandão Guimarães*

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

CONSELHO EDITORIAL:

Afrânio Garcia (EHESS-FR), Alda Britto da Motta (UFBA-BA), Beatriz Heredia (UFRJ-RJ), Benício Viero Schmidt (UnB-DF), Carlos Benedito Martins (UnB-DF), César Barreira (UFCE-CE), Claudia Fonseca (UFRGS-RS), Emilio Horacio Taddei (UBA-CONICET-AR), Francisco de Oliveira (USP-SP), Helena Hirata (CNRS-FR), Ilse Scherer-Warren (UFSC-SC), Jacob Carlos Lima (UFSCar-SP), José Crisóstomo de Souza (UFBA-BA), José Ricardo Ramalho (UFRJ-RJ), José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS-RS), Júlia Silva Guivant (UFSC-SC), Lia Zanotta Machado (UnB-DF), Lícia Valladares (Univ. Lille-FR/URBANDATA), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ-RJ), Renato Boschi (IUPERJ-RJ), Sérgio Azevedo (UENF-RJ), Silke Weber (UFPE-PE), Vanda Sá Barreto (CEAO/UFBA), Vera da Silva Telles (USP-SP)

EDIÇÃO

PROJETO E COORDENAÇÃO GRÁFICA:

Dadá Marques

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:

Letícia Oliveira, Keite Birne de Lira

REVISÃO DE LINGUAGEM:

Ana Maria de Carvalho Luz

TRADUÇÃO DE RESUMOS:

Noili Demaman - Inglês

Patricia Chantal Marie Spielmann - Francês

CAPA:

Ilustração (sem título) de *Pindaro Castelo Branco*, publicada no Calendário BRASIL/ARTES - 1980, editado pela Colorama Propaganda Fototécnica e Artes Gráficas Ltda - Rio de Janeiro.

A revista conta com o corpo de funcionários do CRH/UFBA, nas suas diversas áreas de competências.

Aceita-se permuta / *Exchanges desired*

Tiragem: 500 exemplares

Circulação: Abril 2017

Correspondência e Assinatura:

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/FFCH/UFBA

Editoria "*Caderno CRH*"

Estrada de São Lázaro, 197 - Federação

40.210-730 Salvador - Bahia - Brasil

Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851

www.cadernocrh.ufba.br

www.scielo.br/ccrh

revcrh@ufba.br

A impressão da presente revista foi viabilizada com recursos oriundos de acordo judicial firmado nos autos do processo n. 0001357-38.2014.5.20.0003, em que o Ministério Público do Trabalho em Sergipe litigou contra a empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda.



Programa de Apoio



Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES



- Adriane Vieira Ferrarini* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais UNISINOS, Coordenadora do *Núcleo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa*, desenvolvendo pesquisas na área de economia solidária, inovação social, combate à pobreza, política pública. Publicações recentes: *O ethos da inovação social: implicações ético-políticas para o estudo de práticas produzidas em diferentes ambientes*. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, p. 447-466, 2016; *Théorie de l'entreprise sociale et pluralisme: L'entreprise sociale de type solidaire*. Revue Interventions Économiques, v. 54, p. 1-14, 2016; *A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária no Rio Grande do Sul: avanços políticos e desafios pedagógicos*. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 51, p. 212-221, 2015.
- Aline Suelen Pires* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora adjunta do Departamento de Sociologia na UFSCar. É participante do Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades, na UFSCar, e do grupo *Contradições do Trabalho no Brasil Atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação*, na Universidade de Campinas. Desenvolve pesquisas na área de Sociologia do Trabalho, principalmente nos temas: flexibilização do trabalho, cooperativismo e economia solidária, trabalho dos profissionais de Tecnologia da Informação.
- Ângela Borges* Doutora em Ciências Sociais. Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador - UCSal. Coordenadora do GT População e Trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Consultora *ad hoc* de vários periódicos brasileiros. CoEditora do Cadernos do CEAS - Revista crítica de humanidades. Integra as equipes do projeto Metrôpoles na atualidade brasileira: A Região Metropolitana de Salvador (PRONEX/FAPESB/CNPQ) e a rede de pesquisadores congregados no Observatório das Metrôpoles incluído no Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia INCT/ CNPQ/FAPERJ/Observatório das Metrôpoles. Tem experiência na área de Sociologia do Trabalho, com diversos trabalhos publicados sobre a temática do mercado de trabalho; juventude e trabalho, trabalho nas regiões metropolitanas; trabalho e segregação urbana. Publicações recentes: *Jovens em mercados de trabalho em mudança: indicações a partir da trajetória de dois grupos geracionais*. Última década, v. 24, p. 195-225, n. 2016; *Brasil: aonde chegaremos?*. Cadernos do CEAS, v. 237, p. 187-195, n. 2016; *Os novos horizontes de exploração do trabalho, de precariedade e de desproteção*. Cadernos do CEAS, v. 239, p. 713-741, n. 2016.
- Cândida da Costa* Doutora em Ciências Sociais. Pós-Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora do Núcleo Interuniversitário sobre o Trabalho e do Grupo De Estudos, Pesquisa E Extensão Sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas, desenvolvendo pesquisas na área de: mundo do trabalho, movimentos sociais, sindicalismo, reforma do estado e direitos humanos. Publicações recentes: *Trabalho e experiências emancipatórias: economia solidária e construção de direitos com os trabalhadores e as populações tradicionais*. 1. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2015. v. 1. 424p.; *Observatório criança: acompanhando a situação dos direitos da criança e do adolescente no Maranhão de 2006 a 2010*. 1. ed. São Luís: CEDCA:CDMP, 2014. 236p.; *Superexploração do trabalho e direitos humanos*. Praia Vermelha (UFRJ), v. 25, p. 141-157, 2015.

- Edna Castro* Doutora em Sociologia. Professora Associada IV da UFPA/NAEA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM). Tem experiência na área de Sociologia, adotando uma perspectiva da teoria crítica e interdisciplinar, com ênfase em sociologia do desenvolvimento, do trabalho, política e urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento, políticas públicas, estudos urbanos, trabalho, populações tradicionais e meio ambiente. Publicações recentes: *Políticas, mediações e territórios*: interpretação sobre o 'urbano-rural' na Amazônia. *Aposta*: revista de ciencias sociales, v. 71, p. 209-258, 2016; *As monoculturas e a sustentabilidade*: análises de três Regiões do Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, v. 6, p. 228, 2015; *O olhar de Benedito Nunes sobre a obra de Eidorfe Moreira*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, v. 10, p. 605-625, 2015.
- Inaiá Carvalho* Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH da UFBA. Integra o Núcleo de Pesquisa do Observatório das Metrôpoles, como coordenadora do Núcleo Regional de Salvador, desenvolvendo pesquisas na área de Estudos Urbanos. Publicações recentes: *Dinâmica de uma metrópole periférica*: Salvador no Século XXI. In: *Transformações Metropolitanas no Século XXI*. Salvador, EDUFBA, 2016; *Estrutura social e organização social do território na Região Metropolitana de Salvador*. In: *Salvador Transformações na Ordem Urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2014; *A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho*. In: *Salvador: Transformações na Ordem Urbana*. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2014; *Capital imobiliário e desenvolvimento urbano*. Salvador, Caderno CRH, v. 26, p. 545-561, 2013.
- Iracema B Guimarães* Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (1994-1996 e 2005-2007). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Humanidades/CRH, desenvolvendo pesquisas na área de Sociologia do Trabalho, Estudos Urbanos, Estudos de Gênero, Família, Reprodução Social. Publicações mais recentes: *Dinâmica urbana e contextos de periferização* – tendências e cenários sociais locais. In: Gledhill; J. Hita, MG; Perelman, M. (org.) *Disputas em Torno do Espaço Urbano*, Edufba, 2017; *Consequências de uma expansão periférica e seus efeitos sobre a população juvenil*. 861X CEAS. *Revista crítica de humanidades*, v. 235, p. 23-44, 2015; *Periferias e territórios sob efeitos conjugados da precarização*. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 14, p. 87-102, 2011.
- Jacob Carlos Lima* Doutor em Sociologia. Pós-doutor no Department of Urban Studies and Development do Massachusetts Institute of Technology (EUA-2001). Atua em pesquisas nas áreas de Sociologia do Trabalho e Sociologia Econômica, destacando-se nas seguintes temáticas: reestruturação produtiva, reespecialização da produção; trabalho flexível; trabalho informal; empreendedorismo; redes sociais e mercados de trabalho urbanos; trabalho informacional; cooperativas de trabalho e economia solidária; culturas do trabalho e mobilidades.
- Jaime Alfaro* Doctor em Ciencias Sociales y de la Educación. Profesor del Departamento de Psicología Universidad del Desarrollo. Director del Centro de Estudio en Bienestar y Convivencia Social (CEBCS) de la Facultad de Psicología de la Universidad del Desarrollo. Su trabajo de investigación aborda temáticas de Psicología Comunitaria, así como Bienestar Subjetivo en infancia y adolescencia. Publicó entre otros textos: *Psicología comunitaria y políticas sociales*: reflexiones y experiencias. Buenos Aires: Paidós (2012); *Influences of subjective well-being in chilean children*. En J. Castellá Sarriera & L. M. Bedin (Eds.), *Psychosocial Wellbeing of Children and Adolescents in Latin America. Evidence-bases Interventions*. Springer (2017).

- Livia de Cássia Godoi Moraes* Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), subprojeto de Ciências Sociais. Desenvolve pesquisas na área de Sociologia do Trabalho, Educação e Economia Política. Publicações recentes: *Imbricações entre terceirização e financeirização no Brasil*: um debate acerca do Projeto de Lei da Terceirização” (livro de Edvânia Lourenço (Org.); *Saúde do trabalhador e da trabalhadora e Serviço Social*, pela editora Papel Social, 2016); *O tripé vilipendiador do trabalho: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização*” (livro de Vera Navarro e Edvânia Lourenço (Orgs); *O avesso do trabalho IV*, pela editora Outras Expressões, 2017, em co-autoria com Caio Antunes, Hugo Silva e Joana Freitas.
- Luiz Gaiger* Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS. Integra o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa – *EcoSol*, desenvolvendo pesquisas na área de economia solidária, empresas sociais e alternativas econômicas. Publicações recentes: *Solidariedade e ação coletiva. Trajetórias e experiências*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2017; *A descoberta dos vínculos sociais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.
- Marcia de Paula Leite* Doutora em Sociologia. Professora dos Programas de Pós Graduação em Educação e em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenadora do *Grupo de Pesquisa* do CNPQ “Contradições do trabalho no Brasil Atual” desenvolvendo pesquisas na área de Mercado de Trabalho, Terceirização, Flexibilização, cooperativismo. Publicações recentes: *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo, Annablume, 2015. ISBN: 978-8-539-10615-8, 402p.; Organizadora do Dossier: *Políticas laborales en América del Sur, siglo XXI*. Coordenadoras: Consuelo Iranzo, Marcia Leite y Cecilia Senen. Revista Cuadernos del Cendes. n. 89. v. 32, terceira época, mayo-agosto 2015. Ed. CENDES/CLACSO. Versão digital ISSN: 2443-468X. Versão impressa ISSN: 1012-2508. Redigiu a introdução juntamente com Consuelo Iranzo e Cecilia Senen; *Trabalho e desigualdades no Brasil: desafios e contradições do atual modelo de desenvolvimento*, IdeAs [En ligne], 5 | Printemps/Été 2015, mis en ligne le 29 mai 2015, consulté le 18 juin 2015. URL: <http://ideas.revues.org/923>.
- María Pía Martin* Doctora em Políticas Públicas. Profesora del Departamento de Ingeniería Industrial de la Universidad de Chile. Directora de Estudios de Caso em el Magister de Gestión y Políticas Públicas de la Universidad de Chile. Miembro del Centro de Sistemas Públicos. Editora de la Revista Estudios de Políticas Públicas. Ha publicado y trabajado en temas relacionados con los Sistemas de Protección Social, Formulación de Políticas Públicas y Gestión Pública. Ha publicado, entre otros: *Change or continuity of social protection policies in Chile in Center-Left and Center-Right Governments*. Revista CLAD Reforma y Democracia (2016); *Process and opportunities for knowledge transfer from community psychology to public policy*. Universitas Psychologica (2015).
- Marília Verissimo Veronese* Doutora em Psicologia Social. Professora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Integra o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa – *EcoSol*, desenvolvendo pesquisas na área de economia solidária, autogestão e alternativas econômicas. Publicações recentes: *Risco invisível: trabalho e subjetividade no setor elétrico*. Psicologia & Sociedade, 29: e131134; *Associativismo entre catadores de material reciclável urbano*. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, p. 213-236, 2016; *Théorie de l'entreprise sociale et pluralisme: L'entreprise sociale de type solidaire*. Revue Interventions économiques, v. 54, p. 1-14-14, 2016.

- Patrícia Villen* Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e Pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade Estadual de Campinas. Integra o Núcleo de Pesquisa Estudos sobre o mundo do trabalho e suas metamorfoses (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp), desenvolvendo pesquisas na área de migrações internacionais, trabalho e racismo. Publicações recentes: *O trabalho forçadamente indocumentado e institucionalmente silenciado: a imigração dos “periféricos emergenciais” para o Brasil*. Revista da ABET, 2016; *Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho*. Lutas Sociais, 2015; *O estigma da ameaça ao emprego pelos “periféricos na periferia”*: crise e imigração no Brasil. Rua, 2015.
- Pilar Carvalho Guimarães* Mestre em Educação e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Educadora social e comunicadora, com experiência nas áreas de gênero, sexualidades, combate às desigualdades, mídias livres e educação popular
- Raífran Abidimar de Castro* Doutorando em Desenvolvimentos Sustentável do Trópico Úmido na UFPA. Mestre em Geografia. Professor de Geografia do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas “Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade – AB’Saber”. Publicações recentes: *Os reassentamentos involuntários em programas de urbanização e de saneamento: os casos PROMABEN, PROSAMIM e PROBACANGA*, revista URBE (Curitiba/PR), 2016; *As monoculturas e a sustentabilidade: análises de três regiões do Brasil*”, revista Sustentabilidade em Debate (Brasília/DF), 2015.
- Sandra Roberta Alves Silva* Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/SP). Trabalha com a temática relacionada à precariedade das condições de trabalho no Setor de Vestuário e participa dos Grupos de Pesquisa do CNPQ “Contradições do trabalho no Brasil Atual - UNICAMP” e “Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas” UFCCG/PB. Publicações recentes: *Diálogo social: mulheres costurando direitos* Pesquisa sobre as costureiras de facção do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. 1. ed. Santa Cruz do Capibaribe, 2015. v. 1. ISBN: 978-85-61813-14-7, 84p.; *Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo à Pernambuco*. RESGATE Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 20, p. 2535, 2013. ISSN:2178-3284
- Thiago Aparecido Trindade* Doutor em Ciências Sociais. Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), onde coordena a linha de pesquisa Democracia e Ativismo Político e desenvolve pesquisas sobre movimentos sociais. Publicações recentes: *Protesto e democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade*”. 2017. *Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade*. Lua Nova, n. 87, p. 139-165, 2012. *Curso de direito: leituras essenciais*”, 2015, em coautoria com Edi Aparecido Trindade e Oscar Mellim Filho
- Wellington Maciel* Doutor em sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integra o *Laboratório de Pesquisa Conflitualidade e Violência (COVIO/Uece)*, desenvolvendo pesquisas na área de sociologia e antropologia urbanas. Publicações recentes: *As barracas de praia e a ‘civilização’ do lazer: espaço urbano, poder e sociabilidade na Praia do Futuro*”. In: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, Ufc, v. 45, n.1, 2014, p.187-219; *O imaginário social da fundação de Fortaleza: fatos, marcos e personagens*”. In: O Público e o Privado. Fortaleza: Uece, n.21, jan./jun. de 2013, p.167-183

09	TRABALHO: novos e velhos contextos - INTRODUÇÃO Iracema B. Guimarães
13	NAS ASAS DO CAPITAL: EMBRAER, financeirização e implicações sobre os trabalhadores Lívia de Cássia Godoi Moraes
33	A FACE QUALIFICADA-ESPECIALIZADA DO TRABALHO IMIGRANTE NO BRASIL: temporalidade e flexibilidade Patrícia Villen
51	O TRABALHO NA CONFECÇÃO EM SÃO PAULO: as novas formas da precariedade Marcia de Paula Leite, Sandra Roberta Alves Silva, Pilar Carvalho Guimarães
69	FÁBRICAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES: os dilemas da gestão coletiva do trabalho Aline Suelen Pires, Jacob Carlos Lima
89	SOBRE A DIVERSIDADE DE FORMATOS E ATORES SOCIAIS NO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA Marília Verissimo Veronese, Luiz Inácio Gaiger, Adriane Vieira Ferrarini
105	MORTE POR EXAUSTÃO NO TRABALHO Cândida da Costa
121	REVISITANDO OS EFEITOS DE LUGAR: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira Ângela Borges, Inaiá Carvalho
137	POLÍTICAS DE BIENESTAR EN CONTEXTOS NEOLIBERALES: tensiones del modelo chileno María Pía Martin, Jaime Alfaro
157	O QUE SIGNIFICAM AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS EM ÁREAS CENTRAIS? Thiago Aparecido Trindade
175	OS RITOS EMPRESARIAIS NA RELAÇÃO COM COMUNIDADES RURAIS DA AMAZÔNIA MARANHENSE Raifran Abidimar de Castro, Edna Castro
189	USOS DE UMA CIDADE DA LIBERDADE: estudantes africanos em Redenção Wellington Maciel
203	TABLE OF CONTENTS
204	TABLE DES MATIÈRES

INTRODUÇÃO

*Iracema B. Guimarães**

Os temas relacionados ao mundo do trabalho, expressão aqui utilizada no sentido de universo do trabalho, merecem, mais uma vez, ser contemplados neste espaço de divulgação da produção científica e técnica, ao tempo em que seus impasses e dilemas se encontram no centro das preocupações e manifestações de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Em decorrência das transformações que vêm sendo introduzidas em uma configuração já bastante instável, reforça-se o argumento de que o mercado de trabalho no Brasil “nunca foi muito estruturado, uma vez que o desenvolvimento da economia, mesmo recebendo amplo apoio estatal, não foi acompanhado de esforço análogo do poder público para estruturar melhor a compra e venda, o uso e a remuneração da força de trabalho” (Baltar, 2010). Desse modo, mesmo se considerando os ganhos alcançados, torna-se importante dar continuidade aos debates direcionados para as mudanças

relativas à ocupação da população em idade ativa, diante dos rígidos ajustes gerados pela reestruturação produtiva em curso no Brasil há mais de três décadas,¹ período no qual o nível de ocupação oscilou, manteve-se relativamente estável e voltou a declinar recentemente, passando de 57,1% (2012), para 56,9% (2013) e, finalmente, 54,7 (primeiro trimestre de 2016) e 53,1 (no mesmo período em 2017).²

Desde períodos anteriores de franca instabilidade, uma parte desse amplo conjunto de pessoas ocupadas vem sendo obrigada a desenvolver estratégias, ou a recorrer a conhecidas soluções que continuam acionadas nos ciclos de expansão do capital e priorizam: flexibilização no uso da força de trabalho, restrições de acesso aos postos estáveis e interrupções em um processo que caminhava a passos lentos, contribuindo para um aprofundamento

¹ De um modo geral, admite-se que o primeiro país a incorporar com sucesso as mudanças atribuídas à reestruturação produtiva, a partir da década de 1970, foi o Japão, através de um modelo que ficou conhecido como toyotismo. No Brasil e na maioria dos demais países, esse sistema consolidou-se a partir da década de 1980.

² Refere-se ao total das pessoas trabalhando, entre aquelas em idade de trabalhar, calculadas segundo as estimativas apoiadas na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, Pnad Contínua – IBGE.

* Universidade Federal da Bahia. Faculdade Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidade -CRH
Estrada de São Lázaro, 19. Cep. 40.210-730. Federação – Salvador – Bahia – Brasil. iracema.brandao60@gmail.com

das desigualdades entre o segmento estável e os demais segmentos do mercado de trabalho.

Praticamente, quase nada autoriza a se falar em novos tempos, mas sim na importância de se buscarem melhores conhecimentos sobre a realidade atual, apontando-se as ausências e perdas na relação entre Estado, economia e sociedade, como vem sendo mostrado nos inúmeros estudos existentes sobre o mundo do trabalho, mesmo quando interpretados sob diferentes conotações.

Desse modo, o relativo aumento do funcionamento internacionalizado de determinados setores produtivos, financeiros e de serviços pode ser visto sob ângulos diferentes mas, de fato, coexiste com os outros (nem sempre novos) espaços de reorganização do trabalho que não são separáveis dos complexos processos presentes nos primeiros – conduzindo a deslocamentos dos trabalhadores em busca de trabalho, ao enfrentamento do desemprego, ao rebaixamento de condições laborais e de direitos, e à contratação flexível, em decorrência de uma adesão geral aos modelos de empresa ou instituição flexível, enxuta, e fluida (Bihl, 1998), ainda que dissociados de uma política de empregos.

Reunindo diferentes contextos desse complexo cenário, apresentamos aqui um conjunto de artigos que sinalizam para alguns desses aspectos tanto gerais como mais específicos, do funcionamento de um mercado de trabalho cujo relativo declínio no seu nível de ocupação não encobre uma significativa vitalidade e revela, de algum modo, uma realidade de muita luta de trabalhadores ou batalhadores, ainda que coexistindo com extremas desigualdades sociais que continuam sendo um marco em nossa sociedade.

Inicialmente, reportamo-nos a Oliveira (2003, p. 40/41), que mostrou como o Estado operou continuamente através de ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema econômico, (Volta Redonda e Petróbras), e, mais tarde, já na década de 1990, o Brasil adentrou de forma incisiva no contexto da

mundialização do capital, no qual o processo de privatização das empresas estatais foi acelerado. No primeiro artigo aqui apresentado, Nas asas do capital: Embraer, financeirização e implicações sobre os trabalhadores, de autoria de Livia de Cássia Godói Moraes, focaliza-se o caso da Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (EMBRAER), demonstrando como, no período de sua privatização, houve uma transformação em seus objetivos, associados à dominação do capital financeiro, com progressivos ciclos de reestruturação e ondas de demissões de trabalhadores, cuja análise permite oferecer uma interessante discussão sobre os “voos” do capital na forma de capital financeiro e fictício.

O artigo seguinte, A face qualificada-especializada do trabalho imigrante no Brasil: temporalidade e flexibilidade, de autoria de Patrícia Villen, focaliza o atual regime de contratação internacional de força de trabalho dentro do circuito legalizado de migração, considerando que ele se insere em uma discussão sobre um “mercado global dos recursos humanos qualificados”, que ganha expressão através da intensificação da mobilidade internacional da força trabalho com perfil qualificado-especializado, compreendida como parte da relação de assalariamento e do atual grau de internacionalização dos processos produtivos e financeiros. Através de um regime legal da imigração e de aberturas a barreiras seletivas, a autora aponta os estudos que investigam os fatores de precarização envolvidos nessa organização internacionalmente móvel de força de trabalho, para focalizar duas categorias singulares: a que se denomina como “os marítimos globais”, e aquela mais reconhecida como “os médicos cubanos”.

O artigo O trabalho na confecção em São Paulo: as novas formas da precariedade, de autoria de Márcia de Paula Leite, Sandra Roberta Alves Silva, e Pilar Carvalho Guimarães, nos apresenta a outra face do trabalho imigrante, estabelecendo, também, a relação entre a imigração internacional e a intensificação dos fluxos de capital, que, por sua vez, se inserem

em uma hierarquia urbana internacional situada no contexto da globalização e das crises econômicas e políticas. O trabalho demonstra como elas contribuem para impulsionar fluxos migratórios de massa nos países que perderam o jogo do desenvolvimento, como o caso dos migrantes bolivianos, que atuam no setor de confecções, em São Paulo, através de processos de terceirização e muitas vezes de maneira informal e ilegal.

Já no artigo seguinte, Fábricas recuperadas pelos trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho, de autoria de Jacob Carlos Lima, e Aline Suelen Pires, analisam-se os casos reconhecidos de fábricas recuperadas, entendendo que, mesmo não tendo uma participação significativa no conjunto da economia do país, assim como no conjunto dos empreendimentos da economia solidária, elas apresentam a singularidade de preservar uma significativa importância simbólica, na medida em que tais empresas são frutos de resistência coletiva dos trabalhadores na busca por alternativas econômicas ou manutenção de postos de trabalho. Esse artigo apresenta um contexto mais geral do cooperativismo, situando um processo que resultou do aumento do desemprego e da reestruturação produtiva, implicando restrições ao trabalho assalariado e conduzindo, entre outras soluções, a essas experiências de “fábricas recuperadas”, que representavam soluções para os trabalhadores dispensados.

Dialogando com a situação discutida acima, o artigo “Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária”, de autoria de Luiz Inácio Germany Gaiger, Marília Veríssimo Veronese e Adriane Vieira Ferrarini, trata dos vários formatos jurídicos da economia solidária, buscando não caracterizá-la, de início, como forma de organização do trabalho (emprego), mas apresentando uma análise mais ampla considerando-a como forma de organização das várias atividades econômicas – associação, cooperativa, grupo informal e outros. Ele demonstra como

a diversidade cultural na constituição desses empreendimentos é bem maior do que costuma ser, considerado, predominantemente, em termos de cooperativismo urbano ou rural, a exemplo de um grupo quilombola, uma associação de pescadores artesanais, ou uma cooperativa urbana integrada à economia das grandes cidades, apresentando uma interessante discussão sobre a importância da dimensão cultural desses empreendimentos.

No artigo seguinte, Morte por exaustão no trabalho, de Cândida da Costa, focaliza-se o processo de trabalho desenvolvido no setor sucroalcooleiro no interior do Estado de São Paulo, caracterizado por intensa produtividade e competitividade, resultante da inserção brasileira no agronegócio internacional. O artigo também focaliza o deslocamento interregional do trabalho migrante brasileiro, destacando a condição dos usineiros, de produção por metas, marcadas pela superexploração dos trabalhadores, o que se caracteriza por fatores como pagamento por produção, ausência de limites, jornada de trabalho de dez horas diárias e altas metas de produção, além de deficiência na intermediação e fiscalização das relações de trabalho. Essas questões são analisadas diante da quase inexistência de estudos que comprovem a relação entre as mortes e a exaustão por sobre-esforço no trabalho, mas argumentando-se que tal relação tem sido levantada por pesquisadores, pela Relatoria Nacional do Direito Humano ao Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho da 15ª Região de São Paulo e por vários meios de comunicação, o que levou ao desenvolvimento de pesquisa no período de 2004 a 2014, cujo ponto de partida foi constituído por entrevistas com trabalhadores diretamente nas frentes de trabalho nos canaviais, abrangendo denúncias sobre mortes, pelo Serviço da Pastoral do Migrante de Ribeirão Preto (Guariba) e outras instituições.

Por fim, o artigo Revisitando os efeitos de lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira, de autoria de Ângela Maria de Carvalho Borges e Inaiá

Maria Moreira de Carvalho, aborda aspectos relacionados à dinâmica mais ampla das cidades, considerando que são influenciadas negativamente pela distribuição dos estabelecimentos comerciais e de serviços e as oportunidades de emprego e de obtenção de renda, com vistas a focalizar a crescente distância espacial entre os locais de residência e os de trabalho, estudo e acesso aos diversos serviços por parte de grande maioria da população. Tendo como cenário a cidade de Salvador, as autoras discutem os obstáculos à integração produtiva, especialmente de grupos com atributos menos valorizados no mercado de trabalho, focalizando o perfil e a condição ocupacional dos trabalhadores de acordo com o seu local de residência, e observando que a vulnerabilidade desses contingentes tende a ser acentuada pelo “efeito território”, conceito apoiado em literatura da sociologia urbana.

De um ponto de vista metodológico, o conjunto de trabalhos pode ser caracterizado, de modo amplo, como estudos de caso, e, em alguns deles, garante-se a memória de momentos culminantes de certos processos que envol-

vem o grande capital e grandes empregadores de força de trabalho, como os casos da Embraer da Petrobrás e de Programas de Emprego, ou ainda os casos das fábricas recuperadas, e do setor sucroalcooleiro. Outra característica que vale a pena destacar, em alguns dos trabalhos, é a coautoria de alguns pesquisadores mais reconhecidos com aqueles que ingressam na cena acadêmico-científica em tempos variados.

Recebido para publicação em 25 de janeiro de 2017
Aceito em 30 de janeiro de 2017

REFERÊNCIAS

- BALTAR, Paulo. Emprego, políticas de emprego e política econômica do Brasil. Documento de Trabalho n.2. Escritório da Organização Internacional do Trabalho, 1ª edição, 2010.
- BIHR, Alain. A Fragmentação do proletariado, In: *Da grande noite à alternativa, o movimento operário em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- IBGE. PNAD http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_novos_indicadores.shtm
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. Ed. Boitempo, 2003.

NAS ASAS DO CAPITAL: EMBRAER, financeirização e implicações sobre os trabalhadores¹

Lívia de Cássia Godoi Moraes*

O objeto de análise deste artigo é o processo de crescente financeirização na empresa líder em aeronáutica no Brasil, a EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A, hoje, apenas EMBRAER S.A –, e os impactos sobre seus trabalhadores diretos e indiretos. A EMBRAER é a terceira maior produtora de aviões comerciais do mundo, cujo patamar de concorrência a faz primar por tendências organizacionais hegemônicas em âmbito mundial. A investigação, centrada em análise de conteúdo, a partir de documentos oficiais e pesquisas científicas até então publicadas, constatou quatro principais momentos de imbricação entre capital produtivo e capital fictício desde a sua privatização, em 1994, até o ano de 2012, quando se encerra a pesquisa: 1) a partir da década de 1990, quando a empresa foi privatizada; 2) de forma mais determinante, no início dos anos 2000, com a produção de aviões comerciais da família EMBRAER 170/190; 3) com a posterior pulverização de capitais, em 2006; e, por fim, 4) na mudança de razão social para fins de ampliação de áreas de atuação da empresa, em 2010. O contexto em que se dão tais mudanças é o de mundialização do capital e prevalência de acumulação fictícia de capital, com fortes impactos sobre intensificação do uso da força de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Financeirização. Trabalho. EMBRAER. Reestruturação Produtiva. Exploração.

INTRODUÇÃO

Pretende-se apresentar as formas como se tem dado, na prática concreta, o processo de financeirização em uma empresa brasileira de elevada importância nacional, a EMBRAER S/A, ou seja, as mudanças organizacionais e tecnológicas que a acompanham, e, principalmente, como esse processo impacta os trabalhadores diretos e indiretos da empresa.

Desde a década de 1970, está em curso o que Mézáros (2010, p. 69-70) denomina crise estrutural do capital. As principais justificati-

vas desse filósofo húngaro para considerá-la uma crise estrutural são o seu *caráter universal*, seu alcance *global*, sua escala de tempo *contínua* – se não permanente –, e, por fim, seu modo *rastejante* de se desdobrar. Com isso, o estudioso afirma que não se trata de uma crise conjuntural ou local. Há uma grande dificuldade de o capital alcançar as taxas de lucro do período pós-Segunda Guerra Mundial.

Uma das tentativas mais presentes nessas últimas quatro décadas de resposta contratendencial à queda da taxa de lucro que se apresenta é o “investimento financeiro”. Dessa forma, via especulação, o capital fictício ganha importância. A resposta via financeirização não se restringe às empresas. No âmbito da política, ou melhor, dos Estados em geral, ocorreu um processo de desregulamentação financeira – que não deixa de ser uma espécie de nova regulamentação.

O desenvolvimento de tecnologia informática aliada à internet dá respaldo à aceleração das trocas, compras e vendas entre empresas que estão, geograficamente, do lado oposto do planeta, em transações de segundos, senão imediatas. A comunicação e o transporte

* Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Política Social.

Av. Fernando Ferrari, 514. Cep: 29075-910. Vitória – Espírito Santo – Brasil. Secretaria Unificada dos Programas de Pós-Graduação do CCJE - SUPG Anexo I. liviamoraes@outlook.com

¹ Este artigo tem por intuito apresentar os resultados principais da tese de doutoramento da autora, cujo título é “Pulverização de capital e intensificação do trabalho: o caso da EMBRAER”, defendida em 2013. Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, realizado em Campinas, na UNICAMP, em setembro de 2015. O presente artigo conta com importantes contribuições dos integrantes do “Grupo de Estudos sobre Dinheiro Mundial e Financeirização”, sob a coordenação do Professor Doutor Paulo Nakatani.

alcançaram um patamar ótimo para a livre mobilidade do capital.

Foi a partir da expressão mais aparente dessa crise, em 2008, na chamada crise financeira, que sentimos a necessidade de nos debruçarmos sobre essa temática a partir da particularidade de uma empresa nacional. Dito de outra maneira: resolvemos investigar a particularidade de uma empresa brasileira, disposta na periferia da divisão internacional do trabalho, diante de um movimento mais universal, de crise estrutural do capital e de financeirização como resposta contratendencial a essa crise.

A pesquisa se desenvolveu no âmbito do doutoramento da autora, entre os anos de 2008 e 2012, com a apresentação dos resultados e defesa de tese em 2013.² A hipótese desenvolvida foi a de que o processo de financeirização estava fortemente imbricado ao processo produtivo, com consequentes impactos sobre o processo de trabalho e sobre a condição de trabalho na EMBRAER. Tal hipótese se confirmou com o processo de investigação alicerçado em análise documental de relatórios da empresa e de diversas outras publicações por ela fornecidas, além de documentos e pesquisas com resultados apresentados nos formatos de monografias, dissertações, teses, artigos científicos e livros, além de reportagens sobre a EMBRAER. Trata-se, portanto, de uma análise que une elementos quantitativos e qualitativos.

Avançar para a essência do processo de financeirização³ para explicar que dinheiro não gera dinheiro “assim como a pereira produz peras”, parafraseando Karl Marx, significava superar a aparência, assimilar o complexo contraditório das relações de produção e circulação

² Doutoramento desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob a orientação do Prof. Dr. Jesus Ranieri.

³ O primeiro a cunhar o termo “financeirização”, no sentido de dominância financeira, foi Braga (1985, apud PRADO, 2014). A nossa leitura, assim como nas publicações de Carcanholo, Nakatani e Sabadini, é no sentido de uma dominância financeira, em se analisando o processo global do ciclo do capital, como particularidades de um processo universal. Como bem explica Prado (2014), dominância financeira não é sinônimo de absolutização da lógica financeira.

do capitalismo, e entender que a autonomia da esfera financeira não é senão relativa.

Em nossa investigação, constatamos que quatro momentos se destacaram como saltos na relação entre financeirização, produção e trabalhadores, com algumas fortes implicações negativas sobre esses últimos, tais como terceirizações, desemprego e intensificação de trabalho. São eles: a) a privatização da empresa em 1994 e a produção de aviões ERJ-145;⁴ b) a oferta pública global de capitais e produção da família de aviões EMBRAER 170/190,⁵ a partir de 2000/2001; c) a reestruturação de capitais e a entrada da EMBRAER no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, em 2006; e d) a nova razão social da empresa, EMBRAER S/A, em 2010, e a diversificação de seu objeto social.

Na conformação do artigo, faremos a exposição em seis seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresentaremos a EMBRAER em seu contexto histórico de construção. Em seguida, caracterizaremos os quatro momentos relatados acima, acompanhados de explanação sobre as mudanças organizacionais e tecnológicas e de que forma elas atingem os trabalhadores. E, por fim, avançaremos para as considerações finais do artigo.

DUAS DÉCADAS DE TURBULÊNCIA: do nascimento à privatização

A EMBRAER S.A. é a única empresa aeronáutica fora dos países centrais a se posicionar entre as “líderes globais”, ocupando a oitava posição entre as maiores fabricantes de aeronaves e a terceira maior fabricante de aviões comerciais do mundo, atrás apenas da estadunidense Boeing e da europeia Airbus. No ano de 2012, ao final da pesquisa, a empresa possuía 17.970 assalariados, US\$ 12,4 bilhões de pedidos firmes em carteira, R\$ 8.284 milhões de receita líquida e R\$ 444 milhões de

⁴ A família de aviões do ERJ é constituída por aeronaves com 37 a 50 assentos.

⁵ Jatos de 70 a 122 assentos.

lucro líquido. Atuava em cinco continentes e detinha, no mercado, 723.665.044 ações ordinárias⁶ distribuídas entre a Bolsa de Valores de Nova York e a Bolsa de Valores de São Paulo.⁷ Trata-se, portanto, de uma empresa economicamente expressiva em âmbito internacional, embora pouco pesquisada por estudiosos da Sociologia do Trabalho no Brasil.⁸

A EMBRAER nasceu na década de 1970, quando o mercado ainda era bastante regulado, e garantiu sua existência através do Estado, que financiou a produção e comprou uma grande quantidade de aeronaves quando do seu surgimento. O fim do período militar no Brasil e as políticas de cunho neoliberal acarretaram em um período de crise na empresa no final da década de 1980 e início da década de 1990.

A EMBRAER foi criada sob o regime militar, ou seja, quando o governo brasileiro desenhava seu projeto contrarrevolucionário (Fernandes, 2005), caracterizado pelo uso da violência militar para impedir qualquer revolução democrática brasileira.⁹ Tal período ficou conhecido como “milagre econômico”. Uma leitura aprofundada explícita que não há “milagre” algum no fato de que o crescimento econômico se assente no recrudescimento político sob a tutela do grande capital – burguesia nacional, burguesia estrangeira e capital estatal nas mãos dos militares –, cuja política central foi a do decréscimo salarial e da superexploração da classe trabalhadora da cidade e

⁶ Ações ordinárias são aquelas que concedem direito de voto nas assembleias deliberativas da companhia.

⁷ Atualizando os dados a partir do último relatório publicado: ao final de 2014, a EMBRAER tinha mais de 19 mil assalariados, US\$ 20,9 bilhões de pedidos firmes em carteira, R\$ 14.936 milhões de receita líquida e R\$ 796 milhões de lucro líquido. Nesse período, a EMBRAER possuía 740.465.044 ações ordinárias distribuídas entre a Bolsa de Valores de Nova York e a Bolsa de Valores de São Paulo.

⁸ Destacamos a tese de doutorado de Roberto Bernardes, que resultou no livro *Embraer: eles entre Estado e mercado*, em 2000, e a dissertação de mestrado de Zil Miranda, que culminou no livro *O voo da Embraer*, em 2007, ambas da Sociologia da USP (Universidade de São Paulo).

⁹ É importante destacar que pensamos esse período como *ditadura civil-militar*, dado que as burguesias têm importante participação nas decisões políticas e econômicas naquele momento. A Comissão Nacional da Verdade apurou que houve colaboração de mais de 80 empresas na ditadura militar brasileira, conforme aponta reportagem de *El País* de 08 de setembro de 2014.

do campo (IANNI, 1981).

O êxito da fundação da EMBRAER se deve, majoritariamente, aos grandes benefícios que a fração burguesa militar deteve com o período da ditadura, de modo a expandir o complexo industrial-militar. Por outro lado, a crise e o fim do período autocrático burguês trouxeram uma série de problemas para a empresa.

É importante ressaltar que a EMBRAER já nasceu como uma empresa de economia mista, em cuja estrutura societária a União detinha, no mínimo, 51% do capital votante, os quais deveriam ficar sob o controle do governo por meio do Ministério da Aeronáutica. Portanto, o laço com as finanças aparece desde o início de sua constituição, na medida em que até 49% do capital conformavam papéis na forma de ações.¹⁰ Tal especificidade não está descolada do contexto internacional, dada a crise estrutural do capital da década de 1970, a qual tem relação direta com o fato de que a queda tendencial da taxa de lucro fez com que muitos capitalistas reinvestissem seus lucros na esfera financeira relativamente à esfera produtiva.¹¹

A crise da EMBRAER se agravou com a produção do CBA-123 Vector, uma aeronave que deveria ser produzida em parceria com a Fábrica Militar de Aviones (FMA), de Córdoba, na Argentina. Com intuito de financiamento rápido, a EMBRAER efetuou o lançamento de US\$ 85 milhões de debêntures¹² (Sandroni, 2008, p. 121) conversíveis em ações, segundo dados do Tribunal de Contas da União (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 1994, s. p.). Entretanto, do lado argentino, as obrigações fi-

¹⁰ Pessoas jurídicas poderiam investir anualmente até 1% do imposto de renda devido em ações da empresa, sem direito a voto, e deduzi-lo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Essa foi uma forma de capitalizar a empresa mediante investimentos privados, por exemplo (Bernardes, 2000a, p. 161).

¹¹ Ver mais sobre a crise de 1970 em Chesnais (1996), Mandel (1990) e Mészáros (2009, 2010).

¹² Debênture é qualquer “título mobiliário que garante ao comprador uma renda fixa, ao contrário das ações, cuja renda é variável. O portador de uma debênture é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um dos proprietários dela. As debêntures têm como garantia todo o patrimônio da empresa. Já as *debêntures conversíveis* são aquelas que podem ser convertidas em ações, segundo condições estabelecidas previamente”.

nanceiras não foram cumpridas, dificultando o pagamento dos juros comprometidos com as ações negociadas no mercado financeiro.

Enquanto, nacionalmente, a eleição de Fernando Collor de Mello significou a introdução efetiva da agenda neoliberal, internacionalmente, uma nova crise no setor aeronáutico despontava com a ideia de terrorismo, desde que Saddam Hussein foi acusado de organizar a invasão militar do Iraque sobre o Kuwait em 1990.

Uma das práticas que acompanham o ideário neoliberal é a privatização, aliada ao discurso de que as empresas estatais são ineficazes. A crise interna à EMBRAER, conectada com o fato de que, por ser estatal, não poderia receber recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),¹³ redundou no impulso para sua privatização, ocorrida em 1994.

Desse modo, ratificamos que o tripé financeirização, reestruturação produtiva e ideologia neoliberal estão intimamente conectados ao objetivo de o capital reverter a queda tendencial da taxa de lucro¹⁴ e de criar novas condições de exploração da força de trabalho.

Tendo apresentado um breve panorama histórico da EMBRAER desde a sua fundação até a privatização no início da década de noventa – como empresa aeronáutica instalada em país periférico e, portanto, tendo determinações reais e concretas específicas dessa condição –, passamos, a partir de agora, a analisar o contexto pós-privatização, acentuando os quatro momentos que elencamos como mais relevantes no avanço da financeirização na empresa e seus impactos sobre os trabalhadores.

Mas, antes de apresentar os resultados de nossa pesquisa, é preciso dizer que pensamos a esfera financeira como relativamente autônoma em relação à esfera produtiva, em concordância com Nakatani e Sabadini:

¹³ O BNDES injetou mais de US\$ 100 milhões, assim que a empresa foi privatizada (Fonseca, 2012), já que, antes disso, estava impedida, porque, por lei, esse banco não poderia financiar empresas públicas.

¹⁴ É preciso lembrar que a Embraer sozinha não reverte a queda tendencial da taxa de lucro, mas ela está inserida em um processo global de tentativa de responder a tal tendência.

A autonomia deve ser entendida como: “autônoma” porque atualmente a esfera financeira do capital tem a capacidade de se autogovernar, tem um grau de liberdade e de independência (como nos “lucros fictícios”) em relação ao capital produtivo e, também, em relação às instituições reguladoras, como os Bancos Centrais; mas, ao mesmo tempo, ela é “relativa”, pois absorve uma parte do valor gerado na produção, estando subordinada, assim, à esfera produtiva. Portanto, sua “independência” não é absoluta nem “descolada” totalmente do trabalho, o que torna o processo de desmaterialização do dinheiro ainda mais complexo (Nakatani; Sabadini, 2010, p. 78).

Essa imbricação entre reestruturação produtiva e reestruturação financeira, em nossa constatação, se apresenta de forma mais clara na EMBRAER em *quatro momentos*, sendo que, cada vez mais – o que parece ser uma tendência mais geral –, as reestruturações financeiras determinam fortemente as mudanças no âmbito produtivo. Não no sentido de uma via de mão única, mas com mútuas determinações. Entretanto, nas últimas décadas, segundo nossas investigações, o âmbito financeiro tem dado maior condução ao movimento de transformações na empresa.

Os quatro momentos que destacamos como mais relevantes são: 1) a partir de 1994, quando a empresa foi privatizada e com a construção da família de aviões ERJ-145; 2) de forma mais determinante, no início dos anos 2000, com a produção de aviões comerciais da família EMBRAER 170/190 e a venda de ações na Bolsa de Valores de Nova York; 3) com a posterior pulverização de capitais, em 2006 e entrada no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo; e, por fim, 4) na mudança de razão social para fins de ampliação de áreas de atuação da empresa, em 2010. Vejamos mais de perto cada uma desses momentos.

PRIVATIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ERJ-145: reestruturações e impactos sobre os trabalhadores

Na década de 1990, o Brasil adentrou,

de forma incisiva, no contexto da mundialização do capital. O processo de privatização das empresas estatais foi acelerado, conjuntamente com a desregulamentação do mercado de trabalho e a abertura financeira e comercial. Foi nesse contexto que a EMBRAER foi privatizada, e o mesmo processo de reforço das finanças e de enxugamento nas empresas para fins de resultados reais e financeiros que se observa no plano nacional e internacional, também se observa no interior dessa empresa.

A partir da privatização, houve uma transformação nos objetivos da EMBRAER: de excelência nos produtos para *foco nos resultados*, a partir de reestruturações financeiras e produtivas. Tal intuito ficou expresso nas palavras do novo presidente-diretor da empresa, Maurício Botelho: “[...] temos que olhar as finanças como instrumento do nosso desenvolvimento” (Drumond, 2008, p. 342). A implementação de tais mudanças tem relação direta com a produção de seu novo avião comercial, o ERJ-145.

Com a necessidade de responder aos interesses dos então acionistas controladores, houve intensa reestruturação produtiva na EMBRAER: cortes no quadro de funcionários; terceirizações; mudanças no *layout* da fábrica; aquisição de maquinário e novos *softwares*; mudança no perfil dos trabalhadores (mais jovens, mais qualificados, sem histórico sindical); gestão mais próxima do modelo toyotista; adoção de salário variável pautado em metas de produção; implantação de projetos de envolvimento subjetivo dos trabalhadores, tal como o projeto “Boa Ideia”; novos modelos de financiamento e fornecimento de peças, materiais e serviços a partir de parcerias de risco, fornecedores e subcontratados, dentre outros. A empresa também criou novas subsidiárias, especificamente para fins de financiamento das aeronaves, como é o caso da EMBRAER Finance Ltd. (EFL).

As transformações que envolveram o programa ERJ-145 se aproximaram muito do modelo toyotista de produção. O programa,

iniciado antes da privatização, ganhou fôlego depois dela.

Entre os elementos principais do processo de recuperação da empresa, destacaram-se a reestruturação do endividamento, a captação de novos recursos e a conclusão do desenvolvimento do ERJ-145. Os novos controladores injetaram cerca de US\$ 500 milhões por meio da emissão de debêntures e obtiveram financiamento de US\$ 126 milhões com o BNDES. Esses recursos foram destinados, principalmente, ao desenvolvimento do ERJ-145 no período de 1995 a 1998 (Fonseca, 2012, p. 46).

Além da injeção de US\$ 500 milhões por parte de seus controladores (Bernardes, 2000a, p. 257),¹⁵ o projeto ERJ-145 foi pioneiro na indústria aeronáutica mundial ao realizar parcerias de risco (Martinez, 2007, p. 168-169).¹⁶ De imediato, foram terceirizados: restaurante, segurança, manutenção predial e execução de obras civis, manutenção de informática, despacho de importação, transporte, limpeza e setor gráfico (Malanga, 1997, p. 25). O piso salarial desses trabalhadores era nivelado com o piso dos trabalhadores da produção, algo que deixou de ocorrer a partir da terceirização (Bernardes, 2000a, p. 303), e essa foi a primeira das muitas diferenças que se seguiriam. A terceirização desses setores resultou em redução de custos de aproximadamente US\$ 80 milhões para a EMBRAER (Bernardes, 2000b, p. 25). Tal dado possibilita entrever as diferenças de salários e de condições de trabalho nas terceirizadas.

¹⁵ Os controladores da EMBRAER a partir de sua privatização, passaram a ser: um consórcio de empresas formado pelo grupo Bozano Simonsen (40%), pelo banco de investimentos norte-americano Wasserstein Perella (19,9%) e pela CIEMB – Clube de Investimento dos Empregados da Embraer (10%). Dentre os principais investidores do consórcio Bozano Simonsen estavam: o Bozano, Simonsen Limited, (13,64%) o Sistel (Fundação Telebrás de Seguridade Social) (10,42%), a Previ (Caixa de Previdência Privada do Banco do Brasil) (10,40%), o Bozano Leasing (3,63%) e a Fundação CESP (1,9%).

¹⁶ Na modalidade de parceria, os riscos de sucesso ou de fracasso da aeronave são compartilhados com a EMBRAER. A empresa parceira é praticamente sócia da EMBRAER na aeronave específica do contrato, garantindo sua exclusividade no fornecimento de tal equipamento ou sistema. Existe uma espécie de “código de honra” não escrito de que as informações e projetos com as parceiras não serão repassados para as empresas rivais. Com a crise de 2008, tanto a Airbus quanto a Boeing resolveram adotar o sistema de parceria de risco, como ocorria com a EMBRAER desde sua privatização. Na produção do “Boeing 787”, 90% da produção passaram a ser terceirizadas (Barbosa, 2008).

Dentre as transformações organizacionais para a retomada dos lucros da empresa estava um novo organograma, que passou a privilegiar o setor comercial, bem como modificações na área de comunicação, primordial para a introjeção dos “novos valores” na subjetividade dos trabalhadores.

Dentro do novo projeto organizacional também foi incluída a formação de lideranças e equipes de trabalho multifuncionais, sem atrelamento a cargos, com prazos e metas pré-determinados (Bernardes, 2000a). O trabalho em equipe foi incentivado, de modo que a vigilância tornou-se mútua. O caráter cooperativo do trabalho garantiu um avanço da capacidade produtiva para o capital, o que se acentuou com a divisão técnica do trabalho.

Outras modalidades de flexibilidade funcional foram implementadas no sentido de uma gestão mais integrada, o que eliminou desperdícios de materiais e de tempo, com busca de melhoria contínua (*kaizen*) de produtividade e “qualidade”. Uma técnica adotada foi a de “*trade studies*”, que consistiu na formação de grupos interdisciplinares que se reuniam para propor soluções no sentido de melhorias contínuas, e eram comumente utilizados em *design* aeroespacial e automotivo, e na seleção de *softwares*, buscando dirimir conflitos. Outro sistema adotado foi o “*liason engineering*”, que consistiu em um sistema de interligação entre as diversas áreas da empresa, auxiliando nas tomadas de decisões, na resolução de problemas de times de trabalho, prestou suporte ao produto na fase de montagem ou fabricação etc. A adoção do “*liason engineering*” acarretou redução de 50% do ciclo de trabalho na fase de produção das aeronaves EMB-120 e ERJ-145 (Bernardes, 2000a, p. 295).

Houve também mudança no *layout* da empresa no sentido de redução de custo e de tempo de execução de tarefas. Uma delas foi a celurização, que consistia em colocar as máquinas ferramentas que produziam um conjunto de produtos similares no formato de células.

Todas essas transformações foram acom-

panhadas de inserção de novas tecnologias, com *softwares* avançados, que pudessem colocar a EMBRAER em posição de competitividade com as maiores indústrias aeronáuticas do mundo.

A injeção imediata de capital pós-privatização quanto a inovações tecnológicas ocorreu desde os escritórios da empresa, com computadores novos, impressoras, fax, telefones celulares, *notebooks*, até no desenvolvimento e produção com o uso de CAD-CAM¹⁷ avançado e a instalação do *software* SAP (“*Systems, Applications and Products in Data Processing*”, ou “Sistemas, Aplicativos e Produtos em Processamento de Dados”), em 1996. Também foram instalados *softwares* que interligam parceiros e fornecedores entre eles, e com a EMBRAER.

A combinação de CAD-CAM, Engenharia Simultânea e *mockup* eletrônico, substituindo o *mockup* de madeira,¹⁸ possibilitaram uma redução de 50% do pessoal alocado. Por exemplo, o número de engenheiros no projeto passou de 75 para 38 e houve uma economia de cerca de 93.000 homens/hora de trabalho e de aproximadamente US\$ 3 milhões (Bernardes, 2000a, p. 322).

Toda a reestruturação já feita imediatamente depois da privatização acarretou em novo corte de pessoal em 1995, quando 1.700 trabalhadores foram demitidos, sendo 1.200 do setor administrativo e 500 da área produtiva. A redução de engenheiros foi de 17% de um total de 700 (Bernardes, 2000a, p. 292). E, ainda, segundo estudo setorial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE (1998), a partir de 1995, os salários, que vinham em ascensão, passaram a cair.

Foram criados diversos projetos, reunidos no denominado Programa Transformação,

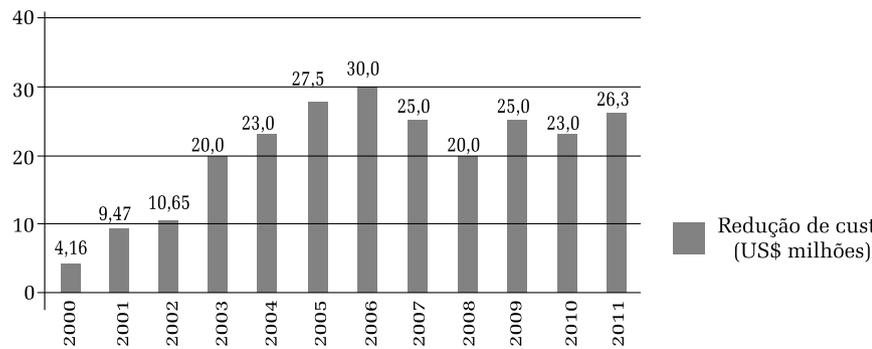
¹⁷ CAD (*Computer Aided Manufacturing* – Produção Industrial com Auxílio de Computadores) e CAM (*Computer Aided Manufacturing* – Desenho com Auxílio de Computadores).

¹⁸ Em princípio, era construído um protótipo de madeira (*mockup* convencional), a fim de eliminar problemas de desenvolvimento do avião, podendo voltar diversas vezes à fase anterior. Só depois de todos os problemas eliminados é que se passava à produção seriada. Hoje, é tudo feito de forma computadorizada.

o qual tratava especialmente de ações da área de Comunicação, com o intuito próprio do toyotismo de “capturar” a subjetividade dos trabalhadores.¹⁹ O principal projeto desse programa é o Boa Ideia. De 1995 a 1997, a EMBRAER teve uma economia de custos de US\$ 1 milhão (Bernardes, 2000a, p. 281). A base desse projeto é a filosofia *kaizen*, ou seja, melhoria contínua. Através dela, os trabalhadores foram motivados a disponibilizar seus conhecimentos tácitos e técnicos em prol da empresa.

O projeto Boa Ideia conseguiu, em 2006, alcançar uma redução de custo anual de US\$ 30 milhões.

Gráfico 1 – Projeto Boa Ideia. Redução de Custos (US\$ milhões)



Fonte: EMBRAER, apud Moraes (2013).

A remuneração passou a ser pautada nas competências e habilidades desenvolvidas por seus funcionários. Ela passou a ser composta de duas partes: uma fixa e outra variável. A parte fixa é estabelecida a partir de comparação com o mercado local, de acordo com as qualificações.²⁰ Já a parte variável é estabelecida em função dos resultados financeiros da empresa.

Dessa forma, com parte do salário sendo variável, foi possível estimular a produtividade a partir de maior envolvimento, comprometimento e melhor desempenho da força de trabalho. Para receber a parcela variável, o trabalhador precisava atingir o mínimo de 75%

¹⁹ Utilizamos “capturar” a subjetividade entre aspas porque, para nós, sempre há espaço para resistência: a captura nunca é completa.

²⁰ Tal parâmetro local faz com que o salário da EMBRAER esteja muito aquém do das demais indústrias aeronáuticas de destaque em âmbito internacional.

das metas estabelecidas no Plano de Ação e no Plano de Metas Setoriais (Martinez, 2007, p. 253). Ao que Oliveira (2002, p. 95) revela: “[...] a empresa espera ter seus empregados pensando e agindo como empresários. Quanto mais ele contribuir para o sucesso da empresa, mais ele obterá lucro e mais ele receberá parte desse lucro”.

A remuneração variável, na forma de PLR (Participação nos Lucros e Resultados), era, nesse primeiro momento pós-privatização, equivalente a 25% dos dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) creditados aos acionistas. Desse montante, 30% eram distribuídos

em partes iguais a todos os empregados e 70% de forma proporcional ao salário (EMBRAER, 2003).

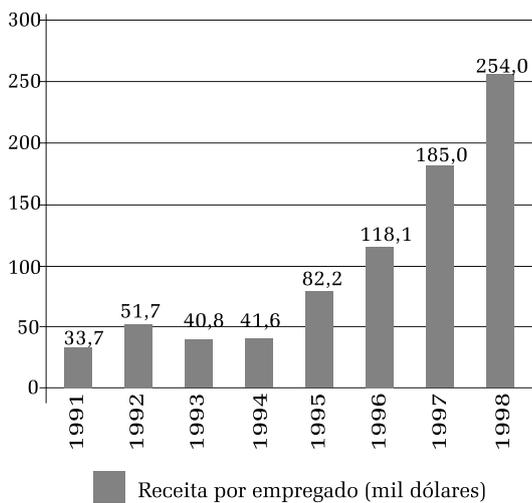
Segundo Relatório Anual da EMBRAER de 2001, a remuneração variável caracteriza “uma verdadeira parceria Acionista-Adminis-

tração-Empregado”. Ao que podemos constatar, essa parceria beneficia os dois primeiros em prejuízo do terceiro, que tem seu trabalho intensificado para cumprir as metas pré-determinadas, correndo o risco de não cumpri-las e não receber a parcela variável e, ainda, não ter esses valores incorporados no décimo terceiro salário ou na aposentadoria.

A EMBRAER ainda tem, por vantagem, estar em um país periférico e produzir um produto globalizado. Assim, os custos, principalmente os salários, estão muito abaixo dos de seus concorrentes. O valor do trabalho necessário é muito menor, pois os elementos que compõem o fundo de reserva dos trabalhadores são também menores. Dessa forma, o custo com capital variável, em cada unidade produzida, é diminuto e, aliado ao baixo grau de sindicalização e direitos frágeis dos trabalhadores (quanto mais dos terceirizados, quarteirizados

etc.), possibilita a intensificação do trabalho com pouca resistência, o que acarreta aumento da cadência de produção sem contrapartida salarial. O gráfico a seguir ilustra o quanto a piora nas condições de trabalho significa melhor nos resultados para a empresa. Se, em 1991, a receita por empregado era de US\$ 33,7 mil, em 1998, já alcançava US\$ 254 mil, uma multiplicação de mais de sete vezes. Tal aumento retrata o nível de intensificação de trabalho pós-privatização.

Gráfico 2 – Receita por empregado (mil dólares) de 1991 a 1998



Fonte: EMBRAER, apud Bernardes (2000a, p. 298).

Conforme constatação de Godeiro (2009), a força de trabalho direta²¹ representa somente 8% do total de custos da EMBRAER. Dentre as quatro maiores empresas de aviação comercial do mundo (Boeing, Airbus, EMBRAER e Bombardier), é a EMBRAER a que paga os salários mais baixos. “Enquanto o salário-hora do trabalhador da Boeing custa US\$ 26,20, o da Airbus US\$ 25,40 e o da Bombardier US\$ 20,48, o da EMBRAER custa apenas US\$ 8,10” (Godeiro, 2009, p. 46).

É preciso lembrar que a participação do Estado foi intensa na EMBRAER pós-privatização, especialmente via BNDES. E não foi o caso somente da EMBRAER, conforme Fontes (2010, p. 316), pois o BNDES foi convertido em alavanca para a transnacionalização das empresas brasileiras.

²¹ Excluem-se os trabalhadores terceirizados.

As reestruturações acima descritas conseguiram aumentar os lucros, reduzir os custos e, assim, valorizar as ações da empresa no mercado financeiro, bem como atrair parceiros de risco e instituições financeiras que financiassem produção e vendas das aeronaves. Tendo sido bem sucedidas, com projeção de enorme demanda por jatos regionais nos próximos 20 anos, a EMBRAER lançou uma nova família de jatos, a ERJ 170/190, posteriormente denominada EMBRAER 170/190.

OFERTA PÚBLICA DE CAPITAIS E A PRODUÇÃO DO MODELO EMBRAER 170/190: ações da EMBRAER alcançam a Bolsa de Nova York

O crescente processo de financeirização no Brasil acarretou redução de gasto público com educação, saúde e seguridade social, com o objetivo explícito de obtenção de superávits primários. Ou seja, a necessidade de honrar com os compromissos financeiros – pagamento de juros sobre a dívida pública – se sobrepõe às necessidades sociais e programas de crescimento do setor real-concreto da economia. O pagamento de juros e as amortizações da dívida pública são considerados “intocáveis” pelo governo de cariz neoliberal (Ferreira, 2010, p. 52).

Sob essa lógica de acumulação financeira, inovações financeiras foram realizadas na EMBRAER, com o intuito de se obter mais liquidez para financiamento do novo programa, cuja projeção de custo de desenvolvimento era de US\$ 850 milhões (Bernardes, 2000a; Martinez, 2007). Entretanto, no relatório anual da EMBRAER de 2003, o orçamento para a família de jatos EMBRAER 170/190 já alcançava US\$ 1 bilhão.

Nos anos de 2000 e 2001, a EMBRAER lançou ações na bolsa de valores de São Paulo e na bolsa de valores de Nova York, com a

oferta pública global de ações preferenciais²², o que possibilitou acesso a capitais mais baratos, de forma a levar mais acionistas norte-americanos e brasileiros ao risco empresarial (Silva, 2008, p. 225) e gerar recursos para investimentos referentes às reestruturações produtivas correspondentes ao programa das novas aeronaves da família EMBRAER 170/190. Conforme explica Martinez (2007, p. 273), a “EMBRAER esperou até 2000, quando já havia dado grandes passos na direção de sua inserção na economia global; abriu portas para consolidar o seu status de empresa global ao ofertar capital no mercado internacional”.

O Estado tem um papel muito relevante nesse sentido, de diminuir o “risco-Brasil” e tornar o mercado nacional de capitais atraente a financistas do mundo todo. Em 09 de novembro de 1997, FHC revogou a lei que limitava as ações de empresas nacionais a 40% nas mãos de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras (Goideiro, 2009, p. 63), no intuito de atrair mais capitais para o mercado financeiro nacional e corroborar a força da burguesia internacional no Brasil. A EMBRAER, no âmbito mais particular, tem de demonstrar ser uma empresa crescentemente lucrativa. Para tanto, requer constantes reestruturações produtivas que aumentem o patamar de extração de mais-valor do trabalho.

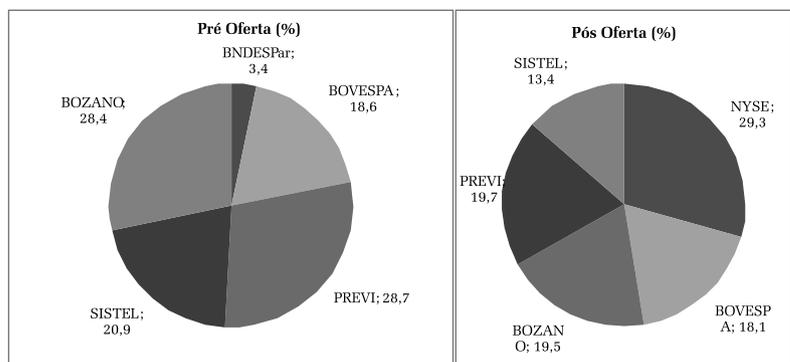
A primeira oferta global de ações preferenciais ocorreu em 21 de julho de 2000, quando a EMBRAER lançou ações simultaneamente nas Bolsas de Valores

de Nova York e São Paulo, aumentando o *freefloat*²³ de 18,6% para 47,4%. O montante foi de US\$ 244 milhões (EMBRAER, 2000).

A segunda oferta global ocorreu em 2001 nas Bolsas de Valores de Nova York e de São Paulo, quando o BNDES lançou US\$ 300 milhões em títulos conversíveis lastreados em ADSs (*American Depositary Shares*), aumentando ainda mais o *freefloat* das ações preferenciais da EMBRAER, de 37,6% para 59% (EMBRAER, 2001). Os recursos captados nessas emissões foram destinados prioritariamente ao desenvolvimento das famílias de jatos EMBRAER 170/190.

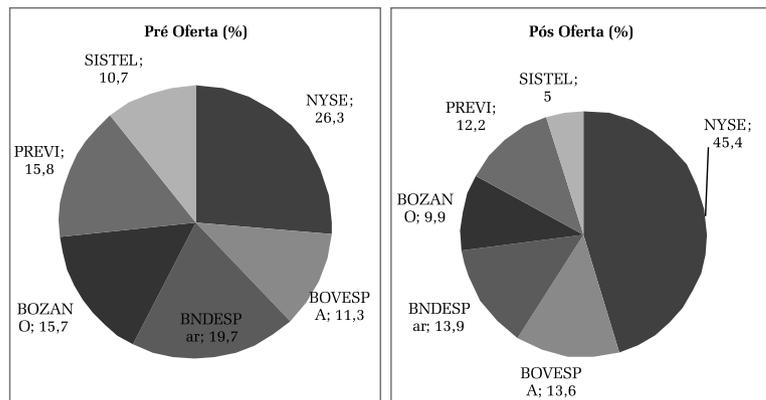
As ações da EMBRAER já se encontravam listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde 1989. A partir da oferta global realizada em 2000, também passaram a

Gráfico 3 – Primeira oferta global de ações preferenciais da Embraer. Julho de 2000



Fonte: EMBRAER apud Moraes (2013).

Gráfico 4 – Segunda oferta global de ações preferenciais da Embraer. 2001



Fonte: EMBRAER, apud Moraes (2013).

²² Ações preferenciais eram aquelas que ofereciam preferência na distribuição de resultados ou no reembolso do capital em caso de liquidação da companhia, não concedendo o direito de voto.

²³ *Freefloat* são ações que estão em circulação, ou seja, à disposição para negociação no mercado, excluindo-se as pertencentes aos controladores ou as que estão entesouradas pela companhia.

constituir o programa ADR (*American Depositary Receipts*) Nível III, na Bolsa de Nova York. Além disso, a EMBRAER passou a integrar o índice *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI). Para integrar esse índice, a empresa tem de ser considerada excelente em diversos itens, tais como: governança corporativa, código de ética, prevenção à “lavagem de dinheiro”, controles internos, políticas de risco e crédito, condutas socioeconômicas e investimentos, entre outros (EMBRAER, 2000, 2001). O DJSI é referência para o universo de investidores financeiros, fazendo com que a EMBRAER se destaque no mercado de ações.

É interessante notar o quão mais proeminente a financeirização vai se tornando na EMBRAER, o que fica mais explícito nos seus relatórios anuais. Da privatização até o ano de 2001, seus relatórios anuais indicavam que o propósito fundamental da empresa era a “satisfação dos clientes”. No relatório de 2002, já aparece uma complementação: “Nessa satisfação, por sua vez, está a origem dos resultados da EMBRAER e da *consequente geração de valor para seus acionistas*”. Algo que fica ainda mais patente no Relatório Anual de 2008, cuja geração de valor para o acionista passa a ser primordial:

O negócio da EMBRAER é gerar valor para seus acionistas através da plena satisfação de seus clientes do mercado aeronáutico global. Por geração de valor entende-se a maximização do valor da Empresa e a garantia de sua perpetuidade, com integridade de comportamento e consciência social e ambiental. (EMBRAER, 2008, grifos nossos)

A valorização acionária da empresa tem relação, na maior parte das vezes, com a valorização no processo produtivo. Entretanto, somente o fato de ter existido uma oferta global já “melhorou a imagem da empresa”, gerando uma valorização de 37,2% das ações ordinárias e 123,3% das suas ações preferenciais. As ADSs negociadas na Bolsa de Valores de Nova York em 21 de julho de 2000 apresentaram valorização de 115%. Tal informação ilustra bem o que denominamos de valorização fictícia ou lucros fictícios, ou seja, lucros advindos da

pura especulação, que não têm origem na extração de mais-valor, na exploração.²⁴

A primeira peça do avião EMBRAER 170 foi usinada em julho de 2000. Destarte, essa valorização, apesar de também estar calcada nas projeções de vendas e de extração de mais-valor pelas reestruturações produtivas, respondeu velozmente a transações financeiras no mercado especulativo de ações.

Nos termos do Estatuto Social da EMBRAER, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie têm direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício. Contudo, a satisfação das normas de rentabilidade acarretam degradação, controle e intensificação do uso da força de trabalho.

Uma estratégia de cooptação do capitalismo, sob a predominância financeira, é o *stock option*. O trabalho de envolvimento subjetivo não se dá apenas com os trabalhadores do chão de fábrica. Todos devem se adaptar ao léxico e às vontades das finanças, ou melhor, dos capitalistas que manejam o capital fictício a seu favor. Com isso, parte da remuneração dos dirigentes passa a depender do bom desempenho das ações das empresas em que trabalham. A EMBRAER, desde 1998, mantém um plano de opções de compra de ações, primeiramente para seus executivos, depois expandido para empregados em geral e empregados de suas subsidiárias. Segundo relatório de 2002 da empresa, tratava-se de um “instrumento de motivação e retenção de profissionais”.

As normas de governança corporativa aparecem para defender os direitos dos acionistas, dada a facilidade com que dirigentes manipularam resultados para se autobeneficiarem através de *stock options*. “Esse instrumento diabólico se voltou contra os acionistas, pois os dirigentes viram nisso um modo de satisfazer sua vontade de enriquecimento pessoal [...] Assim as *stock options* conduziram a desvios graves e explicam como hoje as remunerações dos dirigentes são frequentemente várias centenas de vezes superiores à dos assalariados” (Plihon, 2005, p. 145).

²⁴ Para se aprofundar mais detalhadamente sobre esse tema, ler Carcanholo e Sabadini (2015).

O trabalhador, por um lado, fica preso aos resultados da empresa, dado que a valorização do capital produtivo reverbera nos preços das ações, e, com isso, intensifica tanto o próprio trabalho quanto dá sugestões de intensificação do trabalho alheio, de forma a contribuir para o aumento de taxa de exploração, e, assim, reduzir custos para aumentar os lucros da empresa. Por outro lado, fica vulnerável aos ditames do mercado e aos riscos que ele suscita. Não há garantia alguma de que, passados alguns anos, suas opções lhe gerem benefícios financeiros. Ademais, mesmo sendo proprietários de tais ações, esses trabalhadores não têm controle de como elas estão sendo manejadas.

Os resultados da oferta global de ações da EMBRAER puderam financiar a aquisição de novas tecnologias e mudanças organizacionais na empresa. O contato mais estreito com a empresa Dassault, através da aquisição de ações feitas por parte do Grupo Europeu, resultou na compra do *software* CATIA e na construção do Centro de Realidade Virtual (CRV). O *software* CATIA é muito mais poderoso que o CAD, já que permite a realização do projeto em 3D (terceira dimensão), eliminando completamente a necessidade de protótipos (Bernardes, 2000a, p. 266). Esse equipamento informatizado reduz significativamente tempo e custo de produção. O tempo de desenvolvimento do EMB-120, com tecnologia analógica, foi de 64 meses; o do ERJ-145, com o uso do CAD, levou 54 meses para ser desenvolvido; já o do EMBRAER-170, com o CATIA, foi desenvolvido em apenas 38 meses (Yokota, 2004).

Houve uma nova e importante mudança no *layout* da empresa. Os aviões EMBRAER 170/190 passaram de montagem final *em linha* para montagem final *em doca*. Na montagem em linha, o avião era deslocado, enquanto os trabalhadores permaneciam fixos; já na montagem em doca, o produto se mantinha fixo, e as equipes de trabalho se revezavam, dependendo da fase do processo produtivo. Essa última requeria competências específicas dos trabalhadores, tais como polivalência e proatividade,

de, próprias da produção toyotista.

Todas as incorporações tecnológicas e mudanças organizacionais fizeram com que houvesse um salto na cadência produtiva de 3 aviões por mês, em 1997, para quase 18 aviões por mês, no primeiro semestre de 2001 (Godeiro, 2009, p. 44). A produtividade por empregado, no ano de 2000, foi 24% superior à do ano anterior, segundo relatório anual daquele ano. Com isso, a EMBRAER dispensou 14% do seu efetivo, cerca de 1800 trabalhadores.

A EMBRAER, no ano de 2005, devido aos avanços e ao expressivo destaque no mercado mundial de aeronaves, se preparava para o que o presidente da empresa à época, Maurício Botelho, considerou a mudança mais importante desde a privatização: a entrada no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo através da pulverização de capital.

PULVERIZAÇÃO DO CAPITAL, NOVO MERCADO E P3E: um salto na intensificação do trabalho

Em 2006, a EMBRAER se tornou a primeira empresa brasileira de porte com capital totalmente pulverizado, passando a compor o Novo Mercado na Bolsa de Valores de São Paulo. Foi o mergulho definitivo da financeirização na empresa. A partir de então, a “adoção das melhores práticas de Governança Corporativa” passou a ser estratégica para o fortalecimento da relação entre acionistas e administração da empresa.

Plihon (2004) afirma que há, nos discursos aclamados da governança corporativa, dois objetivos principais: a) maximizar o valor das participações financeiras; e b) organizar um sistema de controle externo destinado a incitar os dirigentes das empresas a satisfazerem os objetivos dos acionistas. Os argumentos éticos ou de senso de justiça nada mais são que tentativas de “moralizar” as finanças modernas, alinhando as vontades dos acionistas a valores sociais, filosóficos, culturais e ecológicos.

Os acionistas são incentivados, assim, a comprar ações de empresas que valorizam o meio ambiente e que não utilizam trabalho infantil ou trabalho escravo. São também orientados a votar nas Assembleias Gerais baseados em “valores éticos”, de forma a influenciar os comportamentos dos dirigentes dos conselhos administrativos. Entretanto, Plihon (2004) alerta: ética e desempenho financeiro não são compatíveis.

Em 31 de março de 2006, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a proposta de reestruturação societária da EMBRAER, apresentada em 19 de janeiro de 2006 pelo Conselho de Administração. O processo se deu da seguinte forma: a EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. (a partir de então denominada “Antiga EMBRAER”) foi incorporada por sua Controladora, Rio Han Empreendimentos e Participações S. A. A Controladora, que não possuía qualquer operação até a data da incorporação, passou a adotar a denominação social da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (“Nova EMBRAER”). Desse modo, a “Antiga EMBRAER” foi extinta em 31 de março de 2006, e todos os seus acionistas receberam, em substituição às ações por eles detidas, novas ações de emissão da Companhia (EMBRAER, 2006).

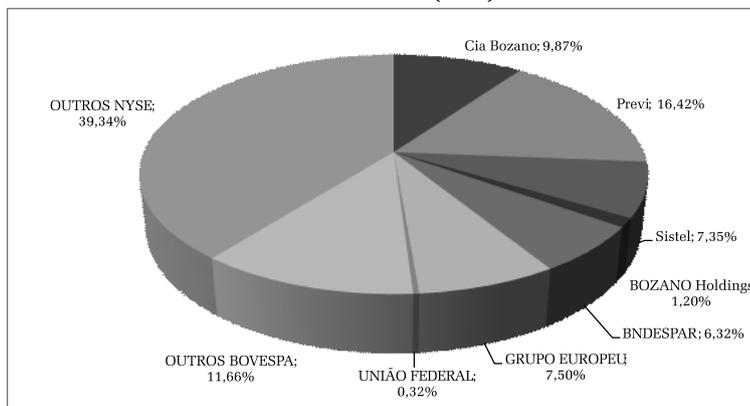
A estrutura societária ficou assim disposta após a reestruturação de capital conforme expressa o Gráfico 5.

Podemos recorrer, aqui, à explicação de Carcanholo e Nakatani (1999), quando alertam para o fato de que o capital fictício tem suas raízes no capital portador de juros, embora ultrapasse os limites do que é necessário ao funcionamento normal do capital industrial. O capital portador de juros tem um papel importante para o capital industrial na medida em que o não proprietário do capital o utiliza como capital funcionante para produção de mais-valor. Já a autonomização sob a forma de capital fictício é perigosa, dado que exige um montante cada vez maior de mais-valor, embora pratique “atividade misteriosa” de produzir dinheiro sob a forma de especulação.

É importante destacar que não se trata de uma relação dicotômica entre capital fictício e capital real, mas sim de uma relação dialética. Um exemplo para explicitar tal relação diz respeito ao portador de uma ação da empresa cujo montante de ações de que dispõe ultrapassa seu patrimônio real. Para aquele portador do papel que representa uma quantidade de dinheiro, essa representação lhe é real, na medida em que até pode vendê-la para terceiros. Mas, na perspectiva da totalidade, não há uma completa correspondência em termos de riqueza real, ou seja, o capital é real e fictício ao mesmo tempo. Assim, em boa parte, as ações negociadas em bolsa de valores são pura especulação e geram lucros meramente fictícios.

Isso fica evidente quando a reestruturação societária da EMBRAER trocou papéis por outros papéis que certificam propriedade das mesmas ações, e isso a fez adentrar o Novo Mercado da Bovespa e obter a classificação de risco “*Investment Grade*” de duas das maiores e mais conceituadas agências de classificação de risco do mundo, a Moody’s Investor Service e a Standard & Poor’s (EMBRAER, 2005).

Gráfico 5 – Estrutura societária da Embraer (2006)



Fonte: EMBRAER apud Moraes (2013).

Tais classificações já resultaram em criação de “valor fictício” para os acionistas da EMBRAER. Ao final de 2006, a EMBRAER havia registrado valorização das suas ações de 22,5%, cotadas em R\$ 22,05.

Não que haja um descolamento completo da base produtiva da empresa. Pelo contrário, aumenta-se ainda mais a pressão por extração de mais-valor. O elevado grau de exigência da governança corporativa e da globalização da empresa – agora não somente no âmbito produtivo, mas também acionário, com o aumento de vendas de ações a bancos e instituições financeiras estrangeiras – coincide com a contratação pela EMBRAER da consultoria Shingijutsu (Briales; Ferraz, 2006, p. 5),²⁵ já anteriormente contratada pela Boeing e pela GE, com foco em *Lean Production*. Tal acordo acarretou diretamente em novas reestruturações produtivas dentro da empresa.

Na EMBRAER, essa consultoria resultou no Programa de Excelência Empresarial EMBRAER (P3E). O P3E endereçou suas ações, baseadas em *Lean manufacturing*, a todos os processos industriais: fabricação de peças e componentes, montagem estrutural e final, e até mesmo com relação a questões ambientais e comportamentais. Diante da sua aplicação no ano de 2007, já houve ganhos de produtividade e de ciclo de produção da ordem de 20%. O objetivo era “descomplicar” a forma de trabalhar e eliminar desperdícios (EMBRAER, 2007).

Para internalização da filosofia *Lean*, a EMBRAER divulga, através de murais e documentos da empresa, “valores de modelagem de atitudes”. Foram distribuídas cartilhas ilustradas e em linguagem acessível, denominadas “Guias de Consulta”. De início, em uma delas, denominada “Projetos *Kaizen* e Melhoria Contínua: Guia de Consulta”, há a explicação do que seja o P3E: “Programa de Excelência Empresarial EMBRAER, que compreende uma

série de iniciativas em todas as áreas da Empresa”. Em seguida, explicam-se os objetivos do Programa:

Nossa causa: “Ser uma empresa de excelência na qual clientes, acionistas e empregados se beneficiem do que há de melhor em termos de práticas empresariais e dos resultados decorrentes. Excelência, além de produtividade e lucro, significa satisfação, crescimento, realização e qualidade de vida das pessoas, bem como assegura a perpetuidade da Empresa” (EMBRAER, s. d. , p. 5).

Por fim, apresenta o significado de *Lean*: “*Lean* é a base para a excelência, que nos mostra como fazer mais e melhor nossas atividades com o mínimo de recursos, mas sempre atentos ao cliente” (EMBRAER, s. d. , p. 5). É exatamente nisso que se resume a filosofia *Lean*: *fazer mais com menos!* Menos trabalhadores em alta intensidade de trabalho produzindo cada vez mais e mais rapidamente.

Não só a internalização dos valores e da conduta, mas também das metas e da filosofia *lean* seriam novas tarefas acumuladas pelos trabalhadores da EMBRAER. Eles deveriam, além de controlar a si, controlar o outro, seja no papel de liderança, seja na “avaliação 360°”, seja no trabalho em equipe. Qualquer falha de conduta de outrem, que pudesse causar prejuízo à EMBRAER, a acionistas, parceiros, fornecedores e até outro trabalhador, poderia ser levada ao novo canal de denúncias da EMBRAER – o *Canal de Práticas Danosas* –, gerido por empresa terceirizada. Supervisionado diretamente pelo Conselho de Ética da empresa, o canal tinha por objetivo coibir desvios de materiais, corrupção, sabotagem, furto de pesquisa e *know-how* tecnológico, conforme é explicitado no Relatório Anual da Embraer de 2008, mas, principalmente, o que se observou, foi que ele corroborava o papel político de quebrar a solidariedade de classe e colocar os trabalhadores em concorrência.

Com a chamada crise financeira ou crise da bolha²⁶, houve uma gigantesca desvalorização

²⁵ A consultoria Shingijutsu formou-se através da associação de Taiichi Ohno, após a sua saída da Toyota, a alguns de seus “discípulos” mais aplicados. Essa associação resultou na criação de uma metodologia baseada em métodos e técnicas utilizados na Toyota.

²⁶ Tal crise financeira é compreendida como aparência de um processo que tem, na sua essência, a crise estrutural

ção da empresa de 2007 para 2008. Seu valor de mercado passou de US\$ 8,4 bilhões, em 2007, para US\$ 2,5 bilhões, em 2008. As ações da Bovespa terminaram o ano de 2008 cotadas em R\$ 8,81, com desvalorização de 56% com relação ao ano anterior. As ADS da Bolsa de Nova York atingiram US\$ 16,21, uma variação de -64,4% em relação ao fim de 2007 (EMBRAER, 2008).

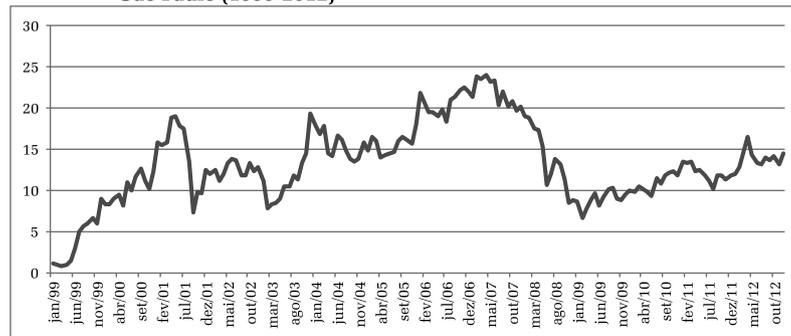
Aqui fica mais concreta a ideia de *lucros fictícios* apontada por Carcanholo e Sabadini (2015), quando os grandes lucros são frutos de especulação financeira e, “por mágica”, desaparecem como fumaça. Do ponto de vista individual, as ações existem efetivamente, ou seja, existe uma propriedade sobre elas. Mas, do ponto de vista da totalidade social, os lucros eram mera aparência, pois não advieram da exploração do trabalho, de modo que não tinham correspondência substancial. Isso fica mais claro quando objetivamente se observa aumento da taxa de exploração e, ao mesmo tempo, queda do valor de mercado da empresa em quase US\$ 6 bilhões.

Em fevereiro de 2009, 4.273 trabalhadores da EMBRAER foram demitidos. E, mesmo com a redução do quadro, um fator garantiu que o nível produtivo se mantivesse e até aumentasse: o P3E. Um dos seus projetos consistia na volta à montagem final para Linha, no lugar de Doca, quando há pressão do time de trabalho da posição anterior sobre a posterior, de modo que a montagem final baixou para 12 dias em 2009 e 8 dias em 2011 (EMBRAER, 2011). Destarte, verifica-se que as perdas são financeiras, mas as respostas a elas recaem firmemente sobre o âmbito produtivo.

Como é possível observar no gráfico a seguir, a cotação de ações da Embraer atingiu o seu mais baixo índice em fevereiro de 2009, do capital.

quando seu preço foi de R\$ 6,59. Esse baixo preço está diretamente relacionado à turbulência financeira no mercado de ações. Conforme Godeiro (2009, p. 15), a Embraer dispunha de R\$ 3,3 bilhões em caixa quando do advento da crise, o suficiente para pagar todos os seus funcionários por dois anos, período em que a empresa divulgou que duraria a crise no setor. Mesmo assim, a opção se deu pela demissão.

Gráfico 6 – Cotação (Real) de preço das ações da Embraer na Bolsa de Valores de São Paulo (1999-2012)



Fonte: Elaboração própria, com dados da Reuters (2015).

Husson (2010) menciona as “demissões bursáteis”. A notícia de demissões nas empresas, em época de crise, não é algo negativo para os especuladores; significa que há corte de custos e que as empresa conseguirão retomar seu patamar de produção com um número menor de trabalhadores, intensificando seu ritmo de trabalho.

A mundialização dos grupos e sua financeirização modificaram seu modo de gestão, em particular do emprego. Essa constatação conduz a uma imagem segundo a qual isso seria decorrente das “exigências da finança” (os famosos 15%), que pesariam no sentido de uma exploração aumentada, de reestruturações, demissões, isto é, de uma gestão temerária. Tudo funciona ao inverso: a finança fixa o nível de rentabilidade que os fundos próprios necessitam atingir e os efetivos são diminuídos. É o apetite insaciável dos acionistas que forçaria os grupos a demitir, para alcançar esse famoso objetivo. O paradoxo de empresas fortemente beneficiárias, que realizam reduções de efetivos, levou a falar de demissões bursáteis, ou ainda de “demissões de interesse bursátil. [...] (Husson, 2010, p. 321)

Ao que se constata, algo semelhante ocorreu na EMBRAER, pois, conforme de-

monstra o gráfico, logo depois da demissão em massa, o preço das ações começou a crescer. Contudo, isso não se restringe a algo pontual, pois a tecnocracia financeira exige transformações e inovações constantes e, em 2010, mais uma mudança ocorre: a mudança da razão social da empresa, dada sua atuação em novos nichos de mercado.

EMBRAER S.A.: nova razão social e impulsão de fusões e aquisições

Conforme se desenvolve o mercado mundial, a competitividade cresce. Três novos concorrentes diretos despontam no cenário internacional: China, Japão e Rússia.

Em 19 de novembro de 2010, os acionistas da EMBRAER, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram duas importantes alterações no Estatuto Social da empresa:

- a) a razão social mudou de EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. para EMBRAER S.A.;
- b) foi também ampliado o objeto social da EMBRAER, acrescentaram-se os sistemas de defesa e segurança e o de energia à área aeroespacial (EMBRAER, 2010, p. 7).

Assim, foram incluídas e adicionadas as seguintes atividades ao objeto social da EMBRAER:

- a) Projetar, construir e comercializar equipamentos, materiais, sistemas, *softwares*, acessórios e componentes para as indústrias de defesa, de segurança, e de energia, bem como promover ou executar atividades técnicas vinculadas à respectiva produção e manutenção, mantendo os mais altos padrões de tecnologia e qualidade;
- b) Executar outras atividades tecnológicas, industriais, comerciais e de serviços correlatos às indústrias de defesa, de segurança e de energia (EMBRAER, 2010, p. 104).

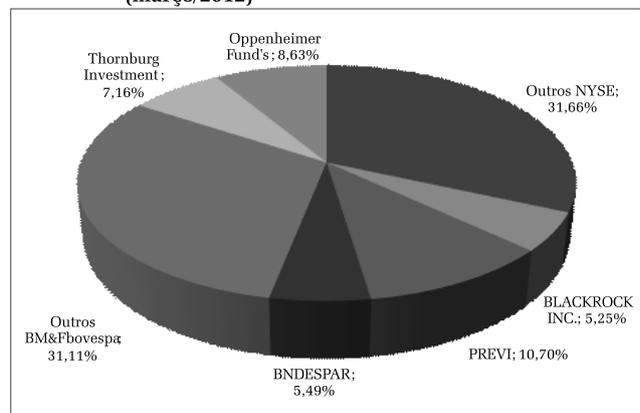
Foi preciso diversificar as áreas de atuação, em função do risco de se ver sucumbida pela concorrência. As inovações tecnológicas continuaram a

avançar, inclusive com a introdução intensificada de robôs. Como a teoria do valor marxiana explica, o mais-valor se extrai a partir do capital variável, ou seja, da força de trabalho, mas são crescentes as dificuldades em se diminuir o tempo de trabalho abaixo do socialmente necessário e garantir um mais-valor extraordinário frente à concorrência mundial.

A forma do capital fictício é facilitadora de centralização e concentração de capital promovendo os processos de fusões e aquisições. Tais movimentos, em geral, reforçam os níveis de exploração do trabalho e aumentam a rentabilidade produtiva e financeira, na medida em que, geralmente, vêm acompanhados de reorganização do trabalho e terceirizações. Nesse movimento, o número de subsidiárias da EMBRAER se multiplicou enormemente na última década, incluindo diversas delas com funções de bancos, ou seja, criadas para facilitar a movimentação financeira da empresa, e outras inúmeras aquisições relacionadas às novas áreas de atuação. Assim, “a riqueza real, que deveria ser a base da riqueza financeira, passa a ser produzida segundo seus imperativos” (Paulani, 2011, p. 67).

A EMBRAER, além da pulverização de capital, também trabalha com derivativos, compra de ações e compra de títulos emitidos pela União. A composição societária da EMBRAER, em março de 2012, contava com mais de 50% de ações na Bolsa de Valores de Nova

Gráfico 7 – Composição societária Embraer – principais acionistas (março/2012)



Fonte: EMBRAER apud Moraes (2013).

York e mais de 20% de suas ações pertenciam a fundos financeiros norte-americanos.

Godeiro (2009, p. 86) alerta para o fato de que esse processo de financeirização da empresa faz com que ela corra o risco constante de se tornar mera subsidiária de outra grande empresa aeronáutica mundial, restringindo ainda mais as condições de resistência ao aviltamento das relações de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar através de nossa investigação, valorização produtiva e valorização fictícia estão fortemente imbricadas. Para haver valorização fictícia, é necessário que a empresa demonstre cotidianamente sua capacidade de produzir altas taxas de mais-valor, mesmo porque parte do que volta para as mãos de seus acionistas é mais-valor extraído via alto grau de exploração, com intensificação do uso da força de trabalho, enxugamento de quadros, rebaixamentos salariais, prolongamento não formalizado da jornada e terceirizações. Por outro lado, para produzir altas taxas de mais-valor, a empresa necessita cada vez mais do “crédito” advindo dos mercados de capitais.

Conforme fica evidente no Gráfico 5, a cada avanço do processo de financeirização na empresa, sempre conectado a mudanças organizacionais e tecnológicas, há valorização das ações no mercado financeiro. Apesar de o gráfico ter seu ponto inicial apenas em 1999, podemos ver a curva crescente nas mudanças de 2000 a 2001, com a oferta global de capitais, ainda que uma crise do setor aeronáutico global tenha afetado a EMBRAER em 2001, também em 2006, com a pulverização de capitais e entrada no Novo Mercado, e, em 2010, com a mudança da razão social da empresa e a diversificação de seu objeto social.

Classificada como *primeiro momento* de salto na perspectiva de financeirização, sua privatização, em 1994, foi marcada pelo “foco

nos resultados”, com intensa mudança organizacional, rumo a um modelo de gestão próximo ao toyotismo, com atenção à subjetividade dos trabalhadores, para a produção da família de aviões ERJ-145. Nesse sentido, não somente gestos velozes interessavam à empresa, mas também que esse trabalhador pensasse para a empresa. Isso fica bem patente no projeto Boa Ideia.

O *segundo momento* por nós elencado como mais relevante – a oferta pública de ações, a partir de então, também na Bolsa de Nova York – foi marcado por mais mudanças organizacionais, bem como inovações na tecnologia para produção das aeronaves da família EMBRAER 170/190, especialmente com *softwares* com projeção em 3D (terceira dimensão) e que conectavam operações da totalidade da empresa, acelerando o ritmo de trabalho e produção.

Um *terceiro momento* é o enorme salto na financeirização da empresa com a pulverização de capitais em 2006, quando todas as ações passaram a ser ordinárias, e a EMBRAER adentrou o Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Padrões de Governança Corporativa e Índices de Sustentabilidade passaram a controlar os rumos das mudanças organizacionais na empresa, o que determinou a instalação do P3E com metas de *Lean Production* (produção enxuta). Para os trabalhadores, houve intensificação do trabalho, padrões de autocontrole e de mútuo controle bastante altos.

Por último, dentro do período de investigação da pesquisa, como *quarto momento*, destacamos a mudança da razão social da empresa em 2010, o que a tornou apenas EMBRAER S. A., na medida em que a concorrência mundial impôs diversificação do objeto social da empresa, acompanhado de inúmeras fusões e aquisições e acentuado ritmo de trabalho, além da introdução de robôs na linha de montagem.

Em todos os quatro momentos houve demissões, terceirizações e intensificação do uso da força de trabalho, inclusive, das capa-

idades subjetivas dos trabalhadores, dentro e fora da jornada normal diária. O que se observa, portanto, é a predominância da forma fictícia sobre a forma real e produtiva, ainda que dentro de um movimento dialético entre ambas.

A EMBRAER avança no uso de instrumentos financeiros diversos: ações, títulos da dívida, papéis bancários, derivativos, fusões e aquisições via mercado de capitais, crédito sindicalizado via instituições financeiras, fundos de investimentos como principais acionistas etc. Ou seja, a empresa está vulnerável às vontades, desejos, oscilações, riscos e especulações financeiras, e, ao que se verificou, quem paga o preço mais alto por essas escolhas políticas e econômicas são seus trabalhadores.

Recebido para publicação em 31 de dezembro de 2015
Aceito em 24 de setembro de 2016

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Mariana. Boeing e Airbus copiam Embraer para reduzir custos. *Jornal Estadão*. São Paulo, 23 abr. 2008.
- BERNARDES, Roberto. *EMBRAER: elos entre Estado e mercado*. São Paulo: Hucitec, 2000a.
- _____. *Redes de inovação e cadeias produtivas globais: impactos da estratégia de competição da Embraer no arranjo aeronáutico da Região de São José dos Campos*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IE/UFRJ, 2000b. (Nota Técnica 23).
- BORGES, Beatriz. *Mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil*. [S.l.]: El país, 08 set. 2014. Disponível em <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/politica/1410204895_124898.html>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- BRIALES, Júlio Aragon; FERRAZ, Fernando Toledo. Melhoria contínua através do Kaizen. *Revista eletrônica de economia*, [S.l.], Ano IV, n. 7, março 2006. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicacoes/revista_economia/artigos/edicao7/artigo_70002.pdf> Acesso em: 25 set.2012.
- CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1999.
- CARCANHOLO, Reinaldo; SABADINI, Maurício. Capital fictício e lucros fictícios. In: GOMES, Helder. (Org). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). *Embraer reduz salários e aumenta vendas*. Documento setorial, 1998.
- DRUMOND, Cosme Degenar. *Asas do Brasil: uma história que voa pelo mundo*. São Paulo: Cultura, 2008.
- EMBRAER. *Projetos Kaizen e melhoria contínua*. Guia de Consulta, s.d.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2000.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2001.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2003.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2005.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2006.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2007.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2008.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2010.
- _____. *Relatório anual*. São José dos Campos, 2011.
- FERNANDES, Florestan. O que é revolução. In: SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda (Org.). *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. Financeirização: impacto nas prioridades de gasto do Estado – 1990 a 2007. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. (Orgs.). *O Brasil sob a nova ordem - a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FONSECA, Paulus Vinícius da Rocha. Embraer: um caso de sucesso com o apoio do BNDES. *Revista do BNDES*, [S.l.], n. 37, jun. 2012.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.
- GODEIRO (Org.). *A Embraer é nossa!* São Paulo: Sundermann, 2009.
- HUSSON, Michel. Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital. In: BRUNHOFF, Suzanne de. et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MALANGA, Umberto César Chacon. *Análise das transformações da gestão operacional e organizacional da Embraer após a sua privatização*. 1997. 96f. Trabalho de Graduação (Divisão de Engenharia de Aeronáutica) - Centro Técnico Aeroespacial/Instituto Tecnológico de Aeronáutica, São José dos Campos, São Paulo, 1997.
- MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MARTINEZ, Maria Regina Estevez. *A globalização da indústria aeronáutica: o caso da Embraer*. 2007. 340f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MIRANDA, Zil. *O vôo da Embraer: a competitividade brasileira na indústria de alta tecnologia*. São Paulo: Papagaio, 2007.
- MORAES, Livia de Cássia Godoi. *Pulverização de capital e intensificação do trabalho: o caso da EMBRAER*. 2013. 353f. Tese (Pós-graduação em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de

Campinas/UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2013.

NAKATANI, Paulo; SABADINI, Maurício de Souza. Sistema Financeiro e Mercado de Capitais. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. (Orgs.). *O Brasil sob a nova ordem - a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Kelly. *O desenvolvimento da comunicação interna na Embraer, entre os períodos estatal e privado: "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer"*. 2002. 121f. Monografia (Curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas) - Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PAULANI, Leda. A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. *Revista Economia*, Brasília, v. 12, n. 1, jan./abr. 2011.

PLIHON, Dominique. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Le nouveau capitalisme*. Paris: La Découverte, 2004.

PRADO, Eleutério. Exame crítico da teoria da financeirização. *Crítica Marxista*, [S.l.], n. 39, 2014.

REUTERS. *Embraer SA (EMBR3.SA)*. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/chart?symbol=EMBR3.SA>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de administração e finanças*. São Paulo: Record, 2008.

SILVA, Ozires. *Nas asas da educação: a trajetória da EMBRAER*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Acompanhamento do processo de desestatização da EMBRAER - 2ª fase. 1994. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br/Consultas/juris/Docs/judoc%5CDec%5C19960611%5CCGERADO_TC-20615.pdf>. Acesso em: 26 de dez. 2015.

YOKOTA, Satoshi. *A fábrica do futuro e o caso da EMBRAER*. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.numa.org.br/download/Livro_F%20E1brica%20do%20Futuro/apres_pdf/embraer_Fabr%20Futuro-V07%20-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

**IN THE WINGS OF THE CAPITAL: EMBRAER,
financialization and implications about the
workers**

Livia de Cássia Godoi Moraes

The object of analysis in this article is the process of increasing financialization in the leading aeronautics company in Brazil, Brazilian Aeronautics Company S.A, (nowadays, only called EMBRAER S.A), and the impact on their direct and indirect workers. EMBRAER is the third biggest manufacturer of commercial airplanes in the world; thus, the level of competition makes the company privilege hegemonic organizational trends of global level. This investigation, centered on content analysis from official documents and scientific research published until then, verified four main moments of interconnections between productive capital and fictitious capital since its privatization in 1994, until 2012 when the research was finished. Thus, four moments come to light: 1) the 1990s, when the company was privatized; 2) in a determinant way, the beginning of the 2000's with the manufacture of commercial airplanes EMBRAER 170/190; 3) the posterior pulverization of capital in 2006; and, finally, 4) the change of the corporate name for the purpose of expanding the areas of activity of the company in 2010. The context of such changes is that of the globalization of capital and the predominance of fictitious accumulation of capital with strong impacts in the intensification of workforce use.

KEYWORDS: Financialization. Work. EMBRAER. Restoration. Productive. Exploration.

**DANS LES AILES DU CAPITAL: EMBRAER,
Financiarisation et implications pour les
travailleurs**

Livia de Cássia Godoi Moraes

Le sujet de cet article est le processus de financiarisation croissante dans l'entreprise leader de l'industrie d'aviation brésilienne, EMBRAER – Entreprise Brésilienne d'Aéronautique S.A, aujourd'hui, seulement EMBRAER S.A –, et ses conséquences sur le travail et ses travailleurs directs et indirects. L'EMBRAER est la troisième plus grande productrice d'avions commerciaux du monde, dont le niveau de la concurrence l'induit à donner la priorité à des tendances organisationnelles hégémoniques dans le contexte mondial. La recherche, concentrée sur l'analyse de contenu, à partir des documents officiels et des recherches scientifiques jusqu'à ce moment publiées, a identifié quatre principaux moments de forte chevauchement entre capital fictif et capital productif depuis sa privatisation, en 1994, jusqu'à l'année de 2012, quand quand la recherche se ferme: 1) à partir de 1994, quand l'entreprise a été privatisé ; 2) De façon déterminante, dans le début des années 2000, avec la production des avions commerciaux de la famille EMBRAER 170/190 ; 3) avec la subséquent pulvérisation des capitaux, en 2006; et, enfin, 4) après le changement de la dénomination sociale dont l'objectif était élargir les zones d'opération de l'entreprise, en 2010. Le contexte dans lequel ces changements se produisent est la mondialisation du capital avec la prévalence de l'accumulation de capital fictif, qui a des forts impacts sur l'utilisation intensifiée de la main-d'œuvre.

MOTS-CLÉS: Financiarisation. Travail. EMBRAER. Restructuration Productive. Exploration.

A FACE QUALIFICADA-ESPECIALIZADA DO TRABALHO IMIGRANTE NO BRASIL: temporalidade e flexibilidade

*Patrícia Villen**

O objeto deste artigo é a face qualificada-especializada do trabalho imigrante, relacionada com o circuito legalizado da imigração. Examina-se a bibliografia e os diferentes tratamentos teóricos do tema, enfatizando a pertinência do prisma do “mercado global dos recursos humanos qualificados”. A manifestação desses fluxos no Brasil (2007-2014) é analisada a partir das estatísticas do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho e Emprego sobre o regime de visto, a composição de sexo e de nacionalidade. Uma seção é dedicada aos “marítimos globais” e aos médicos cubanos, por representarem um caso emblemático das novas bases sócio-históricas de desenvolvimento do fenômeno da imigração no país. Por fim, será feito um balanço sobre a ligação desses fluxos com movimentos de precarização do trabalho, em particular no que se refere à temporalidade e à flexibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho imigrante. Temporalidade. Flexibilidade. Marítimos globais. Mais Médicos. Brasil. Mercado de trabalho.

O início do século XXI é caracterizado por um cenário mundial inteiramente tocado pelos movimentos migratórios internacionais, compostos por fluxos SUL-NORTE (predominantemente), SUL-SUL e LESTE-OESTE (em particular na Europa). Há também fluxos internos ao NORTE, hoje bastante vivos no contexto europeu, em função da crise econômica. Os fluxos SUL-SUL atualmente não têm o peso daqueles SUL-NORTE, porém estão em contínuo crescimento, em particular para a população de refugiados e deslocados forçados. Muitos desses fluxos, na verdade, têm o SUL como destino em razão da proximidade geográfica ou mesmo como alternativa de passagem para, eventualmente, possibilitarem a meta mais almejada de um dia poder entrar no NORTE, onde os salários (diretos e indiretos) costumam ser em média mais altos.¹

* Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Ciências Sociais.

Campus Santa Mônica - Bloco 1H Sala 20. Av. João Naves de Ávila, 2121. Cep: 38400-902. Santa Mônica - Uberlândia - Minas Gerais - Brasil. villenpatricia@gmail.com

¹ No ano de 2013, as estimativas da Organização das Nações Unidas indicavam a presença de 232 milhões de migrantes internacionais no mundo (cerca de 3% da população mundial), dos quais 48% eram mulheres e 74% estavam em idade ativa (20-64 anos). Mais da metade desses migrantes, quase 136 milhões (o que corresponde

Diversos estudos sinalizam a intensificação desses fluxos, a diversificação das nacionalidades envolvidas e, notadamente, sua extensão global de manifestação.² Dentro desse complexo quadro, que envolve diferentes modalidades migratórias – refúgio, via circuito indocumentado, por motivo de estudo, casamento, turismo, trabalho, etc. –, este estudo focará a face qualificada-especializada do trabalho

a 59% do total), viviam nos países centrais. A população de refugiados também compõe esse quadro, cerca de 17 milhões de pessoas. Ao contrário dos demais migrantes internacionais, 87% dos refugiados se encontravam em países periféricos.

² A literatura sobre o tema é ampla e muito antiga. Hoje, em razão das dimensões que o fenômeno adquire em escala global, esse tema é contemplado pelas diferentes áreas de conhecimento dos mais diversos países. Para consultar perspectivas críticas que destacam o caráter estrutural, internacionalmente interligado e sistêmico dos movimentos migratórios no sistema capitalista e sua importância para a configuração da globalização, ver Sassen (1988, 2014), Basso (2003), Mackay (2008) e Potts (1990). Para a análise das diferentes questões implicadas nos movimentos migratórios internacionais e seus desdobramentos nas sociedades, em particular no que se refere ao fenômeno do racismo e à organização dos trabalhadores imigrantes, ver Basso, 2010 e Chacón e Davis, 2006. Para um panorama das linhas gerais de interpretação desse fenômeno na atualidade e a literatura especializada nas diferentes dimensões do fenômeno, ver Fiddian-Quasmiyeh et al. 2014 e Mazzella, 2014. Não poderia deixar de mencionar um rico campo de estudos sobre as migrações internas ao Brasil, que certamente representa uma importante base analítica de interlocução para analisar a relação do trabalho com o fenômeno da imigração internacional no país.

imigrante. Essa categoria não se refere à qualificação-especialização do imigrante, pensado individualmente, mas às portas de entrada institucionalmente legalizadas da imigração por motivo de trabalho e de sua ligação com o funcionamento do mercado de trabalho.³ Na contracorrente da via indocumentada, entendida como forma de migrar imposta, na atualidade, à maior parte dos imigrantes e refugiados –, esses fluxos são os únicos que conseguem entrar pelo ultrasseletivo e burocrático circuito legalizado da imigração por motivo de trabalho.

Um elemento importante para se entender a especificidade desses fluxos é o posicionamento dos Estados-nação, ao considerá-los como reflexos naturais do funcionamento do presente estágio da economia e da livre circulação de capitais (Sassen, 2011). Os governos participam e encorajam o chamado “mercado global das competências ou dos recursos humanos” (Pizzarro, 2005) para setores específicos da indústria, serviços e finanças, no âmbito privado e público, mesmo de forma reticente em relação à permanência desses imigrantes – ou seja, abrindo as portas *temporariamente* (Dreher, 2007; Martin, 2006; Ruiz, 2011).

Por esse motivo, segundo esclarece o estudioso do fenômeno imigratório na Suíça, Lopreno (2015), a abordagem de pesquisas e políticas públicas sobre essa modalidade de migração recebe atualmente a atenção de cálculos milimétricos para precisar o chamado “capital humano” funcional a determinados setores estratégicos da economia, especialmente o de serviços.

Na última década, como será demonstrado, esses fluxos ganharam importância crescente no Brasil – não só em números, mas também na velocidade das entradas e saídas, nas diferentes categorias profissionais, nacionalidades e setores econômicos implicados –, sendo

bastante nítida sua presença nas estatísticas oficiais. Não obstante, há um vazio quase completo de estudos sobre o tema,⁴ em particular se considerada a sociologia do trabalho. Até o momento, além dos estudos da área da demografia, que já faziam, desde a década de 2000, o mapeamento da presença desse perfil qualificado-especializado da imigração no Brasil, foram produzidas análises apenas com o propósito de discutir a necessidade da aplicação de políticas públicas para atração desses profissionais.⁵

Não se atentou, no entanto, para a investigação sobre a razão da manifestação desses fluxos que compõem o quadro geral do fenômeno imigratório na atualidade, das questões de fundo implicadas e das causas que levam à emigração essas categorias geralmente pensadas como “protegidas” de movimentos gerais de precarização do trabalho – como o desemprego, o rebaixamento de salários, de direitos e das condições de trabalho.

Como forma de contribuir para o preenchimento dessa lacuna, o presente estudo discute a presença desses fluxos no Brasil, levando em consideração as questões supramencionadas e suas imbricações com o funcionamento do mercado de trabalho. O período privilegiado é o de 2007-2014, tendo em vista que ele permite entender dinâmicas do fenômeno dentro do contexto de crise, desemprego e recrudescimento das políticas imigratórias nos países centrais, enquanto, no Brasil, havia um aquecimento do mercado de trabalho. Esse período contrasta com as duas décadas precedentes, porém não exclui,

⁴ Tal constatação compõe um quadro mais geral de silêncio, bastante difuso nas diferentes áreas acadêmicas, sobre a manifestação do fenômeno da imigração no Brasil durante a segunda metade do século XX, com exceção de alguns centros de pesquisa como o *Observatório das Migrações em São Paulo* (NEPO-UNICAMP). Depois de 2010, com o aumento dos fluxos de entrada no Brasil, principalmente de haitianos, ao contrário, é sintomático o aparecimento de estudos sobre o tema nas diferentes áreas.

⁵ Os estudos de Mestrado de Coentro (2011) e Momo (2014) abordaram o tema com base na idéia diretriz dos fatores produtivos benéficos implicados na entrada desses fluxos. Não por acaso, os Estados Unidos – atualmente o principal país de destino dessa modalidade de imigração – são utilizados como exemplo, nos dois estudos, do que poderia ser considerado o suprassumo de uma política bem sucedida de atração desses profissionais, na qual as políticas públicas brasileiras deveriam se espelhar.

³ Ademais, a noção de qualificação-especialização exige uma problematização pela sociologia do trabalho e, no que se refere aos movimentos migratórios internacionais, nem sempre há uma correspondência entre a qualificação-especialização do imigrante e sua inserção em setores altos ou baixos do mercado de trabalho. Para o tratamento mais aprofundado do tema, consultar Villen (2015).

é claro, suas profundas *contradições*, que têm sido amplamente documentadas pela sociologia do trabalho mais crítica (Antunes, 2014; Antunes; Druck, 2014; Braga, 2012; Krein, 2013b).

Com esse fim, este estudo examina, primeiramente, a bibliografia e os diferentes tratamentos teóricos do tema, enfatizando a pertinência do prisma do “mercado global dos recursos humanos qualificados”. Em seguida, a manifestação desses fluxos no Brasil (2007-2014) será analisada a partir das estatísticas do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MET), sobre o regime de visto, a composição por sexo e por nacionalidade. Adicionalmente, uma seção é dedicada aos “marítimos globais” e aos médicos cubanos, por representarem casos emblemáticos das novas bases sócio-históricas de desenvolvimento do fenômeno da imigração no país. Por fim, será feito um balanço sobre a ligação desses fluxos com movimentos de precarização do trabalho, em particular no que se refere à temporalidade e à flexibilidade.

O MERCADO GLOBAL DOS “RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS”

Decerto, a migração internacional (seja de curta, seja de longa duração) – na qual estão implicadas relações culturais, linguísticas, a dimensão política, sociológica e psicológica – oferece um substrato de pesquisa com questões complexas, que vão além da dimensão do trabalho. Nesse sentido, entende-se que as particularidades dos contextos de emigração e imigração, em conjunto com a própria complexidade das questões envolvidas no fenômeno – de natureza objetiva e subjetiva – definam a necessidade de múltiplos ângulos, descritivos e interpretativos, de suas dinâmicas.

Mais especificamente, considera-se importante a crítica do sociólogo Basso (2003), no que se refere a interpretações do fenômeno migratório internacional na atualidade que não se questionam sobre o que chama de “nexo

causa-efeito”. Disso decorrem, em sua opinião, teorias e mesmo a visão de instituições sobre o tema, nas quais as diversas manifestações dos movimentos internacionais de populações aparecem como “causas sem causa”, como se existissem “em si”, de forma “desligada” entre si e, principalmente, “separadas” do funcionamento do mercado mundial e do mercado de trabalho na era da mundialização financeira.

Além disso, há um equívoco muito presente na atualidade dos estudos sobre migração, o de considerar a perspectiva que ilumina sua ligação com o funcionamento do mercado de trabalho como excludente da dimensão subjetiva e dos fatores de transformação inerentes à ação dos próprios imigrantes. Tal crítica geralmente acompanha uma perspectiva que parte ou acaba, inevitavelmente, assumindo o *indivíduo* ou a *decisão individual*⁶ como categoria explicativa das causas das migrações, conseqüentemente, do *potencial de transformação* a elas inerente.

Para além das possíveis “escolhas” internacionalizadas dos sujeitos que migram, a intensificação da mobilidade internacional da força trabalho com perfil qualificado-especializado é difícil de ser compreendida como fenômeno social se colocada fora da relação de assalariamento e do atual grau de internacionalização dos processos produtivos e financeiros que acompanham, por sua vez, um regime legal da imigração a partir de aberturas e barreiras seletivas.

Autores como Aragonés e Salgado (2011) e Sassen (2014) destacam a ligação da face qualificada-especializada do trabalho imigrante na atualidade com as novas exigências da reestruturação produtiva e seus padrões tecnológicos, bem como com a aguda manifestação do desemprego estrutural no contexto de crise eclodida em 2007 – que se prolonga nos países

⁶ Como exemplo, temos a ideia naturalizada pela expressão “nômades globais” – defendida por Jim Mattewan (2012) – para falar de pessoas que circulam internacionalmente devido a uma escolha puramente individual e livre. Seu estudo, *Os novos nômades globais*, representa uma interpretação bastante difundida do fenômeno – mesmo de correntes nas Ciências Sociais – que apresenta com entusiasmo o que chama de “nova força de trabalho com mobilidade mundial”.

centrais e atualmente se propaga e se intensifica naqueles periféricos. No mesmo sentido, é inegável sua ligação com o avanço das formas de flexibilização do trabalho (Antunes, 2009; Krein, 2013a; Lima, 2013), que geram insegurança e incerteza ou mesmo a necessidade de migrar internacionalmente.

Conforme destaca Huws (2009, p. 56), “onde houver um mercado global para especializações, as escolhas dos empregadores em realocar ou não, é espelhada na decisão dos trabalhadores de imigrar ou não”. A autora esclarece que os trabalhadores estão submetidos não só à escolha dos empregadores, mas também dos Estados: “tanto os Estados Unidos quanto a maior parte dos países europeus recentemente facilitaram seus procedimentos de imigração para tornar acessíveis os *green cards* para engenheiros de *software* com qualificações” (Huws, 2009, p. 56). Nessa mesma linha de raciocínio, Lopreno (2015) ressalta que, apesar da etiqueta favorável que enfatiza o diferencial da qualificação, com particular alusão à idéia da importação de “cérebros” – o *brain drain* (drenagem de cérebros), o *brain gain* (ganho de cérebros), o *brain circulation* (circulação de cérebros) –, o trabalho desses imigrantes não deixa de ser alvo de mercantilização pelas empresas e Estados, interessados em saber quanto perdem em competitividade quando esses migrantes deixam seu território e quanto ganham quando os recebem.

De fato, estudos das diferentes áreas têm evidenciado como a alta demanda desses fluxos, nos países centrais, representa um elemento vital dessas economias para a manutenção da produtividade e da concorrência em escala mundial, a redução dos custos e direitos laborais e a geração de novos conhecimentos (Aragónés; Salgado, 2011). Além disso, o recebimento desses fluxos também tem a função de suprir e reduzir os custos de serviços públicos, sobretudo na área da saúde e educação.

Esse tema vem sendo bastante investigado em suas diferentes variáveis nos países centrais, por representarem o principal alvo des-

ses fluxos migratórios na atualidade (Kahanec, 2013; Sassen, 2011). Tais pesquisas esclarecem o contexto no qual essa modalidade específica da migração internacional começa a se manifestar, a saber, na segunda metade do século XX, intensificando-se da década de 1990 em diante.

Conforme destaca o estudioso das dinâmicas dos fluxos internacionais na América Latina, Pizarro (2005, p. 8), a expressão “fuga de cérebros”, geralmente evocada para discutir essa modalidade de migração, foi pela primeira vez utilizada por pesquisas realizadas nos anos 1950 para tratar da emigração de médicos ingleses para os Estados Unidos, sendo depois aplicada a diferentes contextos, em particular dos países periféricos, principais territórios de produção dos movimentos de emigração da segunda metade do século XX até hoje. O autor ainda esclarece que o debate científico focou principalmente o impacto desse tipo de emigração para os países periféricos, ganhando força nas décadas de 1960 e 1970, sendo renovado nos anos 1990, durante o auge da indústria informática.

Ainda segundo o autor, o peso crescente desses fluxos se refletiu no Acordo Geral de Comércio de Serviços, da Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulamentou, em 1995, a formação de um “mercado global de recursos humanos qualificados” para a prestação de serviços, sendo operacionalizado pelo regime temporário de residência no país de destino. Conforme destaca, o acordo “prevê a mobilidade de pessoas condicionada à prestação de serviços, mas não se aplica à inserção no mercado de trabalho, nem a direitos de cidadania e residência” (Pizarro, 2005, p. 20).

Quanto à América Latina, Pizarro (2005, p. 12) esclarece que, desde, pelo menos, a década de 1960, há o registro de “emigração e imigração de recursos humanos qualificados, ainda que a emigração para fora da região tenha sido o traço mais chamativo em intensidade, tendências e impactos”. Em decorrência, a maior parte dos estudos sobre esse tema, na região, focalizou o ponto de vista de um continente emissor de emigrantes com esse perfil (Pellegrino, 2001, 2010).

Não obstante o campo de pesquisa que procura destacar os fatores positivos de uma organização internacionalmente móvel dessa força de trabalho envolvendo diferentes países e culturas (Nedelcu, 2004),⁷ os elementos contraditórios do imperativo da mobilidade no funcionamento internacionalizado do mercado de trabalho também têm sido apontados por uma ampla literatura, tanto antiga, quanto atual.

Parte desses estudos se concentra nas relações hierárquicas entre os países implicados, nas assimetrias de funcionamento dos mercados de trabalho nacionais, nos regimes seletivos e restritivos da mobilidade desses imigrantes e nos impactos socioeconômicos para os países periféricos dessa emigração (Pellegrino, 2001; Pizarro, 2005; Portes, 2008). Outra parte desses estudos investiga os fatores de precarização envolvidos nessa organização internacionalmente móvel de força de trabalho.

Esses últimos mostram como a oportunidade de emprego ou de contratos de trabalho mais estáveis tem a mobilidade internacional como contrapartida, fator que nem sempre acompanha vantagens em relação a salários, jornadas, condições de trabalhos (se considerados os parâmetros dos nacionais que ocupam os mesmos postos), além dos condicionantes burocráticos e, sobretudo, a *temporalidade*, como já indicado, elemento basilar do atual regime de contratação internacional de força de trabalho dentro do circuito legalizado de migração (Stasiulis, 2008), que não deixa de expressar uma dimensão da flexibilidade do trabalho sob o “império do curto prazo” (Krein, 2013a, p. 23) no funcionamento do capitalismo na era da mundialização financeira.

Nos Estados Unidos, por exemplo, há autores como Rafael Alarcón (2000) que se referem aos profissionais contratados pela in-

dústria informática do Vale do Silício como *cerebreros* ou *tecnobraceros*, com o fim de evidenciar alguns traços da precarização desse trabalho por meio do recrutamento internacional. Vê-se, portanto, que uma semântica que remete ao sistema de importação de mexicanos utilizado nesse país, desde a metade do século XX, originalmente para suprir a demanda de trabalho na agricultura, está sendo utilizada por analogia para explicar fatores de precarização do trabalho relacionado a esses fluxos com perfil qualificado-especializado.

Também para Aragonés e Salgado (2011), trata-se de um sistema eficiente de fornecimento de trabalho flexível, principalmente de diplomados em idade ativa, estudantes ou jovens recém-formados no ensino superior, uma vez que propicia uma rápida contratação do profissional já formado e também uma eventual demissão – muitas vezes acompanhada de expulsão do país, caso sua força de trabalho se torne excedente e seu visto não seja renovado –, sem que o país receptor tenha investido na sua formação ou tenha de desembolsar gastos para sua permanência (aposentadoria, por exemplo).

Diante do exposto, a perspectiva de investigação adotada pelo presente estudo leva em consideração o “mercado global dos recursos humanos qualificados” – que abrange o tema mais amplo do recrutamento internacional de força de trabalho com perfil qualificado e (ou) especializado e sua relação com movimentos da precarização do trabalho – para entender a manifestação desse fenômeno no Brasil. A seguir, será feita a exposição e a análise das principais tendências da última década com relação a esses fluxos.

A FACE QUALIFICADA-ESPECIALIZADA DO TRABALHO IMIGRANTE NO BRASIL

O desenho institucional da imigração “bem-vinda” no Brasil indica a mesma tendência apontada pelos estudos anteriormente citados

⁷ Tais marcos interpretativos se fundamentam, por exemplo, nas remessas, consideradas como fator de desenvolvimento e nas vantagens de produtividade e concorrência para o país receptor. Há estudos que enfatizam os ganhos por parte do imigrante, com relação à experiência imigratória, aos aspectos identitários, de intercâmbio cultural e linguístico. Por fim, há interpretações que assumem a mobilidade internacional como *modus vivendi* no atual contexto, a partir da escolha dos indivíduos.

sobre o aumento da mobilidade internacional da força de trabalho com perfil qualificado-especializado (Baeninger et al., 2010),⁸ embora esses fluxos representem uma parcela reduzida do quadro mais complexo (e, em grande parte, indocumentado) do fenômeno da imigração no país, não revelado pelas estatísticas oficiais (Villen, 2015).⁹

A Tabela 1 não deixa dúvida sobre a significativa mudança no patamar de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros de 2007

para 2008, quando salta de 29 mil para quase 44 mil, crescendo ainda no período seguinte, quando supera as 60 mil autorizações anuais.

Essa modalidade de imigração ocorre em geral, mas não somente, por circuitos legalizados e de entrada facilitada para atuação em diversos setores de peso da economia nacional, sendo representada oficialmente como um produto da forte seletividade do mercado de trabalho, bem como das diretrizes da política nacional de desenvolvimento, principalmente para suprir a “falta”, no país, de profissionais qualificados para atuação em setores específicos.¹⁰

Há um nítido desequilíbrio na composição por sexo nesses fluxos, o que pode ser verificado em todas as categorias, confirmando as tendências já analisadas pela literatura internacional do “impacto de gênero” nessa mobilidade (Hirata, 2009; Morokvasic, 2011; Oliver, 2009; Preston e D’Addario, 2008; Roulleau-Berger, 2010).¹¹ Como mostra a Tabela 2, nos últimos quatro anos, o percentual de auto-

Tabela 1 – Autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros, Brasil (1993 a 2014)

Ano	Nº de pessoas	Ano	Nº de pessoas
1993	5.376	2004	20.315
1994	4.236	2005	24.158
1995	3.792	2006	25.440
1996	4.002	2007	29.488
1997	7.090	2008	43.993
1998	14.110	2009	42.914
1999	12.709	2010	55.471
2000	14.741	2011	69.077
2001	15.903	2012	67.220
2002	18.062	2013	62.387
2003	17.389	2014	46.740

Fonte: Ministério do Trabalho, Secretaria de Relações do Trabalho – Coordenação Geral de Imigração.

⁸ Conforme destaca o estudo de Baeninger, o circuito legalizado da imigração por motivo de trabalho apresenta um nível alto de escolaridade, sendo a maioria diplomada em Universidades ou em entidades equivalentes. Essa mesma constatação pode ser verificada nas estatísticas referentes às autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros no período de 2007-2014 (consultar Villen, 2015).

⁹ Para o detalhamento desses números oficiais e para a problematização de como não contemplam ou subestimam uma grande parcela de imigrantes indocumentados, provenientes de países periféricos, que são invisibilizados, ver Villen, 2015. Se considerada a média de 10,8% da população estrangeira nos países centrais, percebe-se que a porcentagem estimada oficialmente da população estrangeira no Brasil (2013), de aproximadamente 0,5%, é muito inferior (UN, 2013). Nos últimos cinco anos, os fluxos de entrada de haitianos foram os mais importantes. Segundo algumas estimativas, que consideram também os indocumentados, em 2015 havia 50.000 haitianos residindo no Brasil, com ingressos que começaram a ganhar volume a partir de 2011 (ver Baeninger et al., 2016). No entanto, há fluxos de entrada de muitas outras nacionalidades, principalmente de proveniência de países periféricos, notadamente aqueles fronteiriços com o Brasil, mas também de outros continentes (africano e asiático). Além disso, segundo o CONARE (2016), havia, no Brasil, um estoque de oito mil refugiados no ano de 2015. As principais nacionalidades são: sírios, angolanos, colombianos, congoleses e palestinos. Já o estoque de solicitantes de refúgio – que ainda aguardam o processo formal de reconhecimento do estatuto de refugiado – é muito maior (com mais 20.000 solicitantes nesse mesmo ano), sendo principalmente composto por haitianos, senegaleses, sírios, bengaleses, angolanos, congoleses, ganeses, libaneses e venezuelanos.

Tabela 2 – Relação de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros por sexo (2006 a 2014)

Ano	Gênero		Total geral
	Masculino	Feminino	
2006	23.608	1.832	25.440
2007	26.471	3.017	29.488
2008	39.551	4.442	43.993
2009	39.119	3.795	42.914
2010	35.493	3.564	39.057
2011	62.807	6.990	69.077
2012	60.807	6.413	67.220
2013	55.728	6.659	62.387
2014	41.602	5.138	46.740

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Base Estatística – CNIg).

¹⁰ A lei 6.815/80, que regulamenta o estatuto do estrangeiro no país, restringe a imigração a casos escolhidos (e sujeitos a uma aprovação altamente burocrática e demorada) de “mão-de-obra especializada”, funcional “ao desenvolvimento do país”, “em especial ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos”. Os projetos de lei que estão sendo discutidos para substituir essa lei não modificam esse critério em relação aos fluxos de entrada no país por motivo de trabalho.

¹¹ Tudo indica que a imigração feminina no Brasil, como no mundo, é principalmente destinada a empregos marcados pela precarização. No país, até o momento, foi direcionada mais à indústria (em particular a têxtil) que ao trabalho doméstico.

rizações de trabalho para mulheres imigrantes ficou em torno de meros 10% do total.

Oliver (2009), referindo-se à Comunidade Europeia, destaca que os setores da economia que hoje demandam uma alta mobilidade internacional (acadêmico, científico, de negócios, manejo de tecnologia) permitem mais a circulação de homens, tanto nos países centrais, como nos periféricos. Essa constatação também é confirmada por Laurence Roulleau-Berger (2010), que afirma, a partir do estudo do caso francês, que “poucas mulheres em migração têm acesso a cargos prestigiosos”, ou seja, seu estudo mostra que “a realidade complexa dos mercados de trabalho situa as mulheres em migração na margem [de seu funcionamento].” (*op. cit.*, p. 156). Contudo, Roulleau-Berger também esclarece que tal constatação não significa que essas mulheres não estejam participando da construção de espaços econômicos transnacionais (nos seto-

res da indústria, turismo, moda, arte etc.), que hoje exercem um papel central para as novas formas de acumulação (*op. cit.*, p. 169).

Pelos dados evidenciados na Tabela 3, também, é possível notar a presença de uma ampla gama de nacionalidades implicadas. Há, principalmente, nacionalidades dos países centrais ou daqueles com “posição intermediária” no mercado mundial (Índia, China, Coreia do Sul). As Filipinas representam uma exceção, que será tratada no item a seguir.

O estudo de Baeninger e Leoncy (2001) esclarece elementos para se entender a composição de nacionalidade desses fluxos: o investimento de capital estrangeiro e o funcionamento de empresas transnacionais no Brasil – polo que mais atrai esses profissionais, em particular, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. É preciso entender, portanto, a relação desses fluxos com a entrada de capital estrangeiro no país. Essa conexão foi analisada no

Tabela 3- Autorizações concedidas no Brasil por país de origem (2006 a 2014)

País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EUA	3.601	4.519	5.799	5.590	7.520	10.098	9.138	8.943	5.830
Filipinas	1.542	2.120	4.825	4.969	6.530	7.798	5.179	5.117	4.486
Reino Unido	2.199	2.474	3.874	3.496	3.828	2.500	4.363	4.089	3.296
Índia	766	1.292	1.981	2.630	3.234	4.262	4.235	3.756	2.663
Itália	1.099	1.382	1.413	1.395	2.006	2.421	2.999	2.688	2.545
Espanha	655	878	1.133	1.104	1.425	1.844	1.992	2.677	2.229
Portugal	477	550	679	708	757	1.547	2.171	2.913	1.921
França	1.210	1.377	1.613	1.908	1.597	2.166	2.369	2.265	1.785
China	717	1.078	2.422	1.405	2.154	2.639	3.082	2.354	1.561
Alemanha	1.553	1.292	1.815	1.454	2.873	3.162	3.589	2.900	1.437
Coreia do Sul	253	126	203	214	897	1.440	2.311	1.461	1.429
Japão	1.278	1.244	1.804	1.237	1.761	2.260	2.316	2.024	1.352
Indonésia	126	267	1.356	1.700	1.819	2.682	2.306	2.253	1.130
Outros	9.855	10.763	14.830	14.863	19.070	24.258	21.170	18.947	15.076
Total	25.331	29.362	43.747	42.673	55.471	69.077	67.220	62.387	46.740

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Base Estatística – CNIg).

estudo de Sassen (1988), *The mobility of labor and capital*, o qual explicita que a mobilidade do capital cria condições – como um “fator indutor” – da mobilidade da força de trabalho. Nesse sentido, a autora aconselha olhar para o significativo movimento de deslocamento de empresas transnacionais e demais investimentos de capitais estrangeiros nos países periféricos, intensificados na segunda metade do século XX e presentes até hoje, para se compreender as configurações dos movimentos internacionais de força de trabalho na contemporaneidade.¹²

A mesma tendência, já indicada (Pizzarro, 2005), de uma gestão de *caráter temporário* aplicada a esses fluxos, se revela nos dados referentes à década de 2000, com um nítido aumento de vistos com prazo determinado (para estrangeiros com ou sem contrato de trabalho), em detrimento dos vistos permanentes, destinados em grande parte a investidores ou executivos de transnacionais que atuam no Brasil (Baeninger et al., 2010). Na Tabela 4, relativa às entradas por motivo de trabalho dentro do circuito legalizado, está estampado esse tratamento temporário da imigração a partir do

ideal do trabalhador hóspede, o *gastarbeiter*, modelo aplicado principalmente pelas políticas imigratórias na Alemanha, no passado e no presente (Kammerer, 1976). Trata-se de um trabalho imigrante que tem o tempo de sua permanência no país de destino ditado pelas necessidades econômicas do mercado. Essa tabela demonstra como esse tempo de permanência no Brasil se revela bastante curto, ou seja, é indicativo da velocidade de entradas e saídas desses fluxos, já que a maior parte das autorizações tem duração de somente três meses.

A “provisoriedade” implícita no regime aplicado a essa força de trabalho internacionalmente móvel, ou seja, no *visto temporário*, comunica-se com os diferentes tipos de contratos temporários, ao revelar a organização flexível do trabalho imperante na atualidade, com diferentes custos – objetivos e subjetivos – para o trabalhador, e suas condições gerais de salários e direitos (Antunes, 2009; Gallino, 2011; Lima, 2013). Trata-se, portanto, de uma contratação internacionalizada *por demanda e just in time* do regime de acumulação flexível (Harvey, 1992). No Brasil, essa contratação temporária era, antes, um recurso utilizado, em particular

Tabela 4 – Relação de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros, por ano, síntese por prazo de concessão dos vistos temporários (2006 a 2014)

Síntese por prazo de concessão (temporários)	Até 90 dias	Até 1 ano	Até 2 anos com contrato de trabalho no Brasil	Até 2 anos sem contrato de trabalho no Brasil	Total
2006	10.110	3.626	2.236	7.413	23.385
2007	11.305	5.803	2.009	7.756	26.873
2008	13.713	14.245	2.339	10.974	41.271
2009	12.423	12.028	2.578	13.431	40.460
2010	16.498	17.327	4.052	15.347	53.224
2011	22.716	20.623	5.095	17.957	66.391
2012	24.259	18.390	5.970	15.663	64.282
2013	18.707	18.992	6.216	15.513	59.428
2014	9.903	7.126	6.204	20.755	43.988

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Base Estatística – CNIg).

¹² Não é um acaso histórico que, nessa segunda metade do século XX, a América Latina fosse marcada profundamente pelas *migrações internas* campo-cidade e pelo fenômeno da *emigração*, que buscava saídas tanto inter-regionais quanto nos países centrais, em particular nos EUA, na Europa ocidental e no Japão. Para detalhes, consultar Basso (2003) e Campos (2009).

pelos grandes empresas, para reduzir custos e recrutar força de trabalho segundo as oscilações do mercado (Krein, 2013a). Hoje, todavia, tende a se disseminar, inclusive nas contrata-

ções em regime público pelo próprio Estado, direta ou indiretamente, via terceirização.

Além disso, é preciso considerar que a possibilidade de imigrar dentro dos circuitos legalizados para trabalhar obedece a um “modelo patronal”, exatamente o que Perocco (2011) identifica como uma marca característica da organização do sistema de imigração nos países centrais, demonstrado pelo caso italiano e, em geral, pelo europeu. O autor utiliza essa expressão para ressaltar o peso do vínculo exigido institucionalmente entre visto, residência e contrato de trabalho, que acentua a *dependência* do trabalhador imigrante para com o seu *empregador*, ou seja, faz com que o prazo de *validade dos direitos* do primeiro, desde o pedido da permissão de entrada no país, coincida com a validade e renovação do *contrato de trabalho*. Sua entrada e permanência ficam, portanto, condicionadas ao poder do empregador de declarar sua utilidade para o país como força de trabalho. Não se quebra, assim, o vínculo de dependência do imigrante para com o empregador e com um processo burocrático penoso.¹³ Na prática, somente as empresas de grande porte ou de capital transnacionalizado bancam os custos dessa burocracia e conseguem a autorização de trabalho para o imigrante. Essa burocracia para a entrada e a permanência no país por motivo de trabalho, portanto, não se comunica com empregos e postos de trabalho de baixa remuneração que, em teoria, não exigem “conhecimentos específicos” – normalmente exigidos pelas leis.

Por fim, convém destacar que tal regime – burocrático, ultrasseletivo e temporário da imigração por motivo de trabalho – também pode criar como subproduto a *indocumentação* desses trabalhadores, em situações de demora na concessão – ou mesmo indeferimento – do visto, bem como de permanência no país após seu vencimento. Há um amplo contingente do trabalho imigrante atingido por esse fenômeno, mesmo

¹³ Mesmo quando a empresa tem interesse em manter a contratação, o imigrante ainda precisa passar pelo segundo teste da renovação do *visto* ou da sua transformação em permanente.

nos estratos altos do mercado de trabalho.

A indocumentação, no que se refere aos efeitos que possui nas relações laborais, não é somente um sinônimo de *informalidade* (Villen, 2016). No exercício de uma atividade laboral, em termos formais (de direito), tem os mesmos efeitos, mas sua substância vai além dessa esfera, pois carrega um peso a mais de condicionamentos – objetivos e subjetivos – que colocam o imigrante numa situação ainda mais vulnerável do que aquela contida no trabalho informal, com efeitos amplos também na vida social. As razões de existência do fenômeno da indocumentação se encontram essencialmente nas vantagens salariais, produtivas e de controle da força de trabalho pelo empregador e pelo próprio Estado, com possíveis consequências graves para o trabalhador imigrante, como a prisão e a deportação.¹⁴

A seguir, serão expostos elementos de novidade de casos emblemáticos para se compreender as dinâmicas de manifestação do fenômeno imigratório na atualidade do Brasil.

OS CASOS EMBLEMÁTICOS DOS “MARÍTIMOS GLOBAIS” E DOS MÉDICOS CUBANOS

A manifestação da face qualificada-especializada do trabalho imigrante no Brasil se comunica com a realidade mais ampla do aumento dos fluxos migratórios em âmbito internacional. Sassen (2011, 2014) forneceu pistas analíticas preciosas para se compreender a ligação dessa modalidade migratória com outros circuitos de migração em escala global, dinâmicos e multilocais,¹⁵ oferecendo elementos

¹⁴ No Brasil, até o momento, essa questão ainda não foi investigada, mas parece ser bastante disseminada, até mesmo em profissões tradicionais, como a medicina. Os imigrantes provenientes de países que não possuem acordo de residência com o Mercosul ou a permissão de permanência como turistas por três meses (renováveis), como ocorre para os países da União Europeia, são os principais candidatos a essa condição de trabalho imigrante qualificado-especializado, porém efetivamente indocumentado.

¹⁵ Para uma análise mais aprofundada da sua perspectiva sobre a configuração polarizada dos fluxos migratórios internacionais na atualidade, ver Villen (2015).

que ajudam a pensar a unidade do processo de “expulsões” que produz tais fluxos e sua ligação com o funcionamento do mercado de trabalho.

No tocante a essa modalidade do trabalho imigrante, que entra pelo circuito legalizado, há, certamente, contrastes impeditivos de qualquer generalização no que se refere à inserção desses imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Nessa última década, houve o aumento de entrada de assalariados de empresas transnacionais – como engenheiros, técnicos em informática, tradutores, etc. –, de professores e pesquisadores universitários, de professores de língua estrangeira, além das categorias que já se manifestavam nas décadas anteriores, por estarem diretamente relacionadas com o funcionamento de empresas transnacionais e investimentos de capitais no país. Todavia, há também elementos de novidade que ganham peso no período analisado, como as expressivas contratações nos serviços públicos de saúde e educação, ou ainda a categoria completamente silenciada de trabalhadores marítimos de proveniência asiática, que passamos a analisar a seguir, por serem casos emblemáticos da nova base sócio-histórica da imigração no Brasil.

O aumento do volume de ingresso da categoria de trabalhadores de embarcação ou plataforma estrangeira no Brasil ainda não foi investigado por pesquisas, mas sinaliza um caso que merece cuidadosa atenção. Em particular, devido aos projetos de expansão do setor de petróleo, que ganhou força com a descoberta da reserva de petróleo da camada Pré-Sal (Valor Econômico, 2014)¹⁶ e está interligado com uma ampla cadeia produtiva e financeira,¹⁷ em escala nacional e internacional. A terceirização, principal meio utilizado nas últimas décadas na reestruturação da Petrobrás para o rebaixamento de custos – com consequências

graves para seu grande contingente de trabalhadores contratados direta e indiretamente (Druck, 1995) – parece estar se articulando com a condição de trabalho imigrante.

Segundo Zanin (2007), sociólogo italiano e um dos maiores especialistas no tema do trabalho marítimo na atualidade, o Brasil, já no início da década de 2000, despontava como mercado “emergente” na importação dos “marítimos globais”,¹⁸ em particular de origem asiática. Os dados da Tabela 5 mostram que, entre 2006 e 2013, houve aumento de ingressos dessa categoria no Brasil, de 7.405 para 15.229 pessoas.

Tabela 5 – Autorizações temporárias de trabalho para estrangeiros a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil (2006 a 2014)

Ano	Nº autorizações
2006	7.405
2007	7.756
2008	10.974
2009	13.371
2010	15.207
2011	17.738
2012	15.554
2013	15.229
3º tri 2014	11.797

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Base Estatística – CNIg).
Obs.: Para o ano de 2014, os últimos dados disponíveis são relativos ao 3º trimestre.

A análise do principal país de proveniência desses fluxos, nessa última década, as Filipinas, deixa bastante evidente o salto quantitativo de seu ingresso na década de 2000 com relação à de 1990. Segundo o estudo de Baeninger e Leoncy (2001), durante todo o intervalo de 1993-2000, haviam sido concedidas apenas 983 autorizações de trabalho para filipinos (considerando-se todos os tipos de visto). A Tabela 6 revela que, na década de 2010,

¹⁸ Segundo Zanin as estatísticas dos *marítimos globais* são construídas com base em critérios diferenciados segundo as entidades fornecedoras de dados sobre essa categoria (como, por exemplo, o exercício da atividade em água internacional, o peso da embarcação e a propriedade final do trabalho na embarcação). Conforme destaca o autor, a categoria dos *marítimos globais*, empregados em embarcações de propriedade transnacional, corresponde hoje a 2/3 dessa força de trabalho.

¹⁶ Essa descoberta foi anunciada em 2006. A reserva de petróleo do país, em 2014, era estimada em 6 bilhões de barris, passando a um patamar entre 35 e 45 bilhões de barris com as estimativas de exploração dessa camada.

¹⁷ Por exemplo, o número de estaleiros passou de dois, em 2003, a dez em 2014.

por sua vez, em apenas quatro anos, foram registradas mais de 13.000 autorizações para o trabalho de filipinos em embarcações ou plataformas estrangeiras.¹⁹

Tabela 6 – Profissionais estrangeiros para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira autorizada a operar no Brasil – até dois anos –, por nacionalidade (2011 a 2014)

Nacionalidade	2011	2012	2013	3º tri 2014
Filipinas	3.583	3.615	3.584	2.748
Reino Unido	1.814	1.486	1.692	1.195
Índia	1.432	1.278	1.110	832
EUA	1.777	1.090	927	662
Polônia	741	616	705	546
Ucrânia	434	555	599	477
Noruega	1.076	519	658	370
Grécia	345	486	546	369
Rússia	527	508	460	293
França	404	401	348	211
Outros	5.605	5.401	4.600	4.093
Total	17.738	15.955	15.229	11.796

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (Base Estatística – CNIg).
Obs.: para o ano de 2014, os últimos dados disponíveis são relativos ao 3º trimestre.

O estudo de Zanin (2007) é crucial para o entendimento da causa de fundo da manifestação desses fluxos e sua conexão com uma rede mais ampla em nível global. Com base na análise de fontes estatísticas das agências específicas de navegação marítima e na literatura internacional sobre o tema, o autor analisa o funcionamento de uma indústria operacionalizada em rede mundial, que tem como elemento-base o recrutamento internacional de trabalhadores marítimos. Sua análise destaca os quatro pilares sobre os quais essa indústria se articula atualmente: 1) os Estados (como consumidores e organizadores do recrutamento dos trabalhadores marítimos); 2) as empresas transnacionais

¹⁹ No Brasil, por enquanto, os fluxos de entrada de proveniência das Filipinas são provavelmente de homens, por serem destinados ao trabalho nas embarcações. No entanto, é bastante conhecido o massivo fluxo de mulheres filipinas que se inserem no trabalho doméstico ou de cuidado, na Europa e nos Estados Unidos, bem como aquele para o Japão, ligado à indústria do sexo ver (Falquet, 2006; Sassen, 2006). Recentemente, algumas notícias de jornais informaram a existência de mulheres filipinas que estão sendo contratadas em São Paulo, por intermediação de agências, para exercer trabalho doméstico ver (Arraes, 2015).

(empregadoras e terceirizadas); 3) as agências de recrutamento especializadas; e 4) o exército de trabalhadores marítimos de diferentes nacionalidades, notadamente asiáticas.

Segundo o autor, há uma nova divisão do trabalho permitida pelas tecnologias que, além de acompanhar a redução significativa dos números absolutos de funcionários nas embarcações, atingiu mais fortemente os cargos de oficiais (nos estratos mais altos da hierarquia do trabalho nas embarcações), historicamente preenchidos pelos brancos ocidentais, com um concomitante aumento na demanda pela força de trabalho para executar tarefas comuns nessas embarcações, que já eram, desde o passado, reservadas em maior grau aos asiáticos. Em sua opinião, essa antiga divisão do trabalho continua hoje a se reproduzir em razão dos *salários mais baixos* e da *flexibilidade* garantida pelos contratos de duração mais longa de permanência nas embarcações.²⁰ Em suas palavras,

[...] ainda hoje, os salários médios desembolsados aos marítimos asiáticos provenientes dos principais países fornecedores dessa força de trabalho são nitidamente inferiores às médias dos salários europeus, norte-americanos e japoneses [...]. Mesmo quando os salários são equivalentes, os contratos dos trabalhadores marítimos asiáticos em embarcações estrangeiras preveem a duração da permanência nas embarcações e dedicação [ao trabalho] nitidamente mais longa, em relação aos colegas provenientes de países ricos europeus de antiga industrialização. De modo que o maior tempo distante de casa – e o *stress* implicado – permite aos empregadores economizarem custos com aviões para pegar e devolver os

²⁰ Isso não significa que os vistos para esses trabalhadores também sejam de longa duração, mas que o tempo de permanência nas plataformas para trabalhar, sem pisar em terra firme, é mais longo para eles. Trata-se, como especifica Zanin, de uma imposição aos trabalhadores imigrantes asiáticos que permite às empresas a economia de custos com os seus deslocamentos. É claro que esse regime diferenciado do tempo de permanência nas plataformas também implica “custos” – físicos e emocionais – para esses trabalhadores, que são obrigados a suportar uma permanência mais longa nas plataformas, trabalhando.

marítimos no lugar de partida, antes e no final do embarque (Zanin, 2007, p. 282-283).

Por esse motivo, o recrutamento dos “marítimos globais” é, hoje, alvo de uma “verdadeira indústria de Estado” (Zanin, 2007, p. 285), pelo fato de eles se empenharem na criação das “vantagens competitivas” e estarem interessados no quanto ganham com a tributação e as remessas enviadas por esses trabalhadores. Segundo o autor, os Estados – notadamente das Filipinas, China, Índia, Indonésia, Bangladesh e Mianmar²¹ – se encarregam de organizar um complexo sistema de formação e certificação da habilitação para o trabalho marítimo a bordo de embarcações, de regulamentar as agências de recrutamento especializadas nessa força de trabalho, contribuindo também, com isso, para seu disciplinamento.

O estudo citado fornece diversos elementos para a compreensão da função desses Estados: impor leis e práticas que reforçam a natureza coagida desse trabalho que, pelas características específicas da situação de risco envolvida nas plataformas, fica submetido a um código de disciplina semimilitar, com proibição da representação sindical, punição pela deserção e indisciplina por meio das *listas negras*²² e até mesmo o encarceramento, em caso de infra-

ções, quando retornam ao país de origem.

Logo, trata-se de um trabalho que implica uma condição que, – por diversos fatores, a começar pelo isolamento geográfico sobre as águas e o confinamento nas embarcações, o tratamento jurídico, a disciplina semimilitar, a forte hierarquia na estratificação e a divisão do trabalho nas embarcações, a proibição da organização sindical, o racismo e a discriminação – equivale a estar sempre à beira da *coação*, daí sua denominação *forçados do mar* (Zanin, 2007).

Por outro lado, diferentemente do silêncio, tanto de pesquisas acadêmicas quanto da mídia, sobre a presença dos trabalhadores marítimos de origem asiática no país – não obstante o volume anual significativo dos fluxos de entrada –, a chegada dos médicos cubanos no Brasil em 2013, contratados pelo Programa *Mais Médicos*, gerou um “alarde” de discussões de diferentes vieses, desde posições políticas conservadoras, contrárias à importação de médicos de um país comunista, até opiniões xenofobas e racistas. Diversos fatores contextuais evidenciam, na verdade, como a discussão suscitada foi (e ainda é) demasiadamente centrada no fato de que a maioria dos médicos importados seja de nacionalidade cubana.

Para além dos posicionamentos políticos e a despeito de o sistema de saúde em Cuba ser referência mundial, a atuante campanha contra o programa *Mais Médicos*, no fundo, comporta também nuances racistas, com efeitos práticos contra os médicos cubanos. Muitos desses médicos sentiram na pele a exposição a xingamentos, ao descrédito em seu profissionalismo e eficiência no exercício de suas atividades e até na capacidade linguística de se comunicar com a população brasileira. Portanto, esse é um caso emblemático que evidencia claramente como o racismo pode se manifestar, mesmo nos estratos mais altos de inserção do trabalho imigrante.

Esse caso também contém elementos novos para a história da imigração do país. A presença de imigrantes (principalmente latino-americanos) nessa área do setor público já

²¹ Para compreender por que esses países são hoje os principais exportadores de trabalhadores marítimos – seguindo o conselho metodológico de Sayad (1998), ao considerar a imigração como um fenômeno inseparável da emigração – seria necessário também analisar as condições sócio-históricas de trabalho e de vida nesses países. Esse olhar dialético não deve ser desprezado, mas, pelo escopo deste artigo – de demonstrar a presença desse trabalho imigrante no país e sua ligação com o funcionamento internacionalizado do mercado de trabalho – não pode ser contemplado. No entanto, tal perspectiva investigativa será imprescindível para qualquer pesquisa sociológica que se proponha a debruçar-se sobre o tema e a aprofundar suas dimensões. Igualmente, também se mostra necessária a realização de uma pesquisa de campo que possa colher a experiência migratória, de trabalho e de vida desses imigrantes. Sabe-se que, pelo fato de esse trabalho ser altamente controlado pelas empresas, agências e Estados, tal tarefa não será fácil, tampouco impossível.

²² *Blacklist* é um meio de controle dos trabalhadores marítimos utilizado por alguns Estados asiáticos fornecedores dessa força de trabalho e pelas agências de recrutamento para impor punições e proibições. Essa lista é destinada a deixar marcado o nome do trabalhador, para que não seja mais recrutado pelas agências e eventualmente seja punido pelos Estados, por motivos como o da *filiação a sindicato*, abandono das embarcações (deserção), desobediência à disciplina de trabalho imposta nas embarcações, entres outros.

era uma realidade, se consideradas as últimas duas décadas, porém mais limitada em números. A título de comparação, entre os anos de 1998 e 2000, foram concedidas apenas 285 autorizações de trabalho para médicos (Baeninger e Leoney, 2001). Nos anos mais recentes, essas autorizações atingem patamares completamente distintos. Entre os anos de 2013 e 2014, foram contratados, em *regime temporário* de três anos (renovável uma única vez por igual período) 12.165 médicos de nacionalidade estrangeira para atuar em 2.177 municípios espalhados pelo Brasil.

No total dos contratados, os principais representantes eram cubanos, 11.452 (6.676 mulheres e 4.776 homens), seguidos de venezuelanos, argentinos, uruguaios e bolivianos. Conforme é possível notar na Tabela 7, há mais nacionalidades periféricas implicadas, sendo a Espanha e Portugal os principais representantes de países centrais. Em seu conjunto, o

programa envolve profissionais de 49 distintas nacionalidades. Na contratendência do desequilíbrio de gênero típico desse circuito do trabalho imigrante, a contratação de mulheres supera a de homens, respectivamente de 6.974 e 5.191. A Tabela 7 esclarece a composição por nacionalidade e sexo dos fluxos relacionados ao programa *Mais Médicos*.

Embora as particularidades do contexto nacional cubano e de seu sistema de exportação de médicos devam ser consideradas e impliquem *ambivalências* para se analisar esse processo de trabalho no Brasil,²³ é igualmente necessária a compreensão de suas conexões com o contexto internacional. Não é por acaso que a migração internacional de profissionais da área da saúde, em particular de médicos e enfermeiras, também está aumentando em escala mundial (OIT, 2014). A intensificação do grau de internacionalização do funcionamento dos mercados de trabalho e a escassez desse servi-

ço em diferentes países colaboram para que esse sistema ganhe amplitude em âmbito global, sendo utilizado principalmente nos países centrais (Massanet; Andrés, 2013; Wickramasekara, 2014). O caso do Reino Unido é exemplar, pois apresenta altas taxas de recrutamento internacional desses serviços, seja internamente à União Europeia (nas periferias da zona do Euro), seja externamente (nas Filipinas, por exemplo). De fato, esses milhares de médicos imigrantes que hoje atuam no Brasil revelam como esses fluxos também estão presentes no país e como o Estado brasileiro ocupa o lugar de consumidor direto da face qualificada-especializada da força de trabalho imigrante.

²³ O recrutamento dos médicos cubanos se mostra um caso antitético da imigração internacional no Brasil contemporâneo, que está sendo aprofundado no âmbito da pesquisa de Pós-Doutorado desta pesquisadora, visando a oferecer um estudo para captar as especificidades e ambivalências dessa imigração, bem como sua ligação com tendências mais gerais do funcionamento do mercado de trabalho e a circulação internacional de força de trabalho na área dos serviços de saúde.

Tabela 7 – Médicos participantes do programa “Mais Médicos”, por nacionalidade e sexo (2013 a 2014)

País de origem	Mulheres	Homens	Total
Cuba	6.676	4.776	11.452
Argentina	65	80	145
Bolívia	27	45	72
Espanha	20	34	54
Colômbia	7	11	18
Haiti	6	15	21
Honduras	9	6	15
Itália	3	10	13
México	7	17	24
Portugal	10	14	24
Rep. Dominicana	10	16	26
Paraguai	4	3	7
Uruguai	30	36	66
Venezuela	74	77	151
Peru	7	9	16
El Salvador	4	5	9
Alemanha	1	4	5
Total	6.974	5.191	12.165

Fonte: Elaboração própria, com dados obtidos junto ao Ministério da Saúde.
Obs.: Foram colocadas, na Tabela, apenas as nacionalidades mais representativas; por isso, o Total não representa a soma das nacionalidades expressas.

No que se refere aos médicos cubanos, há um sistema peculiar – e interestatal – de recrutamento internacional dessa força de trabalho, via Estado brasileiro e cubano, com a intermediação da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). O salário oferecido pela jornada de 40 horas semanais, em 2014, era de R\$10.000,00, mais a ajuda de custo, a cargo dos Municípios, para despesas de aluguel e alimentação (que podia variar de R\$1.500 a R\$ 3.000) e o pagamento de passagens. Esses médicos retêm de 15 a 20% do salário – sendo o restante destinado ao Estado cubano – e mesmo que essa quantia signifique bastante na sociedade cubana, no Brasil pode implicar problemas de estruturação, em função dos altos custos de vida, principalmente nas grandes cidades.²⁴

Do ponto de vista mais geral, um aspecto que não pode passar despercebido para a análise desse trabalho refere-se à *flexibilidade da contratação*, na forma de *bolsa- formação*, que deixa explícito o afastamento de “relações empregatícias de qualquer natureza”. Por esse motivo, essas contratações não estão incluídas nas autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Essa forma de contratação desvincula o Estado brasileiro de todos os encargos de proteção social do trabalho. No fundo, do ponto de vista desse Estado, a solução importadora é a mais vantajosa economicamente, porque, além de ter a pronta entrega de médicos já formados, também reduz custos desembolsados para a prestação desse serviço.²⁵

Outro aspecto bastante problemático refere-se ao próprio regime de contratação *temporária* adotado pelo programa. Essa forma flexível de contratação está sujeita à discricionariedade do Estado brasileiro, como empre-

gador, na decisão sobre a necessidade e a possibilidade (financeira) da manutenção desses médicos no país dentro do serviço público de saúde. Desse modo, a continuidade das contratações depende das prioridades do governo.²⁶ Quem potencialmente pode pagar o preço desse sistema são os próprios médicos estrangeiros, que não têm segurança sobre a renovação de seu contrato e, em função disso, podem ter de deixar o país. A população carente do Brasil, igualmente, não tem garantia da continuidade da prestação desses serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento significativo da presença dessa modalidade migratória no Brasil, durante o período analisado (2007-2014), além de sinalizar diferentes dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho e do aumento do seu grau de internacionalização na atualidade, também demonstra como diferentes categorias profissionais e nacionalidades passam a compor, com um volume significativo, os movimentos migratórios internacionais para o país. Procurou-se trazer elementos para pensar suas principais tendências no contexto brasileiro, que, ao contrário, foi historicamente mais estudado como um país emissor desses fluxos.

O verdadeiro motor desses movimentos, a começar pelos motivos que impelem essas categorias a emigrarem, normalmente, não está separado de dinâmicas mais gerais do mercado de trabalho – como o desemprego, o rebaixamento de condições laborais e de direitos, a contratação flexível ou mesmo o funcionamento internacionalizado de determinados setores produtivos, financeiros e de serviços. Fatores problemáticos que certamente não cessam de se manifestar no

²⁴ Ponderar essas questões não significa, entretanto, assumir o discurso da grande mídia e de posições políticas conservadoras, que não economizaram esforços para construção de uma imagem de “miserabilismo” desses médicos cubanos.

²⁵ O contrato inclui, no entanto, a jornada de oito horas diárias, o direito de trinta dias de férias e do afastamento remunerado em caso de doenças. Porém não está incluído o décimo terceiro salário e o FGTS, fundo de garantia.

²⁶ Essa questão ficou evidente no governo Temer, que colocou como uma de suas prioridades máximas mandar de volta os médicos cubanos, a despeito da importância de seu trabalho para a população brasileira mais carente e do amplo reconhecimento pelos brasileiros, usuários do SUS, do trabalho que os médicos cubanos realizam no país. O racismo contra esses médicos agora se manifesta também no âmbito do Estado brasileiro. Para o conceito de “racismo de Estado”, ver Basso, 2010.

país de imigração, notadamente pela flexibilidade imperante nos contratos dessa força de trabalho internacionalmente recrutada.

Além disso, o nível de escolarização e especialização característico desses fluxos – considerados, na atualidade, como os únicos “desejáveis” pelos Estados – não são suficientes para proteger essas categorias das tendências gerais de precarização do trabalho. O regime do visto temporário (e de curta duração) é um elemento importante para se compreenderem essas tendências, ditadas por uma presença institucionalmente provisória em território nacional, controlada pela flexibilidade exigida pelo mercado e sob a contínua ameaça da indocumentação. Muitos outros elementos mereceriam maior aprofundamento, em particular a manifestação do racismo e da divisão sexual do trabalho nessa modalidade de imigração “selecionada” para entrar pelo circuito documentado do trabalho imigrante, o que, de certa forma, também nos leva a refletir sobre a divisão internacional do trabalho implícita nesses fluxos.

Mas tratamos do caso completamente silenciado da importação dos “forçados do mar” e o dos médicos cubanos – estes, ao contrário, um objeto bastante explorado pela mídia –, trazendo elementos de novidade importantes para se pensar o quadro geral do trabalho imigrante no país. A flexibilidade e a temporalidade importadas são o denominador comum desses trabalhos. Quando não é o próprio Estado que aparece como exportador e (ou) importador dessa força de trabalho, muitas vezes intermediado por agências internacionais, são as empresas transnacionais que conseguem fazer valer sua vontade da importação da flexibilidade internacionalizada da força de trabalho imigrante.

A presença de filipinos no Brasil, para trabalhar nas embarcações de petróleo, é um exemplo claro da funcionalidade de um trabalho que deve ser mantido espacialmente na sua especialidade sobre as águas marítimas, distante da visibilidade dos territórios nacionais que o empregam e onde as plataformas transnacionais podem operar a pleno ritmo,

sem pausas ou grandes impedimentos oriundos da organização desses trabalhadores. Essas águas distantes do mar representam o espaço do não direito de um setor produtivo que está em plena expansão no Brasil.

O recrutamento internacional de médicos pelo Programa Mais Médicos demonstra como uma categoria profissional, antes considerada privilegiada e quase “blindada” dos movimentos de precarização do trabalho, hoje também compõe, de forma crescente, os movimentos migratórios em escala internacional. A particularidade do trabalho dos médicos cubanos, embora contenha especificidades e ambivalências que devem ser consideradas, revela igualmente tendências mais gerais, em escala global e nacional, do funcionamento do mercado de trabalho em sua relação com o fenômeno da imigração.

Com a crise econômica que se anuncia grave no Brasil, o recuo do investimento de capital estrangeiro e a aplicação dos ajustes fiscais com cortes significativos nos gastos públicos, certamente haverá uma diminuição dos ingressos desses fluxos no país. Como nos anos 1980 e 1990, o Brasil, agora, se recoloca potencialmente mais como um país emissor desses fluxos que, sem dúvida, serão ainda mais violentos do que nas décadas anteriores. A emigração drenará principalmente seus jovens recém-formados e já diplomados, que estão desempregados, descontentes com as condições laborais ou que não encontram nenhuma perspectiva de trabalho.

No entanto, é necessário lembrar que a demanda estrutural por essa face qualificada-especializada do trabalho imigrante se coloca como uma componente significativa do funcionamento do mercado de trabalho em sua ligação com movimentos migratórios em escala global, portanto, não deixará de existir no país, em particular em setores em expansão, como o do petróleo ou mesmo naqueles impulsionados pela internacionalização.

Recebido para publicação em 21 de abril de 2016
Aceito em 09 de dezembro de 2016

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, R. Skilled Immigrants and cerebreros: foreign-born engineers and scientists in the high-technology industry of Silicon Valley. In: FONER, N. (Org.). *Immigration research for a new century: multidisciplinary perspectives*. New York: Russell Sage Foundation, 2000.
- ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____.; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. In: _____. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARAGONÉS, A. M.; SALGADO, U. Mercados de trabajo en la economía del conocimiento y el fenómeno migratorio: el caso de Estados Unidos (1990-2006). In: ARAGONÉS, A. (Org.). *Mercados de trabajo y migración Internacional*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2011.
- ARRAES, J. *Home staff anuncia empregadas filipinas e causa indignação*. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/questaoedegenero/2015/04/28/home-staff-anuncia-empregadas-filipinas-e-causa-indignacao/>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- BAENINGER, R. et al. (Org.). *Imigração haitiana no Brasil*. Jundiá: Paco, 2016.
- _____. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília: CGEE, 2010.
- BAENINGER, R.; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.
- BASSO, P. L'ascesa del razzismo nella crisi globale. In: _____. (Org.). *Razzismo di stato: Stati Uniti, Europa, Italia*. Milano: FrancoAngeli, 2010.
- _____. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratorie. BASSO, P.; PEROCCHI, F. (Orgs.). *Gli immigrati in Europa: disegualianze, razzismo, lotte*. Milano: Franco Angeli, 2003.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CAMPOS, F. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.
- COENTRO, L. *Políticas públicas e gestão das migrações internacionais no Brasil: uma reflexão sobre os migrantes qualificados*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.
- COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS (CONARE). *Sistema de refúgio brasileiro. Desafios e perspectivas*. Ministério da Justiça, 2016.
- CHACON; J. A.; DAVIS, M. *No one is illegal: fighting racism and state violence on US-Mexico Border*. Chicago: Haymarket, 2006.
- DREHER, S. *Neoliberalism and Migration: an inquiry into the politics of globalization*. Hamburg: LIT Verlag, 2007.
- DRUCK, M. G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. São Paulo: Boitempo, 1995.
- FALQUET, J. Hommes en armes et femmes "de service": Tendances néolibérales dans l'évolution de la division sexuelle et internationale du travail. *Cahiers du Genre*, Paris, n. 40, 2006, p. 15-37.
- FIDDIAN-QUASMIYEH, E. et al. *Refugee and forced migration studies*. Oxford: Oxford Press, 2014.
- GALLINO, L. *Il lavoro non è una merce: contro la flessibilità*. Bari: Laterza, 2011.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.
- HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 24-41, jan./jun., 2009.
- HUWS, U. *A construção de um cybertariado? Trabalho virtual num mundo real*. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KAHANEC, M. *Skilled labor flows lessons from the European Union*. Bratislav: Central European University, 2013. (Discussion paper, 1301).
- KAMMERER, P. *Sviluppo del capitale ed emigrazione in Europa: la Germania Federale*. Milano: Mazzotta, 1976.
- KREIN, J. D. *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. São Paulo: LTR, 2013a.
- _____. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI. *NECAT*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 6-65, 2013b.
- LIMA, J. (Org.). *Outras sociologias do trabalho: flexibilidade, emoções, mobilidade*. EDUFSCAR: São Carlos, 2013.
- LOPRENO, D. L'immigrazione in Svizzera: XXI. In: GJERGJI, I. (Org.). *La nuova emigrazione italiana: cause, mete e figure sociali*. Ca' Foscari: Venezia, 2015.
- MACKAY, S. (Org.) *Refugees, recent migrants and employment: challenging barriers and exploring pathways*. New York: Routledge, 2008.
- MARTIN, P. (Org.) *Managing Labour Migration in the Twenty-first Century*, New Haven: Yale University, 2006.
- MASSANET, E.; ANDRÉS, F. Médicos latinoamericanos en Cataluña: procesos de integración y desarrollo profesional. *REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, n. 41, p. 225-240, 2013.
- MATTEWAN, J. *Os novos nômades globais*. São Paulo: Clio, 2012.
- MAZZELLA, S. *Sociologie des migrations*. Paris: Puf, 2014.
- MOMO, G. Estrangeiros qualificados: a nova face da imigração no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MOROKVASIC, M. L'(in)visibilité continue. *Cahiers du Genre*, Paris, n. 51, p. 25-47, 2011.
- NEDELCO, M. (Org.). *La mobilité internationale des compétences: situations récentes, approches nouvelles*. L'Harmattan: Paris, 2004.
- OLIVER, E. Promoting women? Lessons learned from a study of mobility and fixed-term work in early career researchers. In: HELEN, S.; CURRIE, S.; VELLUTI, S. *Gender and Migration in 21st Century Europe*. Farnham: Ashgate, 2009.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Employer's viewpoint on migration, retention and return of health-care workers: an Indian perspective*. EUILO: New Delhi, 2014. (Working Paper Series).

- PIZARRO, J. M. *Globalizados, pero restringidos: una visión latino-americana del mercado mundial de recursos humanos calificados*. CELADE: Santiago, 2005.
- PELLEGRINO, A. Tendencias de la migración internacional en América Latina y el de Caribe en la segunda mitad del siglo XX. In: OTEIZA, E. (Org.) *Patrones migratorios internacionales en América Latina*. Buenos Aires: EUDEBA, 2010.
- _____. ¿Drenaje o éxodo? Reflexiones sobre la migración calificada. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu. *Anais...*, Caxambu, 16 a 20 out. 2001.
- PEROCCO, F. Le discriminazioni razziali nel lavoro: un fenomeno sistematico e multidimensionale. In: FERRERO, M.; PEROCCO, F. (Orgs.). *Razzismo al lavoro: il sistema della discriminazione sul lavoro, la cornice giuridica e gli strumenti di tutela*. Milano: Franco Angeli, 2011.
- PORTES, A. Determinants of Brain Drain. *International Migration review*, v.10, n. 4, p. 489-508, 2008.
- POTTS, Lydia. *The World Labour Market: a history of migration*. London: Zed Books, 1990.
- PRESTON, V.; D'ADDARIO, S. Recent migrants in the Canadian labour market: exploring the impacts of gender and racialisation. In: MACKAY, S. (Org.) *Refugees, recent migrants and employment: challenging barriers and exploring pathways*. New York; London: Routledge, 2008.
- ROULLEAU-BERGER, L. *Migrer au féminin*. Paris: PUF, 2010.
- RUIZ, B. *Foreign and guest workers: immigration and admissions issues*. New Science Publishers: New York, 2011.
- SASSEN, S. *Brutality and complexity in the global economy*. Cambridge: Harvard, 2014.
- _____. Dos enclaves en las geografías globales contemporáneas del trabajo. In: ARAGONÉS, Ana M (Org.). *Mercados de trabajo y migración internacional*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2011.
- _____. "Vers une analyse alternative de la mondialisation: les circuits de survie et leurs acteurs". *Cahiers du Genre*. Paris, n. 40, p. 67-89, 2006.
- _____. *The mobility of labor and capital*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.
- STASIULIS, D. Revisiting the permanent-temporary labour migration dichotomy. In: PELLERIN, H.; GABRIEL, C. *Governing international labour migration: challenges and dilemmas*. New York: Routledge, 2008.
- UNITED NATIONS (UN). *Population facts*. The number of international migrants worldwide reaches 232 million. United Nations: New York, 2013.
- VALOR ECONÓMICO. *Especial pré-sal*. 23-25 ago. 2014.
- VILLEN, P. O trabalho forçadamente indocumentado e institucionalmente silenciado: a imigração dos 'periféricos emergenciais' para o Brasil. *Revista da ABET*, Paraná, v. 14, p. 186-198, 2016.
- _____. Imigração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e a atual configuração polarizada. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.
- ZANIN, V. *I forzati del mare*. Roma: Carocci, 2007.
- WICKRAMASEKARA, P. *Assessment of the impact of migration of health professionals on the labour market and health sector performance in destination countries*. International Labour Organization: Geneva, 2014.

**THE QUALIFIED-SPECIALIZED FACE OF
IMMIGRANT LABOR IN BRAZIL: temporality and
flexibility**

Patrícia Villen

The object of this article is the qualified-specialized characteristic of immigrant work related to the legalized circuit of immigration. The references and the different theoretical backgrounds are evaluated highlighting the relevance of the “global market for qualified human resources”. The manifestation of these fluxes in Brazil (2007-2014) is analyzed based on the statistics of the Ministry of Health and the Ministry of Labor and Employment about the visa regime, the composition of gender and nationality. A section is dedicated to “global maritimes”, and Cuban doctors, because they represent an emblematic case in the new sociohistorical bases of development of the immigration phenomenon in the country. Finally, a balance will be made about the link between these issues and the movements of labor precariousness, in particular those regarding temporality and flexibility.

KEYWORDS: Immigrant labor. Temporality. Flexibility. Global maritime. More Doctors for Brazil Program. Labor Market.

**LA FACE QUALIFIÉE-SPECIALISÉE DU TRAVAIL
DES IMMIGRANTS AU BRÉSIL: temporalité et
flexibilité**

Patrícia Villen

L'objet de cet article est la face qualifiée du travail immigré, lié au circuit d'immigration légalisé. La bibliographie et les différentes approches théoriques du thème seront examinées, en particulier le prisme du «marché mondial des ressources humaines qualifiées.» La manifestation de ces flux au Brésil (2007-2014) est analysée à partir des statistiques du Ministère de la Santé et du Ministère du Travail et de l'emploi sur le régime des visas et la composition de sexe et nationalité. Une section est consacrée au travail des «maritimes globaux» et des médecins cubains, parce qu'ils représentent des cas emblématiques de la nouvelle base socio-historique du développement du phénomène de l'immigration au Brésil. Enfin, la connexion de ces flux avec les mouvements de précarisation du travail sera considéré, en particulier en ce qui concerne la temporalité et la flexibilité.

MOTS-CLÉS: travail immigré, temporalité, flexibilité, maritimes globaux, Programme Mais Médicos.

O TRABALHO NA CONFECÇÃO EM SÃO PAULO: as novas formas da precariedade¹

Marcia de Paula Leite*
Sandra Roberta Alves Silva**
Pilar Carvalho Guimarães***

Este artigo analisa o trabalho no setor de confecção a partir de pesquisa realizada na cidade de São Paulo. Debruçando-se mais especificamente sobre o trabalho em domicílio e dos imigrantes, discutem-se as condições de trabalho no setor a partir da configuração das cadeias de valor e da divisão internacional do trabalho que ela promove, gerando uma nova dinâmica nas formas de precariedade que sempre marcaram o setor. O texto debate também o impacto do selo da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) sobre as condições do trabalho de costura nos domicílios e nas oficinas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho em domicílio. Trabalho imigrante. Cadeia global de valor. Trabalho no setor de costura. Trabalho análogo ao escravo.

INTRODUÇÃO

Já não são poucos os estudos sobre o setor da confecção no Brasil que têm sublinhado as precárias condições de trabalho que aí predominam. Desde a pesquisa pioneira de Abreu (1986), em que a autora trouxe à luz a quantidade de atividades de costura realizadas em domicílio por mulheres mal remuneradas, que exerciam suas atividades em difíceis condições de trabalho, a discussão da imbricação de tal situação com a divisão sexual do trabalho na esfera reprodutiva foi se aprofundando. Nesse movimento, tornou-se evidente que essas con-

dições de trabalho se deviam, sobretudo, ao fato de as mulheres serem responsabilizadas pelos cuidados com a casa e com os filhos (o que as fazia, muitas vezes, preferir trabalhar em casa para melhor compatibilizar o trabalho remunerado com o doméstico), além de suas qualificações para o trabalho de costura não serem reconhecidas em virtude de terem sido adquiridas no universo doméstico.

Embora a presença do trabalho em domicílio realizado pelas mulheres continue sendo uma característica do setor, é importante considerar que, em âmbito mundial, a indústria de confecção passou, nos últimos anos, por um conjunto de transformações, com o surgimento de novas características laborais em países da periferia do capitalismo, como o Brasil (Castree; Coe; Ward, 2004; Ross, 2004).

A primeira grande transformação que afeta o setor consiste no fato de as cadeias de produção da indústria se tornarem mundiais, inserindo-se numa divisão internacional do trabalho que concentrou a concepção dos modelos e coleções nos países desenvolvidos, e a costura naqueles onde a mão de obra é mais barata. Dessa forma, a costura, hoje em dia,

* Universidade Estadual de Campinas. Programas de Pós-Graduação em Educação e em Ciências Sociais. Rua Bertrand Russell, 801. Cep: 13083-865. Cidade Universitária – Campinas – São Paulo – Brasil. mpleite48@gmail.com

** Universidade Estadual de Campinas. Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Rua: Cora Coralina, 100. Cidade Universitária Zeferino Vaz. Cep: 13083-896. Barão Geraldo – Campinas – São Paulo – Brasil. sandra_roberta@yahoo.com.br

*** Universidade Estadual de Campinas. Rua Bertrand Russell, 801. Cep: 13083-865. Cidade Universitária – Campinas – São Paulo – Brasil. pilarcarvalho-guimaraes@gmail.com

¹ Este texto foi elaborado no âmbito da pesquisa FAPESP 2012/20408-1, bem como de um Projeto OIT em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo.

quase não é mais realizada na Europa e América do Norte, restringindo-se, basicamente, aos países latino-americanos e do sul da Ásia, onde é executada especialmente em oficinas e domicílios. Essa é a realidade de muitas marcas internacionais que atuam no Brasil atualmente, como *Zara*, *C&A*, *Gap*, entre muitas outras. Essa reestruturação da cadeia de produção do setor, baseada num intenso processo de terceirização que separou inteiramente as marcas da produção, termina com uma desresponsabilização das grandes marcas pelas condições do trabalho realizado em oficinas e domicílios nos países que concentram a confecção (Hartmann; Wokutch, 2003; Ross, 2004).

No caso do Brasil, onde já existia, antes do processo de reestruturação, um conjunto de marcas nacionais de confecção, o processo de separação entre as marcas e a produção também ocorreu, dando lugar a um esvaziamento das grandes fábricas de confecção, com a multiplicação do trabalho realizado em domicílio ou em pequenas oficinas. Trata-se do mesmo tipo de separação entre a concepção e a execução, com a diferença de que ambas são efetuadas em território nacional. Assim sendo, ocorre internamente o mesmo processo de desresponsabilização das marcas pelas condições de trabalho sob as quais se realiza o trabalho de confecção (Hartmann; Wokutch, 2003; Tilly et al., 2013).

Além disso, é importante sublinhar que o rápido processo de reestruturação e de globalização pelo qual vem passando essa indústria vem sendo promovido num quadro de acirramento da competição (Harvey, 2004; Shaikh, 2016), cujo efeito, dentre outros, é a aceleração dos tempos da produção. Essa precipitação dos tempos, juntamente com os desenhos da última moda a preços acessíveis (garantidos, sobretudo, pelos baixos salários pagos para o trabalho de costura), inaugura uma nova forma de produção que passou a ser conhecida como *fast fashion*, marcada por uma produção variada, realizada em pequena escala “e que muda constantemente, de acordo com as novas tendências da moda” (Silva, C., 2008, p. 65). A

fast fashion se caracteriza por exigir agilidade e flexibilidade de resposta, além de volume variável de produção, aprofundando a prática de utilização de uma força de trabalho periférica, fora da fábrica, para dar conta das constantes modificações de modelos e volumes em prazos curtos. De fato, os novos tempos, marcados pela formação de cadeias globais e por novas formas de organização empresarial, são também caracterizados pela busca da flexibilidade da produção, de forma a garantir sempre novos nichos de mercado.

É nesse contexto que se multiplica intensamente o trabalho realizado em oficinas e domicílios, em péssimas condições de salubridade e remuneração, expandindo a precariedade na cadeia de produção. É à análise de como esse processo vem se realizando na cidade de São Paulo que o presente artigo se dirige, preocupando-se em compreender também as condições do trabalho imigrante, que vem sendo incrementado recentemente, especialmente nas oficinas de costura. Para tanto, ele se desenvolverá em quatro partes: na primeira, desenvolveremos uma rápida discussão sobre o conceito de precariedade; na segunda, discutiremos a evolução do setor na cidade de São Paulo e a precariedade que sempre o marcou; na terceira, a precariedade será analisada no trabalho em domicílio; na quarta, problematizaremos a precariedade do trabalho imigrante; e, encerrando, apresentaremos as considerações finais. O texto foi elaborado a partir de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto temático “Contradições do trabalho no Brasil atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação” e de um projeto voltado para a caracterização do setor na cidade de São Paulo, financiado pela OIT, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo. A pesquisa contemplou 20 entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras e trabalhadores, imigrantes e nacionais, sindicalistas, empresários, gestores públicos e membros de entidades sociais, além de visitas a empresas e

oficinas. Foram também utilizados, na análise, documentos sindicais, empresariais e de entidades sociais.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE PRECARIIDADE

A discussão sobre a precariedade do trabalho e o processo de precarização que tem marcado o trabalho desde meados dos anos 1970 já se encontra bastante desenvolvida na sociologia do trabalho. Tendo se iniciado na década de 80, ela foi se adensando nos anos seguintes, até culminar com o trabalho clássico de Castel sobre as metamorfoses da questão social, publicado pela primeira vez na França em 1995. Partindo do conceito de sociedade salarial, entendida como aquela que foi erigida na França – e na maior parte dos países europeus, ainda que com suas especificidades nacionais – no período pós-guerra, o autor destaca que o trabalho deixou de ser apenas uma atividade relacionada ao salário, para se estender a um conjunto de direitos a ele associados: jornada máxima; adicionais por insalubridade e periculosidade; pagamento acima do salário por horas extraordinárias; licença saúde e maternidade; indenizações por acidentes, entre outros. Castel ressalta que, diferentemente dos momentos anteriores do capitalismo, nesse momento, a relação salarial que se estabelece parte do contrato de trabalho estável e por tempo indeterminado, associado a um conjunto de direitos que garante ao trabalhador segurança e estabilidade no emprego e uma integração na sociedade nunca antes alcançada na sociedade capitalista² (Castel, 1998). O conceito de precariedade refere-se, portanto, ao distanciamento em relação a esses direitos. Quanto mais o trabalho se afasta dessa estrutura salarial associada à estabilidade e aos direitos associados ao salário, mais ele é precário.

² O conceito de sociedade salarial estende-se também ao conjunto de direitos associados à cidadania, como os previdenciários, e todo o edifício de serviços públicos que constituiu a base da sociedade do bem estar social.

É preciso considerar, contudo, que o conceito não é isento de complicações. Em primeiro lugar, importa lembrar que, como a legislação trabalhista e, portanto, o conjunto de direitos do trabalho, é diferente de país a país, a precariedade do trabalho também se refere à distância entre as condições reais de trabalho e aquilo que é prescrito pela regulação do trabalho em âmbito nacional. Ou seja, podemos dizer que o trabalho é precário quando não assegura aquilo que a lei prevê num determinado país (Rojas Garcia; Salas Páez, 2008). Nesse sentido, é importante lembrar as reflexões de Caire sobre o tema, para quem “o que caracteriza o trabalho precário é seu caráter especial em relação ao que é considerado como emprego normal, tal como a história e o sistema de relações profissionais que o constituíram” (Caire, 1982, p. 135 apud Leite, 2011, p. 34).

Em segundo lugar, valeria a pena ressaltar a contribuição de autores que, para precisá-lo melhor, consideram alguns indicadores específicos como o grau de instabilidade, o grau de controle dos trabalhadores sobre as condições de trabalho, a proteção do trabalho por meio da legislação ou do contrato coletivo de trabalho e o rendimento associado ao trabalho (Rodgers, 1989 apud Leite, 2011).

Em terceiro lugar, seria necessário considerar que, se o conceito de precariedade pode ser usado para analisar o trabalho de forma praticamente universal, o mesmo não acontece com o de precarização, que se refere mais a uma realidade europeia de perda de direitos conquistados durante os 30 anos gloriosos (Paugam, 2015). Nesse sentido, ele teria pouco poder explicativo para a análise do emprego e do mercado de trabalho em países com a marca da informalidade, como os latino-americanos (Ramalho, 2013).

É no contexto dessa discussão que se situam nossas reflexões sobre o trabalho no setor de confecção. Nosso ponto de partida consiste em considerar que, embora o conjunto de transformações por que o setor vem passando redundem em profundas mudanças na organização

empresarial e do trabalho, tais mudanças não têm se traduzido na eliminação ou diminuição das formas precárias de trabalho que sempre o caracterizaram. Ao contrário, elas têm reconfigurado o trabalho no sentido de recriar e expandir o trabalho precário feminino em domicílio, que nunca deixou de existir no setor, ou aquele realizado em pequenas oficinas de confecção, que têm se multiplicado no quadro das transformações e onde muito comumente se encontram trabalhadores imigrantes desenvolvendo trabalho em condições degradantes.

A PRECARIEDADE NO SETOR DA CONFECÇÃO EM SÃO PAULO

A indústria de confecção emerge no Brasil no quadro de desenvolvimento da indústria têxtil, nas primeiras décadas do século passado, alimentada pela demanda interna de artigos de vestuário. A cidade de São Paulo constitui, desde seu nascimento, o centro da indústria de confecção, que se desenvolverá espalhando-se pelo país, embora, mantendo sempre uma expressiva concentração na capital paulista.

Durante quase um século, a indústria de confecção passou por vários processos de transformação, entre os quais se destaca a paulatina transferência do trabalho das costureiras domiciliares, que confeccionavam diretamente para o público, para a confecção industrial, com o surgimento das fábricas de confecção, especialmente a partir dos anos 60, com a difusão do *prêt à porter*. O trabalho em domicílio, executado basicamente por mulheres, entretanto, não foi totalmente eliminado, tendo em vista o caráter fortemente sazonal da confecção. Em virtude dessa sazonalidade, as confecções continuaram contando com esse tipo de trabalho, especialmente nos períodos de maior produção, como forma de enfrentar a instabilidade da demanda (Abreu, 1986).

Para as costureiras, esse arranjo, muitas vezes, se configurou como adequado, tendo

em vista que lhes garantia a possibilidade de trabalhar em casa, o que, em função da divisão sexual do trabalho que as responsabiliza pelo cuidado da casa e dos filhos, significa uma forma de conciliar as tarefas domésticas com o trabalho profissional. Entendido como uma fonte de renda secundária no arranjo familiar e como uma habilidade natural das mulheres (tendo em vista que é aprendida no âmbito doméstico, não passa pela formação profissional institucional e não é compreendido como uma forma de qualificação) esse tipo de trabalho foi sempre precário: instável, sem acesso a direitos trabalhistas, mal remunerado e desenvolvido, via de regra, em condições inadequadas (Abreu, 1986; Abreu; Sorj, 1994; Amorim, 2003; Araújo; Amorim, 2001; Leite, 2004; Neves; Pedrosa, 2007; Silva, S., 2012b; Veiga; Barbosa; Espósito, 2014).

A indústria da confecção, em São Paulo, contou, também, desde seus primórdios, com o trabalho de imigrantes. Inicialmente, com o dos libaneses, que começaram a se instalar, nos anos 30, em ruas do centro de São Paulo e do Brás, onde havia certa concentração de fábricas e comércio atacadista de tecidos. Em seguida, os judeus começaram a centrar seus negócios no Bom Retiro, formando aglomerados industriais, com atividades que abarcavam todo o complexo têxtil e de confecção, incluindo a comercialização. Árabes, sírios e libaneses conformarão um novo ciclo migratório que atuará no setor, disputando o mercado com os judeus a partir do pós-guerra. Pouco a pouco, a indústria da confecção vai se desenvolvendo, passando a absorver novas correntes migratórias, entre as quais se destaca a dos nordestinos.

Nos anos 60, a entrada dos coreanos³ trouxe algumas novas características ao setor: a tendência a utilizar mão de obra familiar, que trabalha praticamente sem remuneração

³ Esse ciclo migratório dos coreanos foi incentivado por um acordo do Brasil com a Coreia do Sul, que visava ao estabelecimento dos coreanos na agricultura. Frente às dificuldades da vida rural, muitos deles fixaram-se em São Paulo, onde começaram a se dedicar ao comércio de confecções, muitas vezes comprando as lojas de judeus, árabes e libaneses.

em oficinas montadas nos próprios domicílios para a produção dos artigos do vestuário, o que permitiu o barateamento dos produtos. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento dessas oficinas levou-os a utilizar a mão de obra de conterrâneos recém-chegados e, em geral, indocumentados, de forma a garantir a manutenção dos baixos preços das peças. Com a vantagem competitiva dos baixos preços e, num segundo momento, da modernização buscada por meio do lançamento de artigos de melhor qualidade, de inovação na matéria prima têxtil e da busca por atender às variações da demanda, os coreanos foram se especializando no desenho e na distribuição e contratando cada vez mais imigrantes latino-americanos para fazer a costura (Souchaud, 2012).

Nos anos mais recentes, os bolivianos, assim como outros sul-americanos, como os peruanos, chilenos e paraguaios, começam a chegar ao Brasil, num momento marcado pelo aprofundamento da exclusão e da pobreza que sempre caracterizaram os países latino-americanos, em função da crise econômica do início dos anos 80. Começam a chegar, portanto, num momento em que a indústria da confecção está passando pelo rápido processo de reestruturação e de globalização, já mencionado, o qual terá como consequência o aprofundamento da terceirização no setor, com a retração do trabalho nas fábricas de confecção e a expansão das oficinas e do trabalho em domicílio, geradas pelas demandas de flexibilidade e de redução dos custos da produção.

Apesar de o atual processo de reorganização espacial da produção, distribuição e comercialização ter acompanhado a reestruturação produtiva do setor no país, o município de São Paulo mantém sua centralidade para a confecção, na medida em que “vem reforçando o papel de centro organizador, produtor, distribuidor e também de comércio de vestuário” (Silva, S., 2012b, p. 80), mantendo, apesar de uma relativa diminuição da produção nos últimos anos, a maior área de especialização do vestuário no país. Destaque-se ainda a grande

concentração, no município, de escritórios e atividades das grandes marcas de varejo, como *design*, *marketing*, distribuição e planejamento, que estão por trás da produção.

Dessa forma, o desenvolvimento do setor em São Paulo se encontra, nos dias atuais, fortemente marcado pela competição internacional, acirrada a partir dos anos 90, com a abertura dos mercados e a diminuição das tarifas alfandegárias que protegiam a indústria nacional até então. Nesse contexto, a reestruturação produtiva se dará mediante a busca pelo aumento da competitividade, por meio da redução dos custos com o trabalho, aprofundando ainda mais o processo de terceirização da mão de obra, o que promove a multiplicação das oficinas e um esvaziamento das fábricas de confecção de médio e grande porte, que tinham se difundido anteriormente. Desde então, o setor será caracterizado por uma intensa multiplicação de pequenas oficinas de confecção, processo esse que ainda continua em curso, conforme explicitam os dados apresentados no Projeto Costurando um Círculo Solidário:

O complexo têxtil no município de São Paulo, em 2013, era composto por 9.226 estabelecimentos, sendo que 88,9% deles podem ser classificados como microempresas, de acordo com o número de vínculos de empregos existentes. Tal número apresenta tendência de crescimento, podendo ultrapassar a marca de 90% em 2018 [...]. Do total de estabelecimentos do complexo, 86,9% concentram-se na divisão CNAE ‘Confecção de artigos do vestuário e acessórios’ (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015).

Nesse processo de reestruturação, no qual se expandem as oficinas e o trabalho em domicílio, também se incrementa o trabalho informal, e as imbricações entre o trabalho formal, informal e ilegal, sempre presentes no setor, recrudescerão (Silva, C., 2008).

Nesse sentido, é possível pensar que às razões encontradas nos trabalhos pioneiros do setor para a manutenção do trabalho em domicílio, ligadas à sazonalidade da produção e à divisão sexual do trabalho, se somam agora fatores estruturais, relacionados ao processo

de globalização e de reorganização empresarial, em que o trabalho informal é recriado e reconfigurado, passando a inserir-se no âmago da produção capitalista. Conforme explicita Freire da Silva (2008, p. 37):

Assim, parece cada vez mais presente um tipo de trabalho que prolifera no mercado em que os trabalhadores não vendem diretamente sua força de trabalho, mas se engajam em uma série de atividades contingentes, nas quais eles são parte dependente de processos de produção e circulação de riqueza, se envolvendo apenas em momentos específicos destes processos. São formas de dominação e exploração do trabalho que não estão diretamente ligadas ao assalariamento, ou o transferem para pequenas unidades produtivas ou comerciais em que há pouca separação entre capital e trabalho.

O autor sublinha ainda que muitas das mulheres que trabalham em domicílio, ou em oficinas, foram antigas trabalhadoras de empresas de confecção, onde, muitas vezes, não só se capacitaram no ofício, como acumularam um conhecimento sobre o tecido produtivo, fundamental para desenvolver o trabalho nas oficinas: onde comprar máquinas, fazer manutenção, buscar encomendas, encontrar pessoas para agregar ao trabalho em momentos em que as encomendas se multiplicam etc... Isso significa que, nesse momento, essas trabalhadoras necessitam de um conjunto de conhecimentos que em muito ultrapassa o aprendizado adquirido no processo de socialização (Silva, C., 2008).

A expansão dessas atividades, tanto no trabalho em domicílio como nas oficinas, e sua relação com as grandes empresas de confecção nacionais e internacionais, que concentram o trabalho de concepção da cadeia de produção e externalizam todas as demais fases do processo produtivo, podem ser bem compreendidas pela teoria dos circuitos urbanos de Milton Santos, que busca entender a inter-relação entre as atividades perenes, bem pagas e de maior conteúdo tecnológico, que se desenvolvem nas cidades, com os bolsões urbanos de trabalho intermitente e mal pago. Como se expressa Silvana Silva (2012a):

Em função da existência de trabalho perene e bem pago de um lado, surge o circuito superior; por outro, a existência de trabalho com baixa remuneração e intermitente demanda a criação de formas de sobrevivência por grande parte da população. Então, surge o circuito inferior. Os dois subsistemas urbanos são formas de produzir, distribuir, comercializar e consumir que geram materialidades distintas, visíveis na paisagem urbana. No entanto, esses dois circuitos se relacionam dialeticamente a partir da complementaridade, subordinação e concorrência. As cidades expressam esses dois circuitos a partir dos lugares opacos e dos lugares luminosos, que são polaridades, mas não dualismos.

Baseando-se nessa teoria, Silvana Silva (2012b) considera que o setor de confecções acaba se transformando em âmbito mundial em dois circuitos. De um lado, há aquele que é formado pelas grandes grifes e redes varejistas, com várias marcas, sediadas principalmente nos países que comandam a produção na cadeia global, as quais se concentram nas etapas de concepção, como design, planejamento, criação e distribuição, mais lucrativas e que se utilizam do trabalho mais qualificado. É assim que grandes marcas internacionais, como *Zara*, *C&A*, *Levi's*, entre outras, constituem o que a autora irá considerar como circuito superior da produção. De outro lado, as oficinas de produção, atuando especialmente em países onde a mão de obra é mais barata, que realizam os trabalhos menos qualificados de corte e, especialmente, de costura.⁴ Esse trabalho, desenvolvido em geral em uma cadeia de oficinas que terceirizam umas para as outras, acaba, muitas vezes, na trabalhadora em domicílio, que se encontra na ponta final da cadeia. Esse circuito se encontra, portanto, totalmente subordinado ao superior. Ao mesmo tempo em que o alimenta com sua produção, é dele que depende para escoar parte importante de seus produtos. Além disso, na relação entre os dois circuitos, o superior se aproveita da flexibilidade do inferior, estreitando seu con-

⁴ Vale destacar que, embora esse seja o esquema geral, existem também, no Brasil, algumas importantes grifes nacionais que participam do circuito superior. Assim como as internacionais, essas marcas concentram-se no trabalho de criação, terceirizando quase que inteiramente a produção.

trole e dominação sobre ele, ao pressionar pelo rebaixamento de custos e incentivar a competição entre as empresas que o conformam. Observe-se ainda que esse circuito inferior é também formado por um número relativamente expressivo de oficinas que produzem para comerciantes finais que vendem, especialmente, produtos populares. Nesse caso, os baixos custos do trabalho passam pela acirrada competição entre as oficinas e a existência de um amplo mercado de produtos de confecção a baixos preços.

É nesse contexto que, no caso do município de São Paulo, haverá um significativo crescimento das oficinas, das pequenas e microempresas, muitas das quais não regularizadas e empregando trabalhadores informais, entre eles muitos imigrantes indocumentados. Os dois circuitos citados dirigem-se, por sua vez, a diferentes públicos consumidores: de um lado, uma grande quantidade de redes de varejo, incluindo hipermercados, lojas especializadas, com ou sem marca, e as grifes nacionais e internacionais. De outro lado, um intenso comércio de rua, que atrai uma enorme quantidade de compradores, além de uma infinidade de lojas de bairro, espalhadas pela cidade (Coutinho, 2015).

No primeiro caso, a presença do intermediário é bastante frequente. Como em uma empresa regulamentada, é ele quem faz as encomendas para as oficinas e repassa uma parte de sua produção para outras, conformando a cadeia de subcontratação. É ele, também, quem, a rigor, se responsabiliza pelas condições de trabalho nas oficinas da cadeia. Todavia, conforme esclarecem Veiga, Barbosa e Espósito (2014), a cadeia de subcontratação, com uma oficina subcontratando outra, gera uma proliferação de intermediários que pode acabar tornando difícil a identificação dos responsáveis.

Vale destacar, contudo, que, diante das constantes denúncias de que existiria trabalho análogo ao escravo nas empresas da referida cadeia produtiva no Brasil, a Associação Bra-

sileira do Varejo Têxtil (ABVTEX)⁵ criou um selo de qualidade com a finalidade de coibir a ilegalidade e garantir a responsabilidade social das empresas que atuam no Brasil. O programa possui duas vertentes: a certificação e o monitoramento da cadeia têxtil, que prevê a realização de auditorias independentes para o monitoramento de práticas, compromissos e aspectos de gestão ligados a temas como: trabalho infantil; trabalho forçado ou análogo ao escravo; trabalho estrangeiro irregular; liberdade de associação; discriminação; abuso e assédio; saúde e segurança no trabalho; monitoramento e documentação; compensação de horas trabalhadas; benefícios; monitoramento da cadeia produtiva e meio ambiente; e a capacitação, cujo objetivo é desenvolver e apoiar os fornecedores e seus subcontratados para que se adequem à Certificação de Fornecedores.⁶

A pesquisa encontrou uma tendência à expansão de oficinas certificadas pela ABVTEX trabalhando para as grandes redes de distribuição.⁷ Nessas oficinas, não se observa a tendência à formação de cadeias de subcontratação, tendo em vista o rigor da fiscalização promovida pela própria ABVTEX, que as impede de terceirizar para outras oficinas não regulamentadas, de utilizar trabalho não registrado e não cumprir as normas estabelecidas pelo acordo coletivo de trabalho da categoria, conforme se depreende da declaração abaixo, de uma oficinista:

⁵ A ABVTEX é uma entidade voltada à defesa dos interesses dos varejistas nacionais no setor de comercialização de vestuário e seus acessórios. Criada em 1999, reúne as principais redes de varejo nacionais e internacionais que comercializam desde vestuário, bolsas e acessórios de moda, bem como utilidades de cama, mesa e banho. Dentre as redes a ela associadas encontram-se: *C&A; Caedu; Calvin Klein; Carrefour; Centauro; Hering; Forever 21; Gap; Marisa; Netshoes; Pernambucanas; Riachuelo; Renner; Via Veneto; Walmart Brasil; Zara e Zelo*.

⁶ Segundo o site da ABVTEX, o programa, criado no início de 2011, “tem o objetivo de mapear a cadeia de fornecedoras e, caso seja necessário, capacitá-las em boas práticas de responsabilidade social”. (Ojeda, 2013). Sobre o selo de certificação, ver também (ABVTEX, 2016a).

⁷ Ao longo dos últimos seis anos, o Programa de Certificação de Fornecedores ABVTEX registrou os seguintes resultados: 4.112 empresas certificadas, sendo 1.194 fornecedoras e 2.918 subcontratadas (originárias de 681 municípios em 18 Estados), representando mais de 277 mil trabalhadores diretos na produção; 19.718 auditorias, sendo 5.005 auditorias realizadas em 2016. Ver: (ABVTEX, 2016b).

Como eu já trabalhava para os magazines, ou entrava na ABVTEX e me regularizava, ou eu não poderia mais trabalhar com magazines. Quer dizer, eu não posso. Se eu for bloqueada na ABVTEX, eu não trabalho com magazine. [...] Se eles chegam aqui e não estão pagas as coisas que são necessárias, FGTS, INSS, eles bloqueiam na hora e não me mandam mais nada. Tem que estar tudo em dia, todos os documentos, todos os impostos, pra que eles deixem você trabalhar. Uma vez que você não consegue, já é bloqueada. [...] O pessoal da ABVTEX falam que eu não posso terceirizar mais. Eu não posso mandar para outro lugar, porque aí fica terceirizando, e não pode (Oficinista).⁸

Já no segundo caso, a cadeia de subcontratação tem início no próprio comércio local, ou em oficinas que repassam uma parte de sua produção para outras. Conforme já foi mencionado, essa produção destina-se, primordialmente, ao comércio popular de rua, especialmente na região central da cidade (como a Feirinha da Madrugada, São Paulo) e aos pequenos comerciantes que não possuem marca e fornecem para o mercado de baixa renda. Nesse caso, a cadeia de ilegalidade pode começar já no demandante inicial, com oficinas ou lojas ilegais que vão reproduzindo a ilegalidade dos negócios e a informalidade dos trabalhadores na cadeia de subcontratação. Dessa forma, a informalidade no setor assume proporções cada vez maiores: segundo documento do Sinditêxtil-SP e Sindivestuário (Schnorr, 2014), o número de trabalhadores nas indústrias têxteis e de confecção do estado de São Paulo, em 2013, totalizava 261 mil; no entanto, quando se considera todo o pessoal ocupado no setor, o número de postos de trabalho supera os 513 mil, quase dobrando o total de trabalhadores regularmente contratados. Se levarmos ainda em conta que o setor da confecção (juntando todos os seus segmentos, como vestuário, meias e acessórios e linha lar) possui uma porcentagem muito mais alta de informalidade do que o têxtil (também considerados o conjunto de seus segmentos: fiação, tecelagem e malharia), esses números devem ser ainda maiores quando se observa apenas a confecção.

Nesse contexto, as condições de trabalho no circuito inferior já citado são marcadas não apenas pela informalidade. Na verdade, a situação praticamente não mudou nos últimos anos com relação a esse aspecto, tornando ainda verdadeiros os achados em pesquisas anteriormente realizadas (Amorim, 2003; Leite, 2004; Neves; Pedrosa, 2007; Silva, C., 2008). Com efeito, as médias salariais continuam sendo muito baixas e, na maior parte dos casos, o rendimento é extremamente variável, tendo em vista que os trabalhadores recebem por peça. Haveria que adicionar a isso a sazonalidade do setor, que os mantém, em geral, aproximadamente cinco meses por ano praticamente sem trabalho e, conseqüentemente, sem receber, conforme o depoimento abaixo:

Tem muita gente que trabalha sem [o selo da ABVTEX]. Fica difícil porque tem que ficar procurando serviço. [...] Aqui no bairro tem outras oficinas que trabalham para o Bom Retiro e para o Brás. [...] Elas mesmas pegam o corte, costuram e vão levar. [...] Tem muito caloteiro, e as pessoas que pegam daqui e dali quando estão sem serviço, ficam muitas vezes sem receber. Tem muitos coreanos que mandam costurar e não pagam, ou enrolam, e tudo isso é um risco. (Oficinista).

Observem-se, ainda, as “condições de trabalho extremamente inadequadas [...]: salas mal iluminadas, máquinas apinhadas [...], ventilação insuficiente, ausência de refeitório”. (Leite, 2004, p. 259), que continuam chegando a nosso conhecimento. Assim sendo, os casos de acidentes de trabalho e doenças profissionais são bastante comuns no setor, incluindo um alto índice de doenças mentais. No caso das trabalhadoras em domicílio, essas condições podem ser agravadas pela imersão do trabalho no universo familiar e a frequente colaboração de crianças e adolescentes.

A PRECARIEDADE NO TRABALHO EM DOMICÍLIO

Conforme já explicitamos, o setor de confecção caracterizou-se, desde o início,

⁸ Entrevista realizada em 28/07/2015.

como uma atividade que agrega tanto o trabalho nas fábricas e oficinas, como em domicílio. Essas trabalhadoras desenvolvem, no domicílio, uma atividade remunerada, inserida no contexto das relações de trabalho como uma forma de subcontratação, ou seja, encontram-se “em uma situação de dependência em relação a um ou mais contratantes, não se relacionando, portanto, com o mercado de bens finais” (Ruas, 1993, p. 27).

Ao pensar nesse tipo de trabalho, Abreu e Sorj (1994, p. 262) destacam que tal atividade é realizada no domicílio “como forma de adequá-la ao tempo e ao espaço doméstico e a relação de trabalho assume características mais próximas das relações típicas de emprego, com uma grande subordinação das costureiras em relação ao contratante do trabalho”. Destacam, ainda, que o trabalho em domicílio implica uma divisão do processo ainda maior do que os que são desenvolvidos pelas oficinas: pelo fato de apresentar um caráter individual, as trabalhadoras, por possuírem somente uma máquina, podem realizar apenas determinados tipos de trabalho. Ademais, as oficinas que demandam o trabalho dessas costureiras já fazem a separação das peças a partir de uma lógica taylorista de divisão do trabalho, de tal forma que cada uma recebe uma determinada parte da peça para costurar (Leite, 2004).

É preciso destacar ainda que a reestruturação produtiva pode vir a reforçar as situações históricas de subordinação da mulher no mercado de trabalho. De acordo com Neves e Pedrosa (2007), essa seria a situação encontrada no setor. Segundo as autoras, a reestruturação produtiva no setor têxtil caracteriza-se pelo pouco uso de novas tecnologias, utilizando, em maior medida, a descentralização e a flexibilização, visando à diminuição de custos. Esse processo estaria por trás da recorrente subcontratação, bem como de outras características do trabalho no setor, tais como: sonegação dos benefícios e direitos trabalhistas; intensificação do trabalho e extensão da jornada; irregularidade do trabalho e demanda variável

de produção; insegurança financeira; informalidade; péssimas condições de trabalho. Agregue-se a isso tudo a dificuldade de acesso a dados estatísticos sobre o setor, já que o trabalho em domicílio fica oculto, invisibilizado, fora dos registros oficiais.

Dessa forma, o trabalho em domicílio não pode ser compreendido sem se levar em consideração a dimensão de gênero, presente na confecção desde seu surgimento. O fato de poder ser realizado por meio da utilização de máquinas de costura de uso doméstico permite que ele se imbrique com as imagens de gênero e a tradicional divisão das responsabilidades domésticas entre os sexos, ao possibilitar sua execução no domicílio, em meio às atividades domésticas, especialmente as de cuidado com os filhos (Abramo, 1998; Abreu, 1986; Abreu; Sorj, 1994; Amorim, 2003; Araújo; Amorim, 2001; Kergoat, 1987; Leite, 2004; Silva, S. 2012b; Veiga; Barbosa; Espósito, 2014). Alguns estudos (Neves; Pedrosa, 2007; Nunes; Santos; Vilasboas, 2013) chamam a atenção ainda para a perpetuação dessa divisão sexual do trabalho que ocorre através da responsabilização das crianças de sexo feminino pelo trabalho doméstico, quando suas mães estão ocupadas com os prazos e metas do trabalho de costura

Essas particularidades do trabalho de confecção, no contexto de um processo generalizado de terceirização das atividades do setor, acabam por acarretar a multiplicação do trabalho em domicílio.

Quando uma empresa traz o seu produto para uma oficina, aquela oficina leva para outra oficina, que leva para o domicílio, onde muitas mulheres se submetem a trabalhar sem registro e a receber por peças trabalhadas. E eles escolhem essa oficina que já vem de outra oficina em bairros populosos, pobres, onde muitas vezes são comunidades onde não se paga a energia elétrica porque é ligada por gato. [...] Essas empresas intermediárias que levam o trabalho ao domicílio pegam o produto pronto e não aparece pra pagar. Que conhecimento essa costureira está tendo em relação ao seu fornecedor? Nenhum. Não tem relação jurídica nenhuma. Essas mulheres são as que mais adoecem, pelo esforço repetitivo para poder ter

uma grande produção. Porque quanto mais faz, mais ganha (Sindicalista).⁹

Em pesquisa realizada em 2003, Leite alertava para o fato de que tal multiplicação só não é maior por causa da perda de controle direto sobre o uso da força de trabalho e a dificuldade de garantia da qualidade que ela ocasiona, num quadro de acirramento da competição (Leite, 2004). A pesquisa atual revela que, além desse fator que continua atuando como uma contenção à expansão do trabalho em domicílio, a adoção do selo da ABVTEX pelo setor pode apresentar-se, hoje em dia, também como um fator importante de restrição à multiplicação desse tipo de trabalho, tendo em vista que ele se torna inviável para as empresas que possuem ou pretendem obter o selo. Todavia, como o selo ainda é recente, não é possível, por enquanto, avaliar de maneira mais efetiva seu efeito sobre o uso desse tipo de trabalho.

A PRECARIÉDADE NO TRABALHO DE IMIGRANTES

A imigração internacional está diretamente relacionada a transformações tecnológicas, intensificação dos fluxos de capital, nova conformação de uma hierarquia urbana internacional, globalização e crises econômicas e políticas dos países de origem dos imigrantes (Baeninger, 2012). De acordo com Freitas (2013, p. 79), os “imigrantes seriam as principais vítimas dos efeitos perversos da globalização que [...] acirra desigualdades regionais a nível mundial, impulsionando fluxos migratórios de massa nos países que perderam o jogo do desenvolvimento”.

Há já vários estudos que enfatizam a relação entre a migração internacional e o trabalho no setor de confecção nas grandes cidades dos Estados Unidos, Argentina e Brasil (Benencia, 2009; Bonacich; Appelbaum, 2000;

Montero, 2008; Sassen, 1989; Truzzi, 2008), os quais evidenciam o tipo de trabalho precário desenvolvido no que se convencionou chamar de *sweat shops*.¹⁰

É no quadro das características desse tipo de imigração que se pode entender o fluxo migratório, especialmente de bolivianos, para o Brasil no final do século passado, em busca de formas de inserção ocupacional difíceis de serem encontradas na Bolívia.

De acordo com Freire da Silva (2008), contudo, seria necessário considerar não apenas as desigualdades econômicas entre o Brasil e a Bolívia e as maiores oportunidades de trabalho que a população boliviana encontraria aqui para se compreender o fluxo imigratório de bolivianos para São Paulo e sua inserção nas oficinas de confecção. Segundo o autor, as mudanças internas na Bolívia não seriam condições suficientes para explicar o intenso movimento migratório de bolivianos na cidade. A hipótese levantada pelo autor é de “que foram as mudanças no setor de confecções que deram o impulso para que este fluxo imigratório assumisse o peso que tem hoje” (Silva, C., 2008, p. 83). Freire da Silva refere-se às mudanças na estrutura do setor, que abriram a possibilidade de, acionando o mesmo circuito utilizado pelos coreanos, os bolivianos poderem se inserir nas oficinas do setor, passando a ocupar um lugar específico na cadeia de confecções, geralmente produzindo para os coreanos (Silva, C., 2008). Nesse sentido, a forma de inserção precária dos bolivianos se explica, também, pelas transformações ocorridas no setor nas últimas décadas e pela nova conformação que a cadeia de produção assume, com a expulsão do trabalho das empresas de confecção para as oficinas.

A população boliviana que começa a chegar de forma mais intensa no Brasil a partir dos anos 1980 é constituída, sobretudo, por jovens de ambos os sexos, solteiros, de escolari-

¹⁰ O termo *sweat shop* é uma alusão ao trabalho intenso e mal pago (suado) realizado em oficinas ou pequenas empresas. Embora tenha sido criado para caracterizar a incidência desse tipo de trabalho nos Estados Unidos, no final do século XIX, ele é utilizado ainda hoje para caracterizar esse tipo de trabalho ao redor do mundo.

⁹ Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados – Entrevista realizada em 12/05/2015.

dade média, que são “atraídos principalmente pelas promessas de bons salários feitas pelos empregadores coreanos, bolivianos ou brasileiros da indústria da confecção” (Silva, S., 2006, p. 160).

A primeira questão a ser sublinhada sobre esses trabalhadores consiste no fato de que, diferentemente do trabalho feminino realizado em domicílio, aqui não se trata principalmente de mulheres com um passado na indústria de confecção, mas, com mais frequência, de homens que se lançam à frente no processo migratório e que emigram de seus países com a disposição de trabalhar muito, ainda que em condições precárias, com o intuito de juntar dinheiro para uma volta em melhores condições a seu país de origem, para ajudar a família que lá ficou, ou para poder montar um negócio próprio no Brasil, ou, mais frequentemente, na Bolívia. Vale destacar que muitos deles não têm qualquer experiência anterior de trabalho na confecção, aprendendo na prática, ou com seus conterrâneos, uma vez chegados ao país.

Em São Paulo, o imigrante está vulnerável a todo um sistema de exploração constituído por cerceamento psicológico, violência física, endividamento, coação, ameaças, trabalho informal, falta de documentação legal e medo da denúncia ao sistema de imigração. Sujeitasse, assim, a péssimas condições de trabalho, com jornadas estendidas e exaustivas, baixo rendimento e pouco descanso. São comuns os relatos de trabalho de mais de 18 horas por dia, moradia no próprio local de trabalho, alimentação estragada, assédio moral e sexual etc., como evidencia o relato abaixo:

Como a gente não sabia falar português, a única coisa que a gente fazia era trabalhar de segunda a domingo. E a pior coisa que eles faziam comigo, era que eles me falavam que se eu saísse pra rua, ia vir um policial e ia me pegar e levar para a cadeia. [...] Quando eles nos trazem da Bolívia, eles dizem que tem que aprender a costurar em um dia, tem que ser rápido. [...] Tinha que costurar rápido e acelerar. Havia uma pessoa controlando o tempo e não podia ir ao banheiro e demorar mais de cinco minutos.

Nessa oficina, a comida era boa, o lugar era limpo e grande, mas o trabalho era pesado, não podia descansar. Depois, nós fomos para outra oficina que pagavam R\$ 0,40 por uma peça toda pronta [2008]. Estava tudo bem, só que a comida era a pior coisa que a gente já comeu. Eles comiam carne podre. Nós morávamos e trabalhávamos no mesmo lugar. Lá ficamos só um mês. (Entrevista com imigrante realizada em 03/06/2015).

Da segunda vez [2007] que viemos, um cara pagou tudo, desde La Paz até chegar ao Brasil, só que, na fronteira, foi um pouco difícil, fecharam para entrar no Brasil por conta do visto. E depois foi mais dinheiro, porque quando a gente não consegue o visto, tem que pagar mais. [...] Nós viemos sozinhos, deixamos nossos dois filhos lá, e foi muito difícil. Os primeiros meses que a gente ficou aqui trabalhando, ganhamos cada um R\$ 180,00 por mês. [...] Nós morávamos do outro lado, só que a gente tinha que entrar para trabalhar pontual. Cada minuto de atraso a gente pagava 10 centavos. (Entrevista realizada com um casal de imigrantes em 03/06/2015).

Cacciamali e Azevedo (2006, p. 137) destacam que a indústria de vestuário no Brasil, como em muitos outros países, se utiliza de mão de obra imigrante clandestina. Os autores destacam ainda que a superexploração é suportada, porque, em muitos casos, ocorre em meio a uma relação familiar onde o “empregador no local de destino é a conexão com a sua família original, e nesse local faz muitas vezes o papel de sua família”. Diante disso, em nome da fidelidade e da possibilidade de trabalho, o imigrante acaba por ter apenas um contrato de trabalho verbal, com remuneração muito baixa, paga por peça produzida, além de uma extensa jornada de trabalho. Outra situação na qual o trabalhador imigrante por vezes se encontra é a obrigatoriedade de pagar parceladamente a compra da máquina de costura que usa para trabalhar. Vale notar que a atividade é desenvolvida geralmente em ambiente inadequado (galpões sem janelas ou porões onde se respira o pó das confecções produzidas) e o lugar de moradia é o mesmo onde se trabalha.

Destaque-se, também, que a maioria deles vem para o país sem conhecer os direitos do trabalho no Brasil, o que dificulta a reação

às más condições de trabalho, conforme esclarece a fala abaixo:

Descobrimos que todo o trabalho que há dentro da comunidade boliviana é ilegal. Porque o boliviano abre uma oficina e a forma de trabalho foi herdada dos coreanos. Porque nós, bolivianos, não trabalhamos assim. Os primeiros bolivianos que trabalharam para os coreanos aprenderam, e querem nos empregar da mesma maneira, é essa tradição de trabalho que estamos querendo abolir. Que esse sistema de trabalho coreano já não se realize no Brasil. Nós temos que trabalhar como trabalham os brasileiros, 8 horas estabelecidas de acordo com a lei. [...] Muitos dos bolivianos já sabem que o trabalho que estão fazendo não é correto. A dificuldade para mudar está com os empresários. (Entrevista realizada com imigrante em 29/05/2015).

A dura realidade emerge logo após a chegada, quando se deparam com a dívida da passagem. Muitos desses trabalhadores chegam ao país aliciados por seus empregadores, devendo a eles o valor relativo ao custo da viagem. Pouco depois, a essa dívida somam-se outras, como aluguel e alimentação, o que os torna dependentes de seus empregadores devido à quantidade de “dívidas” que se acumulam e cujo pagamento é difícil com os baixos salários que recebem. Tal situação configura, muito comumente, o crime de trabalho forçado. Como esclarece um dos entrevistados, “*Se a passagem vale, por exemplo, R\$ 200,00, aqui eles triplicam, e você tem que pagar R\$ 700,00 e isso é um engano, é uma exploração*” (Entrevista realizada com imigrante em 01/06/2015).

Logo em seguida, quando começam a trabalhar, a dívida sobressai com o valor da remuneração:

O que nos impulsionou para vir para o Brasil é que queríamos viver um pouquinho melhor. A primeira vez [2004] foi ruim para mim, porque eu sofri bastante. Eu passei nove meses trabalhando por R\$ 50,00 mensal. No meu país [Bolívia], ofereceram trezentos dólares por mês [para vir trabalhar no Brasil], equivalentes hoje em dia a quase R\$ 700,00. E como me ofereceram esse valor, eu abri os olhos e disse: Tenho que ir ao Brasil, porque aqui estou ganhando pouquinho, e lá vou ganhar trezentos dó-

lares, a minha família vai viver melhor. E quando eu cheguei aqui não foi isso que aconteceu. (Entrevista realizada com imigrante em 03/06/2015).

A moradia logo se configura como outro problema. Além dos baixos salários, que não são suficientes para o pagamento de aluguel e alimentação, eles se deparam com um conjunto de dificuldades para alugar uma moradia, como esclarece um dos entrevistados: “*Não temos como conseguir uma casa para alugar, é muito burocrático, é necessário de sete a oito meses de depósito, ou nos pedem um fiador*” (Entrevista realizada com imigrante, 29/05/2015).

Nessas condições, a utilização do espaço da oficina como local de moradia aparece como uma estratégia frequente:

O Ministério do Trabalho nos dizia: vocês têm que ter uma casa e um salão separado para trabalhar. Muitos dos meus companheiros tentaram fazer. De dez empresas que tentaram, apenas uma conseguiu fazer; as outras nove fecharam. Porque eles não conseguiam pagar dois aluguéis e os funcionários. Muitas microempresas que tentaram fazer isso quebraram e fecharam as portas. E voltaram para o sistema de trabalhar na mesma casa, por causa dos aluguéis altos em São Paulo. (Entrevista realizada com imigrante em 29/05/2015).

Apesar disso, muitos imigrantes bolivianos conseguem melhorar de situação e se tornar donos de oficinas. Isso não significa, entretanto, condições muito melhores de trabalho, visto que continuam, em geral submetidos a outros oficinistas ou comerciantes que lhes passam as mercadorias a serem costuradas, como evidencia a fala abaixo, de um casal de bolivianos que montou uma oficina e trabalha para clientes coreanos:

A maioria dos coreanos está pagando muito mal. Por exemplo, uma camisa, que estavam pagando R\$ 6,00, quando você termina de fazer aquele serviço, eles estão querendo pagar R\$ 4,00. [...] Tem também algumas firmas que estão pagando em vinte dias, o que é demais para nós. Em vinte dias, podemos até morrer de fome. E tem firma que dizem que vão pagar em vinte dias, mas estão pagando em trinta dias.

A maioria dos coreanos está pagando em um mês. Antes, as firmas pagavam semanalmente. Às vezes, eles desaparecem, fecham a firma e ninguém recebe o pagamento. (Entrevista realizada com imigrante em 03/06/2015).

Frente a essas condições, a cadeia de ilegalidades se reproduz, como atestam as palavras do oficinista abaixo:

Para nós tentarmos legalizar um funcionário é muito difícil, é muito complicado. Se nós tentamos legalizar um funcionário como a lei [prevê], se ele sai, nós, como empresários, temos que pagar o seguro desemprego. Mas, para nós que estamos na oficina, é muito complicado, porque dependemos de um preço estabelecido que a empresa nos dá. (Entrevista realizada com imigrante em 29/05/2015).

Vale lembrar que a onda migratória de bolivianos continua intensa. Como esclarece um dos entrevistados: “*Não há muito trabalho na Bolívia, as mudanças que está fazendo o nosso presidente não é suficiente, por isso os jovens continuam emigrando*” (Entrevista realizada com imigrante em 29/05/2015).

Esses relatos são sustentados pelo relatório de atividade do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI) de 2014, no qual a entidade enumera um conjunto de dificuldades vivenciadas pelos imigrantes na cidade de São Paulo, a grande maioria deles trabalhando no setor de costura (RELATÓRIO..., 2014). Em muitas oficinas de costura, especialmente as mais distantes do centro de São Paulo, são comuns a vigilância e o cerceamento da liberdade dos trabalhadores por parte dos donos. Entre as principais dificuldades apontadas pelo CAMI, destacam-se: jornadas de trabalho de 12 a 14 horas diárias; rendimento, em média, de R\$ 1.000,00 mensais; descumprimento da legislação trabalhista; dificuldade de acesso aos serviços públicos; falta de acesso à educação escolar para as crianças; cárcere privado; dificuldade de denunciar situações irregulares de trabalho e moradia; violência doméstica; discriminação; problemas na relação com o Consulado da Bolívia (falta da presença de autoridades consulares na orientação de emis-

são de documentos); lentidão para emissão de documentos; desconhecimento, por parte dos proprietários, dos processos de regularização das oficinas de costura; exploração nos alugueis. Esse último constitui um dos problemas mais abordados pelos nossos entrevistados:

O que mais atrapalha é a dificuldade de conseguir uma casa para morar dignamente, porque muitas imobiliárias estão fazendo o vínculo assim: você trabalha na própria casa? Então o aluguel, que estava R\$1.000,00, passa a ser R\$1.800,00, somente porque se trabalha em casa. (Entrevista com imigrante realizada em 29/05/2015).

Por tudo isso, as denúncias sobre trabalho análogo ao escravo na cadeia de confecção de grandes marcas têm sido bastante comuns, e a atuação do Ministério Público do Trabalho assertiva (SÃO PAULO, 2015). Infelizmente, os sindicalistas narram que, quando há uma denúncia de prática ilegal por parte das oficinas de imigrantes, a ação das empresas tem sido a demissão das oficinas em vez do incentivo à regularização e à melhoria de condições de trabalho.

Quando tem denúncia, ou regulariza ou fecha. [...] A forma de regularização é mandando embora. Eles dizem para o Ministério do Trabalho que vão regularizar, mas acabam mandando embora (Sindicalista).¹¹

A declaração da sindicalista é corroborada pela fala de um empresário da confecção, que possuía selo da ABVTEX e um trabalhador imigrante trabalhando na costura. De acordo com ele, é muito difícil contratar um imigrante quando se tem o selo, porque a ABVTEX sempre cria problema com isso: “*Eles preferem que a gente nem contrate imigrante pra não ter problema*” (Empresário entrevistado em 13/07/2015).

Os argumentos nos induzem à conclusão de que, assim como no caso das trabalhadoras em domicílio, as oficinas e empresas que estão se certificando tendem a não utilizar o trabalho dos imigrantes. Os dados sobre o nú-

¹¹ Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados.

mero de imigrantes que continuam chegando ao país, bem como da expansão das oficinas, sugerem, contudo, que esses trabalhadores continuam se inserindo no setor, embora seja possível que eles estejam se concentrando nas oficinas que produzem diretamente para o comércio popular, ou para ambulantes e consumidores de baixa renda, nas feiras e mercados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do trabalho no setor da confecção em São Paulo revela que as configurações que as cadeias globais de produção vêm tomando geram condições pouco auspiciosas para os trabalhadores que se encontram na ponta final da cadeia – os que se dedicam ao trabalho de costura nas oficinas, ou em domicílio. Para esses trabalhadores, entre os quais predominam mulheres e imigrantes, os novos princípios que regem as cadeias de valor significam longas jornadas de trabalho mal remuneradas e realizadas em ambientes insalubres e impróprios para o trabalho, sem acesso a qualquer tipo de direito relacionado ao trabalho. A divisão internacional que rege a cadeia e que concentra o trabalho de concepção dos modelos nos países mais desenvolvidos e a produção naqueles onde a mão de obra é mais barata significa uma divisão taylorista do trabalho entre os países, a qual se reproduz no trabalho de costura nas oficinas e nos domicílios, onde as peças já são entregues em partes separadas, promovendo-se o trabalho parcelado e repetitivo. No caso do Brasil, onde já havia uma indústria da confecção razoavelmente desenvolvida antes do processo de reestruturação produtiva que ocorreu no setor, especialmente a partir dos anos 1980, e onde existem ainda várias empresas nacionais, essa divisão entre as marcas e a produção também ocorre, reproduzindo-se o trabalho precário na costura e desresponsabilizando-se as grandes grifes pelas condições de trabalho na ponta precária da cadeia.

Esse trabalho precário, que se expande na ponta final da cadeia com os contínuos processos de terceirização realizados de maneira informal e ilegal e sua relação com o desenvolvido nas empresas líderes do setor, significa, como observa Telles (2009), uma transitividade entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, e mesmo o lícito e o ilícito, que está no âmago do processo de globalização. Ele se desenvolve no quadro da conformação das cadeias globais e se reproduz mesmo quando a cadeia de produção começa e termina no país.

As constantes denúncias sobre as condições de trabalho no setor, sobretudo de trabalho análogo ao escravo, no caso dos imigrantes, levaram o empresariado a criar o selo ABVTEX, visando a inibir a superexploração dos trabalhadores. Contudo, embora pareça estar sendo eficaz no que se refere à contenção do trabalho informal e no processo de refrear a terceirização, essa iniciativa não é isenta de problemas. Ao atender a uma preocupação empresarial com a imagem das empresas no Brasil, o selo apenas proíbe a adoção do trabalho informal, infantil e análogo ao escravo, pouco se preocupando com o que acontece com os trabalhadores quando as empresas e oficinas deixam de contratar outras oficinas ou trabalhadoras em domicílio, por não se encaixarem nos seus parâmetros.

Nesse contexto, muitos trabalhadores imigrantes e trabalhadoras em domicílio vêm perdendo seus empregos ou suas possibilidades de trabalho. O caso mais grave a esse respeito é o dos imigrantes, que vêm sendo preteridos pelas empresas que possuem o selo, como forma de evitar que o trabalho análogo ao escravo possa ser encontrado na cadeia de fornecimento.

Certamente, o maior problema para os trabalhadores consiste no fato de que, partindo de uma iniciativa empresarial, o selo de qualidade não contempla qualquer medida de apoio, seja às trabalhadoras em domicílio, seja aos trabalhadores imigrantes. Evidentemente, para que isso viesse ou ainda venha a ocorrer,

seria necessário que ele fosse fruto de algum tipo de negociação com os órgãos de representação dos trabalhadores, bem como com as entidades de defesa dos imigrantes. Isso, no entanto, exige uma capacidade de pressão e de organização dos trabalhadores, tarefa dificultada justamente pelas condições de trabalho descritas neste artigo.

Recebido para publicação em 27 de março de 2016
Aceito em 17 de novembro de 2016

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. Um olhar de gênero: visibilizando a precarização ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. de P. (Org.). *Gênero e trabalho na sociologia Latino-Americana*. São Paulo: Rio de Janeiro: ALAST, 1998.
- ABREU, A. R. de P. *O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ABREU, A.; SORJ, B. Subcontratação e relações de gênero na indústria de confecção. In: Abreu, A.; Pessanha, E., (Org.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.
- AMORIM, E. R. A. *No limite da precarização terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção*. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- ARAÚJO, A.; AMORIM, E. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2001, Caxambu, 2001. *Anais...* Caxambu: [S.n.], 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VAREJO TÊXTIL (ABVTEX). Regulamento Geral do Programa de Certificação de Fornecedores. 2016a. Disponível em: <<http://www.abvtex.org.br/arquivos/regulamento.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- _____. Relatório anual 2016. 2016b. Disponível em: <http://www.abvtex.org.br/arquivos/relatorio_abvtex_2016.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- BAENINGER, R. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.
- BENENCIA, R. El infiernodeltrabajoesclavo: lacontracara de las exitosas economías étnicas. *Avá: revista de Antropología*, n. 15, p. 1-32, dez., 2009.
- BONACICH, E.; APPELBAUM, R. *Behind the label: inequality in the Los Angeles apparel industry*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- CACCIAMALI, M. C.; AZEVEDO, F. A. G. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: os Imigrantes Bolivianos na Cidade de São Paulo. *Cadernos PROLAM/USP*, v. 1, ano 5, p. 129-143, 2006.
- CAIRE, G. Precarizationdesemplois et régulationdumarchédutravail. *SociologieduTravail*, n. 2, p. 135-158, 1982.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTREE, N. et al. *Spaces of work: global capitalism and geographies of labour*. London: Sage, 2004.
- COUTINHO, B. Imigração laboral e a produção de vestuário na cidade de São Paulo: entre a informalidade e a expectativa de mobilidade social ascendente. *Cadernos OBMígra*, v. 1, n. 3, p. 79-99, 2015.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICO (DIEESE). Observatório do trabalho de São Paulo-SP Estudo Temático I: Estudo do Mercado de trabalho na Indústria de Confecção no Município de São Paulo. abr. 2015.
- FREITAS, P. T. Bolivianos(as) por entre oficinas de costura na cidade de São Paulo: novos aspectos da dinâmica migratória no século 21. In: BAENINGER, R. (Org.). *Migração internacional*. Campinas: Unicamp, 2013. (Coleção por dentro do estado de São Paulo; 9).
- HARAWAY, D. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 22, jan./jun. 2004.
- HARTMANN, L. P.; WOKUTCH, R. E. 'Nike Inc.: corporate social responsibility and workplace standard initiatives in Vietnam'. In: HARTMANN, L. P.; ARNOLD, D. G.; WOKUTCH, R. E. (Ed.). *Rising Above Sweatshops: innovative approaches to global labor challenges*. Westport: Praeger, 2003.
- HARVEY, D. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HIRATA, H.; MARUANI, M. (Org.). *Novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. 365 p.
- KERGOAT, D. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. *O sexo do trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- LEITE, M. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Revista trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: UFPB, 2011.
- LIMA, A. Gênero, trabalho faccionado e trabalho a domicílio: as faces da subcontratação na confecção de roupas de Cianorte-PR. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. *Anais...* Londrina: [S.n.], 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1_AngelaLimapdf.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.
- MONTERO, G. *A stitch in time: a history of New York Fashion district*. New York: Fashion center business improvement district, 2008.
- NEVES, M.; PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio da indústria de confecção. *Revista sociedade e estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n1/v22n1a02.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

- NUNES, J. H.; SANTOS, N.; VILASBOAS, J. Serviços domésticos e costura em confecção: precarização, arranjos e políticas públicas. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [S.n.], 2013.
- OJEDA, I. Hippyck, empresa que terceirizou produção para oficina onde cinco bolivianos foram libertados, tinha selo de responsabilidade social da indústria têxtil. 26 fev. 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/02/confeccao-de-roupas-infantis-flagrada-explorando-escravos-tinha-certificacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Trabalho Forçado ou Obrigatório: Convenção n. 29. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/449>>. Acesso em: 8 abr. 2017.
- PAUGAM, S. *El trabajador de la precariedad: las nuevas formas de integración laboral*. [S.l.]: OEI, 2015.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Projeto costurando um círculo solidário: geração de emprego e renda na confecção e o desenvolvimento local por meio de empreendimentos econômicos solidários em rede no município de São Paulo*. São Paulo: [S.n.], 2015.
- RAMALHO, J. R. Multifuncionalidade e precarização dos laços de trabalho. Entrevista concedida a Graziela Wolfart e Cesar Sanson. Revista do Instituto humanitas unisinos, n. 416, 29, abr. 2013.
- RELATÓRIO síntese de atividades CAMI 2014. 2014. Disponível em: <<http://camimigrantes.com.br/site/wp-content/uploads/2014/08/RELAT%C3%93RIO-S%C3%8DNTENSE-CAMI-2014-1.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.
- RODGERS, G. Precarious work in Western Europe: the state of the debate, jobs in labour market. In: RODGERS, G.; RODGERS, J. (Ed.). *Precarious jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*. Brussels: International institute of labour studies, 1989.
- ROJAS GARCIA, G.; SALAS PÁEZ. La precarización del empleo en México, 1995 – 2004. *Revista latinoamericana de estudios del trabajo segunda época, Carabobo*, ano 13, n. 19, p. 39-78, 2008.
- ROSS, R. *Slaves to fashion: poverty and abuse in the new sweatshops*. Ann Arbor: University of Michigan press, 2004.
- RUAS, R. Notas acerca das relações entre trabalho e domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, A. R. de P.; SORJ, B. (Org.). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1993.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da justiça e da defesa da cidadania. *Tráfico de pessoas e trabalho escravo no Estado de São Paulo: análise dos procedimentos judiciais e extrajudiciais do Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal*. São Paulo: SJDC: SGP, 2015. Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/NETP/Pesquisa%20sobre%20Trabalho%20Escravo%20e%20Tr%C3%A1fico%20de%20Pessoas.%20Governo%20do%20Estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- SASSEN, S. New York city's informal economy. In: PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. (Org.). *Informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- SCHNORR, G. Sinditêxtil-SP e Sindivestuário apresentam Estudo Setorial da Cadeia Têxtil e de Confecção do Estado de São Paulo – 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.megamoveleiros.com.br/sinditextil-sp-e-sindivestuario-apresentam-estudo-setorial-da-cadeia-textil-e-de-confeccao-do-estado-de-sao-paulo-2014/>>. 2014. Acesso em: 19 maio 2015.
- SHAIKH, A. *Capitalism: competition, conflict, crises*. New York: Oxford University Press, 2016.
- SILVA, C. F. da. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, S. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos avançados* 20, v. 57, p. 157-170, 2006.
- _____. Circuito superior e inferior: sinônimos para a economia formal e informal? 10 ago. 2012a. Disponível em: <http://colunateritorium.blogspot.com.br/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos_10.html>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- _____. *Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo: os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)*. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012b.
- SOUCHAUD, S. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latinoamericana em São Paulo? In: BAENINGER, R. (Org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, 2012.
- TELLES, V. Ilegalismos e a cidade. *Novos estudos Cebrap*, v. 84, p. 153-173, 2009.
- TILLY, C. et al. *Informal worker organizing as a strategy for improving subcontracted work in the textile and apparel industries of Brazil, south Africa, India and China*, sept., 2013.
- TRUZZI, O. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2008.
- VEIGA, J. P. C.; BARBOSA, A. F.; ESPOSITO, K. *Precarious Work: the case of Bolivian women workers in the apparel sector in the city of São Paulo*. 2014. (Relatório de pesquisa).

**THE WORK IN THE CLOTHING INDUSTRY IN
SÃO PAULO: the new forms of precariousness**

*Marcia de Paula Leite
Sandra Roberta Alves Silva
Pilar Carvalho Guimarães*

This article analysis the work in the clothing sector based on a research made in the city of São Paulo. This article is focused specifically on home jobs and on the work of immigrants. It is discussed the working conditions in the sector from the configuration of value chains and from the international division of work that it promotes generating a new dynamics in the forms of precariousness that have always marked the sector. This study also discusses the impact of the Brazilian Textile Retail Association (ABVTEX) on the conditions of sewing workers at their homes and at factories

KEYWORDS: Work in home. Immigrate work. Global value chain. Work at clothing sector. Work analogous to slave work.

**LE TRAVAIL DANS L'INDUSTRIE DE CONFECTION
À SÃO PAULO: des nouvelles formes de la précarité**

*Marcia de Paula Leite
Sandra Roberta Alves Silva
Pilar Carvalho Guimarães*

Cet article analyse le travail dans l'industrie du vêtement à partir d'une recherche menée à São Paulo. Il se concentre plus particulièrement sur le travail domestique et des immigrants, et débat les conditions de travail dans le secteur à partir de la configuration de la chaîne de valeur de ce secteur de l'industrie et de la division internationale du travail qu'elle favorise, en créant une nouvelle dynamique dans les formes de précarité qui a toujours marqué le secteur. Le texte débat aussi l'impact du certificat de l'Association brésilienne du textile (ABVTEX) sur les conditions de travail de couture dans les maisons et ateliers.

MOTS-CLÉS: Travailler domestique. Travailler immigrants. Chaîne de valeur mondiale. Travailler dans l'industrie de la couture. Le travail analogue à esclave.

FÁBRICAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES: os dilemas da gestão coletiva do trabalho¹

Aline Suelen Pires*
Jacob Carlos Lima**

Este artigo objetiva analisar os dilemas da gestão coletiva em fábricas recuperadas pelos trabalhadores no Brasil, organizadas, em sua maioria, na década de 1990. Essas fábricas foram estruturadas ora como cooperativas, ora como formas híbridas de gestão, num contexto de reestruturação econômica e aumento do desemprego, para manter postos de trabalho. Em geral, elas tiveram apoio de sindicatos, e progressivamente se inseriram no movimento de Economia Solidária que se institucionalizou na década seguinte. Após 20 anos do surgimento dos primeiros empreendimentos desse tipo, buscamos não só verificar como eles se mantiveram no mercado e se adaptaram às mudanças político-econômicas do período, mas também analisar sua relação com as propostas originais de autogestão. A pesquisa teve um recorte longitudinal, buscando estudar fábricas analisadas anteriormente (no final dos anos 1990) e que permaneciam em atividade. Também foram realizadas entrevistas com lideranças e trabalhadores dos empreendimentos, bem como com lideranças de instituições de apoio como a ANTEAG e a UNISOL Brasil. Embora os ideais do cooperativismo e da chamada autogestão permaneçam presentes nos discursos de muitos trabalhadores, sua efetivação encontra muitos obstáculos na prática, uma vez que, para serem viáveis, as fábricas recuperadas enfrentam muitas pressões do mercado, que acabam por modificar alguns de seus objetivos iniciais.

Palavras-chave: Trabalho. Autogestão. Cooperativismo. Economia solidária. Fábricas recuperadas.

INTRODUÇÃO

Desde o século XIX, quando surge, o movimento cooperativista foi considerado polêmico no movimento operário. De um lado, estavam aqueles que o consideravam como o ponto de partida para um novo modo de produção; de outro, aqueles que o tinham como meramente reformista. De Marx (1977) a Luxemburgo (1979), foram apontadas as vantagens e desvantagens das cooperativas, sendo que os riscos mais comumente apontados eram a possibilidade de os trabalhadores virarem patrões de si mesmos e se autoexplorarem, e o fato de que o sucesso das cooperativas, no mercado

capitalista, as tornaria empresas como quaisquer outras (Webb; Webb, 1914). Esse debate marcou o final do século XIX e início do século XX. Posteriormente a esse período, foram implantadas cooperativas nos países socialistas (como política de Estado) e, nos países ocidentais, seu crescimento ficou vinculado a períodos de crise econômica (Lima, 2002). Com a implementação do Estado de bem-estar social, a vinculação do trabalho e dos direitos sociais (Harvey, 1993), assim como a construção do que Castel (1998) chamou de “sociedade salarial”, as cooperativas, em países como França, Itália e Espanha, embora significativas, tiveram um papel secundário e integrado à economia de mercado, constituindo-se, na França, em mais um setor chamado de “economia social” (Laville, 2001).

No Brasil, diversas situações passaram a caracterizar as cooperativas e fábricas recuperadas, num *continuum* dependente do êxito desses empreendimentos, indo da gestão coletiva, com possibilidades de maior autonomia e mesmo emancipação dos trabalhadores, à simples precarização do trabalho, com a eliminação dos direitos sociais vinculados ao

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Rodovia Washington Luís Km 235. Monjolinho. Cep: 13565-905. São Carlos – São Paulo – Brasil. aline.sociologia@gmail.com

** Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia. Rodovia Washington Luís Km 235. Monjolinho. Cep: 13565-905. São Carlos – São Paulo – Brasil. jacobl@uol.com.br

¹ Este artigo discute resultados da tese de doutorado intitulada “Fábricas recuperadas e os trabalhadores: a autogestão entre a teoria e a prática”, de autoria de Aline Suelen Pires e orientada por Jacob Carlos Lima. Essa pesquisa teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

assalariamento formal, que vem sendo tentado desde os anos 1990. Esse processo resultou do aumento do desemprego num contexto de políticas econômicas neoliberais, no qual o trabalho assalariado era visto como algo a ser eliminado, dado o chamado “custo Brasil”, compreendido como perda da competitividade internacional.

O tema das fábricas recuperadas, ou empresas recuperadas pelos trabalhadores, situa-se dentro do debate mais geral sobre cooperativas de trabalho como opção de ocupação e geração de renda, debate que voltou à tona a partir dos anos 1980, num quadro de reestruturação econômica, com transformações tecnológicas e de gestão que tiveram como resultado a eliminação de qualificações, postos de trabalho e o aumento do desemprego.

Este artigo objetiva analisar os dilemas compreendidos na gestão coletiva, em fábricas recuperadas pelos trabalhadores no Brasil, organizadas, em sua maioria, na década de 1990. Essas fábricas foram estruturadas ora como cooperativas, ora como formas híbridas de gestão² (Cf. Valle, 2002). Em geral, elas tiveram o apoio de sindicatos e progressivamente se inseriram no movimento de Economia Solidária que se institucionalizou na década seguinte. Após 20 anos do surgimento dos primeiros empreendimentos desse tipo, buscamos não só verificar como eles se mantiveram no mercado e se adaptaram às mudanças político-econômicas do período, mas também analisar sua relação com as propostas originais de autogestão.

Os processos de recuperação, apesar de vinculados a propostas de propriedade e gestão coletiva, não tiveram como suporte um movimento organizado pelos trabalhadores em busca da autogestão, surgindo antes como uma resposta imediata ao desemprego, o que teria implicações no desenvolvimento posterior desses empreendimentos, que seriam obrigados a adequar-se às necessidades impostas pelo mercado como condição de sobrevivência, levando, muitas vezes, a uma redução do

alcance da gestão coletiva. Independentemente dessas situações, no geral, esses empreendimentos são percebidos positivamente pelos trabalhadores que participaram da recuperação, pela melhora do clima organizacional, entendida como redução de hierarquias e maior participação nas decisões, além da maior estabilidade provida ao emprego. Entretanto, foi constatado que, na maioria das empresas, as novas adesões são restritas, preponderando a contratação de trabalhadores assalariados, o que, de certa forma, as torna similares a uma empresa regular, heterogestionária. Com isso, a gestão coletiva termina sendo reduzida aos trabalhadores participantes do processo de recuperação e não generalizada ao conjunto dos trabalhadores. Para os trabalhadores e para as empresas cooperativas, permanece o dilema, nem sempre explícito, da gestão coletiva *versus* integração no mercado, e as possibilidades efetivas de conciliá-las.

Foram analisadas dez fábricas recuperadas – sete do setor metalúrgico, uma do setor têxtil, uma do setor de plástico e uma mineiradora –, a partir de visitas, entrevistas com gestores, trabalhadores e órgãos de apoio como Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), entre maio de 2011 e dezembro de 2013. A perspectiva foi longitudinal, recuperando majoritariamente empreendimentos iniciados na década de 1990 e referenciados nas incubadoras e em órgãos de apoio.

A CRISE DOS ANOS 1990 E AS FORMAS ALTERNATIVAS DE EMPREGO

A reestruturação produtiva dos anos 1990 passou a questionar a relação salarial que se tornou onerosa para as empresas dentro do paradigma da flexibilidade de produtos, processos e mercados. A desregulamentação dos

² Cogestão ou autogestão.

mercados de trabalho tornou-se objeto de políticas estatais a partir dos anos 1980 e 1990 em diversos países, embora com resultados distintos, marcando, todavia, uma tendência.

Na Europa, o crescimento do cooperativismo de trabalho vai estar vinculado a períodos de depressão econômica, havendo a organização de frentes de trabalho em cooperativas com apoio estatal variável de acordo com o contexto. A partir do final da década de 1930, a Igreja Católica irá apoiar o cooperativismo visto como uma possibilidade de frear o avanço comunista. Concomitantemente, no Brasil, a partir da década de 1930, o cooperativismo aparece cada vez mais como política estatal subordinada, tal qual o sindicalismo, a um Estado progressivamente mais regulador. O funcionamento de cooperativas rurais seria incentivado como contraposição aos conflitos pela terra e às lutas pela reforma agrária. Cada vez mais, a cooperativa passaria a ser percebida como uma forma de gestão vinculada ao mercado, sendo destituída de qualquer prática social emancipadora. Isso se evidencia no enfoque empresarial presente na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e suas seções estaduais.

Algumas pesquisas sobre cooperativismo de trabalho ressurgem no início dos anos 1980 na Europa, destacando, principalmente, as novas formas de organização da produção e o crescimento do desemprego estrutural. Ao lado do fechamento de fábricas e empresas diversas que são “recuperadas” como cooperativas, outras são organizadas numa perspectiva alternativa, como resposta às mudanças culturais da década de 1970, principalmente na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá: cooperativas de alimentação alternativa, de cuidados específicos, de produtos naturais, escolas, livrarias etc. (Cornforth, 2007; Badstone, 1983; Taylor, 1994; Thornley, 1983).

No final dessa década, algumas cooperativas organizadas para a terceirização de atividades industriais aparecem na Espanha, vinculadas à Igreja Católica e a redes de lojas de confecções, e foram analisadas na pers-

pectiva da industrialização difusa, produto da flexibilização da nova fase da industrialização e potencialmente positiva, tal como foi advogado por Piore e Sabel (1984). No início dos anos 1990, as cooperativas de confecções terceirizadas para grandes empresas representavam, em algumas regiões espanholas, mais de 10% da mão de obra ocupada no setor (Gutiérrez, 1992).

Ainda na Espanha, o Complexo Cooperativo de Mondragón tornou-se referência sobre a possibilidade da organização cooperativa num contexto de internacionalização da produção e dos mercados. O Complexo, similar a um holding de empresas, em tese, mantém o caráter cooperativo em suas diversas unidades no País Basco Espanhol, o que não acontece em suas outras empresas mantidas no território espanhol e no exterior. Em etnografia realizada em Mondragón, Kasmir (1996) trata como mito o caráter autogestionário do complexo, destacando as hierarquias internas e também a contratação de trabalhadores assalariados. Na Itália, outro país com forte tradição cooperativista, as fábricas recuperadas cresceram com a reestruturação produtiva e se beneficiaram, num primeiro momento, com as relações políticas do governo com estados socialistas e simpatizantes (Baldacchino, 1990). Mais recentemente, Duaibs (2016) destaca que o sucesso econômico obtido pelas cooperativas italianas a partir de sua internacionalização produtiva precisa ser relativizado, e que, tal como o caso espanhol, apenas a empresa matriz se mantém cooperativa, enquanto as filiais, espalhadas por vários lugares do mundo, funcionam como empresas regulares heterogestionárias.

No Brasil, nos anos 1980, algumas experiências de cooperativas de trabalho foram relatadas a partir de pesquisas sobre fábricas em situação falimentar em alguns estados da federação, como no Rio Grande do Sul (Holzmann, 2001), Paraíba, Rio Grande do Norte, e também algumas experiências financiadas pela *Interamerican Foundation*, visando à geração de trabalho e renda entre populações carentes (Lima, 2002). Entretanto, será ape-

nas nos anos 1990 que essas experiências se multiplicariam, assumindo maior visibilidade, recolocando o tema das cooperativas de trabalho e o debate sobre trabalho e autogestão no Brasil. Anteriormente, houve apenas experiências pontuais de fábricas cooperativas (Claro, 2004), e a discussão sobre o cooperativismo esteve restrito ao cooperativismo agrícola ou mesmo de crédito.

A partir de 1990, as cooperativas foram então organizadas dentro do que poderíamos classificar em três tipos gerais, seja como forma de combater o desemprego e promover geração de renda, seja como forma de reduzir custos empresariais através de redes de terceirização. No primeiro caso, situam-se as fábricas ocupadas por trabalhadores a partir de crises financeiras e ameaças de fechamento, geralmente apoiadas por sindicatos e ONGs, e cooperativas incubadas por núcleos vinculados a movimentos sociais e universidades, ambas com o objetivo de geração de renda. No segundo, há as chamadas *endowment cooperatives* (Cornforth, 2007), produto de um acordo com proprietários que passam para os trabalhadores parte das fábricas os quais trabalham terceirizados para a empresa. Ou ainda, cooperativas organizadas com esse objetivo incentivadas pelo Estado e por empresas a partir de políticas específicas de atração de investimentos industriais em regiões pouco industrializadas e mesmo por sindicatos em acordos com empresas (Lima, 2008). No geral, essas últimas são consideradas cooperativas fraudulentas, ou falsas cooperativas, uma vez que, em sua organização, os princípios autogestionários do movimento cooperativista – vínculo aberto e voluntário, controle democrático por parte dos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações, compromisso com a educação dos membros, cooperação entre cooperativas, contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa – não estariam presentes, e seriam vistos apenas como subterfúgios para

as empresas fugirem do contrato formal de trabalho assalariado. Essas progressivamente foram fechadas pelas delegacias do trabalho e Ministério Público, ou se adaptaram às normas cooperativistas.

Nessa tipologia, no primeiro caso, encontram-se as experiências que visavam a assessorar processos de recuperação de fábricas em situação falimentar e sua transformação em cooperativas de trabalhadores, ou a organização de cooperativas populares entre trabalhadores excluídos do mercado de trabalho (por idade ou qualificação) e populações de baixa renda. Esses empreendimentos resultaram, em sua maioria, de processos de recuperação e incubação por instituições como a ANTEAG, que surge em 1994 a partir da iniciativa de lideranças sindicais, a *Unitrabalho*, vinculada a uma rede de universidades, e a *Cáritas*, organização da Igreja Católica.

Essas entidades se articularam progressivamente em um movimento, que a partir do Fórum Mundial de 2001, em Porto Alegre, passou a se definir como “economia solidária”, no qual as cooperativas desempenhariam um papel central. Sua proposta foi criar uma alternativa socialista diferente das experiências fracassadas do Leste Europeu. Um socialismo de mercado, alternativo ao mercado capitalista, no qual novas solidariedades fossem formadas através de distintas instituições e organizações sociais: trocas solidárias, banco popular, cooperativas, entre outros. Com isso, as cooperativas de economia solidária estariam vinculadas a propostas políticas de autonomia, democracia participativa nos locais de trabalho, autogestão e propriedade coletiva dos meios de produção, constituindo-se num tipo diferenciado das demais, um “novo cooperativismo” (Gaiger, 2004; Singer, 2002).

Nos anos 1990, o movimento citado acima cresce, sendo que, em 1999, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), cuja finalidade era apoiar essas cooperativas através de assessoria na organização e mesmo manu-

tenção de fábricas recuperadas e associações cooperativas. Diversas prefeituras e governos de estado, em sua maioria sob o controle do Partido dos Trabalhadores (PT) criaram suas secretarias de economia solidária.

A partir do primeiro governo Lula, em 2003, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e o cooperativismo torna-se política pública federal. Também em 2003, surge a UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários),³ com o objetivo de organizar, representar e articular as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários de economia solidária. Apesar de não limitar sua atuação junto a empreendimentos de produção industrial, a UNISOL Brasil passou a ser, juntamente com a ANTEAG, uma das principais instituições de apoio à criação e manutenção de fábricas recuperadas no país.

Vale a pena observar que esse movimento, no Brasil, teve um caráter distinto do movimento de fábricas recuperadas na Argentina, no contexto da crise enfrentada por aquele país no início dos anos 2000, quando houve um movimento de ocupação de empresas pelos trabalhadores (Allegrone; Partenio; Álvarez, 2004; Rebón; Saavedra, 2006). Embora os casos de recuperação de empresas na Argentina tenham um elevado crescimento a partir de 2002, há experiências de ocupação de fábricas ainda no final dos anos 1980. Se essa primeira “onda” de ocupações demonstrava um caráter defensivo, no sentido de manutenção dos postos de trabalho, as experiências que têm origem no início dos anos 2000 apresentam a proposta da gestão coletiva e ainda trazem novas demandas, como a necessidade de uma política pública orientada para o setor, direitos relacionados ao trabalho e políticas públicas orientadas para a industrialização nacional (Allegrone; Partenio; Álvarez, 2004).

Os processos de recuperação se difun-

diram por todo o país, envolvendo mais de 10 mil trabalhadores e ensejando o primeiro movimento de empresas recuperadas: Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER) (Rebón; Saavedra, 2006). Merece destaque ainda o fato de que, enquanto, no Brasil, os casos de recuperação de empresas estão restritos quase que exclusivamente ao setor industrial, temos, na Argentina, experiências de recuperação de empreendimentos do setor de alimentação (restaurantes, padarias, supermercados etc.), hospitais e clínicas de saúde, gráficas, empresas de serviços gerais (limpeza, manutenção de edifícios), escolas, entre outros (Fajn, 2004), reforçando a ideia de que a ocupação é uma forma de luta que tem certa legitimidade na cultura operária na Argentina, diferentemente do que observamos no Brasil (Pires, 2016).⁴

Portanto, no Brasil dos anos 1990, o cooperativismo inicia-se de forma pontual em fábricas em situação falimentar, não se constituindo a partir de um movimento. As fábricas-cooperativas contavam inicialmente com o apoio de sindicalistas, mas também enfrentavam fortes resistências sindicais, sendo percebidas como forma de precarização das relações de trabalho. Isso levanta alguns dos dilemas do cooperativismo de trabalho e a dificuldade de classificações rígidas entre o autêntico e o falso, entre precarização, autonomia e possibilidades de emancipação dos trabalhadores pela autogestão.

Um passo para a superação do caráter precarizante se deu com a promulgação da lei nº. 12.690, de junho de 2012, que reformulou a legislação sobre cooperativismo de trabalho no Brasil, regulamentando e estabelecendo critérios mais claros para a relação entre a cooperativa, seus sócios e o mercado, com o objetivo de evitar a criação e manutenção de cooperativas fraudulentas. Entre as principais novidades da lei estão a determinação de um mínimo de sete sócios para a formalização da

³ A UNISOL inicia suas atividades em 1999, como União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL São Paulo) e, em 2003, passa a atuar no nível nacional, passando a se chamar UNISOL Brasil.

⁴ Outro país de destaque na organização de cooperativas é a Venezuela, a partir do governo Chaves. Sobre o movimento das fábricas/empresas recuperadas naquele país, ver Azzellini (2009).

cooperativa (anteriormente eram vinte), a criação do Programa Nacional de Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP) e a delimitação de direitos trabalhistas aos associados, como por exemplo, a obrigatoriedade de as cooperativas recolherem as taxas de previdência social.

Os primeiros estudos sobre fábricas recuperadas na década de 1990 (embora não exclusivamente) surgem na década seguinte, quando são analisados os processos de recuperação, com seus problemas e dilemas. Entre os pontos então destacados estão a gestão coletiva e suas dificuldades, os processos representativos, como a regularidade de assembleias, a participação efetiva dos trabalhadores, suas percepções sobre a democracia e os processos de trabalho, a questão sociotécnica, os problemas de financiamento e recuperação de mercados, a contratação de assalariados e a inovação representada pela gestão coletiva (ANTEAG, 2000; Esteves, 2004; Faria; Novas; Dagnino, 2008; Henriques, 2013; Juvenal, 2006; Novas, 2007b; Paulucci, 2007; Valle, 2002; Vieitez; Dal Ri, 2001). No geral, essa produção destaca o caráter inovador do processo, ao garantir empregos e a busca por autonomia dos trabalhadores, variando o grau de entusiasmo e (ou) ceticismo sobre suas possibilidades.⁵

OS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO E A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS

A maior parte das experiências de fábricas recuperadas⁶ no Brasil surgiu entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. A adoção de políticas de orientação neoliberal afetou profundamente o setor produtivo e as relações de trabalho. A elevação das taxas de juros, a desativação de políticas industriais e a rápida abertura econômica resultaram em

desestabilização da economia, o que afetou, de maneira principal, o setor industrial. Assim, muitas empresas entraram em crise financeira, o que levou a diversos processos de falência e, conseqüentemente, muitos trabalhadores perderam seus empregos.

As transformações ocorridas na política econômica foram potencializadas por uma tendência de precarização do trabalho, tributária de um processo geral de reestruturação produtiva. É sabido que os países periféricos, como o Brasil, nunca tiveram um mercado de trabalho tão estruturado quanto os centrais, mas, ainda assim, sofreram os efeitos do processo de reestruturação, o que pode ser constatado por aumento das taxas de desemprego, diminuição do emprego formal, queda do valor real dos salários, aumento dos contratos de trabalho instáveis e da terceirização (Leite, 2009).

Diante de um cenário de aumento do desemprego, em que as chances de reinserção no mercado de trabalho eram restritas e as garantias do trabalho formal estavam ameaçadas, alguns grupos de trabalhadores se organizaram e se mobilizaram com o objetivo de assumir, coletivamente, a gestão das empresas em crise nas quais trabalhavam, como forma de manter seus postos de trabalho. Surgem as primeiras fábricas recuperadas, organizadas, sobretudo, no formato jurídico de cooperativas.

Os processos de recuperação foram marcados por percalços e dificuldades. Mesmo assim, várias fábricas recuperadas conseguiram se estruturar e continuam em atividade. Outras, no entanto, acabaram fechando as portas devido a questões jurídicas, dificuldades de acesso a mercados, defasagem tecnológica, falta de capital de giro e experiência em gestão. Nem todos os empreendimentos em recuperação aceitaram o formato da cooperativa, lutando por sua estatização, ou se transformando em empresa regular sob o controle de parte dos trabalhadores.

O movimento de recuperação perdeu força a partir da década de 2000, com a retomada da economia e a maior formalização do merca-

⁵ Além disso, existe uma grande quantidade de teses e dissertações disponíveis na Capes com estudos de caso, ou casos, de diversas empresas, fábricas e cooperativas.

⁶ Termo utilizado originalmente na caracterização da situação argentina.

do de trabalho. A partir de 2003, tem início um movimento, capitaneado pelo governo federal, para reduzir os efeitos da reestruturação produtiva, incentivando o emprego formal, valorizando o salário mínimo e um conjunto de políticas sociais voltadas contra a precarização do trabalho e a eliminação da miséria. As cooperativas também foram beneficiadas por um conjunto de políticas de apoio ao cooperativismo de trabalho, com a criação da SENAES. Novas cooperativas foram organizadas, embora, entre elas, poucas fábricas, como foi demonstrado também por Henriques et al. (2013).

Com relação às fábricas que foram recuperadas pelos trabalhadores, distintas situações podem ser observadas após duas décadas de funcionamento a partir da amostra pesquisada. Na Tabela 1, podemos observar algumas características gerais das fábricas incluídas na amostra.

Tabela 1 – Fábricas pesquisadas

Fábrica recuperada	Local	Ramo	Nº de sócios	Nº total de trabalhadores*
Cooperminas	Criciúma (SC)	Mineração	400	800
Bruscor	Brusque (SC)	Têxtil	11	15
Coopermambrini	Vespasiano (MG)	Metalúrgica	12	48
Cooparj	Duque de Caxias (RJ)	Metalúrgica	20	20
Coopersalto	Salto (SP)	Metalúrgica	49	88
Metalcoop	Salto (SP)	Metalúrgica	51	83
Copromem	Mococa (SP)	Metalúrgica	350	500
Uniforja	Diadema (SP)	Metalúrgica	294	584
Unimáquinas	São Bernardo do Campo (SP)	Metalúrgica	10	12
Flaskô	Sumaré (SP)	Plásticos	---	70

Fonte: elaborado pelos autores (2014).

* Trata-se da soma do número de sócios com o número dos trabalhadores assalariados (contratados via CLT).

De uma forma geral, os processos de recuperação de empresas, no Brasil, seguiram uma trajetória similar. No contexto da crise, as empresas se endividaram, deixaram de pagar impostos e fornecedores bem como os salários e benefícios dos trabalhadores, que se mobilizavam através de paralizações na produção e greves. Diante dessa situação, os sindicatos se aproximaram dos trabalhadores, sendo, na

maioria dos casos, os responsáveis por apresentar a alternativa da ocupação e gestão coletiva da empresa. Inicialmente, a ANTEAG⁷ e, depois, a UNISOL acompanhavam a maioria dos processos de recuperação (Henriques et al., 2013; Pires, 2014).

As próprias instituições de apoio às fábricas recuperadas não tinham uma metodologia de recuperação definida no início. A recuperação implicava a conversão das dívidas trabalhistas, na Justiça, no direito sobre instalações e maquinário que compunham a massa falida. Durante o processo judicial, ora o controle sobre a fábrica estava nas mãos dos trabalhadores, ora passava para as mãos dos antigos proprietários. Em muitos casos, o estabelecimento de um acordo ou a tomada de uma decisão definitiva levava vários anos, nem sempre com ganhos para os trabalhadores (Holzmann, 2001).

Em um dos casos, a Cooperminas – Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma Ltda., localizada no próprio município de Criciúma (SC) – é uma das experiências pioneiras de recuperação, tendo iniciado seu processo em 1987, quando os trabalhadores começaram a ter seus salários atrasados e descobriram que a empresa que a originou vinha sonogando impostos e deixando de repassar direitos trabalhistas. A ANTEAG descreve o processo de recuperação da Cooperminas como um dos casos mais trau-

máticos já registrados de trabalhadores que lutaram para salvaguardar seus postos de trabalho (ANTEAG, 2000). Isso porque esse processo, que levou pelo menos dez anos, envolveu diversas tentativas de reintegração de posse dos antigos patrões, dificuldades financeiras

⁷ Mesmo não estando vinculada diretamente a sindicatos ou centrais sindicais, a ANTEAG se constituiu a partir da presença de sindicalistas e militantes próximos ao Sindicato dos Químicos de São Paulo.

extremas, idas a Brasília, confrontos corpo a corpo com a polícia. Na época, os trabalhadores acamparam sobre os trilhos, impedindo o transporte de carvão de outras mineradoras e chegaram até mesmo a amarrar bananas de dinamite aos próprios corpos como forma de resistência na luta para manter o controle sobre a massa falida. O caso da Cooperminas pode ser considerado um dos processos de recuperação mais extremos, mas é representativo de tantos outros que envolveram paralisações, greves, acampamentos dos trabalhadores na porta das fábricas e confronto com a polícia.

A recuperação que levou à formação da Coopersalto – Cooperativa de Produção dos Metalúrgicos de Salto, fábrica do interior de São Paulo – também envolveu a formação de acampamento em frente à empresa como meio de pressionar o poder público a se posicionar sobre a questão do controle da massa falida. Por fim, em razão das disputas judiciais ocorridas com o antigo patrão, os trabalhadores não puderam permanecer no mesmo local onde estava instalada a antiga fábrica e buscaram outro local para a instalação da cooperativa. Percalços semelhantes também marcaram o início das atividades da Metalcoop – Cooperativa de Produção Industrial de Trabalhadores em Conformação de Metais, também localizada na cidade de Salto.

A Uniforja – Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia, localizada em Diadema (SP) – é uma das mais conhecidas experiências de recuperação. O processo contou com uma etapa de cogestão, isto é, uma forma de gestão partilhada entre proprietários e trabalhadores em que o voto é proporcional ao capital, a minoria do capital fica com os trabalhadores e a associação é a detentora das ações da empresa (Peixoto et al., 2002). No caso da Uniforja, a fase de cogestão durou dois anos, pois, as decisões tomadas em conjunto não eram devidamente implementadas pela empresa, o que aumentou o descrédito entre os trabalhadores. O fato é que a cogestão, inclusive em outros empreendi-

mentos (Chaves, 2008; Esteves, 2004), parece se configurar como uma alternativa encontrada pelos patrões para “iludir” os trabalhadores, na medida em que eles são levados a aceitar essa condição diante da crise da empresa e como forma de minimizar conflitos; mas, na realidade, as decisões importantes continuam a ser tomadas pelas antigas camadas administrativas, e os trabalhadores têm pouco acesso às informações e uma participação muito restrita e controlada.

A Bruscor – Bruscor Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda., empreendimento de Brusque (SC) – tem uma história que se diferencia das demais experiências de recuperação. A rigor, ela não é uma fábrica recuperada, visto que não surgiu a partir da falência de outra empresa, mas já iniciou suas atividades como empresa autogestionária. Seu projeto começou a ser idealizado ainda nos anos 1980, quando não havia outras experiências de recuperação e nem instituições que dessem suporte a esse tipo de iniciativa. Tratava-se de um grupo de amigos, pessoas vinculadas a partidos políticos de esquerda e a causas sociais, que buscavam constituir uma experiência de produção em que pudessem trabalhar juntos, sem explorar o trabalho alheio e de uma forma que lhes permitisse permanecer militando politicamente.

A Copromem – Cooperativa de Produtos Metalúrgicos de Mococa, localizada no município de Mococa (SP) e fabricante de produtos caldeirados para tratores e máquinas rodoviárias – surgiu a partir da falência da Nicola Rome Máquinas e Equipamentos S/A, em 1999, com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Mococa, após uma crise decorrente de mudanças no plano econômico e decisões administrativas equivocadas. Formalmente, a cooperativa formada pelos trabalhadores iniciou suas atividades no ano 2000.

Relativamente pacífico foi o processo de formação da Coopermambrini – Cooperativa Autogestionária dos Trabalhadores da Mambrini –, pelo menos no início de suas ativida-

des. Essa fábrica de carrocerias de Vespasiano, região da Grande Belo Horizonte (MG), foi formada a partir da crise da empresa originária, quando os proprietários passaram o controle da fábrica para os funcionários, que negociaram o maquinário e as instalações em troca da dívida trabalhista.

A Unimáquinas – Cooperativa de Trabalho e Produção de Máquinas e Equipamentos, localizada em São Bernardo do Campo (SP) – também teve uma transição relativamente pacífica para a autogestão. Trata-se de um caso diferente dos demais, por ser uma experiência descolada do contexto de recuperação das outras fábricas, isto é, sua recuperação é recente (a partir de 2009). Diante da situação de crise financeira, os antigos proprietários abandonaram a empresa, e alguns dos funcionários formaram a cooperativa com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da UNISOL Brasil.

Além da relação geralmente conflituosa com proprietários e administradores das fábricas originárias e dos tortuosos processos judiciais, os trabalhadores costumam enfrentar, nos primeiros anos do empreendimento, sérias dificuldades financeiras: problemas para obter financiamentos e ter de produzir com equipamentos obsoletos e degradados (em razão da crise financeira da empresa anterior). As empresas, com dívidas relativas ao não recolhimento de impostos e tributos, não conseguiam acesso a linhas de crédito (Valle, 2002). Sem crédito, torna-se difícil adquirir matérias-primas e investir em novos equipamentos e novas tecnologias. Além disso, a nova empresa carrega a imagem da empresa falida com todos os seus problemas. Assim, obter a confiança de novos clientes, bem como restabelecer relações comerciais com os antigos, não se constitui em tarefa fácil.

Para auxiliar nesses primeiros passos, os sindicatos, bem como as instituições de apoio, desempenham um papel fundamental. Em uma situação de crise e ameaça de demissão em massa de qualquer empresa, são primeiramente os sindicatos que se aproximam dos

trabalhadores para entender a questão e buscar alternativas. O papel das instituições de apoio como ANTEAG e UNISOL Brasil, no caso aqui pesquisado, foi o de transmitir conhecimentos sobre como administrar a empresa, auxiliar nos contatos com fornecedores, prover apoio contábil e jurídico para a formalização do empreendimento e intermediar o acesso a crédito, principalmente via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Muitas empresas só conseguiram se estruturar a partir de financiamentos do BNDES que lhes possibilitaram capital de giro e compra de instalações e maquinários necessários para retomar e (ou) dinamizar a produção. Dentre esses empreendimentos, alguns tiveram apoio da ANTEAG, outros da UNISOL, e outros ainda de ambas, isto é, inicialmente da ANTEAG e depois da UNISOL Brasil.

Entretanto, nem todos os empreendimentos que passaram por processos de recuperação seguiram o modelo de cooperativas. Algumas se tornaram empresas regulares, geridas inicialmente pelo grupo que permaneceu, e obtiveram apoio da OCB em termos de consultoria. Outro grupo veio a configurar o Movimento das Fábricas Ocupadas, que recusou a via do cooperativismo e não buscou o apoio de nenhuma das instituições mencionadas. Seus trabalhadores entenderam que as cooperativas, na medida em que flexibilizavam os direitos trabalhistas associados ao assalariamento, favoreceriam a precarização do trabalho, tornando-se funcionais ao capitalismo. Assim, a proposta original era a estatização desses empreendimentos, mantendo a relação de assalariamento. Desse grupo, apenas uma empresa sobreviveu, a Flaskô – Flaskô Embalagens Industriais Ltda., fábrica do setor de plásticos localizada em Sumaré (SP) –, que é gerida pelo coletivo de trabalhadores através de uma associação cujos trabalhadores permanecem assalariados (Araújo, 2015; Leite et al., 2015; Raslan, 2007).

Ainda em outro caso, a história do Movimento das Fábricas Ocupadas tem início no

ano de 2002, em Joinville, com greves e paralisações na Cipla (Companhia Industrial de Plástico). A Cipla, assim como a Interfibra, empresa também de Joinville que produzia tubos de epóxi para prospecção de petróleo, pertencia ao Grupo Hansen, que, após um processo de divisão, transformou-se na Corporação Hansen Batschauer, que passou a incluir, além da Cipla e da Interfibra, a Profiplast, a Brakofix (todas de Joinville, SC) e a Flaskô (de Sumaré, SP) (Paulucci, 2007). Nos anos 1990, essas empresas começaram a enfrentar problemas (defasagem tecnológica, não pagamento do FGTS dos funcionários, bem como de fornecedores e atraso de salários). O antigo proprietário passou então o controle da Cipla e da Interfibra para os trabalhadores, que iniciaram um movimento pela estatização, ao qual se juntou a Flaskô, ocupada em 2003. Em seguida, outras empresas ocupadas se juntaram ao grupo (Flakepet, em Itapevi, SP; Protiplast, em Joinville, SC; Ellem Metal, em Caieiras, SP). A Flakepet, a Protiplast e Ellem Metal não conseguiram prosseguir com suas atividades sob a gestão coletiva dos trabalhadores (problemas jurídicos e processos de intervenção). Em 2007, houve uma intervenção federal policial na Cipla e na Interfibra, e vários trabalhadores foram demitidos por justa causa. O interventor também foi a Sumaré, mas lá foi expulso da Flaskô, que mantém a gestão coletiva e ainda resiste à transformação em cooperativa (Flaskô, 2013).⁸

Assim, os diversos processos de recuperação citados evidenciam a diversidade assumida pelas empresas e seu sucesso relativo em termos de permanência no mercado. Entretanto, além de demorado, mesmo com a consolidação, os desafios da manutenção do caráter coletivo da propriedade e sua gestão marcam os caminhos trilhados por esses empreendimentos.

A GESTÃO COLETIVA E A PARTICIPAÇÃO

Em geral, as fábricas recuperadas se consideram ou são consideradas pelo movimento da Economia Solidária como autogestionárias. No entanto, alguns autores (Faria, 2009; Guimarães et al., 2006) questionam a utilização do adjetivo “autogestionários” para caracterizar os empreendimentos cooperativistas. Para essa vertente, a origem do conceito de autogestão está relacionada a uma forma de organização social, ou seja, seria possível falarmos em uma sociedade autogestionária, mas não em empreendimentos autogestionários, visto que eles estão inseridos no mercado capitalista. Assim, a chamada “autogestão” seria restrita, parcial, não podendo ir além dos limites do próprio empreendimento. O fato é que as fábricas recuperadas estudadas criaram mecanismos que buscam possibilitar a gestão coletiva com uma maior participação do conjunto dos trabalhadores nas decisões, embora estejam longe da autogestão como um processo emancipatório. Mesmo que não sejam subordinados a um patrão, o mercado mantém a subordinação a seus ditames, impedindo sua superação.

Isso não significa que não se efetive uma maior democratização e controle coletivo da gestão. Em geral, há uma diretoria, ou um conselho administrativo, que representa o coletivo dos sócios e é responsável pela administração do dia a dia das fábricas. Esse grupo gestor é eleito em assembleia geral e tem um tempo de mandato definido. Os estatutos dos empreendimentos é que definem as regras de rotatividade dos membros que compõem os cargos de direção. Em tese, as assembleias gerais, que reúnem todos os trabalhadores cooperados, constituem-se no espaço mais importante de tomada de decisões e participação coletiva. Além do conselho de administração, algumas dessas empresas contam ainda com outros conselhos para fiscalizar e (ou) auxiliar a gestão, o que também é definido de acordo com o estatuto de

⁸ Informações mais recentes (2015) apontam a sua organização como cooperativa.

cada empreendimento. Como isso se configura na prática é o que analisaremos a seguir.

Um primeiro obstáculo à gestão coletiva é o grande número de sócios. Os empreendimentos menores costumam ter uma estrutura administrativa mais simplificada, tendo mais facilidade em reunir a totalidade dos sócios para a tomada de decisões conjuntas e, assim, conseguem flexibilizar as regras que determinam a periodicidade de reuniões ou assembleias. Em fábricas recuperadas como a Bruscor, a Coopermambrini, a Cooparj e Unimáquinas, todas com menos de 20 sócios, embora exista uma diretoria que formalmente responde pelos empreendimentos, as decisões eram tomadas pelo conjunto dos sócios, que se reuniam de acordo com as necessidades do dia a dia, sem a necessidade de assembleias formais regulares. Nessas fábricas, também fica menos evidente a separação entre concepção e execução do trabalho.

Como aponta Simmel (1983), o crescimento de qualquer grupo necessariamente diminui a interação entre seus membros e passa a exigir órgãos ou instâncias representativas para sua manutenção. Assim, em cooperativas com grande número de trabalhadores, como a Cooperminas, a Copromem e a Uniforja, não é possível reunir o coletivo de sócios com facilidade. A fala de uma liderança da Cooperminas demonstra a dificuldade em conscientizar sobre as características do cooperativismo quando o número de trabalhadores é muito grande:

Ainda eu digo que existe meia dúzia de pessoas que têm o espírito antigo de cooperativa, que entende o passado e consegue segurar, porque o pessoal novo que vem hoje, você contrata porque precisa e tu não sabe a origem. Ele está precisando de emprego, mas, na hora, a coisa é diferente, por isso é preciso ter uma cobrança forte em cima disso. Nós temos um número muito grande de cooperados, se fosse um número menor seria mais fácil de controlar; 400 cooperados é muito difícil, um grupo menor é mais fácil de explicar.

A Cooperminas tem cerca de 400 sócios e um total de 800 trabalhadores. O número de tra-

balhadores, tanto na Copromem como na Uniforja, é superior a 500. Em empreendimentos desse porte, as assembleias ordinárias ocorrem apenas duas ou três vezes no ano. A maior parte das decisões acaba ficando a cargo do grupo que compõe a administração, e as assembleias servem mais ao propósito de divulgação de resultados, distribuição de sobras (o que costuma ocorrer uma vez por ano) e legitimação do coletivo em relação a escolhas e procedimentos já adotados. Dessa forma, ainda que a participação dos trabalhadores nas assembleias seja quantitativamente significativa, a qualidade dessa participação é restrita. É preciso reconhecer, no entanto, que os trabalhadores das fábricas recuperadas, de uma maneira geral, consideram que, comparando a situação anterior à recuperação, possuem maior liberdade de circular no espaço do empreendimento, acessar seus superiores hierárquicos, sugerir mudanças e melhorias nos procedimentos, além de uma flexibilidade maior em relação a faltas e horários.

Apesar da formalização de regras que delimitam a duração dos mandatos e estabelecem a rotatividade dos cargos de direção, percebe-se que, em quase todas as cooperativas, há uma tendência de que um mesmo grupo de sócios permaneça na direção do empreendimento por vários anos. Em geral, esse grupo é formado por sócios que estão na cooperativa desde o início, isto é, que enfrentaram e, na maioria das vezes, tiveram um papel central na organização coletiva e no processo de recuperação. Em geral, as normas que estabelecem a rotatividade nos cargos de direção possibilitam que ocorra apenas uma substituição parcial dos membros dos conselhos administrativos, permitindo um rodízio dentro de um mesmo conjunto de sócios. Assim, os trabalhadores que centralizam a administração dos empreendimentos não têm a confiança de que os sócios que chegaram à fábrica depois de estabelecida a gestão coletiva dos trabalhadores saberão manter a proposta autogestionária. Há, portanto, uma insegurança em relação à compreensão e interiorização dos princípios cooperati-

vistas pelos trabalhadores. A seguir, a fala de um dos membros da diretoria da Cooperminas ilustra essa insegurança, encontrada também entre as lideranças de outras fábricas:

No início, em 1987, quando começou, o pessoal falou e recomeçou tudo, foi uma conquista forte, a coisa ficou muito próxima e depois, com a rotatividade do pessoal, a coisa foi saindo fora, foi mudando ao longo desses anos. Nós, que somos mais velhos, temos que ir puxando, organizando, porque a grande maioria pensa no pagamento, é só direitos, os deveres não querem cumprir, então tem uma fiscalização grande em cima, de cobrar, chamar a atenção, senão a cooperativa se acaba. Esse sonho de 1987 se acaba, pela rotatividade grande e o não espírito de vontade de resolver do pessoal, de fazer sua parte, se não tomar cuidado... Ainda eu digo que existe meia dúzia de pessoas que têm o espírito antigo de cooperativa, que entende o passado e consegue segurar.

A ambiguidade desta fala aparece na necessidade do controle para que os trabalhadores entendam que a cooperativa não traz apenas direitos, mas deveres. Ou seja, a fábrica, para funcionar, depende que cada um cumpra sua parte, e, para esse membro da diretoria, apenas os mais velhos que participaram da luta pela recuperação entendem o que é cooperativa, e não apenas o pagamento no final do mês.

A formação constante para a autogestão seria uma condição necessária para a manutenção do trabalho cooperativo, mas a própria lógica concorrencial do capitalismo dificulta essa prática. Além disso, a inserção na lógica autogestionária requer uma mudança cultural muito ampla por parte de trabalhadores (Valle et al., 2002). Em geral, o trabalho é entendido como trabalho assalariado com carteira assinada e direitos sociais, individualizado, subordinado, com separação entre concepção e execução, assim como responsabilidades compartilhadas. Com isso, parte dos trabalhadores não entende que a condição e as responsabilidades de sócios são distintas daquelas que tinham quando eram empregados. Os depoimentos de alguns cooperados ilustram essa dificuldade:

A maioria [...] vai trabalhar em uma fábrica, ser

empregado e [...] sem essa noção de que (na cooperativa) seriam responsáveis por altos e baixos, aí começou a complicar. Porque aí dois ou três tinham essa visão e meia dúzia não tinha, daí começam as pequenas discussões (cooperada da Bruscor).

Entender a questão do cooperativismo autogestionário, participação, enquanto sócios do negócio é difícil. Nós, trabalhadores, temos uma cultura de sermos empregados, e, em um determinado momento de nossa história, dormimos como empregados e acordamos como sócios do próprio negócio [...]. Então, precisamos preparar essas pessoas que vêm trabalhar na cooperativa pra essa nova forma, esse novo conceito (sócio e ex-presidente da Metalcoop). As pessoas estavam acostumadas com uma cultura em que eram empregadas, tinham um patrão e, da noite pro dia, surge na cabeça dele que ele é dono. Muitas pessoas têm dificuldade de assimilar isso, acha que porque é dono pode fazer o que quiser, vir trabalhar quando quiser, e, na verdade, não é assim, a cooperativa tem suas regras (trabalhador associado da Copromem).

Com isso, as direções tendem a permanecer com o mesmo grupo de cooperados, sendo justificadas pelo desinteresse ou pouco envolvimento de outros cooperados. Essa resistência em incentivar que outros trabalhadores assumam postos de direção aparece também no momento em que surge a discussão sobre a possibilidade de incorporar novos sócios para as cooperativas. Em geral, os novos sócios passam da condição de empregados à de associados, processo que tem uma normatização diferente em cada fábrica, mas que costuma ocorrer do seguinte modo: o trabalhador permanece por determinado tempo como funcionário e, ao fim desse período, se for de sua vontade e de interesse da cooperativa, ele pode pagar uma quota e entrar para a sociedade. No entanto, até mesmo em razão da falta de compreensão sobre o cooperativismo e em função de experiências negativas enfrentadas por alguns dos empreendimentos, esse mecanismo não é colocado em prática com frequência, embora seja o desejo de vários empregados:

No início, a pessoa entrava para trabalhar, dava a experiência dela e automaticamente já se tornava cooperado. Só que a pessoa, quando empregada,

era exemplar, mas, quando se tornava cooperado, confundia e começava a ser o pior cooperado. Aí foi criada uma regra que, para se tornar cooperado, tem que ser, no mínimo, colaborador por três anos, passa por uma comissão que vai avaliar juntamente com o coordenador, pesquisando com os companheiros de setor dele (cooperado da Copromem).

A gente teve problema em uma das cooperativas com funcionário bonzinho, excelente que virou um satanás [quando se tornou cooperado]. Então eu fico com o pé atrás, só isso. Eu sempre falei assim: “é muito fácil você entrar em uma casa mobiliada, com tudo prontinho.” (cooperado da Uniforja).

Em geral, quando pensamos no cooperativismo, talvez a tendência seja entendê-lo como uma forma de inserção precária no mundo do trabalho. Quando lidamos com cooperativas populares, como as de reciclagem, terceirização de serviços (como limpeza) e de costura (facções), fica evidente a insegurança dos trabalhadores e suas perspectivas sempre se orientam no sentido de sair da condição de cooperados e encontrar um trabalho “com carteira assinada” (Pires, 2010). Já nas fábricas recuperadas, sobretudo aquelas que se encontram em uma posição consolidada no mercado, os sócios se sentem mais seguros na condição de cooperados, mais até do que em uma condição de trabalho assalariado formal, embora haja o questionamento de que o assalariado, muitas vezes, tem mais direitos que os cooperados. Entretanto, a tendência dessas fábricas é a de contratar empregados, justificando pela sazonalidade da produção, o que com cooperados seria inviável.

O assalariamento é uma relação de subordinação que compromete o ideal igualitarista do cooperativismo. Como podemos observar na Tabela 1, o número de sócios é menor do que o número total de trabalhadores nas fábricas aqui estudadas, com exceção da Cooparj e da Flaskô. Nos casos da Cooperminas, da Coopersalto e da Uniforja, o número de contratados é o mesmo (ou praticamente o mesmo) que o número de cooperados. No caso da Coopermambrini, o número de contratados equivale ao triplo do número de sócios

e os primeiros costumam ter uma remuneração inferior à dos sócios que ocupam funções semelhantes, porém contam com os direitos trabalhistas. Os sócios, em contrapartida, participam da divisão de sobras (quando há) e, em muitos empreendimentos, possuem alguns benefícios análogos ao décimo terceiro salário, férias remuneradas, entre outros.

Vale destacar que, nas fábricas recuperadas, tal como acontece nas empresas comuns, a remuneração dos trabalhadores depende da função exercida e, portanto, da qualificação. No entanto, em relação à empresa original, as fábricas recuperadas procuram diminuir as diferenças de remuneração. Nas fábricas menores, as diferenças de remuneração entre os sócios, e mesmo entre sócios e funcionários, costumam ser menores. Nas empresas maiores, essa situação é mais variável. Na Coopersalto, Metalcoop e Copromem, é estabelecida uma diferença máxima entre as remunerações, de forma que o valor da maior não supera cinco vezes o valor da menor. Na Uniforja, essa diferença fica na proporção de dez para um. As fábricas recuperadas, de maneira geral, também tendem a simplificar a hierarquia, diminuindo o número de níveis hierárquicos, comparando-se com a empresa original.

A CONSOLIDAÇÃO E OS PROBLEMAS

A partir de meados dos anos 2000, passamos a vivenciar uma situação de maior estabilidade econômica, com crescimento do emprego formal e queda do número de falências. Além disso, em 2005, passou a vigorar a nova lei de falências, que também parece ter inibido novos processos de recuperação. A lei nº 11.101 alterou a ordem de quitação de débitos com os credores, de forma que as dívidas trabalhistas deixaram de ser prioridade absoluta. Portanto, a nova regulamentação dificulta possíveis iniciativas dos trabalhadores em assumir o controle de empresas em situação falimentar, na medida em que não prevê que

eles possam optar pela troca de seus créditos trabalhistas pelos bens da empresa, além de não possibilitar o arrendamento da empresa pelos trabalhadores sem que, para isso, eles assumam a dívida anterior (Silva, 2005).

Com isso, percebemos que, no Brasil, os processos de recuperação vinculam-se a uma situação de crise geral, sendo acionados para salvar postos de trabalho quando outras formas de inserção no mercado de trabalho são limitadas ou praticamente inexistentes, embora com exceções. Nisso, o caso brasileiro parece se diferenciar da experiência Argentina, por exemplo, em que a recuperação parece fazer parte do “repertório” da cultura operária, na medida em que, naquele país, pelo menos a partir de 2000, a “tomada” ou “ocupação” da empresa parece ser um artifício comumente utilizado pelos trabalhadores diante de uma situação iminente de falência da empresa.

Ainda que observemos uma sensível queda do número de recuperações no Brasil, elas não são completamente inexistentes, como comprova o caso da Unimáquinas. Ainda assim, esses casos mais pontuais estão geralmente associados à atuação da UNISOL Brasil e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (à qual ela está ligada). Em 2014, existiam 21 fábricas recuperadas vinculadas à UNISOL,⁹ as quais estavam localizadas em cinco estados brasileiros (São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Minas Gerais) e eram pertencentes a diversos setores econômicos (têxtil, metalúrgico, químico e elétrico). No entanto, como apontou a própria UNISOL, a defasagem tecnológica e a concorrência internacional, sobretudo com o mercado chinês, são constantes ameaças a esses empreendimentos, o que, inclusive, levou ao fechamento de quatro fábricas recuperadas apoiadas pela UNISOL nos últimos anos. Modernizar essas fábricas, que utilizam um maquinário pesado, requer investimentos de grande monta, e as fábricas recuperadas ainda

estão distantes de ter a mesma capacidade das empresas convencionais (ou capitalistas) de acessar crédito público e privado.

A própria ANTEAG, apoiadora de processos de recuperação, vinha enfrentando muitas dificuldades financeiras nos últimos anos, passando a atuar mais em projetos locais (Região Metropolitana de São Paulo) de economia solidária, relacionados ao cooperativismo popular¹⁰. Durante nossa pesquisa, das fábricas apoiadas pela ANTEAG, a Bruscor vinha tentando se restabelecer após uma crise propiciada pela saída de alguns sócios em um passado recente. Peculiar, no entanto, era a situação da Coopermambri. Essa cooperativa, após um processo de recuperação marcado por idas e vindas, conseguiu se restabelecer e vinha retomando uma posição de destaque no mercado, quando seus trabalhadores optaram pela venda da fábrica para um grupo privado. A Cooperminas continua em atividade, passando, inclusive, por um processo de expansão e modernização. Em geral, a situação de mercado das outras fábricas visitadas apoiadas pela UNISOL Brasil era de estabilidade.

A Flaskô, como mencionamos, é a única fábrica do Movimento das Fábricas Ocupadas que segue sob o controle coletivo dos trabalhadores. Ao optar por não aderir à proposta do cooperativismo, a Flaskô não se vinculou nem à ANTEAG, nem à UNISOL. Assim, tornou-se uma experiência isolada. Hoje, o empreendimento segue em atividade, porém enfrentando diversos obstáculos jurídicos e dificuldades em termos de produção e comercialização de seus produtos.

As fábricas recuperadas não têm e nunca tiveram, assim como o conjunto dos empreendimentos da economia solidária, uma participação significativa no conjunto da economia do país, mas preservam uma significativa importância simbólica, na medida em que são frutos de resistência coletiva dos trabalhadores

⁹ Segundo Henriques et al. (2013), em levantamento realizado em 2012, haveria em torno de 67 fábricas recuperadas no país.

¹⁰ A ANTEAG encerrou definitivamente suas atividades em 2014, de acordo com informações obtidas junto às lideranças da instituição.

na busca por alternativas econômicas ou manutenção de postos de trabalho. Isso não significa, no entanto, que uma transformação social mais ampla tem ocorrido a partir dessas iniciativas, horizonte vislumbrado pelo movimento da economia solidária. Percebemos que, mesmo no interior dos empreendimentos, manter as práticas igualitárias e a autonomia na organização do trabalho exige um grande esforço para criar uma nova cultura do trabalho, na qual desaparece o trabalhador assalariado e surge o sócio trabalhador.

Além disso, o mercado, a todo o momento, impõe suas regras de produtividade, qualidade e competição, comprometendo seriamente a autonomia dos empreendimentos em decidir como organizam o trabalho, a produção e as relações no interior da fábrica. As fábricas recuperadas, assim como qualquer fábrica, impõem a seus trabalhadores um ritmo e uma dinâmica de trabalho que permitam cumprir as metas de produtividade. Além disso, elas não podem definir os preços de seus produtos de acordo com suas restrições produtivas ou sua lógica de justiça e igualitarismo, mas precisam operar preços semelhantes aos de suas concorrentes, ou são excluídas, isto é, têm de se inserir na lógica da competição para conseguirem ampliar seu mercado. Ainda precisam seguir normas e padrões específicos em termos de organização da produção para conseguir certificações de qualidade (como os ISO¹¹), sem as quais seus produtos não são aceitos no ciclo de produção industrial.

Se a maioria das fábricas em foco conseguiu obter certo sucesso econômico e certa estabilidade é porque se inseriram na lógica econômica capitalista, isto é, “entraram para o jogo”. Sua produção depende de matérias-primas produzidas e comercializadas por empresas não solidárias, não autogestionárias, assim como seus produtos são comercializados para

¹¹ ISO é a sigla para *International Organization for Standardization*, ou, em português, Organização Internacional para Padronização. Trata-se de uma entidade de padronização e normatização, criada em 1947, na Suíça, com o objetivo de estabelecer normas internacionais em todos os campos técnicos, de forma a garantir a qualidade permanente.

parceiros capitalistas. Com todas as exigências em termos de produção e comercialização dos produtos, torna-se difícil realizar uma formação constante para a autogestão e para o cooperativismo, isto é, transmitir e apreender valores relacionados ao trabalho e participação coletiva, que permitiriam aos empreendimentos práticas mais democráticas e igualitárias.

Ainda assim, é preciso reconhecer que, de forma geral, as fábricas recuperadas buscam, na medida do possível, manter viva a ideia da autogestão como um processo a ser alcançado através da gestão coletiva e de práticas que visem, se não à supressão, pelo menos à redução de desigualdades no processo de trabalho.

CONCLUINDO

Os dilemas enfrentados por esses empreendimentos, que podem ser agrupados na aparente contradição entre gestão coletiva *versus* inserção no mercado, devem ser qualificados para sua compreensão. Por se constituírem em uma alternativa ao desemprego frente à crise da empresa, sua recuperação tem um caráter pragmático, que passa ao largo das posições políticas de eliminação da subordinação da heterogestão. Tornam-se uma alternativa para um número reduzido de trabalhadores que permaneceram na ocupação da fábrica e que a recuperaram. Mesmo com a utilização das mesmas máquinas e os mesmos processos de trabalho, inovações organizativas são implementadas, como redução de hierarquias e participação na gestão.

O crescimento do empreendimento, por sua vez, exige que essa participação se dê por canais formais de representação, aumentando sua burocratização e, conseqüentemente, uma menor sensação de participação por parte dos trabalhadores. No Brasil, essa situação ainda é excepcional, considerando-se que a maioria das empresas é pequena ou média. Sazonalidades de aumento ou redução da produção

resultam na contratação de assalariados. Em alguns casos, existem políticas de tornar esses assalariados sócios, mas são casos isolados. As demais tendem a criar uma dualidade dentro da fábrica entre os sócios e os empregados. Em algumas situações, o sócio se considera em situação subalternizada frente aos empregados, que possuem direitos e se regem pela CLT, mas isso é compensado pela estabilidade de que os contratados não desfrutam.

Concordando com Henriques et al. (2013), essas empresas seguem a lógica capitalista e não teria como ser diferente. Mesmo a Flaskô – que se considera mais um movimento do que um empreendimento – vende sua produção para o mercado e compete nesse mercado. Assim, discutir esses empreendimentos como parte de outra lógica, seria um esforço desnecessário, além de inútil. A diversidade dos empreendimentos, assim como das formas de participação dos trabalhadores, possibilita entendermos sua dinâmica, ora na direção de maior democratização das relações de trabalho, constituindo-se em modelos alternativos de gestão, ora em sua transformação, na qual os princípios cooperativistas se chocam com interesses dos sócios e da propriedade.

Várias experiências aqui apresentadas continuam ativas por mais de 20 anos, situação comum em outros países nos quais estão muito bem (Mondragón é o caso exemplar). São casos pontuais e diversos e que continuam acontecendo, mesmo que em ritmo menor, dado o crescimento econômico e do emprego formal no período 2003-2013, encerrados com a crise de 2014. Esses empreendimentos se constituem numa alternativa pragmática à informalidade, ao desemprego e à precarização do trabalho, algo que tende a aumentar com as mudanças políticas e econômicas do país. Tal situação pode reverter a tendência de declínio dos últimos anos.

Recebido para publicação em 15 de outubro de 2015
Aceito em 14 de dezembro de 2016

REFERÊNCIAS

- ALLEGRONE, V. G.; PARTENIO, F.; ÁLVAREZ, M. I. F. Los procesos de recuperación de fábricas: una mirada retrospectiva. In: BATTISTINI, O. R. (Org.). *El trabajo frente al espejo: continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de los trabajadores*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- ANTEAG. *Autogestão: construindo uma nova cultura de relações de trabalho*. São Paulo: ANTEAG, 2000.
- ARAÚJO, A. M. C. O Caso da Flaskô: uma proposta de estatização e controle operário. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, A. M. C. ; LIMA, J. C. (Org.). *O trabalho na Economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Annablume, 2015, p. 279-299.
- AUED, B. W. Fábricas recuperadas e estatização. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 26., Guadalajara, 2007. *Anales...* Guadalajara: [S.l.], 2007.
- AZZELLINI, D. Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas, co- y autogestión en Venezuela. *Org & Demo*, Marília, Brasil, v. 10, n. 1-2, jan./dez., 2009.
- BADSTONE, E. Organization and orientation: a life cycle model of french co-operatives. *Economic and industrial democracy*, v. 4, p. 139-161, 1983.
- BALDACCHINO, G. War of position: ideas on a Strategy for worker cooperative development. *Economic and industrial democracy*, v. 11, p. 463-482, 1990.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAVES, L. C. *Laboratórios sociais de autogestão no Brasil e na Argentina: cooperativas na produção e reprodução da vida em cooperação*. 2008. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CLARO, M. *Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária*. São Paulo: Editora Senac, 2004.
- CORNFORTH, C. Alguns fatores que afetam o sucesso ou o fracasso de cooperativas de trabalho: uma revisão das pesquisas empíricas no Reino Unido. In: LIMA, J. C. (Org.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 19-54.
- DUAIBS, R. *Êxito ou revés? O dilema das cooperativas que prosperam*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- ESTEVES, E. G. *Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial*. 2004. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2004.
- FAJN, G. *Fábricas Recuperadas: la organización en cuestión*. 2004. Disponível em: <<http://www.iisg.nl/labourgain/documents/fajn.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.
- FARIA, J. H. de. *Relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.
- FARIA, M. S. de. “... se a coisa é por aí, que autogestão é essa?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. 1997. 233 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

- _____.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 123-131, jan./jun. 2008.
- FLASKÓ. *Cronologia do movimento: 2002-2012*. 2013. Disponível em: <<http://www.fabricasocupadas.org.br/site/index.php/10>>. Acesso em: 2 nov. 2013.
- GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.
- GUIMARÃES, V. N. et al. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção. In: PICCININI, V. et al. (Org.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- GUTIÉRREZ, A. C. M. Workers cooperatives: are they intrinsically inefficient? *Economic and industrial democracy*, v. 13, p. 431-436, 1992.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HENRIQUES, F. C. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil e na Argentina*. 2013. 334 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HENRIQUES, F. C. et al. As empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: resultados de um levantamento nacional. *Mercado de trabalho*, n. 55, p. 55-67, ago. 2013.
- _____. *Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.
- HOLZMANN, L. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.
- JUVENAL, T. L. Empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão: reflexões à luz do caso brasileiro. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 115-138, dez. 2006.
- KASMIR, S. *The myth of Mondragón: cooperatives, politics and working-class life in a basque town*. New York: University of New York, 1996.
- KLEIMAN, F. *Lições de catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco*. São Paulo: AnnaBlume; Recife: Fetape, 2008.
- LAVILLE, J. L. Economia solidária, a perspectiva europeia. *Sociedade e estado*, v. 16, n. 1-2, p. 57-99, 2001.
- LEITE, M. de P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 11., 2009, Recife. *Anais...* Recife: ABET, 2009.
- _____. et al. Os estudos sobre fábricas recuperadas: um estado da arte. In: LEITE, M. de P.; ARAÚJO, Á. M. C.; LIMA, J. C. (Org.). *O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Annablume, 2015. p. 205-235.
- LIMA, J. C. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira margem, 2002.
- _____. Reestruturação industrial, desemprego e autogestão: as cooperativas do Vale do Sinos. *Sociologias*, v. 10, n. 19, p. 212-249, 2008.
- LUXEMBURGO, R. Reforma o revolución. In: _____. *Obras escogidas*. Bogotá: Editorial pluma, 1979. t. 1.
- MARTINS, L. H. *Reflexões sobre um acontecimento social na área fabril: a experiência autogestionária da Markeli*. 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.
- MARX, K. Manifesto do lançamento da Associação internacional dos trabalhadores, 1864. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo: Edições sociais, 1977.
- NOVAES, H. T. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão popular, 2007a.
- _____. De tsunamis a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. *Lutas & resistências*, Londrina, n. 2, p. 84-97, 2007b. 1. sem.
- PAULUCCI, M. A. *O internacionalismo e as fábricas recuperadas*. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- PEIXOTO, J. A. et al. Pesquisa exploratória nas empresas pioneiras. In: VALLE, R. (Org.). *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume dumará, 2002.
- PIORE, M. J.; SABEL, C. F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic books, 1984.
- PIRES, A. S. *Autogestão, economia solidária e gênero: as trabalhadoras de cooperativas incubadas na cidade de São Carlos*. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- _____. O que aconteceu com as fábricas recuperadas? Uma retomada da questão da autogestão no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindoia. *Anais...* Águas de Lindoia: ANPOCS, 2013.
- _____. *Fábricas recuperadas e os trabalhadores: a autogestão entre a teoria e a prática*. 2014. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- _____. *As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- RASLAN, F. O. *Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- REBÓN, J. *La empresa de la autonomía: trabajadores recuperando la producción*. Buenos Aires: Colectivo ediciones: Picaso, 2007.
- _____.; SAAVEDRA, I. *Empresas recuperadas: la autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Capital intelectual, 2006.
- RUFINO, S. *(Re) fazer, (re) modelar, (re) criar: a autogestão no processo produtivo*. 2005. 181 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- RUGGERI, A. (Org.). *Las empresas recuperadas: autogestión obrera en Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, 2009.
- _____. et al. *Las empresas recuperadas en la Argentina: informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores*. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert, 2011.
- SANTOS, B. de S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.
- SILVA, E. da. *A atuação do movimento sindical frente ao processo de falência: os casos dos sindicatos dos mineiros/Criciúma e trabalhadores têxteis/Blumenau*. 2005. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Centro de Ciências Humanas da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.
- SIMMEL, G. A determinação quantitativa dos grupos sociais. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). *Georg Simmel:*

sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, P. *Introdução à Economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAYLOR, P. L. The rhetorical construction of efficiency: restructuring and industrial democracy in Mondragón, Spain. *Sociological forum*, v. 9, n. 3, p. 459-489, 1994.

THORNLEY, J. Worker's co-operatives and trade unions: the Italian experience. *Economic and industrial democracy*, v. 4, p. 321-344, 1983.

VALLE, R. O debate atual sobre o cooperativismo e autogestão no Brasil. In: VALLE, R. (Org.). *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume dumará, 2002.

_____ et al. Conclusões. In VALLE, R. (Org.). *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume dumará, 2002.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

WEBB, S.; WEBB, B. Co-operative production and profit sharing. *Special supplement to the new statesman*, v. 2, n. 45, 1914.

RECUPERATED FACTORIES BY WORKERS: the dilemmas of collective management of work

*Aline Suelen Pires
Jacob Carlos Lima*

This article aims to analyze the dilemmas of the collective management in factories recuperated by workers in Brazil organized mostly in the 1990s. These factories were structured either as cooperatives or as hybrid forms of management, in a context of economic restructuring and of rising unemployment, in order to keep jobs. Generally, they had the support of labor unions, and progressively became part of the Solidarity Economy movement, which was institutionalized in the following decade. 20 years after the advent of the first projects of this kind, we sought not only to verify how they remained in the market and how they adapted to the political-economic changes of the period, but also to analyze their relation to the original proposals of self-management. This article has a longitudinal scope, seeking to study factories analyzed previously (in the late 1990s), which remained in activity. In addition, interviews with leaders and workers of the projects were made, as well as with leaders of support institutions such as ANTEAG and UNISOL Brazil. Although the ideals of cooperativism and self-management remain present in many workers' speech, its implementation has found many obstacles in practice since recuperated factories in order to become viable endure many market pressures, which eventually modify some of their initial objectives.

KEYWORDS: Work. Self-Management. Cooperativism. Solidarity Economy. Recuperated Factories.

FABRIQUES RECUPEREES PAR LES TRAVAILLEURS: les dilemmes de la gestion collective du travail

*Aline Suelen Pires
Jacob Carlos Lima*

L'objectif de cet article est d'analyser les dilemmes de la gestion collective dans des fabriques récupérées par les travailleurs au Brésil et qui se sont organisées, dans leur plus grand nombre au cours des années 1990. Ces fabriques ont été structurées soit comme des coopératives soit sous des formes hybrides d'administration, dans un contexte de restructuration économique et d'augmentation du chômage, afin de pouvoir maintenir des postes de travail. En général elles ont eu le soutien de syndicats et se sont insérées progressivement dans le mouvement de l'Economie Solidaire qui s'est institutionnalisée dans la décennie suivante. Vingt ans après l'apparition des premières entreprises de ce genre nous proposons non seulement de vérifier comment elles se maintiennent sur le marché et se sont adaptées aux changements politiques et économiques de cette période mais aussi d'analyser leur relation avec les propositions à l'origine de l'autogestion. La recherche s'est faite sur une coupure longitudinale pour essayer d'étudier les fabriques analysées antérieurement (à la fin des années 1990) et qui sont toujours en activité. Des interviews ont également été réalisées avec des leaders et des employés de ces entreprises ainsi qu'avec des responsables d'institutions de soutien telles que l'ANTEAG et l'UNISOL Brésil. Même si les idéaux du coopérativisme et de la dite autogestion sont toujours présents dans les discours de beaucoup de travailleurs, dans la pratique leur mise en place est confrontée à de nombreux obstacles vu que, pour rester viables, les fabriques récupérées affrontent les pressions du marché qui finissent par modifier quelques-uns de leurs objectifs initiaux.

Mots-clés: Travail. Autogestion. Coopérativisme. Economie solidaire. Fabriques récupérées.

SOBRE A DIVERSIDADE DE FORMATOS E ATORES SOCIAIS NO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

*Marília Verissimo Veronese**

*Luiz Inácio Gaiger***

*Adriane Vieira Ferrarini****

O artigo apresenta um entendimento dos empreendimentos econômicos solidários a partir da realidade multiforme da economia solidária no Brasil. Trata-se de um conjunto variado de iniciativas ainda em busca de identidade institucional e de um arcabouço jurídico condizente, que não cabem no cooperativismo tradicional nem no chamado terceiro setor. Valendo-se de um conjunto de estudos já conduzidos, tanto em termos de conceituação e formulação tipológica como de desenho etnográfico, o texto reflete sobre a configuração plural dos empreendimentos solidários, analisando diferentes atores sociais em foco, urbanos, rurais e tradicionais, procurando demonstrar a diversidade cultural e simbólica ali existente, bem como suas múltiplas origens e desafios atuais, a exemplo da busca de um marco legal específico para o campo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia. Empreendimentos solidários. Diversidade Cultural. Associativismo. Práticas Tradicionais e Autóctones.

INTRODUÇÃO

Na realidade da economia solidária no Brasil, temos um conjunto amplo e variado de iniciativas ainda em busca de identidade institucional e de um arcabouço jurídico condizente, que não cabem no cooperativismo tradicional nem no chamado terceiro setor. Como partícipes de uma nova onda de solidarismo social e econômico, elas eventualmente se contrapõem às formas cooperativas tradicionais, já institucionalizadas na forma do cooperativismo. Com esse enfoque crítico, tais iniciativas, denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES), têm passado por um processo de reconhecimento mútuo e de unificação, alinhando-se gradativamente ao campo denominado como economia solidária.

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Av. Unisinos, 950. Cristo Rei. Cep: 93022-750. São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil. mariliav@unisinos.br

** Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Av. Unisinos, 950. Cristo Rei. Cep: 93022-750. São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil. gaiger@unisinos.br

*** Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Av. Unisinos, 950. Cristo Rei. Cep: 93022-750. São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil. adrianefferrarini@gmail.com

Esse termo ganhou expressão e oficialidade no Brasil a partir dos anos 1990, à medida que despontaram no país iniciativas econômicas notabilizadas e reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. Ao expandir-se, a economia solidária veio a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas, dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito. Geralmente, o foco principal desses grupos é a geração de bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados. Este texto procura demonstrar como a diversidade cultural na constituição dos empreendimentos é bem maior do que costuma ser considerado, predominantemente em termos de cooperativismo urbano ou rural. As formas de ser e de estar no mundo são sensivelmente diversas em um grupo quilombola, numa associação de pescadores artesanais, ou numa cooperativa urbana integrada à economia das grandes cidades. Tal miríade de práticas sociais abre um

campo de pesquisa para que se (re) conheçam a importância e as qualidades dessas diferenças, no âmbito das distintas formas de associação. Embora a identidade cultural não forneça uma essência única a um grupo, pois, para Hall (1996), as culturas são contraditórias em seu próprio interior, estando sempre em mutação, reafirmamos a importância de que, através de sentidos relativamente estáveis, as comunidades culturais possam se reconhecer, se representar e serem, assim, reconhecidas pela sociedade de entorno. Na economia solidária, a importância da cultura que marca cada experiência de associação com referências próprias é significativa, para que elas possam desenvolver seus produtos, serviços e práticas dotados de singularidade e criatividade.

Segundo estudos de referência (Cattani et al., 2009; Gaiger, 2004; Pinto, 2006; Singer; Souza, 2000), a primazia da solidariedade em tais empreendimentos manifesta-se no envolvimento de seus membros com a gestão cotidiana, na socialização dos recursos produtivos e na adoção de princípios de equidade. Quando estendida a seu entorno, a solidariedade pode estimular práticas ampliadas de reciprocidade, nas quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público. O agir coletivo da economia solidária institui, então, novos sujeitos no mundo do trabalho, nas estratégias de classe e nas lutas sociais, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa.

Inicialmente, os estudos no campo da economia solidária eram realizados em contextos locais, e os discursos mais militantes e entusiastas do seu potencial eram calcados muito mais em uma teleologia ligada à superação do capitalismo do que na empiria propriamente dita. À medida que os estudos foram se multiplicando e as duas edições do mapeamento nacional da economia solidária levadas a cabo, sabe-se mais sobre as configurações e manifestações desse campo, através dessa *escavação no presente* (Santos, 2002). Aparecem, assim,

as figuras que não se enquadram no cooperativismo convencional, incluindo os povos tradicionais, como quilombolas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e ribeirinhas, de fundos de pasto, quebradeiras de coco e outros atores sociais diversos. Consideramos que essa grande pluralidade precisa de maior detalhamento analítico por parte das pesquisas no campo da economia solidária.

A próxima seção resume, em grandes linhas, alguns dos antecedentes da economia solidária no Brasil, com o objetivo de esclarecer os pontos de continuidade e as linhas divisorias entre experiências mais antigas e mais recentes. Destaque será dado, ainda, nas seções seguintes, aos antecedentes históricos das manifestações empíricas do campo (seção 1), aos formatos mais conhecidos – cooperativas e associações -, que não esgotam a diversidade encontrada (seção 2), à vertente da economia popular (seção 3) e ao lugar da tradição nas origens e atualidade dos EES (seção 4), procurando dar conta das características peculiares da economia solidária quanto à diversidade de culturas nela presente, e nas razões de sua incompatibilidade com as alternativas jurídicas atualmente disponíveis para seus empreendimentos. A seção 5 consiste num comentário final, à guisa de conclusão, com indicações de agendas de pesquisa para temática da economia solidária.

CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO E ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Nos dias atuais, a economia solidária evoca um amplo conjunto de sujeitos, de organizações econômicas, de entidades representativas e de organismos da sociedade civil e do Estado. Ela designa, ao mesmo tempo, um setor econômico e um movimento social. Por ser um fenômeno ainda recente e não encontrar soluções jurídicas adequadas no Direito vigente, a economia solidária encontra-se despro-

vida de um marco legal apropriado no Brasil. Suas organizações, designadas genericamente de *empreendimentos*, não podem ser apreendidas corretamente apenas a partir do formato jurídico oficial que adotam, ou deixam de adotar – no caso dos grupos informais e sem compromissos de mais longo termo –, uma vez que ele representa, em geral, uma solução paliativa para que possam funcionar e tornarem-se viáveis.

Conforme o segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária concluído em 2013, cerca de 30% dos empreendimentos econômicos solidários é constituído de grupos informais, isto é, que não se regulam por nenhum dispositivo legal, mas por normas próprias, internas. Em tais circunstâncias, inexistem critérios consagrados ou de ampla aceitação para fins de distinção e classificação dos empreendimentos, sendo inapropriado suprir essa lacuna recorrendo a argumentos formais. O conjunto das pesquisas já conduzidas nos autoriza a refletir sobre eventuais estereótipos construídos sobre esse campo, a partir da discussão sobre sua diversidade.

Conforme bibliografia disponível (Gaiger, 2004; Singer; Souza, 2002), os princípios que caracterizam a economia solidária são conhecidos desde a instauração do capitalismo industrial, no séc. XIX, quando impulsionaram as vertentes associativas, mutualistas e cooperativas sobre as quais se edificou a experiência da *economia social*, em vários países do Norte e alguns países do Sul. O solidarismo foi uma resposta de trabalhadores submetidos à proletarianização diante da turbulência social causada pela revolução industrial.

Em termos de origens da economia solidária contemporânea, porém, convém mencionar que existem distintas vertentes em diferentes contextos históricos, espaçotemporais. Já nas primeiras décadas do século XX, a economia social europeia, comumente citada como uma das origens da economia solidária atual, se opôs às tendências de redução da economia capitalista ao princípio do mercado e

à racionalidade da acumulação privada. Com isso, desempenhou um papel considerável na construção dos regimes de bem-estar social naquele continente. A partir dos anos 1970, com a crise de regulação keynesiana e o desequilíbrio social resultante, uma série de novas experimentações sociais teve lugar, revigorando as práticas associativas e de solidariedade econômica. A economia social, ao norte, retomou seu elã crítico e participativo, ao mesmo tempo em que experiências análogas surgiram ou se revitalizaram em países do Sul. Distintas realidades empíricas manifestaram-se, assim, em diferentes contextos.

No contexto latino-americano, por exemplo, associações, grupos informais, cooperativas, empresas de autogestão, iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, empresas sociais e finanças solidárias, além de mecanismos correlatos de fomento e de organizações representativas, expandiram-se entre categorias sociais colocadas à margem dos sistemas convencionais de ocupação e renda, ou frustradas em suas aspirações individuais e coletivas.

O que importa ressaltar é a diversidade de aspirações que estão na base da constituição de muitas experiências, do sul ao norte, a partir do momento em que começam a ser vistas como constitutivas de uma pluralidade econômica, considerando a referida crise e seus efeitos globais. Não é somente a pobreza e a precariedade que fazem surgir um empreendimento econômico solidário (EES), mas também são necessárias aspirações a uma vida melhor e a uma racionalidade projetiva,¹ por vezes pautada em lutas políticas históricas, por vezes, parte de uma cultura ancestral, tradicional.

Embora tenha ganhado notoriedade a partir de sua expansão recente, nos anos 1990, a economia solidária dá continuidade e novo alento a uma história extensa, na qual se con-

¹ Uma forma de visão de mundo que projeta um futuro a partir de valores específicos, como respeito à natureza, liberdade, solidariedade, justiça, igualdade etc.; ou seja, transcende objetivos meramente de geração de renda e abrange visões de futuro projetadas axiologicamente.

tam inúmeras experiências de solidarismo popular. No Brasil, como na América Latina em geral, a economia solidária possui antecedentes longínquos, a começar pelas formas autóctones pré-colombianas e pelos sistemas coletivos adotados pelos escravos libertos (no Brasil, os *quilombolas*). Dedicaremos ao tema uma seção do texto, por considerarmos importante ressaltar também essa origem das práticas de solidarismo. Segundo dados atuais do mapeamento nacional da economia solidária, cerca de 11% das experiências mapeadas é formada pelos chamados povos tradicionais (Gaiger, 2014). Na paisagem social cambiante do continente latino-americano, passa-se rapidamente de iniciativas determinadas pela condição precária de trabalhadores assalariados, ao mesmo tempo subalterna e integrada às engrenagens do subdesenvolvimento periférico, às zonas em que predominam coletividades – em especial, os povos originários – que preferiram proteger os seus sistemas de vida e afastar-se do mercado de trabalho capitalista, evitando, assim, sua dissolução, a perda de referências culturais, ou mesmo, seu extermínio.

Além desses antecedentes mais distantes, também é preciso notar que o surto recente de empreendimentos e de mobilizações sociais, que tornaram a economia solidária um fato público, foi precedido de iniciativas congêneres à altura dos anos 1980, a essa época dispersas e correndo em linhas paralelas, no geral vinculadas a programas sociais de entidades civis, sobretudo ONGs, ou de instituições religiosas, como as igrejas cristãs. Tais experiências, disseminando-se em zonas rurais empobrecidas e em periferias urbanas, prenunciaram a eclosão de empreendimentos registrada a partir dos anos 1990. Embora sejam bem menos conhecidas, elas se constituem, por assim dizer, em fontes seminais das organizações solidárias dos nossos dias. Por essas razões, uma retrospectiva histórica da economia solidária deve considerar, mesmo brevemente, alguns daqueles episódios remotos nos quais se enraíza o solidarismo econômico, atentando, de outra feita, para os processos sociais das úl-

timas décadas, que culminaram paulatinamente na formação de um novo campo de práticas de solidariedade, portador de inovação social e de novas expectativas. Como se refere Rui Namorado (2004), uma constelação de esperanças constituída por diferentes sujeitos.

OS FORMATOS MAIS CONHECIDOS: associações e cooperativas

Nesta seção, trataremos daqueles formatos que são mais reconhecidos no âmbito do trabalho associativo, mas que certamente não esgotam a diversidade de formatos e racionalidades encontradas. No Brasil, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material atende a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Desde fins do século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas buscaram assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais, mantiveram em vigor princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital. Trata-se de uma resistência histórica, orientada por valores cuja defesa se fez a duras penas, e não logrou impedir desvios de rota e importantes concessões em seus princípios originais.

O Brasil não chegou a conhecer um associativismo similar àquele do séc. XIX europeu, gerador da moderna economia social naquele continente, embora a vida comunitária tenha sido marcante em muitas regiões e propostas autogestionárias de organização tenham sido frequentes no movimento operário, até o advento dos regimes populistas, nos anos 1930, quando o Estado chamou a si os rumos do desenvolvimento econômico e social. Com exceções momentâneas, as tentativas de os trabalhadores construir alternativas pela via associativa não lograram converter-se em um movimento realmente classista, de contrapo-

sição à lógica do capital fundiário, comercial e industrial. Permaneceram dependentes da estrutura econômica regional, da cultura dos trabalhadores em questão e dos espaços – limitados – encontrados nos jogos de poder.

Comparando-se a experiência brasileira com aquela da economia social na Europa, com seus três ramos – *mutualista*, *associativo* e *cooperativo* – deve-se adiantar que, em relação à vertente mutualista, iniciativas de ajuda mútua (caixas laborais, pecúlios, etc.), desenvolvidas principalmente por agricultores familiares e trabalhadores urbanos, ficaram vinculadas, no Brasil, ao universo associativo e ao setor cooperativo, sem constituir um setor mutualista propriamente dito. Em certos casos, tais iniciativas persistiram como modalidades autóctones de organização e valorização da vida comunitária. Mas, em geral, os serviços por elas prestados, sobretudo em saúde e educação, foram incorporados em novas dinâmicas institucionais, principalmente a filantropia privada (religiosa, benemerente) e a estatal, degenerando, com frequência, para padrões assistencialistas e funcionando como via auxiliar de preservação hegemônica das elites políticas locais.

Por sua vez, o associativismo desempenhou um papel histórico relevante, especialmente para pequenos produtores familiares, desde o momento em que ocuparam o espaço agrário brasileiro, no correr do século XIX. Contudo, até os dias de hoje, o marco legal das associações é extremamente amplo, pois abrange toda agremiação de pessoas que se unem para desenvolver atividades comuns, desde que se distingam de instituições mais específicas (igrejas, fundações e partidos políticos) e *não* tenham finalidade econômica. Com isso, o associativismo manteve-se sem personalidade própria e sem mecanismos de representação, tendo sido, ademais, largamente cooptado ou estimulado para funcionar como correia auxiliar da dominação oligárquica.²

² No interior do país, foi prática comum criar ou favorecer associações em troca da fidelidade de seus membros aos senhores – caudilhos e coronéis – dos quais emanava o poder político e provinham as elites dirigentes.

As associações, conforme disciplina o Código Civil (CC) brasileiro de 2002, são pessoas jurídicas de direito privado (Art. 44, I do CC), constituídas por associados (pessoas naturais ou jurídicas) que, unidos, se organizam para *fins não econômicos* (*caput* do Art. 53 do CC). O que fazem os empreendimentos da economia solidária, porém, é usar um dispositivo legal que se destina a fins não econômicos para poder ter um resguardo jurídico mínimo, uma configuração que lhes permita atuar na legalidade, com CNPJ. A lei das cooperativas é de 1971, já as instituindo como empresas econômicas, ao passo que as associações não eram assim consideradas, o que não muda no novo código de 2002. Cabe ressaltar ainda que, conforme disciplina o Art. 981 do CC, “*celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados*” (Brasil, 2002; grifos nossos). Ou seja, no que concerne à parte do conceito grifada, resta claro que as cooperativas situam-se entre aquilo que se pode juridicamente determinar como associação, pela sua forma organizativa, e sociedade, pelo seu fim econômico. Possuem, contudo, forma específica, delimitada pela chamada Lei Geral das Cooperativas (Lei nº 5764/1971).

Cumpre ressaltar que outro diferencial que se pode estabelecer em relação às associações e cooperativas é que, quanto ao registro, as primeiras necessitam de um processo mais simples para atingirem sua existência legal (Art. 45 do CC c/c Art. 119 da Lei de Registros Públicos), enquanto as segundas necessitam, além das averbações a que se refere a Lei de Registros Públicos (Lei nº 6015/1973), de autorização de funcionamento e de registro na Junta Comercial competente, conforme Artigos 17 a 20 da Lei Geral das Cooperativas. Desse modo, fica demonstrado que o ato de constituir uma cooperativa é mais demorado e dispendioso do que aquele de formar uma associação, motivo suficiente para se imaginar o porquê da eventual escolha, por parte dos grupos, de se torna-

rem associação e não cooperativa.

Por trás das associações, há muitas histórias e formas, dentre elas o associativismo genuinamente popular. Desde os anos 1970, no contexto dos fluxos demográficos que resultaram nas atuais aglomerações urbanas, a associação tem sido um instrumento popular de organização e de luta pelo direito à moradia e a melhores condições de vida. É notório o papel desempenhado pelas associações comunitárias, como esteios de mobilizações sociais mais amplas, como as lutas democráticas e os embates eleitorais que provocaram a renovação dos partidos políticos e a guinada de governos à esquerda. Ao mesmo tempo, as associações funcionaram como núcleo de iniciativas locais, dando-lhes impulso e resguardo institucional. Projetos comunitários de geração de renda e desenvolvimento econômico buscaram também o respaldo jurídico das associações. O resultado disso é um híbrido: atividades comunitárias de natureza social fundem-se a empreendimentos com finalidade econômica, em si mesma desguarnecida de amparo jurídico. Essa solução evita a informalidade plena, mas posterga a formalização econômica do empreendimento, que, assim, fica privado das prerrogativas e vantagens do exercício legal das suas atividades. Cabe lembrar, também, que alguns EES decidem permanecer na informalidade para evitar os custos da formalização, optando por isso. De qualquer modo, é questão frequentemente discutida nas assembleias e reuniões que os associados realizam, uma vez que formalizar-se nem sempre é opção viável ou desejável. Da mesma forma, no meio rural, de longa data, as associações de pequenos agricultores dão suporte a dispositivos coletivos de produção, comercialização ou prestação de serviços. Tais iniciativas permanecem, via-de-regra, restritas em seus fins e espaços de atuação, mas têm preservado a cultura associativa no meio rural, lastreando as iniciativas que hoje prevalecem entre os empreendimentos solidários.

Em nossos dias, a associação é o formato

jurídico predominante na Economia solidária.³ Sua adoção confere um *status* institucional aos empreendimentos para que funcionem na semiformalidade, recebam apoios e subvenções. Mas, como demonstraram alguns estudos (Pinto, 2006), o ato associativo, nesses casos, vai além do espírito pragmático. Ele traduz uma trajetória coletiva na qual se forjaram identidades e práticas solidárias, agora revalorizadas. Como resultado disso, no espaço rural e urbano, os empreendimentos solidários, em geral, se inserem em estruturas coletivas mais amplas, o que lhes permite vencer o estado de abandono e isolamento da produção familiar e das micro e pequenas empresas. São iniciativas desse tipo que vicejaram nos anos 1980, antes do *boom* da economia solidária.

A lei complementar nº 128, em 2008, cria ainda a figura do Microempreendedor Individual (MEI), com o intuito de formalizar atividades empresariais de pequeno porte. Esse pode eventualmente ser um modo de formalização que cria algumas contradições com a ideia de associativismo, embora não disponhamos de dados, no momento da escrita deste texto, para afirmar como e em que medida tal situação se manifesta. Mas o fato é que tais situações específicas precisam ser mais investigadas, indicando futuras agendas de pesquisa.

Dos três braços da economia social (no seu sentido europeu), apenas o cooperativismo alcançou um patamar institucional próprio no Brasil, embora sempre permeado por concepções e interesses diversos e sendo objeto permanente de disputas. A introdução das cooperativas no país ocorreu originalmente por obra de imigrantes europeus, no final do século XIX, como forma de vencer as situações de flagrante desamparo em que viviam. Nesses primórdios, surgiram cooperativas de consumo, bem como de crédito e agropecuárias, especialmente no Sul do país, de colonização europeia. As cooperativas de consumo expandiram-se nos anos

³ Conforme o segundo mapeamento nacional da Economia solidária no Brasil, 60% dos EES são associações, 30% são organizações informais e 8,8%, cooperativas (dados de 2013).

1950 e 1960. Posteriormente, o cooperativismo urbano apresentou sinais de estagnação, atribuível ao desestímulo oficial, do que resultou uma série de barreiras à sua expansão e sobrevivência. À medida que o desenvolvimento econômico favoreceu a expansão das grandes empresas capitalistas, estimulou-as a substituírem os serviços antes prestados pelas cooperativas (Schneider; Lauschner, 1979).

Hoje, grandes cooperativas funcionam como empresas de capital, voltadas para a lucratividade no mercado, empenhadas na profissionalização e na racionalização administrativa. Há também as pequenas cooperativas em periferias urbanas, voltadas para a inserção socioeconômica e o atendimento a necessidades básicas de populações pobres, que tendem a apresentar índole mais igualitarista, valorizam o fato de se governarem coletivamente e se identificam com a economia solidária (Anjos, 2012; Nunes, 2001). Ao lado delas, existe o fenômeno das *falsas* cooperativas, que se valem do marco legal cooperativo para intermediarem mão de obra a baixo custo, mantendo intacta a hierarquia da empresa e a divisão entre capital e trabalho. O cooperativismo brasileiro, por conseguinte, apresenta-se heterogêneo quanto à natureza e à escala de suas atividades, à complexidade das organizações cooperativas e, fundamentalmente, a seus princípios ideológicos.

Nesse contexto contraditório, a economia solidária ensejou uma nova geração de cooperativas, motivadas pela convicção de que esse formato, mesmo imperfeito, constitui o modelo mais acabado de autogestão e de solidariedade econômica, sendo a base de um sistema adequado para atender aos interesses dos trabalhadores. Com essa finalidade, as cooperativas solidárias se têm alinhado em favor de um novo modelo, questionador do perfil político e dos impasses do cooperativismo no país, relacionados à incoerência entre seus princípios doutrinários e seu desenvolvimento histórico. Tal modelo viria a suplantando o cooperativismo tradicional e a recuperar as cooperativas desvirtuadas pela centralização do poder ou

criadas de modo fraudulento, como um estratagemma empresarial de desoneração de custos sociais. O êxito dessas estratégias e a viabilidade das cooperativas solidárias dependem, no entanto, de sua capacidade de gerar ambientes socioeconômicos que não as ameacem, mas as fortaleçam, convertendo-as em um nódulo diferenciado e expansível no interior do sistema econômico atual, mesmo que, eventualmente, confrontando-o em termos políticos.

O CONTEXTO DA ECONOMIA POPULAR

O advento da economia solidária pode situar-se na contracorrente desse legado histórico, cuja descontinuidade e limitada institucionalização explica por que o conceito de economia social jamais tenha sido empregado no Brasil, exceção feita a estreitos círculos acadêmicos. Não obstante, tais antecedentes subjazem às práticas atuais de economia solidária, como também nela subsistem formas atávicas de solidariedade, mal conhecidas e pouco reconhecidas. A esse lastro social somaram-se, recentemente, novas modalidades de ação coletiva, de sorte que, para completar essa retrospectiva histórica, é preciso examinar as mudanças transcorridas na sociedade brasileira durante as últimas décadas. Nesse período, despontou uma das principais vertentes da economia solidária, tanto no Brasil quanto na América Latina: a economia popular, e seu corolário, a informalidade.

Desde os anos 1970, uma população de trabalhadores em franco crescimento demográfico, pressionada pela contração das oportunidades econômicas no meio rural e pelos atrativos do crescimento industrial e urbano, evadiu-se em grandes proporções para as cidades, deparando-se com a incapacidade de absorção pelo mercado formal de trabalho e com a falta de instrumentos para inserir-se estavelmente na economia formal. Compelido a sobreviver de trabalhos por conta própria e de

ocupações temporárias informais, esse contingente modificou a paisagem urbana, expandindo os bairros periféricos pobres e convertendo a economia informal em um fenômeno de grande magnitude. A informalidade deixou de ser negligenciada como um resíduo marginal e temporário do capitalismo, ou como um elemento funcional incorporado ao exército industrial de reserva, passando a ser entendida como um traço estrutural do desenvolvimento capitalista, irreversível no quadro solidamente instituído por modelos socialmente excludentes.

Segundo o DIEESE (2016), o SIES revelou, no segundo mapeamento nacional, que o grau de informalidade na economia solidária era de 50,4%, considerando os 19.708 EES mapeados. Interessante destacar que essa informalidade não é atributo somente dos que se declaram como tal, mas também de alguns EES que se declaravam como associações, cooperativas ou sociedades mercantis, porém não informavam CNPJ, conforme o estudo realizado com base no SIES e RAIS.

Com o passar dos anos, o alastramento e a perseverança da informalidade levaram a perceber que ela se inseria em estratégias mais amplas de sobrevivência, mediante as quais os setores populares mostravam-se capazes de se organizar e instituir frentes de mobilização. De fato, novos movimentos sociais surgiram nas periferias, lutando por moradia, serviços urbanos, renda e direito ao trabalho. Iniciativas comunitárias se multiplicaram e despertaram o interesse paulatino de organizações civis, como igrejas cristãs inspiradas pela Teologia da Libertação e instituições de microcrédito, artífices dos *bancos da mulher*, predecessores das iniciativas atuais de finanças solidárias. Pipocaram comunidades de base, associações de moradores e uniões de produtores familiares, das quais surgiram, nos anos 1980, as primeiras experiências coletivas de geração de renda, germes da Economia Solidária contemporânea no Brasil e em muitos países da América Latina.

Nesse novo contexto, a informalida-

de foi reinterpretada como parte também da economia popular, isto é, de modalidades de sobrevivência propensas à defesa dos vínculos comunitários e ao associativismo. Essas formas de sobrevivência passaram a ser analisadas a partir de sua racionalidade intrínseca, orientada para a preservação de um *fundo de trabalho* (Coraggio, 1999), por meio de estratégias individuais e coletivas indissociáveis da malha de relações sociais em que se encontram os agentes econômicos de pequena escala. A eficácia de tais estratégias dependeria, precisamente, da liberdade relativa propiciada pela informalidade. Assim, os ativos materiais e sociais típicos da economia informal não deveriam ser menosprezados, mas valorizados pelos projetos de emancipação social.

Os grupos informais, segundo declaração deles próprios, correspondem a 30% dos empreendimentos recenseados pelo segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária. Quando prosperam sem deixar a informalidade, é sinal de que seus integrantes abandonaram a atitude habitual de constante adaptação às circunstâncias e passaram a conceber sua atividade como uma força suscetível de criar novas situações e influenciar o ritmo das transformações que almejam. Essa mutação é favorecida quando se utilizam os recursos primários dos indivíduos e suas relações sociais, de forma a produzir uma metamorfose das relações de *comensalidade*, ancoradas nos laços pessoais e no costume, para uma lógica econômica propriamente empreendedora e solidária, sustentada em relações de *cooperação* (Razeto, 1990). Uma vez dotados desse novo substrato, os empreendimentos informais atenuam a instabilidade e a incerteza que afetam a vida material dos pobres, ao ampliarem as margens de retenção do valor excedente por eles produzido. Do ponto de vista da cultura econômica, eles contribuem para a racionalização da solidariedade, uma vez que estimulam o seu exercício intencional e cotidiano (Gaiger, 2006). Ao mesmo tempo, propiciam vivências de trabalho de conteúdo axiológico e projetivo,

que estimulam a formação de *sujeitos*.

Sumariamente, pode-se afirmar que as práticas populares costumeiras de ajuda mútua, ao lado das experiências parcialmente institucionalizadas de associativismo e cooperativismo, constituem as vertentes historicamente mais arraigadas da economia solidária, ao passo que a economia popular funcionou como um novo vetor, decisivo para a taxa de crescimento recente dos empreendimentos solidários. A expansão da economia solidária nas últimas duas décadas, porém, não haveria ocorrido sem a conjunção de vários fatores, estruturais e conjunturais, cujo efeito resultante foi catalisar predisposições à associação e à solidariedade, latentes em diversas categorias de trabalhadores.

Essas predisposições existiram em várias modalidades associativas, urbanas, não urbanas e tradicionais. A próxima seção destaca a importância do segmento talvez menos estudado na economia solidária, mas que possui importância significativa em sua pluralidade cultural.

O LUGAR DA TRADIÇÃO NA ANCESTRALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em países do *Sul* – entendido como metáfora do sofrimento e silenciamento provocado pelo colonialismo e suas consequências, ou como um Sul epistêmico e simbólico (Santos; Meneses, 2009) –, as práticas autóctones ou as referências culturais herdadas – mesmo que transformadas, recriadas, como no caso dos escravizados –, representaram um veio de produção de solidariedade na vida econômica de diferentes grupos sociais. Comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, por exemplo, integram atualmente redes de economia solidária, embora sempre tenham praticado o solidarismo econômico, a produção e o consumo sustentáveis em seus modos de vida, mesmo antes da formação dessas redes, às vezes por necessidade, como no caso dos quilombos, que precisavam ser produtivos e auto-organi-

zados para sustentar um coletivo.

Tais grupos, bastante diversos na produção de suas identidades coletivas, se referem a situações sociais peculiares, com forte vínculo territorial. Como exemplificam Saraiva e Cruz no contexto do cerrado brasileiro:⁴

Essas comunidades possuem forte vínculo com a natureza e biodiversidade do Cerrado. A interação com o meio ambiente se deu num contexto de longa duração de convivência com plantas, morros, rios, animais, águas, paisagens e outros elementos. Assim, as experiências de vida (saberes e fazeres) dessas comunidades estão fortemente associadas ao Cerrado. Este bioma sempre foi utilizado por elas, seja para atender condições de subsistência (em momentos que o isolamento regional era uma condição real), ou na geração da renda familiar. [...] Foi identificado que valores como o associativismo, a solidariedade, a coletividade, a cooperação, reconhecidos como valores sustentáveis, ainda estão presentes nas iniciativas de trabalho, produção e geração de renda de comunidades e grupos tradicionais da Chapada dos Veadeiros. (Saraiva; Cruz, 2014, p. 2)

Os conceitos de *buen vivir* ou *sumak kawsay* expressam, na América Latina, uma cosmovisão que Santos e Meneses (2009) chamam de epistemologias do Sul: saberes e práticas típicas de modos de vida tradicionais, também denominadas como culturas de resistência por Gauthier (1999). São culturas dotadas de sistemas de valores e uma gama de práticas que foram oprimidas, desvirtuadas, silenciadas ou mesmo aniquiladas pela colonização predatória e pela exploração capitalista. São diversas e podem conter diferentes conteúdos e índoles, mas, em muitos casos, já tinham germens do que iria se transformar em práticas econômicas solidárias, como o exemplo acima descreve. Foram esmagadas e, por isso, expressam a amplitude e profundidade do sofrimento imposto a significativas parcelas da humanidade. Para Toledo (2001, p. 453):

Existem mais de 300 milhões de pessoas pertencen-

⁴ É a segunda maior formação vegetal brasileira, típica de locais com as estações climáticas bem definidas. Estendia-se, originalmente, por uma área de 2 milhões de km², abrangendo dez estados do Brasil Central. Hoje, restam apenas 20% desse total.

tes a povos e comunidades tradicionais vivendo em 75 dos 184 países do mundo, ocupando praticamente cada um dos principais biomas do planeta. Eles são também chamados de autóctones, minorias ou primeiras nações, dependendo dos critérios de definição. Eles apresentam todos ou parte dos seguintes critérios: (a) são descendentes dos primeiros habitantes de territórios que foram conquistados durante os Descobrimentos, (b) são povos dos ecossistemas, tais como agricultores, pastores, caçadores, extrativistas, pescadores e ou artesãos que adotam uma estratégia multiuso na apropriação da natureza, (c) praticam formas de produção rural de pequena escala e intensiva em trabalho, produzindo pequenos excedentes, apresentando necessidades satisfeitas com reduzida utilização de energia, [...] (f) apresentam uma visão de mundo específica consistindo de uma atitude de proteção e não materialista em sua relação com a terra e os recursos naturais baseada num intercâmbio simbólico com o mundo natural.

A questão do desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, por exemplo, é complexa e sensível em toda a América Latina, especialmente diante da hegemonia do agronegócio, que representa o avesso dos sistemas agrícolas tradicionais. Muitas vezes expulsos de suas terras e referências de vida, perderam sua autonomia econômica e sua referência ancestral, tendo de problematizar os processos de *resistência* (preservação de sua autonomia cultural), *apropriação* (capacidade de decisão sobre elementos culturais alheios) e *inovação* (criação de novos elementos culturais próprios) (Tuxá, 2011).

Em alguns casos, remanescentes de quilombos acabaram se integrando às cidades, constituindo os quilombos urbanos. No segundo mapeamento nacional da economia solidária, foi identificado um percentual de 11% de EES que se declararam pertencentes a algum povo ou comunidade tradicional. Desses 11%, em um universo de 2.161 EES, encontramos o percentual de 19,9% de empreendimentos de comunidades quilombolas, 12,7% de povos indígenas, 12,3% de ribeirinhos, 10,8% de “população negra” (não identificada com a figura do quilombo), 10,4% de pescadores artesanais, 8,5% de extrativistas, 3% de cabo-

los, 1% de comunidades de terreiro e 21% de “outras comunidades tradicionais”, além das descritas nas categorias listadas no questionário. Um estudo interessante, que apontamos como possibilidade futura, pois não o faremos no espaço deste texto, seria cruzar esses dados com informações relativas a ser o EES urbano, rural ou urbano e rural, bem como com outras variáveis significativas, ou seja, aprofundar os cruzamentos com base nos dados do segmento dos 11% de povos tradicionais.

Em Porto Alegre (RS), há um exemplo significativo da realidade dos quilombos urbanos na comunidade da Família Silva, há 70 anos instalada num bairro que, recentemente, se tornou muito valorizado em termos imobiliários e que mostra bem as tentativas de expulsão e aniquilamento dessas comunidades com características tradicionais, no seio das grandes cidades. Os quilombolas possuem uma identidade étnica, uma ancestralidade comum, que impacta em suas formas de organização política e social, e também em elementos linguísticos e religiosos. Por exemplo, o Quilombo Silva tem um grupo atuante, cujas lideranças praticam uma militância ativa em movimentos sociais urbanos, procurando articular-se com outras demandas da cidade. Na luta por reconhecimento, a Família Silva se organiza em diferentes frentes: grupos de mulheres, de jovens, de arte e de capoeira. Isso mostra como sua tradição incorpora elementos de inovação das cidades onde se inserem, passando a vivenciar situações culturais híbridas e, por vezes, contraditórias (Conceição, 2007; Freitag, 2007).

Poderíamos pensar também nas diversas etnias indígenas presentes no continente latino-americano; Segundo Clastres (1974), a etnia Yanomami tem um modo de vida em que a liderança tribal é exercida por mérito e capacidade de mediar conflitos, devendo haver consultas ao coletivo quando de decisões importantes. Nas epistemologias do Sul, há práticas que dialogam com – e são complementares aos – conceitos fundantes da democracia ocidental. Haveria necessidade de um *procedimento de tradução*

para criar inteligibilidade entre diferentes sujeitos, grupos e comunidades de alguma forma praticantes desses conceitos (Santos, 2002).

Temos perspectivas bastante diversas quando ao modo de as sociedades lidarem com a presença das culturas de resistência, dependendo do contexto onde se encontram. Um exemplo interessante está no Equador, um país que discutiu e buscou incorporar o conceito de Sumak Kawsay ou Buen Vivir nas práticas institucionais (Brandão, 2013). Escrevendo sobre a comparação desse paradigma com o do desenvolvimento local, Andino (2014) considera que o paradigma do Bem Viver está ligado à prática cotidiana da ética em relação aos outros. Isso tanto para o mundo indígena, em que a participação aparece como uma prática contínua na tomada de decisões e na busca do bem comum, como para outros grupos, tais como montubios, camponeses e mestiços, que entendem a participação necessariamente estendida às situações cotidianas, como a rua, a escola, o bairro onde vivem.

No Brasil, igualmente, tem havido mobilizações das culturas de resistência, com participação de diversos grupos em movimentos sociais e nas redes de economia solidária, inspiradas também na ideia de *produzir para viver*, e não para acumular. Isso tudo se soma às descobertas do Mapeamento, aumentando a *amplitude antropológica* da compreensão do mundo plural que abarca o fenômeno da economia solidária.

Em agosto de 2004, em Luziânia (DF), ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, do qual participaram, além de povos indígenas e quilombolas, agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e caiçaras, geraizeiros (habitantes do sertão), vazanteiros (pequenos agricultores cujo plantio e colheita estão associados aos ciclos de enchente, cheia e vazante dos rios), pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundos de pasto, faxinais (camponeses que se caracterizam principalmente pelo uso coletivo da

terra e dos recursos florestais e hídricos) e ribeirinhos do São Francisco (IPEA, 2012). Para esses sujeitos, a luta política para manutenção de seus modos de vida não acontece descolada do trabalho e da sustentação econômica das famílias, elemento também presente em empreendimentos urbanos da economia solidária, como no caso do exemplo do quilombo Silva mencionado anteriormente. O grupo reunido produziu um documento publicado no site do FBES, que expressa seu modo de ver o mundo:

Nós, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, seringueiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, litorâneos e ribeirinhos, comunidades de fundo e fecho de pasto e posseiros de todo o Brasil, mulheres e homens de luta, nos encontramos em Luziânia GO, nos dias de 25 a 28 de fevereiro, para partilhar cruces e esperanças e repensar as nossas lutas frente ao avanço cada vez mais acelerado e violento do capital e do Estado sobre os nossos direitos. Vivemos o encontro como um momento histórico, que confirma a realidade indiscutível de uma articulação e aliança entre povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e camponeses. O diálogo entre povos e comunidades que expressam culturas e tradições diferentes, frequentemente marcadas por preconceitos e rejeição, volta-se para a defesa e reconquista dos nossos territórios. Este é o processo que unifica sonhos e estratégias na construção de um País diferente que se opõe à doença capitalista do agro e hidronegócio, mineração, hidroelétricas, incentivada e financiada pelo Estado, em nome do chamado desenvolvimento e crescimento do Brasil. Não nos deixaremos curvar pelo avanço insaciável do capitalismo com o seu cortejo de políticas governamentais nefastas e genocidas. Território não se negocia não se vende não se troca. É o espaço sagrado onde fazemos crescer a vida, nossa cultura e jeito de viver, nos organizar, ser livres e felizes. “Territórios livres, já!!!”. (FBES, 2013)

Importante é mencionar que, três anos depois, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, através do decreto nº 6.040, datado de 07/02/2007. No Artigo 3º, tem-se que os Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recur-

tos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No âmbito do Mapeamento citado, concluído em 2013, o conceito de povos ou comunidades tradicionais também se refere a esses grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tal, ocupando territórios e recursos naturais para reproduzir suas condições de vida, confundindo-se, eventualmente, com a concepção de *etnia*. Valem-se de conhecimentos e práticas transmitidos pela tradição de seus antepassados, e os dados apontam, em perspectiva regional, uma maioria (relativa ao número total de EES mapeados, considerando cada região do país) de empreendimentos de comunidades tradicionais na região norte (23% do total), e uma minoria na região sudeste (5,7% do total) (Gaiger, 2014).

As políticas públicas no campo de trabalho e renda, especialmente no âmbito da SENAES, têm buscado, pelo menos em suas pretensões, a inclusão e a valorização das iniciativas econômicas dessas populações que, segundo Tiriba e Fischer (2015, p. 409), constituem *mediações de primeira ordem*. Elas, ao contrário das mediações de segunda ordem do capital, têm como finalidade a preservação das funções vitais de reprodução individual e da totalidade dos seres humanos; são modos de estar no mundo em que o metabolismo entre ser humano e natureza pressupõe a regulação do processo de trabalho em sintonia com a natureza. Para tais comunidades, o território assume uma importância material e simbólica muito grande, pois é a partir dele e de suas riquezas naturais e simbólicas que forjam seu sustento e sua cultura. Seculares ou quiçá milenares, tais modos de vida, ao Sul do mundo, têm eventuais pontos de conexão com o pensamento associativista que origina a economia solidária em termos modernos, seja nos modos de trabalhar, dividir os excedentes ou viver em comunidade.

Portanto, essa realidade multiforme, presente em toda a América Latina, mostra como

as denominações dos formatos organizativos presentes no campo da economia solidária podem ser imprecisas diante de realidades tão díspares – e tão distintas do conceito europeu de empresa social. Essa é uma razão para que se destaque a importância de pesquisa com esses grupos, buscando caracterizar tipologias regionais, captando e analisando – ao menos parcialmente – a enorme diversidade e a riqueza cultural da economia solidária no mundo. O Mapeamento nos parece um bom ponto de partida para estudos que aprofundem essa diversidade, qualitativamente.

A GUIA DE CONCLUSÃO: é preciso reconhecer a diversidade

Já acumulamos uma base de dados considerável a respeito do fenômeno dos EES nas duas últimas décadas, para que possamos afirmar, hoje, sua pluralidade e a importância do reconhecimento da diversidade de experiências que os compõem, ampliando o leque de alternativas de existência social e práticas econômicas. De acordo com uma pesquisa nacional a respeito da gênese de empreendimentos solidários bem-sucedidos (Gaiger, 2004), uma circunstância significativa é o fato de estarem vinculados a setores populares, tanto urbanos como não urbanos, dotados de referências culturais e de lideranças genuínas que valorizam a vida comunitária, os modos de vida tradicionais, o associativismo ou as mobilizações de classe, a depender do contexto. Isso se verifica, sobretudo, quando tais referências se alimentam em vivências próprias de organização e luta, nas quais esses protagonistas forjaram identidades comuns, laços de confiança e competências para a defesa coletiva de interesses e aspirações. Exemplos a serem mencionados são as experiências de Bolívia e Equador que, ao reconhecerem a natureza (*Pacha Mama* ou *Madre Tierra*) como central em suas Constituições (Equador em 2008 e Bolívia em 2009), incorporando as cosmovisões indígenas nos

textos constitucionais, reconhecem o valor e a primazia da economia solidária, não somente como prática econômica, mas como parte fundamental da riqueza cultural de seus países.

Salvo raras exceções, os empreendimentos solidários não substituem integralmente nem prescrevem as formas populares de economia existentes, e tal não aconteceu nos referidos países. Seu efeito principal consiste em reorganizar os fatores produtivos, materiais e humanos da economia popular praticada por múltiplos agentes, por meio de mutações progressivas que a afastam de suas formas mais degradadas e atenuam seu caráter subalterno no interior da economia capitalista, gerando maior pluralidade econômica e diversidade social.

No Brasil, um quadro mais positivo para o reconhecimento público da diversidade de atores que constituem essas práticas começou a instaurar-se, a partir da transição democrática, na segunda metade dos anos 1980, quando a realidade política do país encontrou condições mais favoráveis à participação cidadã e ao reconhecimento das demandas sociais variadas pela esfera pública e pelo aparato estatal. Com as amplas manifestações sociais que culminaram na promulgação da “Constituição cidadã”, em 1988, sucessivas mobilizações coletivas trouxeram ao cenário político atores até então relegados a um papel marginal ou de ausência produzida (Sader, 1988; Santos, 2002). A redemocratização do país torna mais propício o ambiente no qual se dará a emergência da economia solidária como movimento, alguns anos depois, embora, à época da Constituição, a pauta não incluísse o tema. De qualquer modo, aquele momento fez emergir os grupos e entidades empenhados em levar à frente experiências locais de organização e de defesa de interesses comuns. Com o propósito de vencer sua dispersão inicial, programas de apoio mais abrangentes estimularam a multiplicação de agências e instituições de fomento, ensejando a convergência entre visões e métodos de atuação. Assim sendo, a economia solidária passou a designar, sucessivamente, um

conjunto de práticas econômicas referenciadas em princípios de cooperação e autogestão, um movimento social comprometido com a transformação social e, por fim, um setor constitutivo da ação pública.

Ao postular esse reconhecimento legal, os atores sociais da economia solidária têm a seu favor um relativo consenso nacional sobre as características fundamentais das organizações econômicas solidárias em questão (que não incluem as organizações não aderentes aos princípios basilares da economia solidária, como as grandes cooperativas ligadas à OCB, por exemplo).

Contudo, ainda há uma lacuna, de especial importância, que se refere ao reconhecimento da diversidade de práticas, racionalidades, etnias, gêneros, territórios, modos e expressões de vida. Para que haja efetivo acolhimento por parte das políticas públicas e das comunidades de entorno aos empreendimentos, é preciso reconhecer, divulgar e identificar as necessidades desses múltiplos estilos e condições de vida presentes na economia solidária. Os órgãos representativos dos trabalhadores associados, os pesquisadores que produzem conhecimento acadêmico, os formuladores e executores das políticas são agentes importantes nesse processo de reconhecimento, ampliando também o escopo das ciências sociais em relação ao trabalho, numa superação de certa ênfase que é dada, ainda, a uma classe trabalhadora urbana.

Questões a serem aprofundadas permanecem como uma proposta para pesquisas futuras a serem produzidas: Como os empreendimentos ou comunidades tradicionais absorvem e processam inovações de variados tipos? Quais os impactos nos seus modos de vida? Como os grupos sociais se apropriam e dão sentido às inovações e desafios, construindo realidades socioeconômicas variadas?

Segundo Moscovici (2004), há uma grande capacidade humana de criar realidades a partir dos processos de simbolização. Como a inteligibilidade plena do outro é da ordem do im-

possível, há que revelar e analisar as diferenças e a pluralidade características da economia solidária, pois ainda há muito a descobrir. Os grupos de comunidades tradicionais demonstram a flexibilidade do panorama simbólico humano e suas distintas atribuições de sentido ao âmbito do econômico, do social e do político, que, conforme Jean Louis Laville, formam o tripé dos empreendimentos econômicos solidários.

Há que superar dualismos, como urbano *versus* rural, proletariado *versus* capital e compreender que, numa economia plural, formas distintas de produção e consumo podem ter seu espaço, desde que sejam oferecidas as condições – inclusive logísticas –, de atuação dos trabalhadores de distintas origens. Para tanto, impossível é ignorar a discussão em torno do marco legal da economia solidária, já que o existente ainda não contempla a diversidade de formas. Embora não seja intenção deste trabalho discutir essa questão específica, ficando esse aprofundamento para futuros trabalhos, aponta-se que, há pelo menos uma década, a criação de um marco legal adequado para a economia solidária tem sido um dos pontos centrais da agenda de empreendimentos, organizações de apoio e autoridades públicas. Registaram-se progressos em alguns setores, tais como cooperativas de trabalho, mas os obstáculos e as dificuldades persistem, no adiamento da adoção de uma lei nacional específica. Além de disputas entre atores sociais envolvidos na economia solidária, há uma grande oposição do setor cooperativo tradicional, cuja institucionalização ocorreu durante o regime militar, garantindo a unicidade de representação e vantagens econômicas para as suas próprias organizações. Essa lei precisaria abarcar distintos modelos de produção e comercialização em diversos territórios e localidades, legitimando e facilitando a expressão da diversidade de formatos.

É um assunto que dá margem a controvérsias, por razões políticas, econômicas e ideológicas, mas o estabelecimento de um marco legal próprio para a economia solidária, em curto prazo, removeria obstáculos à inovação insti-

tucional no Brasil, particularmente em relação à formação de agenda pública mais inclusiva, abrangente, participativa e aberta à diversidade.

Em termos de potencialidades, em meio às tensões e disputas que os atores enfrentam, tanto em relação às formas econômicas tipicamente capitalistas, como às lógicas organizacionais opostas que se impõem por questões de poder (França Filho; Dzimira, 2014), podemos dizer que a economia solidária tem uma história bastante plural atrás de si e enseja potências variadas para o futuro, o qual, por sua vez, não tem direção certa nem sentidos pré-definidos, estando por ser construído e sem nenhuma garantia automática de sucesso para as lutas de seus múltiplos agentes. Como dizia o filósofo utópico Ernst Bloch (2005), junto a cada esperança há sempre um caixão à espera; as conquistas estão sempre por se manterem ou se desintegrarem, não cabendo uma interpretação necessária da história. Alguns projetos possuem a característica da provisoriamente e da precariedade; outros se consolidam e logram êxitos e possibilidades de expansão. Contudo, cabe reforçar que as experiências e as redes que as expandem e articulam situam-se no âmbito do vasto campo para a regulação social, a ser levada a cabo pelos atores, no espaço *entre* o livre mercado desregulado e um eventual planejamento estatal (Vinha, 2003).

As formas de articulação dos interesses variados que os distintos sujeitos engendram podem propiciar o ativamento de recursos intangíveis que os fortalecem política e economicamente, a iniciar pelas outras formas de redistribuição dos excedentes econômicos e aprendizagens constantes que o trabalho autogestionado proporciona. O cenário nem sempre estável dos recursos oriundos de políticas públicas é um fator de risco, bem como a inexistência de uma posição de consenso entre os próprios integrantes da economia solidária, mas a história recente tem provado que os empreendimentos resistem, e os sujeitos continuam tecendo a teia heterogênea de elementos que tornam a *outra economia* cada vez mais

variada e plural, a despeito das enormes dificuldades presentes.

Recebido para publicação em 08 de abril de 2016
Aceito em 25 de novembro de 2016

REFERÊNCIAS

- ANDINO, V. Continuidades y rupturas entre los enfoques de economía solidaria y desarrollo local. In: JUBETO, Y; GURIDI L.; FERNÁNDEZ-VILLA, M. (Orgs.). *Diálogos sobre Economía Social y Solidaria em Ecuador: encuentros y desencuentros con las propuestas para otra economía*. [S.l.]: UPV/EHU, 2014. p. 59-148.
- ANJOS, E. G. dos. *Práticas e sentidos da economia solidária: um estudo a partir das cooperativas de trabalho*. 2012. 212f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Unisinos, São Leopoldo, 2012.
- BLOCH, E. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 2005. v. 1.
- BRANDÃO, P. *O novo constitucionalismo pluralista Latino-Americano: participação popular cosmovisões indígenas* (Sumak Kawsay e Pachamama). 2013. 156f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- BRASIL. *Lei nº 10. 406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 6 mai. 2013.
- CATTANI, A. et al. (Orgs.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Coisak & Naify, 1974. 288 p.
- CONCEIÇÃO, L. *Solidarismo em comunidades remanescentes de quilombos do RS*. 2007, 111f. Monografia (Conclusão do Curso) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.
- CORAGGIO, J. *Política social y economía del trabajo*. Madrid: Miño y Dávila Editores, 1999. 225 p.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). O quadro geral da informalidade na economia solidária. In: _____. *Informalidade na economia solidária*. São Paulo: DIEESE, mar. 2016. (Cadernos de debates do observatório nacional da economia solidária e do cooperativismo, 1).
- DUBEUX, A. et al. *Estudio de casos brasileños: la dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil*. Foro Internacional sobre la Economía Social y Solidaria – FIESS. Montréal: Chantier de l'Économie Sociale, 2011. 42 p.
- FORUM Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7356&Itemid=62>. Acesso em: 13 maio 2013.
- FRANÇA FILHO, G. C.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. *O & S*, Salvador, v. 6, n. 14, p. 141-183, 2014.
- FREITAG, B. *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus, 2007. 190 p.
- GAIGER, L. I (Org). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I. *A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- _____. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Soc. e estado*, Brasília-DF, v. 21, n. 2, p. 513-544, 2006.
- _____. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. *Lua Nova*, São Paulo, n. 83, p. 79-109, 2011.
- GAUTHIER, J. O que é pesquisar: entre Deleuze-Guattari e o candomblé, pensando mito, ciência, arte e culturas de resistência. *Educ. Soc.*, São Paulo, v. 20, n. 69, p. 13-33, 1999.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *A Comissão Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais na visão de seus membros*. Relatório de pesquisa. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120409_relatorio_comunidades_tradicionais.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- NAMORADO, R. *A economia social: uma constelação de esperanças*. Coimbra: CES-FEUC, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/213.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- NUNES, C. Cooperativas, uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal. *Soc. e estado*, Brasília-DF, v. 16, n. 1-2, p. 134-158, 2001.
- PINTO, J. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- RAZETO, L. *Las empresas alternativas*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1990. 200 p.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 341 p.
- SANTOS, B. S. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.
- SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. 532 p.
- SARAIVA, R. C. F.; CRUZ, T. C. da S. A cultura, os saberes e a tradição no arranjo da economia solidária ambiental. *Cadernos de Agroecologia*, Mato Grosso do Sul, v. 9, n. 3, p. 1-2, 2014.
- SCHNEIDER, J.; LAUSCHNER, R. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. In: _____. *O cooperativismo no Brasil: enfoques, análises e contribuição*. Rio Grande do Sul: Friedrich Neumann e Associação de Orientação às Cooperativas, 1979. p. 1-58.
- SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2002. 360 p.
- TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. *R. Educ. Públ.* Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015.
- TOLEDO, V. M. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. In: LEVIN, S. et al., (Orgs.). *Encyclopedia of Biodiversity*. [S.l.]: Academic Press, 2001. p. 451-463.
- TUXÁ, R. C. de A. Educação escolar indígena como novo paradigma na visão indígena: experiências, conquistas e desafios. *Tellus*, Mato Grosso, n. 20, p. 275-288, jan./jun. 2011.
- VINHA, V. da. Polanyi e a nova sociologia econômica. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 207-230, 2003.

**ABOUT THE DIVERSITY OF FORMATS AND
SOCIAL ACTORS IN THE FIELD OF SOLIDARITY
ECONOMY**

*Marilia Verissimo Veronese
Luiz Gaiger
Adriane Vieira Ferrarini*

This article presents a comprehension of solidarity economic projects from the multiform reality of solidarity economy in Brazil. This article is a varied set of initiatives still seeking institutional identity and a proper legal framework, since they do not fit into traditional cooperativism or the so-called third sector. Using a set of studies conducted both in terms of conceptualization and of typological formulation such as ethnographic design, this study discusses the plural configuration of solidarity projects, analyzing different social actors in focus, such as urban, rural and traditional environments. It tries to demonstrate the cultural and symbolic diversity that exist, as well as its multiple origins and current challenges, as an example of the search for a specific legal milestone for the field.

KEYWORDS: Sociology. Solidarity projects. Cultural Diversity. Associativism. Traditional Practices and Autochthonous.

**A PROPOS DE LA DIVERSITE DES FORMATS ET
DES ACTEURS SOCIAUX DANS LE DOMPAIN
DE L'ECONOMIE SOLIDAIRE**

*Marilia Verissimo Veronese
Luiz Gaiger
Adriane Vieira Ferrarini*

L'article présente une compréhension des entreprises économiques solidaires à partir de la réalité multiforme de l'économie solidaire au Brésil. Il s'agit d'un ensemble varié d'initiatives qui est encore à la recherche d'une identité institutionnelle et d'une ébauche juridique adaptée qui n'entre pas dans la conception de coopérativisme traditionnel ni dans le dit troisième secteur. En se basant sur un ensemble d'études déjà réalisées, autant en termes de conceptualisation et de formulation typologique que de dessin ethnographique, le texte montre la configuration plurielle des entreprises solidaires en analysant les divers acteurs sociaux mis en évidence, urbains, ruraux et traditionnels et essaie de démontrer la diversité culturelle et symbolique existante ainsi que leurs origines multiples et leurs défis actuels, tel que par exemple la recherche d'un label légal spécifique pour le monde rural.

MOTS-CLÉS: Sociologie. Entreprise solidaire. Diversité Culturelle. Associations. Pratiques Traditionnelles et Autochtones.

MORTE POR EXAUSTÃO NO TRABALHO

*Cândida da Costa**

Este artigo tem por objeto a morte por exaustão no trabalho, descrevendo e analisando condições de trabalho no setor sucroalcooleiro de Ribeirão Preto e região (SP). Como objetivos, busca-se relacionar jornada exaustiva de trabalho à exigência de produção por metas e as condições de trabalho análogas à escravidão, assim como se levanta a hipótese da ocorrência de mortes de trabalhadores por exaustão, pela combinação de péssimas condições de trabalho com exigências de alto desempenho. Como procedimentos metodológicos, são analisados os atestados de óbito de oito trabalhadores e as *causae mortis* de vinte trabalhadores mortos no corte de cana e investigam-se as causas declaradas (parada cardiorrespiratória, pancreatite, acidente cerebral hemorrágico, infarto do miocárdio, causas desconhecidas, entre outras). Foram realizadas entrevistas com familiares (pai, mãe, esposa ou viúva, irmão) para se conhecerem as condições de saúde do(a) trabalhador(a) ao partir para o trabalho no corte de cana-de-açúcar. Com base nessa metodologia, os resultados alcançados permitem manter a hipótese de que a morte por exaustão está presente também no setor sucroalcooleiro.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio canavieiro. Intensificação do trabalho. Condições de trabalho. Morte por exaustão.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objeto de estudo a ocorrência de morte por exaustão no trabalho, que está no cerne da exploração presente nas relações capital *versus* trabalho (Marx, 1996),¹ lembrando o que já denunciara, em várias de suas obras (Marx; Engels, 1999; Marx, 1996): a extrema violência a que é submetido o trabalhador sob o regime de produção capitalista, desde o processo de alienação a que é sujeito na divisão intelectual e manual do trabalho até o regime de controle no processo de produção e o parcelamento de tarefas na manufatura. Tais processos o destituem da autoria de seu trabalho e o submetem a um rígido controle de sua produção. Os comportamentos de violência psicológica são, muitas vezes, per-

cebidos num contexto de “banalização da injustiça social” (Dejours, 1999), como inerentes ao trabalho no capitalismo globalizado e competitivo e, por isso, são invisibilizados. Entretanto, esses comportamentos são as sementes geradoras das situações extremas de violência psicológica, e também implicam prejuízos à saúde e à vida social do trabalhador.

Essas questões são focalizadas na parte empírica do presente trabalho, desenvolvida no setor sucroalcooleiro em Ribeirão Preto e municípios vizinhos, onde ocorreram mortes de vinte trabalhadores(as) entre 2004 e 2007 (sendo sete procedentes do Vale do Jequitinhonha, MG; dois do MA; três da BA; um de PE; um de TO; um do PI; cinco sem origem identificada), os quais foram sepultados em São Paulo. As *causae mortis* desses trabalhadores foram diagnosticadas como acidentes cerebrovasculares (AVC), paradas cardiorrespiratórias, entre outros distúrbios, inclusive houve alguns casos cuja causa foi apontada como “desconhecida”. Existem, todavia, evidências fundamentadas de que as causas foram de outra ordem, relacionadas à exaustão no trabalho.

O processo de trabalho no setor sucroal-

* Universidade Federal do Maranhão. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Av. dos Portugueses s/n. Cidade Universitária Campus do Bacanga. São Luís – Maranhão – Brasil. candida.costa@superig.com.br

¹ Este artigo resulta do Pós Doutorado em Sociologia, cursado na Universidade de Brasília. O projeto de pesquisa foi aprovado na Câmara de Pós Graduação em Sociologia sem ressalvas, não sendo recomendada sua tramitação no Comitê de Ética.

cooleiro no interior do Estado de São Paulo caracteriza-se por intensa produtividade, resultante da aliança entre o agronegócio internacional e brasileiro, bem como pela competitividade internacional. Para dimensioná-la, toma-se como ponto de partida a comunidade coletiva dos trabalhadores para resgatar as doenças recorrentes nas ocupações, os acidentes mais comuns e as mortes, para estabelecer os nexos causais entre a profissão, os agravos e as mutilações, entre o trabalho e a saúde do(a) trabalhador(a), frequentemente negados pelas empresas e pela medicina do trabalho, que responsabilizam os trabalhadores pelo seu próprio adoecimento ou pela perda da capacidade laboral.

O tempo histórico ora analisado nesta pesquisa – 2004 a 2014 – é marcado pela retirada de direitos e pela perda de conquistas históricas dos trabalhadores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No período de 2005 a 2009, na condição de relatora nacional do Direito Humano ao Trabalho/Plataforma DHESCA Brasil, investigamos *in loco* a morte de trabalhadores rurais no município de Ribeirão Preto (SP) e região; realizamos entrevistas com os trabalhadores diretamente nos canaviais; acompanhamos audiências públicas com a presença de representantes sindicais, trabalhadores e representantes governamentais; e fizemos visitas às famílias dos trabalhadores, reuniões com o ministro do Trabalho e Emprego (que desaguará na proposição de mesas de diálogo) e com parlamentares (das quais resultaram a proposição de projetos de lei). Em 2013 e 2014, empreendemos nova pesquisa de campo para a realização de entrevistas com os familiares nos estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais, locais de origem dos trabalhadores(as) mortos(as), para complementação de dados. Ao todo, foram entrevistados dezessete familiares, incluindo pais, mães, irmãs e esposas (viúvas).

As entrevistas nas frentes de trabalho foram realizadas nas fazendas localizadas no município de Rincão, interior de São Paulo, onde encontramos 29 trabalhadores, dos quais seis foram entrevistados sobre *as condições de trabalho a que estavam submetidos, suas origens, suas condições de saúde e moradia*, além de outras questões relevantes para a identificação de violação de direitos humanos. Na visita realizada ao alojamento Jiboia, mantido pela Usina Santa Helena, do Grupo COSAN, foram entrevistados onze de um total de sessenta trabalhadores que se encontravam no local.² Na audiência pública, mais de cem trabalhadores denunciaram ameaças, intimidações, aliciamento, jornada exaustiva e perseguições sofridas no cotidiano de trabalho.

No percurso de pesquisa, foram utilizados como procedimentos metodológicos a revisão de produções bibliográficas e técnicas, a pesquisa documental, bem como a avaliação das condições de trabalho no corte de cana e entrevistas com familiares dos trabalhadores mortos. Essas últimas foram realizadas nos anos de 2013 e 2014.

Todo esse investimento de análise teórica, porém, deixaria nosso objetivo inalcançado se não fossem ouvidos os atores que constroem, no dia a dia, o seu trabalho, com o suor dos seus rostos, nominados usualmente como vencidos. E porque toda história oficial é a história dos vencedores e é preciso dar voz aos esquecidos e silenciados no processo de dominação, conforme Benjamin (1994) e Foucault (2001), partimos da ideia de que deveriam ser valorizadas as falas e as experiências dos trabalhadores.

Para tanto, os trabalhadores foram diretamente entrevistados nas frentes de trabalho nos canaviais, tão logo foram denunciadas as mortes, em 2005, pelo Serviço da Pastoral do Migrante de Ribeirão Preto (Guariba).

A seleção dos entrevistados obedeceu a

² O alojamento abriga quatro turmas de trabalhadores, das quais três contêm 30 trabalhadores e uma 29, em virtude da morte do trabalhador José Mário Alves Gomes, 47 anos, natural de Araçuaí (MG), o qual faleceu devido a um enfarte, no dia 21 de outubro de 2005, restando um total de 119 trabalhadores alojados no local.

critérios que tanto permitissem a proeminência do aspecto qualitativo quanto oferecessem uma amostra que representasse a diversidade existente no Brasil por sexo, raça ou etnia e região, incluindo trabalhadores do Nordeste e do Sudeste.

As entrevistas permitiram, ainda, acessar elementos discursivos nas falas dos parentes dos trabalhadores mortos, tais como a noção de “herói” e posturas assimétricas relativas a gênero. Tais entrevistas foram realizadas no Maranhão, na Bahia e em Minas Gerais.

Ainda que, até o momento, inexistam estudos científicos no Brasil que comprovem a relação entre as mortes e a exaustão por sobre-esforço no trabalho, tal relação tem sido levantada por pesquisadores, pela Relatoria Nacional do Direito Humano ao Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho da 15ª Região de São Paulo e por vários meios de comunicação. A questão não se transformou num problema social, num problema público, em objeto de tomada de posições oficiais tão logo manifesto, nos termos propostos por Bourdieu (1999, p. 37). Só veio a entrar na agenda pública pela denúncia de uma pastoral religiosa acolhida por uma Relatoria de Direitos Humanos e pelos sindicatos de trabalhadores rurais da região. O *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar*, documento gerado com representantes do governo federal, em 2009, é de adesão facultativa pelos usineiros, de forma que nosso tema de investigação permanece em aberto, levantando a questão: como as décadas de desumanização do trabalho afetaram nossas formas de perceber e conviver com a superexploração dos trabalhadores, a ponto de suas mortes parecerem ter se incorporado naturalmente às paisagens sociais?

Toda pesquisa de campo é sempre uma caixa de surpresas. Porém, desta, sobre mortes por excesso de trabalho, esperavam-se grandes dificuldades metodológicas. O estabelecimento dos nexos causais entre a morte dos trabalhadores e a jornada excessiva de trabalho é ponto nodal, pois esbarra num suposto conhe-

cimento, no qual se ancoram os médicos das empresas, para não respeitar a fala do trabalhador na descrição de seus sintomas e fazê-los retornar ao trabalho em condições adversas, isto é, ainda doentes. Além disso, buscam relacionar o adoecimento apenas à predisposição individual de cada trabalhador, isolando-o dos fatores de risco a que ele é exposto pela empresa. Os atestados de óbito, ainda que inconclusivos, têm muito a revelar.

O encontro do pesquisador com o universo do sujeito da pesquisa, o enfronhar-se no seu repertório discursivo, no seu ambiente, o filtrar o discurso sobre “o herói” que volta ao município e sobre o trabalhador desconhecido que se aventura no estado de São Paulo constituem um desafio que se apresenta multidimensional. Enfrentar a dor das famílias que perderam seus filhos e maridos, reviver seu sofrimento e lidar com os sentimentos que emergiam diante da morte eram grandes desafios. Quanto tempo dura o luto de cada família, já que a vivência de cada enlutamento é sempre atravessada pela subjetividade de cada pessoa? Como recolher as informações diante do sofrimento psíquico resultante das vivências e da perda dos filhos e maridos que partiram em busca de uma vida melhor? Como lidar com o padrão de sociabilidade de cada família, da forma como se estabeleceram as normas de convivência entre o universo masculino e o feminino em cada habitação, na troca das informações que nem sempre fluíu entre o casal e pais e filhos?

Como exemplos, constatamos que uma mãe entrevistada chorou do começo ao fim da entrevista, apesar de já terem se passado oito anos da morte do seu ente querido. O mesmo ocorreu com algumas viúvas, mesmo quando já haviam contraído novos matrimônios. As fotos dos falecidos continuam na parede; as lembranças continuam vivas; os homens continuam retratados como campeões, com medalhas no pescoço. Para as famílias, os filhos ainda estão presentes. Mas algumas famílias também estão doentes, e é necessário filtrar suas falas através

de suas dores, do adoecimento, da vida que ficou mais difícil depois que perderam os filhos.

A confiança, o papel do mediador e a memória, que é sempre seletiva, fazem-se acompanhar do medo. Alguns sujeitos de nossa pesquisa se mostraram frágeis diante da possibilidade de perder o “benefício”, de serem ameaçados por alguém ligado às usinas, que pudesse lhes tirar mais do que já haviam perdido. Não encontramos forma alguma que não fosse traumática, que não repusesse os sofrimentos das mães e das esposas. Nossa sensibilidade metodológica e sociológica visava a construir laços de confiança entre a pesquisadora e os sujeitos, a construção de um roteiro com questões não invasivas, uma ambiência em que pudessem falar livremente da situação que tirou a vida de seus familiares e de quem eles eram. A melhor forma de aproximação que encontrei foi mostrar-lhes as fotos dos locais de trabalho – os canaviais paulistas –, seus instrumentos e a dureza das condições de trabalho.

DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE MORTE E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os óbitos no corte de cana, que são objeto de nosso estudo, envolvem vinte trabalhadores cujas características centrais são as que passamos a relatar. Gênero: dezessete homens e três mulheres. Faixa etária: até 20 anos, um trabalhador; entre 20 e 30, dois; entre 30 e 40, seis; entre 40 e 50, seis; mais de 50, quatro. *Causae mortis* constantes nos registros de óbitos: parada cardiorespiratória (cinco); pancreatite (um); acidente cerebral hemorrágico (dois); infarto do miocárdio (um); púrpura (um); causa desconhecida (dez). Destacam-se os seguintes elementos: muitos trabalhadores mortos são jovens; muitos não têm registro de *causa mortis*; homens e mulheres morrem no trabalho; e todos são procedentes das regiões Nordeste e Sudeste, como já foi indicado anteriormente.

A primeira fase da pesquisa de campo, realizada no período entre 2004 e 2007, permite apresentar os seguintes resultados:

- a) Superexploração dos trabalhadores, ocasionada pelos seguintes fatores: pagamento por produção, que os leva a produzirem além de seus limites; jornada de trabalho de dez horas diárias; metas de produção fixadas em dez a doze toneladas por dia; baixos salários; terceirização das atividades; e não pesagem da produção, impedindo seu controle sobre a real produção do trabalho e a justeza do salário recebido.
- b) Deficiência na intermediação e fiscalização das relações de trabalho, expressa na permanência de condições insalubres e perigosas no ambiente de trabalho³ (ausência de condições para armazenamento da alimentação, água inadequada para consumo humano, equipamentos de proteção individual em número insuficiente ou em condições inadequadas, ausência de ambulância e equipamentos de primeiros socorros) e no desrespeito à legislação nacional e aos tratados internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário (aliciumento de trabalhadores por “gatos”, intimidação de trabalhadores, não emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho, CAT, e não pagamento integral das verbas rescisórias).
- c) Práticas antissindicaais, expressas na política da empresa através de ameaças aos trabalhadores que denunciam irregularidades e na recusa em contratar ex-dirigentes sindicais.

O processo de trabalho no setor sucroalcooleiro, no interior do Estado de São Paulo, tem sido caracterizado por intensa produtividade e marcado pela aliança entre o agronegócio internacional e o brasileiro, em busca de competitividade internacional. Na procura por trabalho, migrantes de todo o Brasil se deslocam para aquela região, na esperança de encontrar melhores condições de trabalho. Os usu-

³ Os acidentes de trabalho nas usinas de açúcar e álcool ultrapassaram os da construção civil. Os dados do Ministério da Previdência Social são de 2006 e indicam que, nas usinas, ocorreram 14.332 acidentes de trabalho, contra 13.968 na construção civil (Folha Online, 5 maio 2008).

neiros exigem produção por metas, oferecem condições adversas de trabalho e estipulam a maior parte da remuneração do trabalhador na forma de pagamento por produtividade. Entre as consequências de tal processo exaustivo, encontra-se a morte de vinte trabalhadores e trabalhadoras entre os anos de 2004 a 2007.

DISCUSSÃO SOBRE UNICAUSALIDADE OU MULTICAUSALIDADE NO ESTUDO DAS MORTES POR EXCESSO DE TRABALHO

A Convenção Nº 1 da Organização Internacional do Trabalho não faz qualquer menção à morte por exaustão no trabalho, embora se refira, de forma genérica, à duração da jornada de trabalho e suas consequências para a saúde dos trabalhadores.

Descarta-se o repertório discursivo adotado pela Medicina do Trabalho das empresas, o qual adota a explicação da causalidade das doenças no modelo unicausal, contestado por autores como Limongi França e Rodrigues (2002, p. 24), que afirmam a esse respeito:

Uma pessoa não adoece unicamente em função da existência de elementos nocivos no ambiente, mas também pelo fato de ser ou tornar-se sensível à ação desses agentes. Esse modelo enfatiza a relação *organismo – ambiente* como determinante e no desenvolvimento ou não da doença.

Assim, inicia-se o desenvolvimento dos modelos de multicausalidade das doenças, na intenção de reforçar a linha técnico-científica que entende a causalidade como fenômeno multifacetado que atinge os coletivos, e não indivíduos isolados (Correa Filho, 2012).

O paradigma multicausal implica a tese de que há uma interação entre múltiplos fatores envolvidos na causalidade das doenças, como, por exemplo, o potencial patogênico do agente agressor, a suscetibilidade do organismo e o meio ambiente. Segundo Limongi França e Rodrigues (2002, p. 24),

O modelo da multicausalidade denuncia que as teorias unicasais apresentam apenas uma fração ou fatia da realidade; outros fatores, como a desnutrição, a pobreza, as más condições de higiene e habitação e outros índices socioeconômicos, que evidenciam situações de desigualdade e injustiça social, são demonstrados pelo modelo da multicausalidade.

Como reflete Dal Rosso (2008), a intensidade no trabalho se dirige a um sujeito. Os trabalhadores não são máquinas; eles são afetados pelos múltiplos fatores de risco a que são expostos durante sua atividade profissional, assim como pela sobrecarga de trabalho a que são submetidos.

Aplicando a teoria da multicausalidade ao ambiente de trabalho, a saúde dos trabalhadores é afetada por suas condições de vida, debilitadas por força da baixa remuneração, do sobre-esforço, da violência psicológica, da produtividade exigida e da intensidade do trabalho, ou seja, suas vidas estão sendo afetadas pelos riscos a que são expostos pelas empresas. Tais evidências permitem relacionar a morte desses trabalhadores, direta e indiretamente, à exaustão no trabalho.

Enquanto, no Brasil, inexistente legislação sobre esse tema, no Japão, passaram-se dez anos para se reconhecer a existência de morte súbita ocasionada por sobrecarga de trabalho (*karoshi*), a qual é descrita, na literatura sociomédica, como um quadro clínico extremo (ligado ao estresse ocupacional), com morte súbita por patologia coronária isquêmica ou vascular cerebral (Nitshiyama; Johnson, 2011; Uehata, 1991). Para Silva (2006a, p. 83), os trabalhadores vêm nomeando a morte por excesso de trabalho como *birola*:

Conhecida pelos trabalhadores rurais como “*birola*”, as mortes decorrentes do excesso de trabalho estão circunscritas, portanto, dentro de uma conjuntura internacional de banalização da vida e da justiça social, que contribui sobremaneira para a reafirmação da simples condição de *labor* da força de trabalho.

Uehata reportou dezessete casos de *karoshi* na 51ª Reunião Anual da Associação

Japonesa de Saúde do Trabalho. Com essa nomenclatura, apenas sete casos foram reconhecidos como doenças profissionais.⁴ A conclusão desse autor aponta que as vítimas eram principalmente homens submetidos a turnos de trabalho muito prolongados e a uma estressante sobrecarga de trabalho. Ele observou que o ritmo de trabalho repercutiu em seu modo de vida e levou a esses acidentes, desencadeando perturbações ou eventos profissionais menores.

Haratani (2014) ressalta que o termo *karoshi*, em japonês, designa a morte por excesso de trabalho, e tal vocábulo, uma vez identificado no Japão, passou a ser adotado em todas as línguas. “O *karoshi* tornou-se um problema social relevante no Japão” (www.ilo.org.br).⁵

No caso brasileiro, a legislação vigente ainda não lista acidentes de trabalho, sendo que o Decreto Presidencial nº 3.048/99, de 6 de maio de 1999, contém a previsão de vários agentes ou fatores de risco que afetam a saúde ocupacional dos trabalhadores, dentre os quais o ritmo penoso de trabalho. Inexiste, porém, qualquer previsão para morte por exaustão no trabalho.

Carreiro (2007, p. 138) adverte sobre as dificuldades de reconhecimento das mortes ocorridas no ambiente de trabalho, que são provocadas pelas condições adversas nele presentes, por não existir critério fixo, como no caso japonês: “Só a ocorrência do evento danoso (morte, no caso do “*karoshi*”) não é suficiente para impor a obrigação de indenizar, devendo existir concomitantemente a relação de causa e efeito entre o trabalho e a morte, como também a culpa”. Sabe-se, porém, que a demonstração de causalidade entre condições de trabalho e doença figura entre as mais difíceis em termos de responsabilidade civil, o que já evidencia a magnitude da dificuldade para estabelecer as condições no que tange à morte por excesso de trabalho ou, como preferimos, à morte por exaustão.

Em 2013, o TRT 15ª Região – 6ª Tur-

ma – 11ª Câmara (Processo nº 0001117-52.2011.5.15.0081) proibiu a Usina Santa Fé S/A, em ação do Ministério Público do Trabalho – PRT / 15ª Região, a continuar o pagamento por produtividade com base no Código do Consumidor e no respeito à dignidade da pessoa humana:

A proibição do pagamento por produção, no caso específico dos cortadores de cana, é medida impeditiva de retrocesso social. *Como é sabido, nesse caso, existe um estímulo financeiro capaz de levar o trabalhador aos seus limites físicos e mentais para que, mesmo assim, aufera salário mensal aviltante e incapaz de suprir as necessidades básicas próprias e as de sua família.* 4. *Não se deve concluir pela proibição do pagamento por produção para todas as profissões, mas tão somente para aquelas cujas peculiaridades as tornem penosas, degradantes e degenerativas do ser humano.* É o caso dos cortadores de cana, embora não exclusivamente. 5. *Deve-se entender, de uma vez por todas, que o cortador de cana remunerado por produção não trabalha a mais porque assim deseja. Muito pelo contrário: ele trabalha a mais, chegando a morrer nos canaviais, unicamente porque precisa.* Sua liberdade de escolha, aqui, é flagrantemente tolhida pela sua necessidade de sobreviver e prover sua família (grifo nosso).

Note-se que, além de essa ser a primeira sentença que proíbe o pagamento por produtividade, ela também o relaciona explicitamente à morte dos trabalhadores.

INTENSIDADE, INTENSIFICAÇÃO E CARGA DO TRABALHO

A partir da década de 80 do século XX, quando era exigido o corte de cinco a oito toneladas de cana por dia, os trabalhadores foram gradativamente sendo obrigados a aumentar muito a intensidade de sua atividade laboral. Em 1990, a meta passou para oito a nove toneladas; em 2000, para dez; e, em 2004, chegou a até quinze toneladas. O trabalho necessário para alcançar essa produção exige uma média de 9,7 mil golpes de podão (tipo de foice) por dia, o que exige um gasto de energia muito

⁴ Texto original em inglês. Tradução da autora.

⁵ Texto original em francês. Tradução da autora.

grande, numa tarefa repetitiva que costuma trazer consequências para a saúde dos(as) trabalhadores(as), já que o valor do pagamento recebido depende da capacidade de produção. Alves (2006) e Silva (2006) relacionam tal sistema de pagamento às mortes nos canaviais.

Há dois argumentos ligados a nosso tema e levantados de maneira original por Dal Rosso (2006, p. 31): o primeiro se relaciona à ética do trabalho, quando esse autor evidencia que “A imposição de um aumento da duração do trabalho para o conjunto dos trabalhadores de uma nação justifica integralmente a compreensão das sociedades modernas como sociedades do trabalho”. O segundo relaciona a jornada de trabalho à questão da superexploração dos trabalhadores, já que “o número máximo de horas por ano constitui um indicador de clareza meridiana sobre o grau de exploração a que os/as trabalhadores/as foram submetidos/as” (Id., p. 31-32).

A morte dos trabalhadores pode ser associada à união entre jornada exaustiva e intensificação do trabalho, forçada pelo pagamento por produtividade. O perigo dessa dupla associação é advertido por Dal Rosso (2006, p. 32): “Intensificação do trabalho e alongamento da jornada são condições que podem conviver juntas enquanto essa união não colocar em risco a vida do trabalhador por excesso de envolvimento com o trabalho.”

A riqueza do conceito de *intensidade* desenvolvido por Dal Rosso (2006, p. 23) se amplia ainda mais quando ele o articula à ideia de *envolvimento humano*, “além de apontar para o fenômeno da crescente intensificação do trabalho e ao conteúdo do conceito de intensidade”:

Note-se que a expressão dirige-se ao objeto e não ao sujeito. *O trabalho é intenso*. Não faz sentido dizer que o sujeito é intenso. O olhar sobre o objeto também está presente na expressão mais técnica da carga de trabalho. *A expressão envolvimento humano, entretanto, faz uma conexão completa e dirige o olhar para o sujeito. É o envolvimento humano do sujeito trabalhador que é objeto propriamente do estudo das ciências sociais* (grifos nossos)

Assim, entende-se que, diferentemente

do trabalho intelectual e criativo, em que os trabalhadores se envolvem e retiram prazer de sua atividade laboral, o trabalho manual – sob a égide da arquitetura do processo de trabalho e da gestão da força de trabalho, o que lhes exige uma produtividade além de sua capacidade laborativa – engendra relações de competição, gerando um clima de tensão permanente entre eles. Além disso, são-lhes impostas metas de produtividade que os levam a produzirem além de seus limites. Essa desgastante situação se agrava pelo fato de as regras sociais a que estão sutilmente submetidos, através dos princípios de dominação masculina, obrigarem-nos a desempenhar o papel do homem duro, que não pode fraquejar.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS TRABALHADORES MORTOS E RELAÇÃO ENTRE A JORNADA EXCESSIVA E MORTES: informações dos familiares

Conforme é proposto pela perspectiva multicausal, entrevistas com familiares podem fornecer informações importantes para a interpretação de tantas mortes na atividade de corte de cana. Levando isso em consideração, em 2013 e 2014, realizamos entrevistas com os familiares dos trabalhadores vitimados, tratando dos seguintes itens: conhecimento da *causa mortis*; indenização; situação de saúde (doenças preexistentes, queixas, doenças adquiridas no trabalho, mutilações); idade com a qual começaram a trabalhar; ocupações anteriores; perfil epidemiológico (antecedentes patológicos familiares – pais, mães, avôs e avós; doenças preexistentes); discriminação sofrida no trabalho; reclamações na justiça.

As entrevistas foram feitas na casa dos familiares, após vários meses de tentativa de localização. Algumas foram desmarcadas na véspera, porque as famílias estavam assustadas, de modo que foram necessários novos contatos e esclarecimentos.

Quadro 1 – Perfil epidemiológico do(a) trabalhador(a) e da família

Vítima, <i>causa mortis</i> , procedência	Doenças dos pais		Doenças dos avós maternos		Doenças dos avós paternos	
	Mãe	Pai	Avó	Avó	Avó	Avó
1. Valdecy Lima Paiva Óbito: AVC Município de origem: Codó (MA)	Alteração de colesterol; dor de cabeça e no peito; derrame aos 82 anos	Vivo, sem doenças	Pressão alta; dor de cabeça, nas pernas e no estômago; problema cardíaco	Congestão ou derrame	Não sabe informar	Não sabe informar
2. Ivanilde Veríssimo Óbito: pancreatite aguda Município de origem: Timbiras (MA)	Diabetes	Vivo, sem doenças	Morreu em decorrência da perda do movimento de um braço aos 82 anos	Morreu aos 60 anos, vítima de uma mordida de cachorro doído	Não sabe informar	Não sabe informar
3. Lindomar Rodrigues Óbito: parada cardiorrespiratória Município de origem: Mutans (BA)	Depressão; pressão alta; labirintite; problemas ósseos	Depressão; arritmia; insônia; pressão alta	Problemas renais	Osteoporose; pressão alta	Leucemia; pressão alta	Osteoporose; pressão alta; esquecimento (talvez Alzheimer)
4. Manoel Pina Óbito: parada cardiorrespiratória; síndrome da morte súbita Município de origem: Botuporã (BA)	Sem doenças	Infarto	Velhice	Não sabe informar	Parto	Câncer de próstata
5. Moizés Alves Santos Óbito: parada cardiorrespiratória; choque cardiogênico; infarto agudo do miocárdio Município de origem: Araçuaí (MG)	Operada da vesícula	Gripes eventuais	Velhice	Não sabe informar	Operada de hérnia. Morreu dormindo	Mordida de cobra
6. José Dionízio Souza Óbito: choque séptico; septicemia; broncopneumonia Município de origem: Fruta do Leite (MG)	Infecção bexiga	Câncer	Não sabe informar	Não sabe informar	Não sabe informar	Não sabe informar
7. José Mário Alves Gomes Óbito: ausência de assistência médica Município de origem: Araçuaí (MG)	Sem doenças; teve insônia por um ano e em seguida morreu	Diabetes controlada	Morreu dormindo aos 103 anos	Morreu dormindo com mais de 80 anos	Úlcera	Câncer

Fonte: Trabalho de campo.

Causae mortis dos trabalhadores

É de se notar que, mesmo em posse do atestado de óbito, nem sempre os familiares sabiam informar a *causa mortis* e, às vezes, contestavam a causa atestada pelo médico da empresa. Outro ponto relevante afirmado pelos familiares é que os trabalhadores não sofriam da doença atestada quando de sua morte. Tratava-se de trabalhadores saudáveis, que nunca adoeciam.

Dejours (1992) afirma que efetuar uma tarefa sem envolvimento material ou afetivo exige esforço de vontade, o que, em outras circunstâncias, é suportado pelo jogo da motivação e do desejo. Na relação do homem com a significação do trabalho, é possível considerar dois componentes: o conteúdo significativo em relação ao sujeito e o conteúdo significativo em relação ao objeto. Quando o progresso e o avanço dessa relação são bloqueados por algum mo-

tivo, observa-se o aparecimento do sofrimento.

Segundo Nunes et al. (2016, p. 1132), a doença, ao retirar o indivíduo do espaço público, restringindo-o ao espaço privado, representa, para os sujeitos masculinos, o questionamento de sua identidade de gênero. Nesse sentido, a reflexão de Dejours (1992, p. 33) é elucidativa: “Para o homem, a doença corresponde sempre à vergonha de parar de trabalhar”. O mesmo autor ilumina a reflexão ao fazer notar que o sofrimento tem origem na mecanização e na robotização das tarefas, nas pressões e imposições da organização do trabalho, gerando, no trabalhador, um sentimento de incapacidade e incompetência diante dessa realidade.

PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELA EMPRESA

As empresas descontam um percentual do salário dos trabalhadores a título de seguro de vida. No entanto, nenhuma família afirmou ter recebido indenização, mas apenas um valor correspondente ao seguro de vida.

Situação de saúde do(a) trabalhador(a): doenças pré-existentes, queixas de doenças adquiridas no trabalho e mutilações

As famílias, quando dispunham dessa informação, afirmaram que os trabalhadores eram obrigados a trabalhar, mesmo doentes. A maioria, no entanto, não soube informar se os trabalhadores costumavam trabalhar nessa condição.

EFEITOS DA PERDA SOBRE O REPERTÓRIO DISCURSIVO DOS FAMILIARES DOS TRABALHADORES MORTOS

A localização dos familiares do trabalhador foi assaz difícil. A familiar de Valdecy

Paiva declarou, inicialmente, não conhecer a pesquisadora, apesar de ter feito seu depoimento em Ribeirão Preto logo após a morte do marido. De que ela tinha tanto medo? Freitas (2009), num texto intitulado *Radiografia dos medos*, relata resultados de uma pesquisa que envolveu 232 pessoas na FGV-EMESP, na linha da Psicologia Social. A partir das 288 respostas acerca da questão “Qual o seu medo?”, obteve a seguinte hierarquização de categorias:

“Medos existenciais” e “medos-fobias”: o medo da morte e (ou) de sentir dor, seguido do medo da solidão, especialmente na velhice, de olhar para trás e não ter realizado seus objetivos, medo de esquecimento.

“Medos sociais, das perdas e de fracassos”: o medo da violência urbana, que aparece para um terço dos entrevistados, especialmente o de assaltos; insere-se, aqui, o medo ligado às perdas afetivas; o medo do fracasso – imagem ligada ao insucesso frente aos outros, o medo de se expor ao ridículo, de desapontar os outros e de frustrar as próprias expectativas, de impotência sexual.

“Medos profissionais e sobrenaturais”: medos relacionados ao trabalho são aqueles ligados ao insucesso no trabalho, ao desemprego e não conseguir um bom emprego, de ter dificuldade financeira (Freitas, 2009, p. 15).

Como algo diferente na pesquisa, a autora destacou o medo de não saber viver, de não levar a vida com leveza, de magoar as pessoas, de não ter capacidade de melhorar o mundo, de sofrer alguma doença. Por fim, a autora destaca que o medo pode paralisar ou despertar para a reação.

Aplicando as lentes sociológicas, acrescentamos que o medo dos trabalhadores e de seus familiares se caracteriza muito mais como o temor que têm daqueles que podem prejudicá-los, que consideram como “poderosos” – no caso, os “gatos” (que intermedeiam as viagens, deixam os trabalhadores em servidão por dívida e ameaçam seus empregos) e os patrões. Foi o que observamos na situação da família de Valdecy Paiva e seu irmão acidentado. Além disso, há também o medo de perder o benefício do INSS, caso contassem o que sabiam a respeito da situ-

ação do trabalhador, o que demandou bastante atenção e cuidado na aproximação inicial.

O medo dos “poderosos” também apareceu no comportamento do irmão de um dos trabalhadores mortos, oriundo de um município baiano. Esse entrevistado negou a intermediação do “gato” e a servidão por dívida a que foi submetido quando foi trabalhar nos canaviais. Porém, informou, em *off*, à Irmã Lúcia Bonk, da Pastoral do Migrante de Botuporã (BA), que sua ida para São Paulo ocorrera nesses moldes. Nota-se que os familiares de Valdecy Paiva tinham medo de passar por dificuldades financeiras. Entretanto, logo que se estabeleceram os vínculos de confiança, eles resolveram (re) contar a história.

Quanto ao caso de Lindomar Rodrigues, foi a força da pobreza que definiu a determinação da família em enviá-lo de volta ao trabalho. Não se sabe quais as razões que o fizeram não querer voltar para os canaviais – se a dureza do trabalho ou a humilhação. Porém as doenças da família constituem uma evidência da culpa que sentiram ao saber que seu filho morreu de tanto trabalhar para sustentá-los, por falta de alternativa. Eles precisavam sobreviver. Houve mais força e coragem do que medo naquelas pessoas.

O que Freitas (2009) chama de diferente poderia ser classificado como algo positivo num padrão de sociabilidade, um padrão de cuidado que está na fronteira do processo civilizatório. As perdas afetivas vistas na família de Moizés Alves Santos revelaram outro olhar: o amor ao filho era tão forte, a ponto de levar a uma reação. Entretanto, mais do que dor da perda e apesar do desconhecimento da legislação, a família entrou com o processo para indenização. A família de Natalino Gomes – esposa e filho – lamenta sua perda, mas o filho continua trabalhando na cana-de-açúcar para sustentar a família.

Assim, tudo que se percebe nessas pessoas é a força e a coragem: apesar da dureza do trabalho, continuam a lutar pela sobrevivência. O principal sentimento que emerge é o da injustiça, e não o do medo.

O padrão de sociabilidade presente no mundo do trabalho e na construção da identidade masculina tem muito a ampliar na leitura dos dados a partir das lentes sociológicas.

O EFEITO DO LUTO SOBRE OS FAMILIARES

A perda não provoca efeitos únicos nem similares sobre os parentes da vítima, afetando-os de maneira diferenciada. Analisando variadas pesquisas e suas controvérsias, e cruzando diversos graus de parentesco, gênero, idade, Parkes (1998, p. 33) aponta vários elementos que as falas de nossos(as) entrevistados(as) foram revelando: homens mais vulneráveis e aumento da mortalidade dos pais que perderam os filhos, assim como dos avós, por exemplo. Ou seja, toda a família é atingida com a perda, como se pode inferir dos depoimentos das famílias de Moizés Santos e José Mário Alves Gomes:

Eu sei que eles contaram assim, que ele adoeceu, que adoeceu com a dor, que essa dor ficou... Que ele ficou ruim, ruim, que eles mandaram chamar a ambulância... Que ele ainda tava conversando e tudo quando a ambulância chegou, que botou ele dentro... Quando ele chegou lá no pronto-socorro, que ele já tava morrendo, porque eles custaram com a ambulância, a chegar com a ambulância. Quando eles chegaram lá, ele já estava morrendo. [...] o menino é que sabe contar. E esse menino ficou impressionado, que deu o que fazer pra ele conformar e... até hoje, na hora que ele lembra assim, a gente tem que “coisar” ele, na hora que ele lembra, ele dana a chorar (Mãe – José Mário Alves Gomes, grifo nosso). Acabou a saúde dele sim, agora, senhora, ele que como menino vai deixar saudade, a mãe sabe o que é hoje, deixou essa dor que não acaba nunca. (Mãe – Moizés Santos, grifo nosso).

É, esse menino foi eu que era dono de nós aqui, dono da casa, trabalhava naquele sofrimento, fazia... falava: “Ó, meu filho, seja o que Deus quiser, mas não trabalha, trabalha muito não, com o pouco, com o derradeiro de dinheirozinho que eu ganhava na semana. (Mãe – Moizés Santos, grifo nosso).

Como se pode perceber, nossa pesquisa

confirmou os achados de Parkes (1998) e de outros pesquisadores por ele compilados de que a perda súbita costuma criar maior aflição do que a morte esperada de um ente querido. Tal sofrimento fica mais agravado com a falta de atenção dos empregadores, uma vez que a ausência de ambulância nos locais de trabalho impede o socorro imediato do trabalhador, aumentando a chance de morte.

Quanto ao impacto do sofrimento sobre as pessoas, nossa pesquisa não confirma esse dado, pois todos sofrem. A esse respeito, veja-se o depoimento do filho de Natalino Gomes Sales:

Não, falo assim que eu tenho muita saudade dele hoje, porque, mesmo a gente sendo casado e tendo os filhos da gente, você ter um pai em casa pra ter uma conversa, mas é um negócio que a gente não pode segurar, né? Mas que é difícil é (Filho – Natalino Gomes Sales, grifo nosso).

Nunca olhei de jeito não, só olhei lá, no dia que chegou [...] *de quando ele morreu eu fiquei sempre uma pessoa assim mais desconcentrada, esquecida*, apesar de que quando ele morreu o choque foi tão grande, às vezes, eu ia pro ponto, saía da minha casa ia pro ponto de ônibus pra mim ir, num sabe [*deixava as tarefas*] e, às vezes, esquecia, às vezes chegava em casa, mamãe fazia a comida [...] com os meninos, eu chegava já à noite, ela falava, coloca ali ó pros seus meninos, ia lá pegar as vasilhas, apagava era o prato, a luz (Esposa – José Dionísio Souza, grifo nosso).

O efeito da perda sobre o repertório discursivo

A fala acima fica mais lacônica e tende a expressar mais as qualidades do ente querido, pois, conforme já referimos, as lembranças são seletivas. Independentemente da dor sentida, as falas são coerentes, exprimem com lucidez as condições de saúde dos filhos, desde o nascimento até a idade adulta. Nesse ponto, ao cruzar as exigências da política de recrutamento da empresa, há uma coincidência que desautoriza quaisquer dúvidas: a empresa só recruta os mais fortes, através de uma rigorosa seleção, com a utilização de exames admissionais.

As mães são enfáticas ao afirmar que seus filhos eram sadios e enumeram com firmeza as suas condições de saúde, mesmo quando se encontram com algum problema de saúde ou em estado de profundo abalo emocional. Sua emoção, suas falas entrecortadas pelo choro, as lembranças e o choque decorrente da perda dos filhos vão se imbricando com o desenho do perfil epidemiológico do ente querido que se foi em razão de condições adversas de trabalho, em busca de uma vida melhor para si e sua família.

Para as mães, os trabalhadores raramente exprimiam suas queixas; na maioria das vezes, também não o faziam para suas esposas. Duas esposas apenas relataram que eles mencionaram sentir dores. Porém algumas notavam, e uma delas se ressentiu de que ele fosse trabalhar doente. Assim, o repertório discursivo que cala está prenhe das formas de sociabilidade engendradas pelas relações entre os gêneros, nas quais não aparece o duplo discurso do herói que volta e do trabalhador humilhado ou derrotado em São Paulo. O drama da mão de obra migrante nos canaviais é desconhecido pelos familiares. O herói que se apresenta para a família, na verdade, é o trabalhador explorado nas usinas, submetido a condições degradantes de trabalho.

As formas de sociabilidade que perpassam o relacionamento entre os gêneros e as relações estabelecidas pelo gênero masculino tendem a levar os homens a se permitirem não estabelecer fluxos de comunicação com suas parceiras, deixando-as sem partilhar vários problemas de seu cotidiano, especialmente aqueles referentes às suas condições e vivências no trabalho. No caso em tela, a ausência desse hábito criou um hiato de informações que dificulta traçar um quadro mais exato acerca dos direitos dos trabalhadores desrespeitados pelas empresas, da deterioração progressiva ou não de suas condições de saúde em razão do sobre-esforço. O que as famílias conhecem é o mito do vencedor, pois o provedor talhado pela sociedade não pode admitir seu fracasso e, no meio rural, isso pode ser mais

frequente. O homem que parte em busca de melhores condições de vida não admite para sua família as condições de humilhação a que pode estar sendo submetido na cidade grande, apresentando-lhe outro discurso, ao chegar à sua cidade de origem – o do suposto herói que vence. No entanto, o herói que vence é o trabalhador que se submete a condições adversas de trabalho e sobrevive. O herói que perde é o que não admite a perda de sua saúde e de sua condição de humilhado. Essa forma de sociabilidade também é atravessada pela forte hierarquização que perpassa as relações de gênero.

Essa forma de sociabilidade gera dificuldades para a pesquisa: as informações são distintas e só podem ser confirmadas através da checagem na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), nos contracheques e em atestados de óbito. As informações fornecidas pelas empresas não são contestadas pelas famílias.

Recorrendo aos estudos de Badinter (1993, p. 77), ressalta-se que os ritos de passagem da adolescência masculina, nas sociedades industriais, sempre foram marcados pela violência. Além disso, constituem algumas das respostas possíveis a uma necessidade universalmente reconhecida pelo menino, que quer ser visto como homem: “ser reconhecido como homem, estar entre aqueles que romperam com a fraqueza e a dependência da infância”.

Nesta pesquisa, conclui-se que essa análise não pode ser aplicada de forma linear para trabalhadores urbanos e rurais, pois os laços familiares no meio rural se mantêm muito fortes. Tanto o papel da mãe, quanto o do pai são determinantes na formação de filhos que partiram para o trabalho em outros estados. De todo modo, a construção da figura do macho duro, nunca passivo, é a característica universal do mundo masculino que se mantém.

Embora a violência masculina não seja universal, variando de uma sociedade para a outra e, mesmo de um indivíduo para outro, ela é perigosa onde se manifesta, uma vez que a prova de virilidade se expressa na violência contra as mulheres, aumentando as taxas de

homicídio, violência doméstica, sexual e demais tipos de violência também entre os homens. Esse universo violento também atinge o próprio homem, interferindo em sua subjetividade e em sua relação com o trabalho, podendo levá-lo ao esgotamento físico e mental, senão, à própria morte por exaustão.

A MORTE DOS TRABALHADORES POR EXPOSIÇÃO A RISCOS NO TRABALHO

As histórias obtidas junto às famílias evidenciam a exposição dos trabalhadores, no ambiente de trabalho, a riscos que foram minando sua saúde. Seus problemas de saúde ou adoecimentos não foram devidamente diagnosticados ou, mesmo quando diagnosticados, não receberam o tratamento devido nem motivaram a concessão de licença para tratamento de saúde. As palavras e as queixas dos trabalhadores são colocadas em xeque pela Medicina do Trabalho da empresa.

Lax (2000, p. 4)⁶ analisa a exigência de objetividade de dados no campo da saúde do trabalhador, a partir da experiência num centro de saúde ocupacional financiado com recursos públicos no estado de Nova York (EUA). De tal experiência emerge a ideia de que a história clínica e ocupacional fornece informações suficientes para fazer um diagnóstico relacionado ao trabalho ou determinar um nível de incapacitação. Essa crença vem sendo cada vez mais questionada, uma vez que sua “implicação é que a incapacidade de conviver com o desconforto é um sinal de fraqueza pessoal, transformando as preocupações com os possíveis efeitos do ambiente de trabalho sobre a saúde numa necessidade do trabalhador de se adaptar.” (Lax, 2000, p. 7). O autor destaca que “o estado de Nova Iorque tem tentado padronizar as classificações das incapacidades através da publicação de suas próprias orientações a

⁶ Texto original em inglês. Tradução de Francisco Ribeiro Silva Júnior.

serem usadas por médicos e juízes”.

Nesse sentido, muitos trabalhadores são levados a um retorno forçado ao trabalho e (ou) uma redução significativa nos benefícios da compensação, porque a deficiência não pode ser “objetivamente” comprovada (Lax, 2000). Dessa forma, as doenças não são comprovadas e os trabalhadores ficam sem receber seus direitos, preteridos que são em relação aos interesses do empregador. Eles também são forçados a consultar médicos escolhidos pelo empregador.

Numa perspectiva multicausal, Lax (2000) considera que é preciso entender a doença ocupacional a partir de uma perspectiva holística, tanto no que se refere ao indivíduo quanto no que diz respeito à sua relação com a sociedade, pois a pessoa emerge de uma mente e de um corpo integrados, em constante interação, sendo cada uma dessas duas partes capaz de afetar a outra. A resistência patronal, por outro lado, pauta-se em outra visão, que nega os vínculos causais entre trabalho, adoecimento e morte.

Defendendo uma política de gestão de riscos, entendida como uma função de controle focalizada sobre um processo perigoso no interior de limites que assegurem a saúde e a segurança dos trabalhadores, Neboit (1999) postula a construção de limites no processo de trabalho com possíveis violações na carga de trabalho aceitável, nos custos de falha na proteção à saúde, na produtividade e em outros elementos necessários para a construção de barreiras que impeçam o adoecimento dos trabalhadores.⁷

O DIREITO À PRECAUÇÃO E O CAMPO JURÍDICO BRASILEIRO

Direito à precaução e direito à vida

Em nosso ordenamento jurídico, o princípio da precaução está inserido na Constitui-

⁷ Texto original em francês. Tradução da autora.

ção Federal (art. 225, § 1º, V), na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998, art. 54, § 3º) e na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 31/8/1981). O artigo 4 (I e IV) da última legislação citada determina a observância do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e impacto ambiental por ele causado.

O princípio da precaução foi formulado pelos gregos e significa ter cuidado e estar ciente. Precaução relaciona-se com a associação respeitosa e funcional do homem com a natureza, englobando ações antecipatórias para proteger a saúde das pessoas e dos ecossistemas. Precaução é um dos princípios que guiam as atividades humanas, incorporando parte de outros conceitos como justiça, equidade, respeito, senso comum e prevenção.

Na era moderna, o princípio da precaução foi primeiramente desenvolvido e consolidado na Alemanha, nos anos 70, conhecido como *Vorsorge Prinzip*. Em duas décadas, o princípio da precaução se consolidou em todos os países europeus. Embora inicialmente tenha sido a resposta à poluição industrial, que causava a chuva ácida e dermatites, entre outros problemas, o referido princípio vem sendo aplicado em todos os setores da economia que podem, de alguma forma, causar efeitos adversos à saúde humana e ao meio ambiente.

O princípio da precaução tem quatro componentes básicos, cuja síntese pode ser:

- (i) a incerteza passa a ser considerada na avaliação de risco;
- (ii) o ônus da prova cabe ao proponente da atividade;
- (iii) na avaliação de risco, deve ser estudado e comparado um número razoável de alternativas ao produto ou processo;
- (iv) para ser precaucionária, a decisão deve ser democrática, transparente e ter a participação dos interessados no produto ou processo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o *princípio da precaução inclui preocupação com o ser humano* (grifo nosso), no seu art. 1º, III, resguarda a “dignidade da pessoa humana” como um dos princípios fundamentais

do ordenamento jurídico pátrio. Com a visão antropocêntrica demonstrada em tal dispositivo, fica nítido que o constituinte direciona todas as suas preocupações jurídicas na proteção ao ser humano, que se torna o centro das preocupações constitucionais. Assim, o meio ambiente passa a ser uma das formas de promoção da dignidade da pessoa humana, devendo, portanto, ser preservado para as gerações presentes e futuras. A partir da consagração do princípio da precaução, desenvolveu-se uma nova concepção em relação à obrigatoriedade da comprovação científica do dano ambiental e de suas repercussões. Caso determinada atividade represente ameaça de dano ao meio ambiente, independentemente da certeza científica da ocorrência desse dano, obrigatoriamente devem ser adotadas medidas que evitem a degradação ambiental, partindo-se do entendimento de que o ser humano dele faz parte.

CONCLUSÃO

A pesquisa de campo e a revisão de literatura reafirmaram que, para os trabalhadores, o processo de trabalho no setor sucroalcooleiro tem sido caracterizado por excessivas e abusivas exigências de resultados. A jornada exaustiva, igual ou superior a doze horas diárias, as metas de corte igual ou superior a doze toneladas, a baixa remuneração, o controle em regime de capatazia e a retenção da carteira de trabalho durante a safra caracterizam esse processo como um regime de trabalho análogo à escravidão.

Comparando-se essa realidade com aquela apontada pelos estudos e com a legislação japonesa, verifica-se que os tribunais japoneses vêm exigindo, para declarar comprovadamente casos de “mortes por excesso de trabalho”: que o trabalhador tenha trabalhado mais de 3.000h/ano, por sete dias consecutivos, imediatamente antes de morrer; ou que ele tenha trabalhado continuamente de dezesseis a vinte e quatro horas, durante setes dias antes da morte. Um único dia de folga na se-

mana anterior já seria suficiente para descartar a hipótese de ocorrência de *karoshi*.

O perfil epidemiológico encontrado permitiu perceber que os trabalhadores sadios foram expostos pelas empresas a múltiplos fatores de risco que ocasionaram sua morte.

Quanto à situação dos cortadores de cana-de-açúcar, tem-se conhecimento de um processo, concluído em 2013, que proibiu o pagamento por produtividade, considerado o principal fator responsável pelo adoecimento e pela morte dos trabalhadores. O tribunal invocou o direito à precaução, à saúde e ao meio ambiente, previsto na Constituição Federal. Entretanto, várias outras ações em curso no Brasil referentes ao mesmo objeto foram negadas, tendo como argumento principal a legalidade dessa forma de remuneração, uma vez que é amparada na CLT. Considera-se, porém, ser inegável que a morte dos trabalhadores pode ser associada à combinação entre jornada exaustiva e intensificação do trabalho, forçada pelo pagamento por produtividade.

As famílias dos trabalhadores que foram entrevistadas também estão adoecidas, vivendo com baixos rendimentos ou com complementos de renda oferecidos por programas sociais. E os custos decorrentes disso estão sendo repassados para o sistema público de saúde e para a sociedade, enquanto as usinas continuam auferindo lucros altíssimos.

Faz-se necessário humanizar o atendimento e dar crédito à palavra do trabalhador na descrição de seus sintomas. Rejeitamos a unicasualidade na apreciação da causa da morte dos trabalhadores, pelo fato de que ela implica ignorar os fatores de risco produzidos pelas usinas, tanto no ambiente de trabalho quanto externamente. Os trabalhadores estão ultrapassando 3.000h/ano, percebem baixas remunerações e submetem seu corpo a um ritmo intenso de trabalho, muito além de suas forças, embora suas *causae mortis* sejam atestadas como decorrentes de acidentes cardiovasculares ou cerebrais ou outras patologias.

Enquanto as estatísticas frequentemente

registram a ocorrência de acidentes de trabalho no Brasil e de mortes não ligadas à ocupação, inexistem estatísticas que informem com precisão a influência direta e indireta da ocupação sobre a ocorrência de morte de trabalhadores, em qualquer país. Isso prejudica o reconhecimento da morte por exaustão, a proteção dos (as) trabalhadores(as) e o pagamento de indenização a seus familiares em caso de morte.

Recebido para publicação em 26 de maio de 2015
Aceito em 19 de dezembro de 2016

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. C. "Por que morrem os cortadores de cana?" *Saúde Soc., São Paulo*, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez 2006.
- BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BENJAMIN, V. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. *Compromisso Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar*. 2009. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- _____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 ago. 1991. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.HTM>. Acesso em: 4 dez. 2011.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: 1988.
- _____. TRT 15ª Região de São Paulo. *Processo Nº 0022200-28.2007.5.15.0126*. Disponível em: <http://portal.trt15.jus.br/>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- _____. TRT 15ª Região de São Paulo. *Processo Nº 0001117-52.2011.5.15.0081*. Disponível em: <http://portal.trt15.jus.br/>. Acesso em: 4 dez. 2013.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, terceiro levantamento, dezembro/2011*. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), 2011.
- CORREA FILHO, H. R. Mudança de paradigma. Entrevista concedida a Priscila Nery Rocha (jornalista) São Paulo. *Revista Proteção*, [S.l.], 2012.
- DAL ROSSO, S. "Jornada de trabalho: duração e intensidade". *Cienc. Cult.* [online], São Paulo, v. 58, n. 4, p. 31-34, 2006.
- _____. Intensidade no trabalho – teoria e método. DAL ROSSO, S.; FORTES, J. A. A. Sá (Org). *Condições de trabalho na sociedade no limiar do século XXI*. Brasília: Época, 2008.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.
- FOUCAULT, M. L. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREITAS, M. E. Radiografia dos medos. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/23820/22585>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- HARATANI, T. *Le karoshi ou mort par surmenage*. 2014. Disponível em: www.ilocis.org/fr/samplilo.html. Acesso em: 10 fev. 2014.
- LAX, M. The fetish of the objective finding. Trad. Francisco Ribeiro Silva Júnior. *New Solutions* [S. l.], v. 10, n. 3, p. 237-256, 2000.
- LIMONGI FRANÇA, A.C.; RODRIGUES, A. L. *Stress e Trabalho – guia básico com abordagem psicossomática*. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- MACHADO, P. A. L. *O princípio da precaução e avaliação de riscos*. Disponível em: [www.pucrs.br/.../61718%20-%20IVAR%20ALBERTO%20MARTINS%](http://www.pucrs.br/.../61718%20-%20IVAR%20ALBERTO%20MARTINS%20). Acesso em: 10 jan. 2014.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 9. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.
- MORAES, M. A. F. D. de. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. *Econ. Apl.* [online], São Paulo, v. 11, n. 4, p. 605-619, 2007.
- NEBOIT, M. *Approche des facteurs humains en prévention des risques au travail*. Ecole d'été "Gestion Scientifique du risque" Sept. 1999. Disponível em: <http://www.v1.agora21.org/ari/neboit2.html>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- NUNES, D. M. P. et al. A experiência de trabalho e dos riscos entre os trabalhadores-migrantes nordestinos nos canaviais paulistas. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 25, n. 4, p.1122-1135, 2016.
- NIETSCHE, F. *Para a genealogia da moral*. 5. ed. São Paulo: Nova cultural, 1991. (Coleção Os pensadores).
- NITSHIYAMA, K.; JOHNSON, J. V. Karoshi – death from overwork: occupational health consequences of the Japanese production management. *Int. J. Health Serv.*, Bethesda, Feb. 1997. Disponível em: <http://www.workhealth.org/whatsnew/lpkarosh.html>. Acesso em: 20 Feb. 2011.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção número 1*. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3D183F81013D468D1D560113/Conven%C3%A7%C3%B5es%20OIT%20Brasil%20julho%202013.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- PASTORAL DO MIGRANTE. *Dossiê 2001-2003: rota da mobilidade humana para o interior de paulista*. 2005. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.org.br>. Acesso em: 30 set. 2005.
- PARKES, C. M. *Luto – estudos sobre perdas na vida adulta*. 3 ed. São Paulo: Summus Editora, 1998.
- SILVA, M. A. de M. *A morte ronda os canaviais paulistas*. *Revista Abra*, São Paulo, 2006.
- _____. et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Revista Nera*, São Paulo, ano 9, n. 8, jan./jun. 2006a.
- UEHATA, T. Karoshi due to occupational stress-related cardiovascular injuries among middle-aged workers in Japan. *Journal of Science of Labour*, [S.l.], 1991.

DEATH FROM OVERWORK

Cândida da Costa

This paper aims to analyze death from overwork, describing and analyzing work conditions in the sugarcane sector in the city of Ribeirão Preto (SP). We seek to trace a relationship between overwork and the requirement of production targets, and working conditions analogous to slavery. It is also presented the hypothesis that the occurrence of deaths of workers from overwork is due to poor working conditions combined with high performance exigencies. The methodological procedures consist of the analysis of death certificates of eight workers, and the *causae mortis* of twenty dead workers while working at cane cutting. The declared causes, such as cardiac arrest, pancreatitis, hemorrhagic stroke, myocardial infarction, unknown cases, among others, are investigated. Interviews were made with relatives (father, mother, wife or widow, siblings) in order to determine the health condition of the workers before they started working in cane cutting. Based on this methodology, the results obtained permit us to maintain the hypothesis that death from overwork is also present at the sugarcane sector.

KEYWORDS: Sugarcane agribusiness. Work intensification. Working conditions. Death from overwork.

LA MORT PAR EPUISEMENT AU TRAVAIL

Cândida da Costa

L'objet de cet article est la mort par épuisement au travail. On y décrit et on y analyse les conditions de travail dans le domaine du sucre et de l'alcool à Ribeirão Preto et sa région (dans l'état de Sao Paulo). Les objectifs de cette recherche sont d'établir le lien entre une journée épuisante de travail et l'exigence d'une production sur résultats et des conditions de travail analogues à celles de l'esclavage. On soulève également l'hypothèse de cas de décès dus à l'épuisement vu des conditions de travail très mauvaises liées à des exigences de haute rentabilité. La méthodologie utilisée est l'analyse des actes de décès de huit travailleurs et de leur *causae mortis* et de vingt travailleurs décédés dans l'activité de coupe de la canne à sucre. On investigate les causes déclarées de ces décès, telles que arrêt cardio-respiratoire, pancréatite, hémorragie cérébrale, infarctus et autres causes non identifiées. Des interviews ont été faites avec les familles (père, mère, épouse ou veuve, frère) pour connaître l'état de santé du travailleur avant de partir couper la canne à sucre. Les résultats obtenus grâce à cette méthodologie permettent de confirmer l'hypothèse de décès par épuisement dans les secteurs d'activités du sucre et de l'alcool.

MOTS-CLÉS: L'agro-négoce de la canne à sucre. L'intensification du travail. Les conditions de travail. La mort par épuisement.

REVISITANDO OS EFEITOS DE LUGAR: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira

Ângela Borges*
Inaiá Carvalho**

Este artigo se propõe a discutir o denominado “efeito território”, compreendido como os benefícios ou prejuízos que afetam alguns grupos sociais em decorrência de sua localização no espaço urbano, analisando como o local de moradia interfere sobre o acesso e a incorporação ao mercado de trabalho, com base em uma pesquisa efetuada na terceira maior capital brasileira, a cidade de Salvador. Para tanto, ele começa se reportando à literatura existente sobre esse fenômeno e às discussões correntes sobre os impactos adversos da segregação. Apresenta, a seguir, as especificidades de Salvador do ponto de vista da ocupação e diferenciação do seu território e de suas condições ocupacionais. Por fim, com base em tabulações especiais da RAIS e do Censo de 2010, devidamente espacializadas, o texto evidencia como o “efeito território” opera de forma adversa à população que se concentra nas periferias pobres, mais distantes e menos equipadas, somando-se a outros fatores e contribuindo para a vulnerabilidade ocupacional de seus moradores e para a reprodução das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação socioespacial. “Efeito território”. Emprego e desemprego. Salvador.

INTRODUÇÃO

Em um capítulo do seu livro *A Miséria do Mundo*, Bourdieu (1997) faz uma acurada análise sobre como o espaço social se retraduz no espaço físico, exprimindo as hierarquias e distâncias sociais e interferindo sobre a disponibilidade e distribuição de bens públicos e privados e sobre as oportunidades de sua apropriação por diferentes grupos e classes sociais. Tomando de empréstimo o título do referido capítulo, o presente trabalho discute como a segregação socioespacial interfere sobre as condições de acesso e incorporação ao mercado de trabalho, a partir de uma pesquisa efetuada na terceira maior metrópole brasileira, a cidade de Salvador.

O fenômeno da segregação socioespacial, que pode ser definido como a distribuição desigual dos diversos grupos sociais no espaço

das cidades, com a concentração desses grupos em determinadas áreas e a diferenciação desse espaço e seus efeitos sobre a vida dos moradores, tem despertado o interesse dos pesquisadores desde os primeiros estudos da Escola de Chicago. O crescimento e a concentração da pobreza nos guetos negros das grandes cidades americanas, que marcaram a segunda metade do século passado, renovaram o interesse por essa discussão, e, na esteira do clássico estudo de Wilson (1987), multiplicaram-se trabalhos como o de Jargowsky (1996), Small e Newman (2001), ou Wacquant (1997, 2008). Estudos sobre esse fenômeno também se desenvolveram na França e em outros países europeus, onde a diferenciação da cidade e a segregação residencial passaram a ser enfocadas do ponto de vista das distintas categorias socioeconômicas e, nos últimos anos, essa discussão foi revigorada pela difusão do paradigma das cidades globais, que teriam, entre suas características, uma tendência à dualização social e urbana (Preteceille, 2003, 2013).

No Brasil e na América Latina, embora as cidades tradicionalmente venham sendo pensadas como espaços de intensa desigualdade

* Universidade Católica do Salvador (UCSal). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania. Avenida Cardeal da Silva, 205. Federação. Cep: 41940450. Salvador – Bahia – Brasil. angelborges@uol.com.br

** Universidade Católica do Salvador (UCSal). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania. Avenida Cardeal da Silva, 205. Federação. Cep: 41940450. Salvador – Bahia – Brasil. inaiammc@ufba.br

de, periferização, e “espoliação urbana” (Kowrick, 1980), a associação entre a segregação e a problemática norte-americana de tradução espacial da questão racial levou a uma utilização relativamente tardia desse conceito. Mais recentemente, porém, com uma discussão mais refinada sobre o seu significado, intensidade, procedimentos de medida, determinantes etnoraciais ou sócio-ocupacionais mais imediatos e semelhanças e diferenças quanto à sua manifestação, diversos estudos vêm sendo desenvolvidos com esse enfoque. Tais estudos vêm se somando a uma ampla literatura internacional sobre o referido fenômeno e sobre o denominado “efeito território” (Andrade; Silveira, 2013), ou “efeito bairro” (Sabatini; Wormald; Rassa, 2013), compreendidos como os benefícios ou prejuízos socioeconômicos que afetam alguns grupos sociais em função da sua localização no espaço das cidades e sobre os seus impactos quanto à situação e reprodução da pobreza, da vulnerabilidade e das desigualdades sociais (Cf. Bourdieu, 1997; Flores, 2006; Kaztman, 2001; Kaztman; Retamoso, 2005; Marques, 2010; Molinatti, 2013; Ribeiro; Rodrigues; Nery, 2014; Sabatini; Wormald; Rassa, 2013; Small; Newman, 2001; Telles; Cabanes, 2006; Vignoli, 2008; Wacquant, 1997, 2008; Wilson, 1987).

Alguns desses estudos enfatizam os impactos do entorno sobre a trama social, o processo de socialização coletiva,¹ a influência dos pares sobre as novas gerações e sua maior exposição a problemas como o abandono escolar, a gravidez precoce ou o envolvimento com drogas e com a criminalidade. Outros abordam o estreitamento das redes e do capital social, assim como a distribuição dos serviços básicos e de outros recursos no espaço urbano. Configurando uma “geografia de oportunidades”, essa distribuição termina por interferir nega-

tivamente sobre as condições de vida dos moradores das áreas em discussão, uma vez que elas são normalmente mais restritas e precárias nessas áreas.

No campo da educação, por exemplo, investigações efetuadas em diversos países constataram a tendência das escolas públicas de se diferenciarem conforme a composição da área onde estão localizadas, com sérias desvantagens para aquelas que servem aos moradores das áreas pobres da cidade. No Brasil e na América Latina, estudos como os de Burgos (2009), Ribeiro e Katzman (2008), Flores (2006) ou Ribeiro et al. (2010) têm comprovado essa realidade. Com isso, essas escolas não conseguem propiciar a seus alunos a aprendizagem e o avanço necessário para o alcance de credenciais educacionais exigidas crescentemente para a conquista de melhores condições no mercado de trabalho.

Além disso, como para trabalhadores de menor escolaridade e renda, as informações e o acesso às oportunidades de trabalho dependem, principalmente, de contatos e indicações pessoais, a homogeneidade de vizinhança e a estreiteza das redes sociais² também representam um fator adverso à incorporação produtiva dos referidos moradores. Algumas das áreas em discussão, desvalorizadas e marcadas pela informalidade, pela menor presença do Estado e das instituições de controle e segurança pública (ou por uma atuação repressiva e violenta das mesmas sobre os seus moradores), têm se tornado presas do tráfico de drogas e do crime organizado. Associado ao crescimento das desigualdades, à superposição das carências e à falta de perspectivas para muitos jovens de famílias pobres, isto têm contribuído para a degradação dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da violência, transformando essas áreas em “territórios penalizados e penalizadores”, situados no mais baixo nível da estrutura urbana e portadores de um estigma

¹ Alguns autores se reportam, inclusive, à socialização institucional, envolvendo a forma como os moradores de áreas segregadas são vistos e tratados pelas autoridades públicas. Ao desacreditar nas potencialidades das crianças e jovens que residem nessas áreas, por exemplo, professores da rede pública terminariam por deixar de incentivá-los a alcançar maiores níveis de escolaridade.

² No caso do Brasil, um maior acesso dos jovens das camadas populares à internet e às redes sociais pode estar começando a atenuar esse fato.

residencial poderoso (Wacquant, 2008). Construindo e consolidando uma visão negativa dos referidos espaços e dos seus moradores, esse estigma também afeta negativamente suas possibilidades de integração produtiva, notadamente no caso dos jovens.

Diversos estudos têm destacado os efeitos dos fenômenos assinalados sobre as possibilidades e condições de ocupação. Em pesquisa realizada na capital e em outras cidades chilenas, por exemplo, Sabatini, Wormald e Rassa (2013) constataram como o isolamento espacial e social lhes é adverso, contribuindo para a inatividade, para o trabalho precário, o desemprego e a persistência da pobreza. Especialmente no caso das mulheres, que têm maiores restrições e dificuldades para se deslocar em decorrência de fatores como a necessidade de conciliar o trabalho com as responsabilidades domésticas e os riscos de se expor a zonas e horários considerados como perigosos, nesse deslocamento.

Gomes e Amitrano (2005) também comprovaram que, independentemente de outros atributos sociais (como sexo, cor, juventude ou escolaridade), a população residente nas áreas mais pobres também convivia com maiores taxas de desemprego; entre outros fatores, isso estava associado a uma pequena oferta de postos formais nas referidas áreas, e, dentro da oferta existente, as remunerações eram mais baixas, levando os moradores pobres a arcar com problemas e maiores custos de transporte e gasto de tempo nos deslocamentos para os bairros centrais a fim de ampliar suas oportunidades de trabalho.

Além disso, a integração ocupacional, as condições de vida dos segmentos sociais em apreço e a própria dinâmica mais ampla das cidades também são influenciadas negativamente pela distribuição dos estabelecimentos comerciais e de serviços e das oportunidades de emprego e de obtenção de renda no espaço urbano, devido à crescente distância entre os locais de residência e os de trabalho, estudo e acesso aos diversos serviços por parte de

grande maioria da população. Como se sabe, o processo de crescimento das cidades tende a combinar a expansão e a dispersão física da malha urbana com a concentração dos fluxos e atividades em determinados pontos desse território e a agregação de novas centralidades ao centro tradicional.

Analisando essa questão, Fonsêca (2012) assinala como, nos países desenvolvidos, a localização das novas centralidades está associada aos principais fluxos da rede viária, aos grandes terminais de transporte de massa, à indução do poder público e à implantação de grandes equipamentos em áreas escolhidas por investidores privados. Em metrópoles como as brasileiras, a infraestrutura também pesa na determinação das decisões locacionais, o que leva à concentração de investimentos nos bairros de renda média e alta, que são mais bem equipados, uma decisão locacional que é também influenciada pelas preferências dos trabalhadores mais qualificados que ocupam as posições-chave dos processos produtivos por trabalharem nas proximidades de suas áreas residenciais. Além desses fatores, que atuam nos diversos países, a concentração do poder aquisitivo nas camadas de renda média e alta, minoritárias, constitui o principal determinante da concentração dos estabelecimentos comerciais e de serviços nos bairros de proximidade residencial desses grupos.

Já nas áreas densamente povoadas e homogêneas, onde reside a grande maioria da população, o baixo poder aquisitivo dos moradores nem sempre é suficiente para estimular o surgimento de subcentros fortes e de maiores oportunidades de emprego formal. Muitas dessas áreas sediam apenas algumas atividades mais diretamente ligadas à reprodução, como bares ou pequenas mercearias,³ obrigando os que ali residem a longos deslocamentos para procurar emprego e para trabalhar, dependen-

³ Nos anos 2000, esse cenário sofreu algumas mudanças não captadas nos dados aqui trabalhados, pois os bairros populares e, sobretudo, suas áreas centrais receberam algumas filiais de redes do comércio e de bancos, atraídos pelo aumento da renda das camadas mais pobres.

do de um sistema de transportes coletivo lento e precário, e arcando com os custos monetários e não monetários desse deslocamento. Tudo isso pode representar mais um obstáculo à integração produtiva, notadamente no caso daqueles grupos com atributos menos valorizados no mercado de trabalho, como os jovens, os negros, as mulheres e aqueles dotados de menor escolaridade.

Pesquisa realizada pela autora na cidade de São Paulo, a maior metrópole brasileira, constatou a reduzida localização e diferenciação dos estabelecimentos de comércio e serviços na periferia, enquanto as áreas com maior densidade de uso e de fluxos estão localizadas nas regiões próximas ao centro expandido e são ocupadas pela população de maior poder aquisitivo.

Em Salvador, esse desajuste entre o padrão de segregação e a residência em bairros periféricos parece ter esses mesmos efeitos sobre a inserção e as condições ocupacionais de seus moradores, conforme investigação cujos resultados são apresentados a seguir.

SEGREGAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Como já foi mencionado, Salvador é, atualmente, a terceira maior cidade brasileira, com uma população estimada de 2.902 mil habitantes, marcada por uma significativa pobreza e por históricos problemas ocupacionais. Mesmo após a conjuntura econômica favorável que caracterizou a primeira década deste novo século, com uma queda do desemprego, um crescimento do emprego formal e uma relativa recuperação da remuneração dos trabalhadores, foi constatado pelo Censo de 2010 que a cidade ainda possuía 17,6% de empregados sem registro formal, 18,7% de trabalhadores por conta própria (a maioria deles em ocupações precárias e de baixa remuneração) e 1,1% de trabalhadores não remunerados naquela ocasião. Os serviços domésticos respondiam

isoladamente por cerca de 9,1% da ocupação, e os postos melhor remunerados apareceram em número reduzido, uma vez que 39,4% dos ocupados percebiam um rendimento mensal de até um salário mínimo (considerando a soma de todos os trabalhos), 68,9% de até dois salários mínimos e apenas 6,4% de dez salários mínimos ou mais.

Como se sabe, os problemas de incorporação ao mercado de trabalho não atingem os diversos contingentes de trabalhadores com a mesma intensidade. Atributos como sexo, idade, cor e escolaridade agravam as dificuldades, tornando mais vulneráveis ao desemprego e à informalidade alguns segmentos, como as mulheres, os negros, os jovens e os menos escolarizados, os quais estão sobrerrepresentados nos postos de trabalho de menor qualidade, desprotegidos, inseguros e de baixos rendimentos. A esses atributos somam-se os locais de residência na metrópole, ou seja, os impactos do padrão de segregação e dos “efeitos do lugar” sobre as oportunidades ocupacionais, uma vez que Salvador também se caracteriza por uma intensa desigualdade entre os seus três grandes vetores de expansão, a Orla Marítima Norte, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos.

O primeiro constitui a área “nobre” de Salvador, local de moradia, serviços e lazer onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos, os interesses do capital imobiliário, e, como será visto, as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda, ainda que elas persistam relevantes no centro tradicional. O segundo, que tem esse nome pela sua localização no centro geográfico do município, começou a ser ocupado com a implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas ocupações irregulares, com uma disponibilidade de equipamentos e de serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário, que começou a ser habitado com

a implantação de uma linha férrea, em 1860, constituindo, a partir de 1940, a localização de vários loteamentos populares e ocupações irregulares. Para lá também foram transferidos moradores dos assentamentos erradicados pela Prefeitura da área “nobre” da cidade, de forma que o Subúrbio se transformou em uma das áreas mais carentes da capital baiana, marcado pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos, pela pobreza dos seus moradores e, mais recentemente, por altos índices de violência.

Essa apropriação diferenciada do território urbano e os padrões de segregação dela resultantes foram identificados e analisados por Carvalho e Pereira (2008) com base nos dados do Censo de 2000 e na metodologia do Observatório das Metrôpoles. Essa metodologia envolveu inicialmente a classificação da população economicamente ativa e sua agregação em categorias ocupacionais mais abrangentes. Em um segundo momento, foi considerada a distribuição dessas categorias no espaço urbano, tendo como recorte territorial áreas definidas por uma agregação de setores censitários utilizado no Censo de 2000 pelo IBGE.⁴ Levando em conta como as diversas categorias estão representadas no território de Salvador, foi elaborada uma tipologia que as classificou como superior, média superior, média, popular, popular inferior, popular operário-agrícola e popular agrícola, de acordo com a composição dos seus moradores.

Na categoria considerada como superior, predominavam os grandes empresários, os dirigentes do setor público e do setor privado, ao lado do grupo denominado como “intelectuais” (profissionais de nível superior, autônomos ou empregados); na média superior, o domínio era dos “intelectuais”; na média, os profissionais de nível superior se misturavam

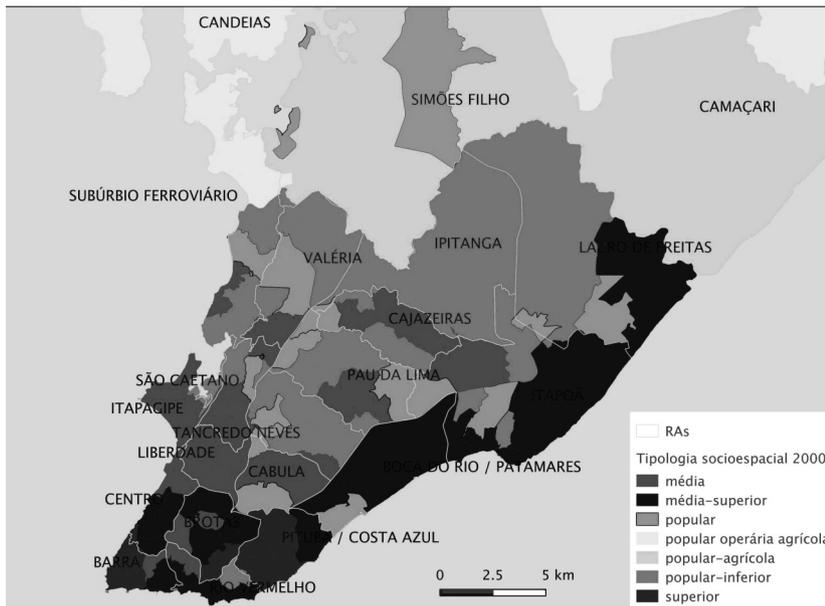
⁴ Embora se disponha atualmente da tipologia elaborada com dados do Censo de 2010, optou-se por utilizar aquela efetuada com dados do Censo de 2000, considerando que essa última permite uma visão mais detalhada da diferenciação do espaço soteropolitano e que não havia mudanças significativas entre um Censo e outro, nos padrões de sua apropriação social.

com pequenos empregadores e trabalhadores em ocupações técnicas, de escritório, ocupações médias de educação e saúde e similares; nas áreas de tipo popular, se concentravam trabalhadores manuais da indústria e do comércio, assim como prestadores de serviços com alguma qualificação; nas classificadas como popular inferior, havia uma conjugação desses trabalhadores com prestadores de serviços não qualificados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros. Como popular-agrícolas foram classificadas aquelas áreas que possuíam uma presença mais significativa de trabalhadores rurais, áreas menos valorizadas e com baixa densidade demográfica, situadas em alguns municípios limítrofes da capital baiana.

Com base nessa classificação, ficou patente a ocupação da Orla Atlântica predominantemente por grandes empregadores, dirigentes e trabalhadores “intelectuais”, ressaltando-se alguns enclaves de cunho popular como o Nordeste de Amaralina, a Boca do Rio e o Bairro da Paz. Como já foi mencionado, nesses espaços se concentravam os equipamentos públicos e privados mais importantes, modernos centros de comércio e serviços e grandes equipamentos urbanos (como *shoppings centers*, parques e centro de convenções), assim como as oportunidades de trabalho e obtenção de renda. Os setores médios também ocupavam essas áreas, assim como o centro tradicional e as áreas mais antigas da cidade.

Já as áreas populares abrigavam a população que não tinha possibilidades de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional, alojando-se, principalmente, em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente construídas no Miolo e (ou) no Subúrbio. Os trabalhadores de subsistência tinham forte presença nessas áreas e em alguns pequenos interstícios da Orla Atlântica, como ilustra o Mapa 1.

Mapa 1 – Tipologia Socioespacial Salvador – 2000



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000. (Cf. Carvalho; Pereira, 2008).

“EFEITO TERRITÓRIO”

Embora Salvador seja marcada pelos problemas de emprego e renda da sua população, esses problemas não atingem da mesma forma todos os moradores, afetando principalmente os portadores de determinados atributos, especialmente quando alguns deles aparecem conjugados, como no caso das mulheres negras ou dos jovens com menor escolaridade. Quando se analisam o perfil e a condição ocupacional dos trabalhadores de acordo com o seu local de residência, contudo, observa-se que a vulnerabilidade desses contingentes tende a ser acentuada pelo “efeito território”.

A moradia em áreas homogêneas pobres e segregadas tem efeitos adversos sobre o acesso e a incorporação ao mercado de trabalho, por razões que incluem um reduzido acesso a escolas de melhor qualidade, o estreitamento das redes e um menor acúmulo de capital social, estigmas que afetam moradores de bairros discriminados e a própria concentração das oportunidades e postos de trabalho nas áreas centrais e mais afluentes.

Em Salvador como em outras metrópo-

les alguns desses fenômenos são bastante evidentes. Enquanto as escolas mais bem equipadas e avaliadas se concentram na área central e na Orla Atlântica, nas áreas populares e periféricas predominam aquelas em mais precárias condições, o que contribui para o aumento do insucesso e do abandono escolar. A estreiteza das redes (reduzidas, muitas vezes, a familiares e vizinhos na mesma condição de vulnerabilidade)

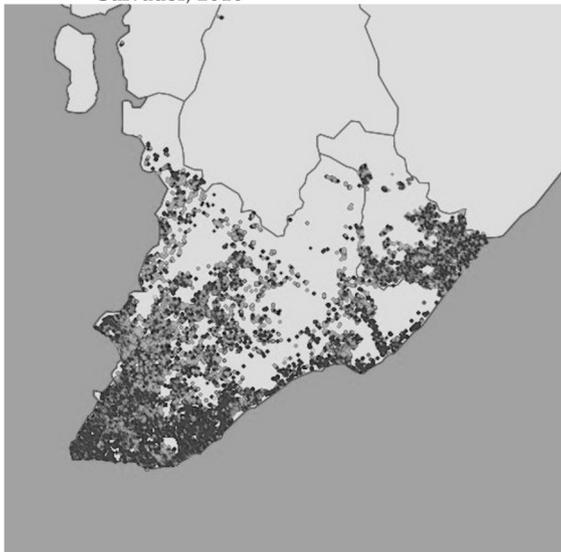
também foi constatada em estudos como o de Arantes (2007), assim como o preconceito e a discriminação dos empregadores contra jovens residentes em bairros percebidos como degradados e violentos. Ademais, a distribuição dos empregadores (estabelecimentos) e dos empregos no espaço urbano também reforça os efeitos adversos da segregação.

Para analisar essa distribuição, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sistematizados por Regiões Administrativas foram adaptados à tipologia socioespacial antes mencionada, verificando-se, então, que, como em outras grandes cidades brasileiras, é no centro comercial e nas áreas afluentes da cidade onde se concentram as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda.

A distribuição espacial dos estabelecimentos “formais”, com registro na RAIS, mostra a concentração de negócios nas regiões administrativas do Centro (tradicional) e da Orla e como são poucos os estabelecimentos empregadores nas RAs densamente povoadas do Miolo, dos Subúrbios Ferroviários e na RA de Valéria, área de expansão para o interior, às margens da BR 324, em direção aos municí-

pios industriais vizinhos. Cotejando as informações do mapa sobre a tipologia socioespacial de 2000 (Mapa 1) com a distribuição dos estabelecimentos por Regiões Administrativas em 2010 (Mapa 2), observa-se que as RAs da Pituba, Barra e Rio Vermelho correspondem às áreas classificadas como do tipo superior ou médio superior, e que as RAs de Tancredo Neves e Pau da Lima, Cajazeiras, Subúrbios Ferroviários e Valéria ficam nas áreas classificadas como do tipo popular inferior em 2010, que concentram os trabalhadores manuais de baixa renda, os prestadores de serviços menos qualificados, os trabalhadores domésticos e biscateiros.

Mapa 2 – Estabelecimentos por grande setor de atividade Salvador, 2010



Fonte: (MTE; RAIS; DIEESE/SETRE, 2012). Observatório do Trabalho.

Legenda: ■ Serviços; ■ Comércio; ■ C.Civil

A concentração de estabelecimentos é especialmente acentuada nas atividades de serviços, que geram a maior parte dos empregos formais em Salvador: 65% deles estão localizados em apenas quatro das dezoito regiões administrativas (as da Pituba-Costa Azul, Centro, Barra e Brotas, espaços que podem ser classificados como do tipo médio e médio superior), e 80% em sete delas (quando computadas as regiões administrativas do Rio Vermelho, Itapuã e Boca do Rio/Patamares, de

composição similar), com os demais estabelecimentos pulverizados nos outros espaços da metrópole, o que é coerente com a composição socioeconômica das mencionadas regiões. O comércio é mais bem distribuído espacialmente, com forte presença em espaços densamente habitados pelos estratos médio e popular. Os estabelecimentos da construção civil, bem menos numerosos, estão espalhados pelo território, com destaque para as áreas da Orla e do Miolo, que vêm concentrando investimentos públicos e privados.

Os empreendimentos de serviços organizados empresarialmente estão localizados, sobretudo, nas áreas próximas ao seu mercado consumidor (famílias de renda média e alta), grandes concentrações de trabalhadores e de empresas. Nas demais RAs, tais atividades, sobretudo os serviços pessoais, tendem a apresentar um elevado nível de informalidade. Já os estabelecimentos comerciais formalizados, embora também desigualmente distribuídos no espaço urbano, têm forte presença em alguns espaços de ocupação mais antiga e consolidada dos tipos médio e popular como as RAs de Liberdade, São Caetano, Itapagipe e Cabula. Aparecem também, em maior proporção, em RAs mais homogeneamente pobres, o que parece revelar uma tendência recente de expansão desse tipo de negócio nessas áreas, puxada, inclusive, pelas grandes redes de supermercados e do comércio varejista, que têm se voltado para essa faixa do mercado consumidor, uma das que mais se expandem e que apresentam ganhos salariais reais e acesso crescente a crédito.

A distribuição desigual da atividade econômica no espaço urbano vai se traduzir na concentração dos empregos formais em algumas regiões, de modo desproporcional à distribuição da população. Esse desajuste entre a concentração dos empregos e da população fica patente na Tabela 1, em especial no indicador: razão postos de trabalho/mil habitantes. Na RA Centro, que corresponde à área de ocupação

mais antiga da cidade e que sediava, até os anos 1970, o centro administrativo e econômico da capital baiana, o número de postos de trabalho formais (20,3% do total) é superior ao da população residente (apenas 3,5%), configurando a situação mais comum de um centro urbano que já perdeu, em muitos trechos, a função residencial. A permanência dessa concentração no centro antigo vai beneficiar os moradores das regiões mais próximas e (ou) mais bem servidas de vias de acesso a essa área.

a faixa interior da costa e onde está localizado o moderno centro comercial e de serviços da capital (Iguatemi, Av. Tancredo Neves), apresenta a segunda maior razão empregos/mil hab. (742,2). Nela, eram encontrados 19,3% dos empregos formais da cidade em 2010; nas RAs Barra (6,6% dos empregos), Rio Vermelho (4,4%), Boca do Rio-Patamares (5,4%) e três outras RAs da Orla, outros 16,4%. A RA Itapuã, onde está localizado o Centro Administrativo, com a maior parte dos empregos da esfe-

ra estadual e grande número de órgãos federais, respondia por 12,2% dos empregos existentes. Longe da Orla, encontrava-se a RA de Brotas, com 8,3% dos postos de trabalho da capital. Juntas, essas sete RAs concentravam, em 2010, 76,5% dos empregos da cidade e apenas 37,1% da sua população.

A outra face dessa concentração fica visível nas RAs localizadas no Miolo (Pau da Lima, Tancredo Neves, Cabula, Cajazeiras e Ipitanga), na RA de Valéria e nos Subúrbios, como foi dito, espaços predominantemente povoados pelos mais pobres. Nessas sete RAs, residiam 43,7% dos habitantes de Salvador em 2010, e eram encontrados apenas 15,6% dos empregos formais do município, revelando mercados de trabalho locais restritos e a presença de elevados níveis de informalidade.

A concentração dos empregos, sobretudo nas RAs do Centro, da Pituba-Boca do Rio e de Brotas, – as três maiores “bacias de emprego formal” da cidade –, ocorre em quase todas as atividades, ao contrário da RA de Itapuã, cujo destaque se deve à concentração de empregos

Tabela 1 – População e postos de trabalho por Regiões Administrativas – Salvador 2010*

Regiões Administrativas	Pessoas residentes		Postos de trabalho		Razão postos de trabalho/mil habitantes
	N	%	N	%	
De tipo predominantemente médio ou médio superior					
Centro	100.232	3,5	143.498	20,3	1.431,7
Pituba - Costa Azul	184.298	6,4	136.783	19,3	742,2
Barra	95.348	3,3	46.856	6,6	491,4
Itapuã	235.612	8,1	86.623	12,2	367,7
Boca do Rio - Patamares	118.334	4,3	18.041	5,4	321,5
Brotas	209.112	7,3	58.724	8,3	280,8
Rio Vermelho	133.571	4,6	31.154	4,4	233,2
De tipo predominantemente médio/popular					
Itapagipe	172.921	6,0	23.163	3,3	134,0
Cabula	170.113	5,9	21.516	3,0	126,5
Liberdade	172.685	6,0	16.947	2,4	98,1
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3	76,3
De tipo predominantemente popular/popular inferior					
Valéria	65.073	2,2	10.698	1,5	164,4
Pau da Lima	264.017	9,1	29.145	4,1	110,3
São Caetano	212.648	7,3	16.235	2,3	76,3
Tancredo Neves	245.230	8,5	18.284	2,6	74,6
Subúrbio	290.017	10,0	19.949	2,8	68,8
Cajazeiras	162.687	5,6	5.460	0,8	33,6
Ilhas	6.434	0,2	-	-	-

Fonte: (MTE; RAIS; DIEESE/SETRE, 2012). Observatório do Trabalho.

*Como a área das regiões administrativas não se confunde com a das AEDS, a classificação de sua composição social é aproximada.

No restante do território, os empregos se concentram, sobretudo, nos espaços da Orla, predominantemente ocupadas pela população de renda média-alta e alta, ou se situam na proximidade dessas concentrações. A Região Administrativa Pituba-Costa Azul, que ocupa

públicos no Centro Administrativo.

Essas regiões não só apresentam elevados percentuais no total de estabelecimentos e de empregos formais como se destacam por concentrar quase todos os tipos de postos de trabalho, considerados os grupos ocupacionais e os níveis de remuneração. São “bacias de emprego” para todos os perfis de trabalhadores, o que só contribui para ampliar o seu poder de atração de novos empreendimentos de todos os tipos, de mais postos de trabalho e de contingentes cada vez maiores de trabalhadores em detrimento de outros espaços urbanos, muito embora as deseconomias de escala geradas pelos congestionamentos estimulem o surgimento de novos espaços de concentração de atividades, em especial aquelas voltadas para o consumo empresarial e dos segmentos de mais alta renda. Esse movimento, no entanto, não altera a desvantagem das áreas que concentram os segmentos mais pobres da população. Apenas novos espaços são produzidos pela indústria imobiliária reproduzindo o padrão de segregação espacial, a exemplo da expansão recente na Avenida Paralela, mais próxima do Miolo, mas igualmente apartada da ocupação pré-existente, inclusive pelo traçado viário, concebido para não integrar os novos investimentos à ocupação popular da vizinhança.

Como já foi assinalado, como parte de uma “geografia de oportunidades”, essa concentração de postos de trabalho socialmente protegidos nas áreas ocupadas pelos estratos médios e médios superiores da estrutura sócio-ocupacional de Salvador se soma a efeitos da moradia em áreas periféricas e segregadas,

o que contribui para dificultar a incorporação ao mercado de trabalho dos moradores dessas últimas áreas, ampliando a vulnerabilidade ocupacional de seus segmentos mais frágeis (jovens, negros, mulheres).

Alguns indicadores baseados no Censo de 2010 evidenciam as desvantagens da população residente nos espaços do tipo “popular”, apesar das melhorias ocorridas na década de 2000. Em primeiro lugar, como se observa pela Tabela 2, eles registram uma maior frequência de jovens de 16 a 29 anos que não estudam, não procuram emprego e nem trabalham, denominados de “Nem-Nem”.

Tabela 2 – Percentual de jovens que não trabalham nem estudam* segundo características pessoais Salvador 2010

Características selecionadas	Município de Salvador	Áreas segundo tipologia		
		Popular	Médio	Médio superior
Total	15,2	16,7	15,2	11,7
Sexo				
Homens	11,8	12,7	11,6	10,0
Mulheres	18,4	20,5	18,7	13,1
Cor ou raça**				
Negra	15,5	16,5	15,6	12,0
Não negra	13,3	15,9	13,6	11,0
Escolaridade				
Sem instrução e fundamental incompleto	23,1	24,3	22,4	18,4
Fundamental completo e médio incompleto	11,3	11,7	11,6	8,6
Médio completo e superior incompleto	14,9	15,9	14,7	13,2
Superior completo	7,6	6,5	7,5	8,0

Fonte: Elaboração das autoras a partir de tabulações especiais do IBGE/Censo Demográfico (2010).

*Jovens “Nem-Nem” = Pessoas de 16 a 29 anos que não trabalham, não procuram emprego e nem estudam.

**Negra = Pretos e pardos; Não negra = brancos, indígenas e amarelos, cf. classificação do IBGE.

Trata-se de um fenômeno associado aos novos padrões de transição para a idade adulta, que vem sendo acentuado pelas mudanças no mercado de trabalho e que, embora se manifeste em todos os segmentos sociais, tem determinantes e consequências distintas em cada um deles. Entre os mais pobres, sobretudo entre os homens, os elevados percentuais de “Nem-Nem” sugerem o distanciamento dos principais integradores sociais – o trabalho e a escola –, o qual raramente pode ser compensado pela família, também ela fragilizada pela precariedade e instabilidade da inserção de

seus membros no mercado de trabalho.

Os jovens nessa situação geralmente abandonaram a escola precocemente, antes de completar o Ensino Médio, quando não o Ensino Fundamental, o que amplia as suas dificuldades de acesso a um posto de trabalho, formal ou informal, e os expõe à ação de agentes que os colocam em situação de risco, inclusive de risco de vida (como as quadrilhas e gangues, ligadas ou não ao tráfico de drogas, que frequentemente controlam esses espaços em que residem e capturam os jovens com alternativas de obtenção de renda e de prestígio junto à comunidade e, sobretudo, a seus pares e às jovens e os agentes repressores do Estado) e que estigmatizam a população aí residente, principalmente os homens jovens e negros, que passam a ser tratados como criminosos de alta periculosidade.

Em Salvador, em 2010, a proporção de jovens “Nem-Nem” residentes nas áreas classificadas como populares é sistematicamente mais elevada do que a registrada em áreas que concentram os estratos médio e médio superior (e superior), independentemente dos atributos de sexo, cor e escolaridade, traduzindo o efeito do local de residência.

Com uma taxa média de 16,7% de jovens na condição de “Nem-Nem”, contra 15,2% nas áreas onde predominam os estratos médios e 11,7% naquelas classificadas como Médio Superior, esses espaços tendem a acentuar o efeito de outros atributos pessoais. Assim, a proporção de mulheres “Nem-Nem” é muito mais elevada nas áreas Populares, na Pequena Média e na

Média Superior, o mesmo ocorrendo no caso dos Negros e dos Sem Instrução/Fundamental Incompleto.

A Tabela 3, que apresenta as taxas específicas de desemprego segundo as variáveis mais relevantes na sua determinação (idade, sexo, escolaridade e cor), também revela a importância do efeito território sobre a inserção no mercado de trabalho: em todos os casos – jovens, mulheres, negros e pessoas com baixa escolaridade –, a exposição ao desemprego é mais elevada nas áreas classificadas como populares do que nas áreas médias e, sobretudo, naquelas do tipo média superior.

Nos espaços do tipo popular, a taxa média de desemprego alcançava 16% contra 7,1% nos espaços classificados como médio-superior; as mulheres aí residentes tinham 21,3% de chances de estar desempregadas, contra 8,3% dentre as que moravam nas áreas médio-superior; os negros que residiam nas áreas populares apresentavam uma taxa de desemprego de 16,2% em 2010, contra 8,2% dos que residiam nos espaços do tipo médio superior. As desigualdades eram igualmente marcantes

Tabela 3 – Taxas de desemprego segundo características pessoais Salvador, 2010

Características selecionadas	Município de Salvador	Áreas segundo tipologia		
		Popular	Médio	Médio superior
Total	13,1	16,0	13,2	7,1
Sexo				
Homens	9,6	11,1	9,9	5,7
Mulheres	16,7	21,3	16,6	8,3
Cor ou raça*				
Negra	14,0	16,2	13,8	8,2
Não negra	9,3	14,5	10,2	5,5
Escolaridade				
Sem instrução e fundamental incompleto	15,0	16,3	14,5	9,3
Fundamental completo e médio incompleto	17,9	20,1	16,9	11,5
Médio completo e superior incompleto	12,8	14,4	12,6	9,5
Superior completo	4,6	6,9	5,5	3,8
Idade				
De 10 a 15 anos	38,0	41,7	35,4	26,2
De 16 a 29 anos	21,8	25,4	21,2	13,7
De 30 a 59 anos	8,5	10,3	8,8	4,5
60 anos ou mais	3,4	4,3	3,5	2,4

Fonte: Elaboração das autoras, a partir de tabulações especiais do IBGE/Censo Demográfico (2010).

*Negra = pretos e pardos; não negra = brancos, indígenas e amarelos, cf. classificação do IBGE.

entre pessoas com a mesma escolaridade ou no mesmo grupo etário conforme o local de moradia, como se vê na Tabela 3.

Finalmente, os dados apresentados na Tabela 4, relativos aos ocupados em atividades informais, sugerem que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho regional, na primeira década do século XXI, tiveram impactos extremamente positivos sobre os homens, inclusive aqueles com baixa escolaridade e mais jovens. Desse modo, ao contrário do esperado, as taxas de informalidade – um indicador de inserção precária – dos moradores das áreas do tipo popular chegam a ser, em alguns casos, inferiores àquelas dos residentes nos espaços do tipo médio superior. A explicação para essa redução da informalidade entre os segmentos mais pobres é explicada, em boa medida, pelas oportunidades abertas pela ativação do mercado de trabalho formal nos anos 2000 e pelo perfil de grande parte dos empregos aí criados: postos de trabalho na construção civil (um espaço de entrada no mercado de trabalho

de homens jovens menos escolarizados) no comércio e nos serviços de apoio, onde se multiplicaram os empregos com remuneração em torno de um salário mínimo. Por outro lado, a expansão recente da economia aprofundou a flexibilização, precarização ou informalização das formas de contratação dos trabalhadores com maiores salários e mais escolarizados, residentes predominantemente nas áreas do tipo Médio Superior, um movimento que assumiu, sobretudo, a forma de fuga do assalariamento (PJ, conta própria, etc.) com vistas à redução dos custos trabalhistas (encargos e benefícios).

FINALIZANDO

Reconhecendo a segregação socioespacial como uma das características marcantes das grandes cidades, com impactos adversos sobre a reprodução das desigualdades e sobre as condições de vida da maioria da sua população, este texto se propôs a discutir as relações entre essa

segregação e o acesso ao mercado de trabalho.

Para tanto, ele se reportou, inicialmente, aos efeitos mais amplos da segregação sobre o acesso a bens e serviços e às oportunidades, refletindo, a seguir, sobre a influência da localização dos postos de trabalho no território urbano quanto ao o acesso às oportunidades ocupacionais. Levando em conta as condições do mercado de trabalho e o padrão de segregação espacial que prevalecem atualmente em Salvador, constatou-se, como seria de esperar,

Tabela 4 – Percentual de ocupados informais* segundo características pessoais Salvador 2010

Características selecionadas	Município de Salvador	Áreas segundo tipologia		
		Popular	Médio	Médio superior
Total	41,4	44,2	41,4	36,3
Sexo				
Homens	35,3	35,5	35,9	33,7
Mulheres	48,4	55,1	47,8	38,8
Cor ou raça**				
Negra	42,6	44,5	42,0	38,6
Não negra	37,2	42,3	38,8	33,2
Escolaridade				
Sem instrução e fundamental incompleto	62,1	60,6	62,9	67,0
Fundamental completo e médio incompleto	50,5	50,1	49,9	55,1
Médio completo e superior incompleto	32,5	31,2	31,5	37,7
Superior completo	23,0	18,4	19,4	25,3
Idade				
De 10 a 15 anos	92,7	92,6	93,0	91,6
De 16 a 29 anos	39,3	39,8	37,7	41,6
De 30 a 59 anos	40,7	44,5	41,5	32,8
60 anos ou mais	53,1	60,2	55,1	44,5

Fonte: Elaboração das autoras, a partir de tabulações especiais do IBGE/Censo Demográfico (2010).

*Ocupados informais = trabalhadores domésticos, conta-própria, empregados sem carteira, não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo.

**Negra = pretos e pardos; não negra = brancos, indígenas e amarelos, cf. classificação do IBGE.

que a desigualdade social é o fator preponderante na ocupação do território urbano, o que leva o comércio, os serviços e os postos de trabalho a se concentrarem na área central e em alguns poucos espaços da cidade, seguindo os deslocamentos e a proximidade das camadas de maior renda.

Assim, as grandes concentrações da pobreza urbana – Subúrbios, Valéria e a maior parte do território chamado Miolo (ver Mapa 3) – apresentam reduzido número de estabelecimentos e empregos formais, fato que dificulta o acesso de seus moradores a esses postos de trabalho mais valorizados porque socialmente protegidos. Tais dificuldades são ainda mais acentuadas no caso dos grupos vulneráveis – a exemplo dos jovens, negros e menos escolarizados – que, além de barreiras colocadas pela distância, pela desinformação e pelos custos do deslocamento, se defrontam com preconceitos de toda ordem e com o estigma de residir em áreas segregadas, percebidas como associadas à violência e à criminalidade.

Em Salvador como em outras cidades, a distribuição espacial dos empreendimentos e dos postos de trabalho socialmente protegidos contribui de forma relevante para os impactos adversos do processo de segregação, uma vez que os moradores das áreas pobres ficam aprisionados em espaços que não oferecem maiores oportunidades para melhorar a situação em que se encontram, sendo forçados a buscar, nos espaços privilegiados da cidade, a sua sobrevivência e as condições para tentar superar a situação de pobreza. A distância e a carência de transporte públicos eficientes vêm impondo a esses trabalhadores custos adicionais, ampliados nos últimos anos: o de gastar, diariamente, parte expressiva do seu dia em deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa, usando transporte coletivo caro e precário, bicicletas e motos, ou andando a pé.

A dimensão desse problema pode ser ilustrada com dados do Censo de 2010 sobre o tempo habitual de deslocamento para o trabalho despendido pelas pessoas que trabalhavam

fora do domicílio e a ele retornavam diariamente, nas principais capitais brasileiras. No caso de Salvador, apenas 39,4% desses trabalhadores despendiam até meia hora, enquanto que 38,6% gastavam de meia até uma hora e 22,1% mais de uma hora. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, as duas maiores metrópoles brasileiras, o percentual de moradores que gastava mais de uma hora no deslocamento entre casa e trabalho era de, respectivamente, 31,1% e 25,3%. Todas as demais metrópoles pesquisadas apresentam percentuais mais baixos de trabalhadores forçados a deslocamentos muito demorados: Belo Horizonte 16,5%, Recife 11,3%, e Porto Alegre 10%. Essas diferenças são determinadas por vários fatores, como a extensão do tecido urbano, a qualidade da rede viária e dos transportes de massa e, também, pela maior ou menor concentração das atividades produtivas no espaço metropolitano.

Sem uma política pública voltada para a desconcentração das atividades produtivas no território, o desajuste territorial entre lugares de residência e trabalho das camadas mais pobres pode, inclusive, se acentuar, uma vez que as áreas que se beneficiam da concentração de negócios reforçam sua posição de espaços prioritários para investimentos públicos e valorização imobiliária, apesar dos impactos adversos sobre a vida cotidiana da população e o funcionamento de toda cidade, notadamente em termos de congestionamento do tráfego e mobilidade urbana.

Desse modo, a valorização dessas áreas “nobres” e a maior oferta de serviços públicos e privados ai existentes são também resultantes do trabalho de batalhões de trabalhadores “de fora”, que não se beneficiam dessa concentração nem podem usufruir da abundância de bens, serviços e oportunidades que elas oferecem. Pelo contrário, os postos de trabalho formais a que têm acesso geralmente pagam baixos salários, porque a maior parte desses trabalhadores se encontra em posição de desvantagem na disputa dos melhores empregos e oportunidades existentes nessas áreas.

Esses trabalhadores, que moram no “outro lado” da cidade e em áreas segregadas, têm, em média, menor número de anos de estudo, e os serviços educacionais que acessam são qualitativamente inferiores àqueles desfrutados pelos residentes nas áreas de média alta e alta renda; além disso, dispõem de menos informações sobre o mercado de trabalho e as oportunidades de acesso à renda, arcando com as consequências do fato de residirem em áreas desprivilegiadas e, para a maioria, muito distantes dos pontos de concentração de empregos formais.

Embora só recentemente tenham sido percebidos por parte de pesquisadores, esses fenômenos vêm adquirindo certa visibilidade e entrando na agenda pública. Nesse sentido é que começa a ser discutida a necessidade de se implementarem políticas urbanas orientadas para disseminar as atividades de comércio e serviços no espaço metropolitano e multiplicar os subcentros como elementos de reequilíbrio e de relações entre os diversos fragmentos e áreas, conferindo urbanidade a toda a cidade. Políticas desse tipo, se aliadas a iniciativas para a indução de espaços de moradia menos homogêneos, que abram espaço para a convivência, em uma mesma vizinhança, entre as diferentes camadas sociais que habitam a metrópole, são indispensáveis para a redução da segregação socioespacial e, logo, para o enfrentamento da vulnerabilidade e dos estigmas que vitimizam os segmentos mais pobres da população metropolitana.

Recebido para publicação em 26 de junho de 2015
Aceito em 22 de setembro de 2016

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito território: explorações em torno de um conceito sociológico. *Civitas*, Porto Alegre, n. 2, v. 13, p. 381-402, maio/ago.2013.
- ARANTES, R. de A. *Enquanto isso, lá no miolo da cidade...* O papel das desigualdades socioespaciais na ampliação da vulnerabilidade social. 2007. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- BAHIA. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE). *Observatório do Trabalho*. 2010. Disponível em : <<http://geo.dieese.org.br/bahia/>>. Acesso em: 07 jul. 2012.
- BORGES, A. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90*. 2003. 374 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-175.
- BURGOS, M. T. B. Segregação urbana e segregação institucional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: [S.n.], 2009.
- CARVALHO, I. M. M. de; BORGES, A. A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. *Salvador: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra capital: Observatório das metrópoles, 2014. p. 77-108.
- _____; PEREIRA, G. C. As “cidades” de Salvador. In: _____. *Como anda Salvador*. 2. ed. Salvador, EDUFBA, 2008. p. 81-108.
- CUNHA, J. M. P. da, JACOB, A. A. E. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. *Revista brasileira de estudos de população*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 115-139, 2010.
- FLORES, C. Consequências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: NEP: UNICAMP, 2006.
- FONSÊCA, M. de L. P. Centralidades e políticas urbanas na cidade de São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII, 12., Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: [S.n.], 2012.
- GOMES, S.; AMITRANO, C. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade ao emprego e desemprego. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.
- JARGOWSKY, P. A. Take the money and run: economic segregation in U.S. metropolitan areas. *American Sociological review*, n. 61, 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2096304>>. Acesso em: 14 out. 2014.
- KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista da CEPAL*, Santiago, n. 75, p. 171-189, 2001.
- _____; RETAMOSO, A. Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo. *Revista da CEPAL*, v. 85, p. 131-148, abr. 2005.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MARQUES, E. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: UNESP, 2010.
- MOLINATTI, F. Segregación residencial e inserción laboral em la ciudad de Córdoba. *EURE: Revista latinoamericana de estudios urbanos regionales*, Santiago, n. 117, p. 117-145, 2013.
- PRETECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH: revista do Centro de recursos humanos*, Salvador, n. 36, p. 27-48, 2003.
- _____. Segregação urbana. In: IVO, A. B. L. (Coord.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social*. São

Paulo: Annablume, 2013. p. 442-448.

RIBEIRO, L. C. de Q.; KAZTMAN, R. *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ, 2008.

RIBEIRO, L. C. de Q. et al. (Org.). *Desigualdades urbanas, desigualdades escolares*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles, 2010. 334 p.

RIBEIRO, M. G. et al. Mercado de trabalho e efeito território das principais metrópoles brasileiras. In: SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 13., 2014, Salvador. *Anais...* Salvador: [S.n.], 2014.

SABATINI, F.; WORMALD, G.; RASSA, A. (Ed.). *Segregación de la vivienda social: ocho conjuntos em Santiago, Concepcion y Talca*. Santiago: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales de Pontificia Universidad Católica de Chile, 2013. 203-242 p.

SERAVI, G. A. Segregación urbana y desigualdades em La ciudad de Mexico. *EURE: Revista latinoamericana de estudios urbano regionales*, Santiago, v. 34, n. 103, p. 93-110, dec. 2008.

SOLIS, P.; PUGA, I. Efectos del nivel socioeconómico de la zona de residencia sobre el proceso de estratificación social en Monterrey. *Estudios demográficos y urbanos*, v. 26, n. 2, p. 233-265, 2011.

SMALL, M.; NEWMAN, K. Urban poverty after the truly disadvantaged: the rediscovery of the Family, y neighborhood and culture. *Annual review of Sociology*, v. 27, p. 23-45, 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2678613>>. Acesso em: 14 out. 2014.

TELLES, V. S.; CABANES, R. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação editorial humanitas, 2006. 439 p.

VIGNOLI, J. R. Movilidad cotidiana, desigualdade social y segregación residencial em cuatro metropolis da America Latina. *EURE: Revista latinoamericana de estudios urbano regionales*, Santiago, v. 34, n. 103, p. 49-71, dec. 2008.

WACQUANT, L. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 167-175.

_____. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo, 2008.

WILSON, J. *The truly disadvantaged*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

**REVISITING THE EFFECTS OF PLACE:
segregation and access to labor market in a
Brazilian metropolis**

*Ângela Borges
Inaiá Carvalho*

This article proposes to discuss the so-called “territory effect” comprehended as the benefits or losses that affect some social groups in consequence of its localization in the urban space. In order to do so, it is analyzed how the place of residence interferes with the access and the incorporation in the labor market based on a research made in the third largest Brazilian capital, the city of Salvador. Firstly, this article directs itself to the previous literature about this phenomenon and, then, to the current discussions about the adverse impacts of segregation. It is also presented the specificities of the city of Salvador from the point of view of the occupation and the differentiation of its territory and of its occupational conditions. Finally, based on RAIS and Censo 2010 special tabulations properly spatialized, this study emphasizes how the “territory effect” operates adversely to the population that is concentrated in the poor periphery, more distant and less occupied, in addition to other factors. This fact also contributes to the occupational vulnerability of their residents and to the reproduction of social inequalities.

KEYWORDS: Sociospatial Segregation. “Territory effect”. Labor and unemployment. Salvador.

**REVISITER LES EFFETS DE LIEU: ségrégation et
accès au marché du travail dans une métropole
brésilienne**

*Ângela Borges
Inaiá Carvalho*

Cet article se propose de discuter le dénommé “effet territoire”entendu comme représentant les bénéfices ou les préjudices qui touchent quelques groupes sociaux à cause de leur localisation dans l’espace urbain. On y analyse comment le local de résidence influence l’accès et l’insertion dans le marché du travail à partir d’une recherche effectuée dans la ville de Salvador, troisième plus grande capitale brésilienne. Pour ce faire, on commence par ce qui a été écrit au sujet de ce phénomène et les discussions courantes sur les impacts nocifs de la ségrégation. Les spécificités de Salvador sont ensuite présentées du point de vue de l’occupation et de la différenciation de son territoire et de ses conditions d’occupation. Enfin, sur la base de croisements spécifiques de la RAIS et du recensement de 2010 dûment spécialisés, le texte montre combien “l’effet territoire” a des effets négatifs pour les populations qui se concentrent dans les banlieues pauvres, plus éloignées et moins équipées et s’ajoutent à d’autres facteurs pour contribuer à une vulnérabilité occupationnelle de ses habitants ainsi qu’à la reproduction d’inégalités sociales.

MOTS-CLÉS: Ségrégation socio-spatiale. “Effet territoire”. Emploi et chômage. Salvador.

POLÍTICAS DE BIENESTAR EN CONTEXTOS NEOLIBERALES: tensiones del modelo chileno¹

POLÍTICAS DE BEM-ESTAR EM CONTEXTOS NEOLIBERAIS: tenções do modelo chileno¹

María Pía Martín *

Jaime Alfaro **

Las sociedades latinoamericanas contemporáneas se han visto tensionadas por los conflictos entre múltiples visiones sobre la articulación entre crecimiento económico y políticas sociales. Este artículo expone el análisis desde el enfoque de marcos interpretativos que, desde la perspectiva constructivista, permite profundizar en la dimensión simbólica y representacional de las políticas. A partir de reflexiones teóricas y análisis sobre las visiones en la protección social en discusiones parlamentarias en el caso de Chile, la finalidad es aportar a una perspectiva de análisis que permita indagar en los procesos de cambio de las políticas sociales, y mostrar cómo el eje en las ideas ofrece una mejor comprensión de la estabilidad y el cambio de las políticas sociales.

PALABRAS CLAVE: Protección Social. Estado de Bienestar. Neoliberalismo. Análisis de Marcos Interpretativos. Políticas Públicas.

As sociedades latino-americanas contemporâneas se viram tensionadas por conflitos entre múltiplas visões sobre a articulação entre crescimento econômico e políticas sociais. Este artigo apresenta a análise de quadros interpretativos que, a partir da perspectiva construtivista, permitem aprofundar a dimensão simbólica e representativa das políticas. A partir de reflexões teóricas e análises sobre as visões de proteção social em discussões parlamentares, no caso do Chile, a finalidade é trazer uma perspectiva de análise que permita indagar sobre os processos de mudança das políticas sociais e mostrar como o eixo, nas ideias, oferece uma compreensão melhor da estabilidade e da mudança das políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social. Estado de bem-estar. Neoliberalismo. Análise de quadros interpretativos. Políticas Públicas.

INTRODUCCIÓN

En los últimos años, en América Latina, ha habido un fortalecimiento de las políticas sociales, que pasan a tener un rol central en las agendas de los gobiernos. Ello se realiza en un contexto de discusión sobre los modos de concebir al Estado, las concepciones sobre noción de problema y noción de soluciones de intervención, la profundidad, el impacto y la cobertura de los cambios, y, en lo fundamental, cuánto de cambio o de continuidad existe respecto del ideario de focalización neoliberal. Por otra parte, diversos procesos, como la estabilización de las democracias, los mejores niveles de desarrollo económico, la extensión de

los Programas de Transferencia Condicionadas (PTC)² y las propias deficiencias del modelo asistencialista y neoliberal impulsado por los organismos internacionales a raíz del Consenso de Washington,³ marcan el contexto de la emergencia de una nueva agenda social en la región. Si, a inicios de los noventa, las principales discusiones en América Latina se establecían en torno a los procesos de recuperación de la democracia y los desafíos marcados por el cambio desde sistemas autoritarios a gobiernos democráticos, actualmente el cambio democrático no sólo pone en la agenda los temas

² Los Programas de Transferencia Condicionada (PTC) se han implementado masivamente en América Latina. Buscan superar la extrema pobreza mediante el desarrollo de las capacidades y activación de capital humano. Entregan transferencias monetarias directas en función de ciertas condicionalidades generalmente centradas en la asistencia a la escuela y a los controles de salud. Aunque estos elementos son comunes, los PTC difieren significativamente entre países según su concepción, diseño, formas de implementación y arquitectura institucional.

³ El llamado Consenso de Washington fue impulsado en la región por los organismos de financiación internacional (Fondo Monetario Internacional y Banco Mundial) basado en lógicas neoliberales de estabilidad macroeconómica, crecimiento, liberalización de mercados, atracción de inversiones, reducción del sector público y expansión de los sectores privados. Se impulsaron recortes al gasto social, priorizando la aplicación de programas focalizados y subsidiarios dirigidos a los sectores más pobres.

* Universidad de Chile. Departamento de Ingeniería Industrial. República, 701. Santiago – Chile. mpmartin@dii.uchile.cl

** Universidad del Desarrollo. Departamento de Psicología. Av. La Plaza 680. Santiago – Chile. jalfaro@udd.cl

¹ Este trabajo se origina en el Proyecto FONDECYT de Investigación Regular N° 1150938, “La configuración del campo técnico del psicólogo en la política social: análisis de la formulación e implementación de programas sociales con componente psicosocial.”

de inclusión política (cambios constitucionales legales, reformas electorales, participación política, entre otros aspectos de la consolidación democrática), sino también emergen los debates sobre la inclusión de los temas sociales, referidos tanto a la superación de la pobreza como de la desigualdad.

Las reformas neoliberales fueron comunes en toda América Latina (Barba 2004), persistiendo, en la actualidad, muchos de sus componentes. Estas reformas promovieron cambios estructurales en los planos económico y social, que implicaron el declive del rol del Estado en los países latinoamericanos (Draibe; Riesco, 2007; Martínez Franzoni, 2007). Incluso aquellos países con una vocación redistributiva universalista en sus programas sociales (Argentina, Chile y Uruguay) reorientaron su matriz de bienestar incentivando el aseguramiento individual y el acceso por los propios medios, operando el Estado mediante políticas focalizadas para quienes no pudieran hacer frente a riesgos básicos (Filgueira 2007; Martínez Franzoni, 2007). El gasto social se redujo fuertemente y se llevó a cabo una amplia estrategia de privatizaciones de empresas públicas y de servicios sociales. En ese contexto, las políticas sociales ocuparon un rol subordinado frente a las políticas económicas, y tuvieron un rol paliativo para aquellos sectores de la población sin condiciones de participar en el mercado.

Sin embargo, el modelo no dio los frutos esperados. La estrategia neoliberal no implicó el término de la pobreza y menos aún de la desigualdad, que, en muchos países, se incrementó. Una gran parte de la población quedó fuera de la protección social, forzando a los más pobres a depender de la familia, las redes sociales y otros mecanismos informales de provisión del bienestar (Barrientos 2004; Martínez Franzoni, 2007). De manera que, desde los propios organismos de financiación, impulsores del Consenso de Washington, se reconoce este fracaso en términos de crecimiento económico y de reducción de la pobreza (Williamson, 2003), críticas hechas también por

Kliksberg (2001), que cuestiona los fracasos del modelo neoliberal basado sólo en lo paliativo y asistencial. Se reorienta así, desde estas instituciones, un giro a las políticas sociales, que van a estar marcadas por el abordaje de la pobreza ya no sólo como subsidios para aumentar ingresos, sino como transferencias monetarias condicionadas a la ampliación del capital humano, evitando la reproducción intergeneracional de la pobreza.

Estos cambios pueden ser mirados desde ángulos distintos. Por una parte, desde diversos autores (Molyneux, 2007; Rawlings, 2004; Serrano, 2005), tras el fracaso de las reformas de ajuste estructural y la incorporación de nuevas prácticas de gestión pública, desde la segunda mitad de los noventa hasta ahora, habría un nuevo modelo de política social 'postneoliberal' que aún está en construcción y que asigna un mayor rol al Estado, impulsado por la expansión de los PTC y otras reformas sociales, aunque no hayan cambios estructurales en el modelo de desarrollo. Molyneux (2007) señala que son reformas de segunda generación, que van más allá del paradigma neoliberal. En tanto, otros (Álvarez, 2005; Estrada Álvarez, 2004; Stolowicz, 2005) plantean que son breves modificaciones en el discurso y la prácticas, pero que es parte de la consolidación del mismo modelo neoliberal ya que no se modifica el principio de subsidiariedad del Estado sobre el mercado. Con la denominada "estrategia pos neoliberal" en que los organismos de financiación internacional traen al Estado de vuelta, el neoliberalismo busca renovarse (ante sus signos de crisis) y presentarse con aires progresistas (Stolowicz, 2005). Coincide Estrada Álvarez (2004) al señalar que estos cambios cumplen una función de legitimación y renovación del neoliberalismo. Además de la búsqueda de gobernabilidad (Stolowicz, 2005).

De manera que, desde la primera visión, lo público y el Estado volvieron a ocupar un rol central, con una nueva generación de políticas sociales que enfatizan la necesidad de univer-

salizar la protección social y hacer efectivos los derechos sociales (CEPAL 2010; Gomariz 2007; ILO 2011; Molyneux 2007; Ribe; Robalino; Walker, 2010; Sotelsek, 2007). Ha habido una recuperación del rol del Estado, que algunos analistas califican como nueva era de “bienestarismo” y de “esforzándose por conseguir el universalismo” (Molyneux, 2007). Asimismo, Arriagada (2006) sostiene que existe una revalorización del Estado, donde el tema de los derechos sociales cobra un rol relevante. Según señala Gomariz (2007), este giro implica que las políticas sociales hacen un viraje desde el asistencialismo como única estrategia de acción, hacia el encuadre de las políticas en el marco de derechos de los ciudadanos, orientadas a aumentar el bienestar y la cohesión social. Esta orientación implica también una tendencia a la universalización del acceso a la protección, que confluye con el interés de los distintos organismos internacionales de establecer, un cambio desde el predominio en los '90 de la focalización mediante la comprobación de ingresos a un enfoque ampliado más universal en la provisión del bienestar (Deacon, 2005).

Sin embargo, desde la visión crítica a este proceso, se plantea que se continúa con la estrategia de focalización, y el aseguramiento individual de los riesgos, lo que, según Sojo (2003), continuaría contraponiendo las políticas focalizadas a las universales y desestimando la solidaridad en los sistemas de aseguramiento. Por otra parte, el buque insignia de esta estrategia, los PTC, serían, a juicio de Álvarez (2005), un mecanismo de legitimidad de regímenes políticos que han garantizado la consolidación del orden neoliberal en sus países, ya que promueven la potenciación de “activos” de los propios pobres, dándoles valor económico, mientras que el Estado garantiza sólo mínimos biológicos, entregando “paquetes básicos” en áreas que, antes, estaban desmercantilizadas, como la salud y la educación, sin abordar ni resolver los problemas de desigualdad y condiciones estructurales de inequidad. La autora la denomina esta estrategia

como focopolítica, ya que el mercado regula la vida de los “capaces”, y el Estado, a partir de la gestión y promoción de las “organizaciones de la sociedad civil”, promueve la vida al nivel de mínimos básicos, conteniendo las demandas de los sectores más vulnerables.

Las discusiones en el espectro entre estas posturas aborda la difícil conjunción entre universalidad y focalización, mínimos sociales como derechos y derechos universales, entre capacidades individuales y solidaridad colectiva, entre otras.

Entendiendo que más allá de la discusión sobre los PTC y el rol de los organismos multilaterales, en muchos países, se impulsan revisiones de las políticas sociales y su refundación en un amplio ámbito de iniciativas. En Chile, Brasil, Argentina y Venezuela, hay debates en curso sobre la necesidad de aumentar el alcance de las políticas estatales en muchos ámbitos, como la educación, el alcance de los programas de transferencias monetarias, la ampliación de la negociación colectiva, y extensión de las políticas de salud y educación (Cortés, 2008). Entre los ejemplos de cambios, destaca la reforma de la salud en Uruguay, el plan AUGE (Acceso Universal con Garantías Explícitas) en Chile, el pionero Sistema Único de Salud (SUS) de Brasil, el seguro popular en México y la reforma de la salud en Colombia. También la reforma del sistema de pensiones y las pensiones solidarias en Chile, las pensiones universales no contributivas en el Distrito Federal de México (así como su extensión con variaciones a otros estados mexicanos) y el programa de la Secretaría de Desarrollo Social (SEDESOL) para adultos mayores de 70 años en localidades de hasta 30.000 habitantes, la reforma de jubilaciones en la Argentina y los beneficios de prestación continuada en el Brasil ejemplifican el fortalecimiento de la protección social (CEPAL, 2010). Además, se debe destacar la reciente creación, en Argentina, de la Asignación Universal por Hijo (AUH), que beneficia a trabajadores informales, desocupados y servicio doméstico. Estas son algunas

muestras de cambios y movimientos que apuntan por lo menos a una inflexión significativa de la ideología neoliberal y sus orientaciones.

En este marco de cambios con diversas velocidades, es interesante analizar las reformas sociales en Chile, pues muestran características específicas que lo convierten en un caso que ilumine los cambios del modelo neoliberal en la región. Chile fue el país de América Latina donde se aplicaron con más intensidad y más prematuramente las recomendaciones de los fondos de financiación internacional, dejando una nueva arquitectura de la protección social con alto grado de privatización de los servicios. Por otra parte, destaca la estabilidad política, con la continuidad de la Coalición Concertación de Partidos por la Democracia, de centroizquierda, que gobernó entre 1990 y 2010. La continuidad de los gobiernos fue un elemento de estabilidad en las reformas sociales emprendidas, que se realizaron con cambios incrementales y sin radicales cambios de políticas y programas al cambiar el gobierno electo. Por otra parte, el cambio democrático implicó la mantención de las bases del modelo neoliberal en lo económico, con una mezcla de énfasis en el gasto social, bajo el lema de 'crecimiento con equidad'. Desde la recuperación de la democracia en 1990, hubo una revitalización de las políticas sociales y se establece un modelo 'híbrido' (Castell, 2005), en que se mantienen las reformas privatizadoras de los años 80, con fuerte énfasis del mercado y en el rol del crecimiento económico, pero con un mayor gasto social. Al dejarse prácticamente inalterado el modelo en lo económico, como señala Delamaza (2004), las políticas sociales pasaron a constituir el campo de mayor innovación del Estado, donde se diseñaron e implementaron nuevos programas y políticas en un modelo estructurado de desarrollo que mantuvo las bases neoliberales.⁴

Hubo resultados y logros de las políticas públicas implementadas: reducción de más de la mitad de la pobreza (pasó de 38,6% en 1990 a 14,4% en 2011), amplio acceso y cobertura de bienes y servicios sociales, y altos niveles de desarrollo humano (IDH de 0,805 en 2011). Sin embargo, la promesa de equidad no fue realizada (en 2011, el Gini fue de 0,52 casi sin variación desde 1990). Chile es uno de los países con mayores niveles de desigualdad en el mundo, que se refleja no sólo en inequidades en el ingreso, sino también en la calidad de los servicios, cumpliéndose la premisa de 'pobres servicios para los pobres' (Martner, 2010). Finalmente, destacan las reformas sociales, en el ámbito de la educación (1996), de la creación del seguro de desempleo (2002) y su extensión (2009), la creación del Sistema de Protección Social Chile Solidario (2004), la reforma de la salud AUGE (2004), la creación del Sistema de Protección a la Infancia Chile Crece Contigo (2006) y la Reforma Previsional (2008), que buscaron superar las falencias del modelo de crecimiento con equidad (Martin, 2009). Estos déficits del modelo de crecimiento con equidad se empiezan a mostrar con mayor claridad a inicios de los 2000, y la agenda de reformas sociales se impulsa con el cambio en la Presidencia con un socialista a la cabeza (Ricardo Lagos). Luego vendrá el gobierno de la también socialista Michelle Bachelet, marcando ambos importantes reformas en el ámbito social e instalando el Sistema de Protección social basado en derechos.

De este modo, se pueden establecer, entre 1990 y 2010, dos períodos en políticas sociales. El primero (1990-2000) marcado por la equidad, gobernabilidad y desarrollo en democracia y el segundo (2000-2010) con mayor centralidad de las políticas de igualdad y protección de derechos sociales. En el primer período, el Estado asume una función social activa que se traduce en un aumento del gasto social. La política social prioritariamente, se hizo cargo de la pobreza que afectaba a más del cuarenta por ciento de los chilenos. Sólo en los últimos años se avanza hacia combinar la focalización con una mayor ampliación universal a

⁴ Las privatizaciones de la previsión, la introducción del sector privado en la salud y educación, la internacionalización de la economía, el énfasis en la focalización, los equilibrios macroeconómicos, la liberalización de las relaciones laborales, entre otros, son reformas que prevalecen actualmente en Chile.

ciertos beneficios y derechos garantizados. En el segundo, se cambió la orientación de las políticas sociales, al pasar de un enfoque basado en las necesidades a otro basado en el derecho a la protección social, garantizando derechos sociales. Progresivamente, se buscó universalizar el acceso a servicios en las áreas de salud, pensión, desempleo, cuidado infantil y educación primaria. Desde un enfoque residual y temporal, se pasó a constituir una protección social con perspectiva de piso, convirtiendo a la protección social en un componente permanente de la estrategia de desarrollo para el crecimiento inclusivo (ILO, 2011).

De las reformas sociales emblemáticas de ese período (2000-2010), este estudio abarca la creación del Sistema de Protección Social Chile Solidario, en el gobierno de Lagos (2000-2006), y la Reforma Previsional, durante el gobierno de Bachelet (2006-2010). Las razones de la elección se fundan en que son reformas emblemáticas por su grado de innovación, impacto en otras políticas y extensión de sus beneficios. Chile Solidario es la reforma más sustantiva realizada hasta la fecha en el componente asistencial o no contributivo de la protección social. La Reforma Previsional, a su vez, es la reforma paradigmática del componente de seguridad social, en un sistema de pensiones completamente privado, como es el caso chileno. Chile Solidario generó un punto de partida para el proceso de cambio de las políticas sociales. Desde una visión centrada en el componente asistencial y caracterizado por políticas sectoriales, se pasó a la búsqueda de políticas y programas que incluyeran un modelo de gestión integrado, multisectorial y que incorporara una noción multidimensional de la pobreza. Este proceso implicó una transformación relevante en términos de constituirse como una política innovadora de superación de la pobreza, que enfatizaba el desarrollo de capacidades junto con el mejoramiento de ingresos (Palma; Urzúa 2005; Raczynski 2008; Villatoro 2007). Por otra parte, la Reforma Previsional mantuvo la provisión privada del

sistema de pensiones, pero introdujo un pilar solidario, no contributivo y solidario, con énfasis en la incorporación de elementos redistributivos (Martner 2010). También se generaron mayores regulaciones. El rol del Estado en provisión social se fortaleció con la incorporación de la noción de derechos sociales y la vinculación de las políticas sociales con la ciudadanía (Délano, 2010; Arenas de Mesa, 2010). Así, estas dos reformas buscaron asentar las bases de un Sistema de Protección Social basado en derechos, que ampliara de manera progresiva la cobertura de las prestaciones, cubriendo los riesgos a lo largo del ciclo vital.

Los desafíos que abre el caso chileno se vinculan a los que se establecen en el contexto de América Latina. Al igual que muchos países de la región, Chile pareciera estar en un momento de toma de decisiones sobre alternativas de políticas públicas con respecto a los cambios requeridos en la protección social, cuya ecuación no está clara en el sentido de si planteará políticas que hagan frente a la desigualdad y la pobreza, en un marco en que confluyan crecimiento económico, desarrollo social y profundización democrática. Hay un creciente consenso en la región sobre la necesidad de reformar la desigual distribución del ingreso y la inclusión social, y la reforma de la protección social podría contribuir al logro de esos objetivos. Sin embargo, la reorientación de la intervención social del Estado lleva tiempo, y su resultado dependerá de las posibilidades de llegar a un consenso entre los diferentes actores institucionales, incluidos los partidos políticos, sindicatos y las organizaciones sociales (CEPAL 2010; Cortés 2008).

Por tanto, no están claros los caminos que tomarán estas reformas, ni la cobertura y extensión que alcanzarán las prestaciones. Tampoco si habrá cambios incrementales o reformas profundas que cambien completamente lo obrado por las reformas neoliberales. Se vislumbran grietas importantes mientras que actores y fuerzas muy poderosas internas y externas actúan en el trasfondo, impulsando

cambios de rumbo (Cimoli et al., 2005). En este marco, Chile se encuentra, como señalan Cecchini y Martínez (2011), en el grupo de países de América Latina que tienen una impronta y tradición de enfoque de derechos en sus políticas sociales. Donde, como señalan Draibe y Riesco (2007), pese a los cambios neoliberales, el sustrato de cobertura universal de la salud y educación mantuvo, como resultado de la *path dependency*.⁵

En este punto se sitúa la pregunta central de este estudio, en cuanto es relevante estudiar este quiebre en la experiencia chilena como un caso particular desde una mirada de más largo plazo. Los procesos señalados parecen constituir manifestaciones de un momento complejo, en el cual buscan desenvolverse tensiones que cruzan diversos planos y atraviesan diferentes dimensiones. Por una parte, parece coincidir con un momento de inflexión en el modelo social y la estrategia general de desarrollo del país, en un contexto que trasciende al nivel regional. Tiene todas las trazas de constituir el trasfondo general del momento, y por lo tanto, el criterio principal a considerar en el momento de determinar el curso a seguir.

Este cambio constituye un proceso significativo en términos del modelo de protección social, (Draibe; Riesco 2007), en el sentido que existe una inflexión (no un fin) en el modelo neoliberal y sus orientaciones, en la lógica de fortalecimiento de las políticas sociales, surgiendo un nuevo Estado desarrollista del bienestar, siendo relevante de investigar, en cuanto existe un debate sobre los límites y posibilidades de esta transformación y de la introducción del enfoque de derechos en la protección social en Chile (Martner, 2010; Raczynski, 2008). Asimismo, la estrategia emergente sugiere una nueva relación entre lo público y lo privado, el desarrollo económico y

la inclusión, las políticas sociales universales y la vinculación Estado ciudadanía. Aunque la noción de derechos pasa a estar en el centro de la formulación del Sistema de Protección Social, se observa el desarrollo, aún en construcción, de un enfoque de protección como garantía ciudadana (Cecchini; Martínez, 2011; Raczynski, 2008).

Por otra parte, también es central, en la definición de este estudio, analizar el cambio en las orientaciones de las políticas de protección social, utilizando las herramientas analíticas que provee el análisis de “*marcos interpretativos*”, como métodos de estudio en políticas públicas que permiten poner foco en las alternativas ideológicas, de valores, las ideas que están a la base de la definición de los problemas que impulsan el cambio en las políticas y las alternativas que se plantean. Lo que resulta especialmente relevante en casos, como es el chileno, según hemos señalado, en donde se despliegan cambios importantes, habiendo poca claridad sobre cómo, con qué disputas ideológicas y valóricas, desde el campo político, se han configurado los problemas (en este caso la protección social). Y en donde interesa analizar si, efectivamente, las reformas han implicado un punto de inflexión o cuánta profundidad han alcanzado respecto del cambio en un contexto particular. Ello es central como foco de relevancia de este estudio, en que se aborda la problemática investigada desde el enfoque constructivista de las políticas públicas, utilizándolo en virtud de que permite develar las orientaciones ideológicas, políticas o valóricas que sostienen los actores que participan en la definición de los problemas y que impactan en la formulación de las políticas. En este plano analítico, hay una contribución de la perspectiva constructivista, que es clave para analizar la significación de los problemas públicos y la orientación de cambio de políticas que, sin embargo, no han sido puestas a prueba, siendo necesario avanzar en ese campo.

Es relevante analizar y estudiar el cambio de políticas desde esta perspectiva, pues los

⁵ La teoría de *path dependency* establece que las decisiones están condicionadas por la trayectoria (procedimientos, inercias, prácticas, acuerdos y conflictos) de otras decisiones tomadas en el pasado. El cambio de las políticas públicas será de corte evolutivo y progresivo. Así habría ocurrido en el caso chileno, en que subsistieron políticas universales de salud y educación, pese a la impronta neoliberal impuesta en dictadura.

análisis centrados en las ideas, como sostienen Sabatier y Schlager (2000), Schmidt y Radaelli (2004), Muller (2000), Forester (1993) y Fischer (2003), muestran un mayor interés en estudiar el cambio como un factor central en el análisis de políticas públicas. En tanto modelo racionalista, predominante en la actualidad, tiene límites a ese respecto, en cuanto está centrado en los intereses individuales, basado en un modelo que no permite poner en estudio cómo los sistemas de significados y los marcos interpretativos impactan en la forma en que los actores perciben y modifican sus intereses, y desarrollan construcciones conjuntas al interpretar la realidad (Fischer; 2003). Así también, por otra parte, el análisis de políticas públicas desde esta perspectiva permite, según señalan Forester, (1993), De León (2006) y Hajer (2003), legitimar una mayor participación de los ciudadanos para afianzar la democratización de los procesos de políticas públicas. En cuanto, desde esta perspectiva analítica y metodológica constructivista, se entiende que las políticas son procesos de creación y control de sistemas compartidos de significado social respecto de los problemas, así como de las soluciones, en donde resultan esenciales las dinámicas de competición, negociación y diálogo de significados e interpretaciones. De forma tal, que las dimensiones intangibles o simbólicas del proceso de políticas públicas adquieren centralidad en las dinámicas que dan cuenta de la estabilidad y del cambio de una política.⁶

Complementariamente es relevante destacar que esta perspectiva de análisis contribuye y hace parte de la evolución reciente en materia de análisis de política públicas, ocurrida, como señalan Howlett y Cashore (2007), entre una 'primera ortodoxia', centrada en las lógicas incrementales o evolucionarias de las políticas públicas, hasta llegar a la 'ortodoxia actual', donde priman los análisis no centrados en el

⁶ Las políticas públicas pueden analizarse desde su dimensión simbólica (los discursos, principios, ideas y valores), desde su dimensión sustantiva (o de contenido, de las necesidades que cubren, intensidad y cobertura), y desde la dimensión operativa (de los instrumentos para la intervención formas de provisión, organización y gestión).

modelo de etapas, que se desarrollan desde la vertiente pos positivista, enfatizando el rol de las ideas en el desarrollo y cambio de las políticas públicas. Estos últimos, según sostienen Sabatier y Schlager (2000), Schmidt y Radaelli (2004), Muller (2000), Forester (1993) y Fischer (2003) muestran un mayor interés en estudiar el cambio como un factor central en el análisis de políticas, poniendo foco, como recogemos de Fischer (2003), en los sistemas de significado, los marcos interpretativos que impactan en la forma en que los actores perciben y modifican sus intereses y desarrollan construcciones conjuntas al interpretar la realidad.

De esta manera, en el marco de los dos marcos de antecedentes expuestos, el problema de estudio de esta investigación queda definido por la necesidad de explorar y poner en uso y prueba el análisis del cambio propuesto por la perspectiva constructivista en el estudio de políticas públicas, analizando los marcos interpretativos, específicamente los "policy frames" que están en juego en la definición de problemas y soluciones en los desarrollos y orientación de las políticas sociales y su vinculación con la construcción de Sistemas de Protección Social, en el caso chileno, concibiendo a estos como una producción relacional, que integra dinámicas de negociación y conflicto de actores, aportando tanto a la comprensión del cambio en los sistemas de protección social en Chile y en la Región. A la vez que poniendo en uso los recursos metodológicos que provee el "policy frames analysis", en cuanto modelo conceptual y analítico que no ha sido utilizado para analizar procesos de cambio de políticas en el campo de las políticas sociales en América Latina, altamente dominado por el análisis del ciclo de políticas y el racionalismo económico.

Partiendo del análisis de las reformas que están en curso en materia de protección social en Chile, se analiza su fase de formulación, guiados por la pregunta central de investigación: ¿Cuáles son las concepciones explícitas e implícitas de los actores sociopolíticos sobre los

problemas y soluciones de la protección social en Chile, que permiten comprender el proceso y la dirección del cambio del Sistema de Protección Social? Buscando responder las preguntas específicas de: ¿Cuál es el problema tal y cómo se representa?, así como ¿Qué solución se ofrece al problema?, y ¿Cuáles son los marcos interpretativos principales, complementarios y alternativos, relacionados con el cambio en el Sistema de Protección Social chileno?

El objetivo general definido es analizar la dimensión simbólica de las políticas de protección social, estableciendo el conflicto de marcos interpretativos de las políticas sociales que permiten comprender el cambio y continuidad del Sistema de Protección Social en Chile (2000 a 2010), y determinando las comunidades de interpretación presentes en los casos de Chile Solidario y Reforma Previsional. Así como, a nivel de objetivos específicos, se define: (1) establecer los Marcos Interpretativos principales, secundarios y alternativos desde los cuales se define cada etapa de desarrollo de los Sistemas de Protección Social chilenos en el período de estudio; (2) determinar y caracterizar las comunidades de interpretación sobre protección social, estableciendo cuáles son los objetivos de las acciones de protección social, los problemas a los cuales refieren y las soluciones que buscan; (3) analizar los componentes de los conflictos de marcos interpretativos sostenidos en torno a la construcción del Sistema de Protección Social en Chile que explican la orientación del cambio.

ENFOQUE METODOLÓGICO

El marco metodológico base del estudio es la Teoría Fundamentada (Strauss; Corbin, 2002). Se escogió tanto por su potencialidad explicativa y fortaleza en la construcción de teoría que aporte al objeto de estudio, como por su epistemología constructivista, que muestra gran afinidad con el marco teórico escogido, de análisis de marcos interpretativos de las políticas. Como estrategia investigativa

complementaria, se utilizó el Estudio de Casos (Yin, 2004), que tiene, entre sus características principales, el ser un enfoque investigativo cualitativo, que vincula el caso de estudio con su contexto y viceversa.

Combinaciones similares entre el enfoque de investigación cualitativa de Estudios de Casos y la metodología de la Teoría Fundamentada se han realizado en diversos campos de las ciencias sociales, con resultados muy efectivos (Stern, 2007). La Teoría Fundamentada tiene precisamente como fin el construir teoría a enraizada en los datos producidos inductivamente (Charmaz, 2006; Strauss; Corbin, 2002), utilizando herramientas sistemáticas para alcanzar abstracciones de valor teórico, sin sacrificar la complejidad, permitiendo un análisis dinámico e interactivo, con conclusiones que muestran relaciones en un amplio campo de influencias (Stern, 2007). El Estudio de Casos permite acceder a la complejidad de las relaciones en casos específicos, sin separar el caso de su contexto. Y, como forma de investigación, busca contribuir a la construcción y desarrollo de perspectivas teóricas (Yin, 2004).

El diseño metodológico corresponde al de múltiples casos, diseño incrustado (Yin, 2004), en que se analizan dos o más casos con dos o más unidades de análisis. Con ello se busca la replicación lógica de los resultados repitiendo el mismo estudio sobre casos diferentes para obtener más pruebas y mejorar la validez externa de la investigación. Se analizan, como se aprecia en la Cuadro 1, dos casos de cambio sustantivo en protección social: 1) Chile Solidario, del componente seguridad social del Sistema de Protección Social, del gobierno de Lagos (2000-2006); y 2) la Reforma Previsional como componente de la seguridad social del gobierno de Bachelet (2006-2010).

Las unidades de análisis están determinadas por: establecimiento de marcos sobre la protección social en ambos casos de estudio; la constitución de comunidades interpretativas; el establecimiento del conflicto de marcos; y la elaboración de relaciones explicativas so-

Cuadro 1 - Elección de casos

	Pilares de la protección social	
	Seguridad social	Asistencia social
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Programas proveen protección a lo largo ciclo vital - Protegen frente a maternidad, vejez o contingencias el empleo (accidentes, discapacidad) - Financiada con aportes mixtos (estado, trabajadores, empleadores) 	<ul style="list-style-type: none"> - Provee apoyo a quienes están en pobreza - Financiada con impuestos
Casos seleccionados	Reforma previsional	Sistema de Protección Social Chile Solidario
Gobierno	Gobierno de Bachelet (2006-2010)	Gobierno de Lagos (2000 -2006)
Coalición	Concertación de Partidos por la Democracia	Concertación de Partidos por la Democracia
Partido Presidente	Partido Socialista	Partido Por la Democracia - Partido Socialista
Discusión parlamentaria	SI Ley 19.949 (5 de junio 2004)	SI Ley 20.255 (17 marzo 2008) Ley 20.233 (22 julio 2009)

Fonte: Elaboración Propia.

bre la interpretación de la protección social. Respecto de las fuentes de información, en un inicio, se seleccionaron las discusiones parlamentarias de las dos grandes instancias de cambio en materia de seguridad social y asistencia en la protección social. A medida que se avanzó en el análisis de categorías, y siguiendo los procedimientos de selección de la Teoría Fundamentada, se optó por incorporar nuevos elementos que servirían para responder a las preguntas de investigación que iban surgiendo o desarrollándose en el análisis. Así se analizaron los documentos emanados por el conjunto de *Think Tanks*, y también los estudios y documentos provenientes de la discusión de la Comisión Presidencial de Reforma Previsional, así como los documentos aportados por la sociedad civil y academia al debate parlamentario. Estos datos fueron el material documental base de la política social en análisis, los cuales fueron entendidos como textos dotados de una coherencia narrativa que organiza y estructura la realidad, que permite la comprensión y explicación fiable y contextualizada de la producción y negociación de una política pública (su definición, su diseño e implementación) y de las dinámicas de las comunidades interpre-

tativas, actores sociales (técnicos y políticos), implicada como dimensión constituida y constituyente de estos marcos de política (Schön; Rein, 1994; Verloo, 2002).

El análisis de los datos se realizó conforme al Método Comparativo Constante, propuesto por la Teoría Fundamentada (Charmaz, 2006; Strauss; Corbin, 2002), que define la globalidad del procedimiento analítico de este enfoque metodológico. Consiste en someter a un análisis comparativo y sistemático cada uno de los incidentes contenidos en los datos que resulten relevantes al objetivo o pregunta de estudio, combinando, para ello, los procedimiento o niveles de codificación: Codificación Abierta, Codificación Axial y Codificación Selectiva (Charmaz, 2006; Strauss; Corbin 2002), con el objetivo de, por una parte, generar categorías de datos (definiendo, de manera densa, sus propiedades y dimensiones), y relaciones entre ellas, basándose en la detección de patrones de comportamientos repetidos y regulares en los datos. Por otra, tiene el objetivo de generar teorías pertinentes, contextualizadas y corroboradas en los datos producidos, siguiendo, para ello, el sistema o procedimiento de muestreo teórico (Trinidad, Carrero; Soriano 2006).

RESULTADOS

Como se observa en lo Cuadro 2, desde el análisis integrativo de los *frames* presentes tanto en Chile Solidario como en la Reforma Previsional, se establece que los *policy frames* distinguidos no ocupan igual posición respecto de la implementación concreta del programa, de manera tal que es posible distinguir un *policy frame* que se aproxima y a los énfasis que destacan en el programa concretamente implementado, que llamaremos *policy frames principal* (MIH). Así también se observa que hay un tipo de marco interpretativo que juega un rol antagónico y de tensión principal con el marco interpretativo principal. Este marco

interpretativo no principal es el que crea la polaridad, pues, ante él, éste debate, discute, negocia. A su vez, influye como eje de presión significativo al marco interpretativo principal, siendo posible asumir que estos marcos interpretativos son parte fundamental del proceso de construcción y delimitación del marco interpretativo principal. Aunque no guían cercanamente la concreción de los programas estudiados, sí mantienen como importante influencia y establecen límites y condiciones para la concreción final del que será el *frame* principal. De esta manera, lo llamaremos Marco Interpretativo Complementario (PFC). A la vez que se distingue un tercer claramente perfilado que, aunque aparece y ejerce una posición de

Cuadro 2 - Codificación selectiva integrada Chile solidario y reforma previsional

Marco interpretativo	Sistema Protección Social Chile Solidario	Reforma Previsional	Meta análisis Chile Solidario más reforma previsional
Principal Axial	Sistema de Protección Social integrado multidimensional de aseguramiento de mínimos y desarrollo de capacidades como protección garantizada por derechos como vía de superación de la extrema pobreza.	Cambio del sistema previsional con corrección de la inequidad generada por la capitalización individual mediante protección social de mínimos previsionales garantizados según derecho y fortalecimiento de la regulación estatal de la industria previsional.	Aseguramiento de mínimos, como derechos mínimos como acción estatal de protección social
Secundario Axial	Sistema de protección social de derechos sociales universales con más Estado.	Sistema previsional de derechos sociales universales de efecto redistributivo no asistencial.	Protección social con derechos sociales universales y de efecto redistributivo como política social no asistencial.
Complementario Axial	Menos Estado, más crecimiento económico, más descentralización y más focalización como vía de superación de la extrema pobreza	Subsanar imperfecciones de la capitalización individual, aumentar el crecimiento económico manteniendo rol subsidiario del Estado Subsidiario	Crecimiento Económico y Estado Subsidiario (menos Estado) como respuesta a las necesidades sociales (problemas sociales)
Conflicto de marcos interpretativos	Piso mínimo de protección social regulación y fiscalización del mercado como funciones del Estado <i>versus</i> política social como crecimiento económico y función de asistencia del Estado en un marco de subsidiaridad.	Derechos sociales como mínimos garantizados por el Estado <i>versus</i> derechos sociales como protección social universal con efecto redistributivo	Categoría selectiva
Categoría selectiva	CONFLICTO ENTRE BIENESTARISMO Y NEOLIBERALISMO En el contexto de los Marcos Interpretativos Principal Meta y Complementarios Meta, la categoría que permite explicar o entender el cambio en el Sistema de Protección Social en Chile es el proceso de conflicto, tensión y negociación entre bienestarismo y neoliberalismo en la concepción.		

Fonte: Elaboración Propia.

referencia que se vincula y debate tanto con los marcos complementario y principal, no tiene presencia directa y se ubica distante de la concreción del programa en análisis, y, por tanto, es posible atribuir que posee menos fuerza de influencia y de visibilización, que llamaremos marco interpretativo secundario (PFS).

En segundo lugar, desde la observación conjunta e integrada de cada uno de los marcos interpretativos que se observan en cada uno de los dos programas analizados, se realiza un análisis meta, en el cual se deriva la concepción latente y de nivel de abstracción superior que es común a cada marco interpretativo, tanto de Chile Solidario como de la Reforma Previsional. Desde este análisis se produce, por tanto, un marco interpretativo Principal Meta (PFHM), así como un marco interpretativo Complementario Meta (PFCM), y un marco interpretativo Secundario Meta (PFSM), a la vez que, desde el análisis conjunto de estos, se derivan los *Conflictos de Frames* Meta (PFM).

Si consideramos los componentes principales en el Marco Interpretativo Principal de Chile Solidario, se puede observar que aparecen características tales como: que es un sistema integrado e integral, es decir, de carácter multidimensional, que involucra el aseguramiento de mínimos y el desarrollo de capacidades así como la protección garantizada de ciertos beneficios como vía de superación de la extrema pobreza. A su vez, el Marco Interpretativo Principal de la Reforma Previsional establece como componentes principales que es necesario un cambio del sistema previsional a través de la corrección de la inequidad que genera el mecanismo de capitalización individual por medio desarrollo de un componente de protección social, orientado al aseguramiento y garantía de mínimos previsionales según derechos para fortalecimiento de la regulación estatal del mercado de la industria previsional.

Podemos derivar que el marco interpretativo común, que integra las visiones tanto de Chile Solidario como de la Reforma Previsio-

nal es el marco interpretativo Principal Meta, que refiere al Aseguramiento de mínimos como derechos como piso de la acción estatal de protección social. Es decir que pone, como centro de la acción estatal, la protección social que garantiza derechos mínimos o piso de protección social. A su vez, podemos establecer un Marco Interpretativo complementario meta (PFCM), que integra los *frames* complementarios tanto de Chile Solidario como de la Reforma Previsional. Respecto del Marco Interpretativo Complementario de Chile Solidario, este puede resumirse como un rol central del crecimiento económico y una menor necesidad de injerencia del Estado (en una lógica subsidiaria), más descentralización y focalización como vía de superación de la extrema pobreza. En tanto, el Marco Interpretativo Complementario de la Reforma Previsional refiere al perfeccionamiento de las fallas de la capitalización individual, crecimiento económico y Estado subsidiario como bases de los cambios necesarios para el sistema previsional. A la vez, podemos integrar un segundo Marco Interpretativo complementario meta PFCM, que refiere al rol fundamental del crecimiento económico, resumido como: Crecimiento Económico y Estado subsidiario (menos Estado) como respuesta a las necesidades sociales (problemas sociales). A la vez, si observamos el Marco Interpretativo Secundario (PFS) al igual que en los análisis anteriores, se establece un Marco Interpretativos Secundario Meta (PFSM), particularmente en la Reforma Previsional, que refiere a un sistema previsional de derechos social, universal, de efecto redistributivo y no asistencial. Derivamos un PFSM que refiere a Derechos Sociales Universales y de efecto redistributivo como política social no asistencial. Ahora bien, si observamos los conflictos de *frames* (CF) en los dos programas analizados, podemos analíticamente derivar los conflictos de *frames* meta (CFM) en el mismo sentido de los análisis anteriores.

Así, vemos los conflictos de *frames* del programa Chile Solidario referidos a:

1. Desarrollo de una respuesta sistémica institucional centralizada frente a la pobreza *versus* una respuesta local, descentralizada y focalizada frente a la pobreza.
2. Respuesta estatal de protección con asistencia, promoción, y sistémica (en red), orientada a aseguramiento de mínimos (integral) *versus* respuesta focalizada en el mejoramiento de los ingresos en grupos específicos que presentan carencia socioeconómica (asistencia focalizada) como un paliativo ante fases en que el desarrollo económico no logra satisfacer estas necesidades en el conjunto de la población.
3. Crecimiento económico, más inversión social contracíclica *versus* crecimiento económico y políticas sociales anticíclicas.
4. Pobreza extrema como un problema multidimensional (oportunidades, capacidades y promoción) de carácter sociocultural *versus* pobreza extrema como un problema socio económico relativo al nivel de ingresos.
5. Función de protección del Estado *versus* Estado subsidiario.
6. Condiciones mínimas garantizados por el Estado en virtud de derechos *versus* aseguramiento de asistencia focalizada discrecional.

Y los conflictos de *frames* de la Reforma Previsional están referidos a:

1. Sistema de capitalización como un sistema inequitativo, que requiere regulación desde el Estado para asegurar derechos previsionales mínimos *versus* sistema de capitalización individual como un sistema que funciona adecuadamente y requiere ajustes específicos en el funcionamiento del mercado, en su cobertura para determinados grupos y sus mejora depende del crecimiento económico.
2. Necesidad de regulación y fiscalización desde el Estado y la ciudadanía de la industria previsional *versus* libre competencia del mercado de administración previsional y subsidiaridad del Estado frente a él.
3. Participación de Estado en la industria previsional como forma de regular la industria previsional y el mercado de capitales en favor de los intereses de los trabajadores y del país

versus participación del Estado en la industria previsional como riesgo de pérdida de autonomía de la gestión de ésta ante las presiones políticas y corporativas y la corrupción.

4. Pilar Solidario como garantía estatal del derecho a mínimos previsionales *versus* Pilar Solidario como un mejoramiento y ampliación de las pensiones asistenciales logrado por el crecimiento económico del país.

5. Reforma Previsional como reconocimiento de un derecho social de mínimo previsional *versus* Reforma Asistencial como un sistema que no reconoce derechos, que genera pensiones asistenciales (Pilar Solidario) y mantiene un mecanismo (Capitalización Individual) individualista no redistributivo que mantiene desigualdad.

Podemos analíticamente derivar dos conflictos de *frames* meta, es decir que cruzan a ambos programas. El primero referido a política social como protección social por aseguramiento de mínimos y regulación y fiscalización del mercado como funciones del Estado *versus* política social como crecimiento económico y función de asistencia del Estado en un marco de subsidiaridad de éste. El segundo referido a los derechos sociales como mínimos garantizados por el Estado *versus* derechos sociales como protección social universal con efecto redistributivo.

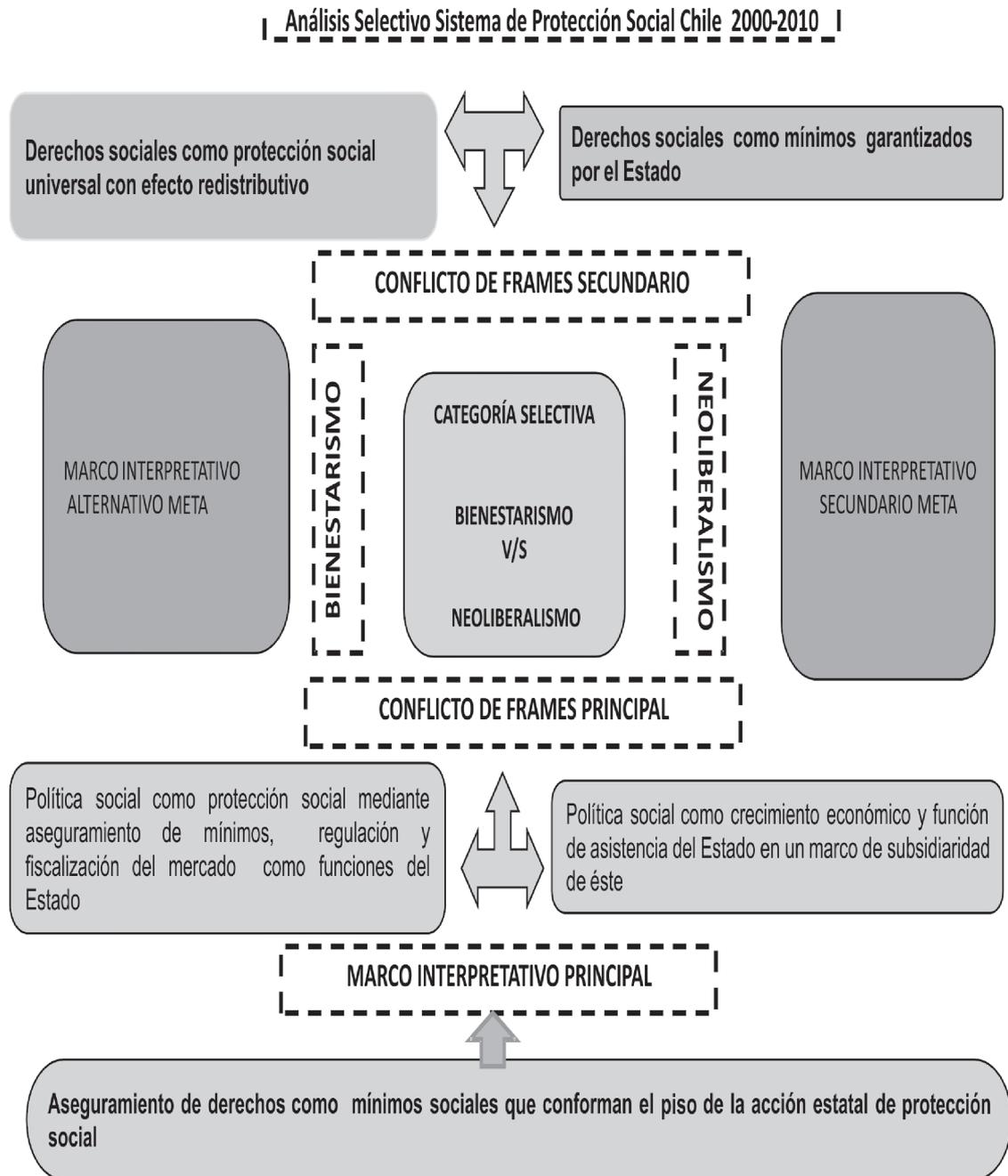
En el análisis selectivo que presentamos en el Cuadro 2, establecemos que la categoría principal, en el contexto de estos Marcos Interpretativos Meta y de los conflictos de *frames* Meta, la categoría que permite explicar o entender el cambio en el Sistema de Protección Social en Chile es el proceso de conflicto, tensión y negociación entre bienestarismo y neoliberalismo, como dos concepciones de políticas públicas de protección social que reflejan la dinámica de constitución del sistema de protección social y las negociaciones y debates que lo cruzan en Chile. A partir de estos conflictos de *frames* es que se produce el cambio en las políticas de protección social y donde ocurren los fenómenos deliberativos que ge-

neran posiciones de negociación, en que, al no existir hegemonía, hay una orientación de la política de protección que es progresiva, que se encamina o ubica cerca del polo ‘bienestarista’, sin lograr centrarse completamente en él.

Como se aprecia en la Figura 1, los sentidos, las distinciones básicas que están en juego

y que son el fundamento de significados, de valores, de argumentos y de categorías técnicas de los problemas y soluciones que se configuran y de las racionalidades técnicas que se observan, tanto en análisis de cada programa como en el análisis meta que se acaba de presentar, refieren de formas y proximidades distintas a posicio-

Figura 1 - Conflicto de FRAMES Y cambio en políticas de protección social



Fuente: Elaboración Propia

nes ubicadas en el continuo de debate entre el bienestarismo y el neo liberalismo en materia de políticas de protección social.

Las posiciones desarrolladas tanto por los distintos actores y articuladas en los diferentes marcos interpretativos desarrollados por las distintas comunidades interpretativas, así como relativas a las conflictos de *frames* distinguidos en el análisis, tanto del programa Chile Solidario como en la Reforma Previsional, refieren a uno de estos polos y(o) se ubican en posiciones de cercanía o distancia relativa a éstas. De esta manera, la forma que adquiere el Sistema de Protección Social, según se observa en los programas o reformas estudiadas, se comprende en su estructura general, así como en sus características y mecanismos particulares, como una lucha o tensión entre estas dos orientaciones (bienestarismo y neoliberalismo en políticas públicas) ocurridas en relación a la dinámica de cambio y continuidad de las políticas de protección social

Así, ésta sería la tensión fundamental que mueve o que está en el núcleo del debate o de la lucha política entre comunidades interpretativas que se despliegan en la construcción del sistema de protección social en Chile. Ello nos permite explicar que, en el caso particular de las reformas estudiadas en Chile, ha ocurrido un proceso de conflicto de *frames*, que lleva a procesos de negociación, que impacta por una parte en una implementación de los cambios, en que la implementación de derechos queda como una categoría difusa, poco clara y con garantías acotadas. De este modo, cuando se genera garantía de derechos (como en el caso de la Reforma Previsional), se lo hace desde una lógica focalizada en pobreza, y cuando se establecen mínimos en Chile Solidario, tienen componentes de condicionalidad y son mínimos muy básicos.

Respecto del análisis de la dinámica de desarrollo y cambio del Sistema de Protección Social en Chile, las posiciones que se despliegan, tanto las hegemónicas (las que han guiado la implementación), como las complementa-

rias o alternativas (las que presionan, limitan e influyen sustancialmente en las ocurrencias), o las secundarias (que aparecen marginalmente o bien son invisibilizadas, aunque influyen vía referencia), así como los conflictos entre los componentes y las distinciones de los marcos de interpretativos que dan base a cada una de estas, se relacionan y se derivan de esta tensión principal.

Desde cada marco interpretativo, la configuración de problemas y soluciones que concurren a ellos, o que son construidos desde ellos, así como las construcciones de sujetos y argumentaciones que se distinguen, tienen una determinada distancia o bien proximidad respecto de los polos de esta categoría de tensión central y también complementariamente toman posición o refieren y(o) contra argumentan el polo opuesto de esta tensión, respecto de donde se ubican.

Por tanto, de alguna manera, esta categoría de tensión central, y sus componentes hacen parte de la arquitectura de los marcos interpretativos desplegados, refiere a cada elemento del mapa de tensiones que se despliega, y, en esa medida, permite entender la forma, los ejes, las opciones y los alcances que adquiere la concreción del sistema de protección social que se observa en los programas estudiados. De este modo, los marcos interpretativos están en distancias y posiciones distintas respecto de los polos de tensión de la categoría principal.

Es así que unos están muy próximos y, de alguna manera, prácticamente adhieren y se superponen y(o) están asimilados (son lo mismo) con un polo de esta categoría central. Por ejemplo el polo Neoliberalismo corresponde con el PFC (o PFCM), y el polo Bienestarismo corresponde con el PFS (o PFM). En cambio, otro de los *frames* (el PFH o PFHM) se aproxima o más bien se orienta en el sentido de una de las posiciones de esta tensión, pero integra, mantiene elementos de la otra, de manera que está en un espacio no estrictamente equidistante, ya que se observa notoriamente que gravita en relación a uno de ellos (Bienestarismo),

pero, a la vez, no se posiciona en la posición contraria al otro de los polos.

Podemos, de esta manera, observar que el PFH, y, con ello, la referencia principal que está en la concreción del programa, se ubica en una posición de cierta distancia de la tensión principal y con una determinada inclinación y, a la vez, con una determinada integración de elementos de la posición contraria de la que se inclina (Neoliberalismo). Así, cada una de las referencias centrales del PFH mantiene un vínculo, aunque no próximo, y en ningún caso hay asimilación con uno de estos polos, a la vez que integra, mantiene, no se tensiona (negocia o quizás ha debido negociar) con el polo contrario del que se inclina.

DISCUSIÓN

Un primer elemento a destacar es que, si bien existen consensos amplios respecto de los objetivos de la protección social, es que las políticas públicas resultan de la compleja trama que involucra, entre otros, las ideologías dominantes, los valores socialmente consensuados, los conflictos de intereses, los arreglos institucionales, los conocimientos y técnicas de actuación propios a cada sector. El diseño de políticas públicas está, en consecuencia, referido a estos factores, pero también va a ir cambiando según los contextos sociales, económicos, culturales y políticos. Son lo que denominamos, a grandes rasgos, las orientaciones de las políticas públicas. Sin embargo, las políticas públicas específicas pueden orientarse por más de un modelo explicativo, conformando sistemas alternativos que responden a sus exigencias particulares, donde el análisis de las políticas no sólo está cruzado por dichas orientaciones, sino que también por aspectos técnicos específicos que dan fuerza y sustento a esas orientaciones y se transforman en argumentos para el debate público sobre las opciones de cambio de políticas.

Los conflictos de *frames* a nivel meta (in-

ter-casos), que se desprenden tanto de la Reforma Previsional como de Chile Solidario, y que son comunes a ambos, muestran las diferencias en las orientaciones de las políticas sobre protección social. Este conflicto genera estrategias de negociación que, finalmente, sitúan la respuesta hegemónica sobre la protección social más cercana al polo bienestarista, pero no completamente anclada en este. Efectivamente, lo que define la concreción del Marco Interpretativo Principal no es sólo la orientación valórica y de creencias, sino que existen aspectos técnicos que refuerzan, en el debate, la necesidad de realizar las reformas. Las opciones de cambio de políticas, sustentadas en el Marco Interpretativo Principal y Complementario están basadas, alternativamente en argumentos que provienen de un diagnóstico que es constituido en un problema público cuya solución difiere según el marco interpretativo adoptado. Respecto del Marco Interpretativo Principal intra casos, en el caso de la Reforma Previsional, por ejemplo, se resalta la necesidad de generar un piso de protección social garantizado, en un sistema mixto que articule tanto prestaciones contributivas como no contributivas, en tanto Chile Solidario no refiere a mecanismos de solidaridad y es no contributivo en esencia. La referencia a las inequidades en el ciclo vital son claras en la Reforma Previsional, no así en Chile Solidario, donde la noción de Sistema de Protección Social es aún incipiente.

Un segundo aspecto a destacar es que las políticas públicas, en tanto herramientas y acción, tienen una dimensión material y otra simbólica, como herramientas de cambio que se articulan con las formas de pensar de una sociedad e impactan en las condiciones de vida de las personas. En este sentido, las políticas públicas construyen y reconstruyen las legitimidades sociales sobre los cambios necesarios o el mantenimiento del *status quo*, sobre lo que es justo o injusto, los grupos que deben ser favorecidos, buscando acciones que permitan construir o mantener la cohesión social, a

través de la articulación de un discurso coherente para el conjunto de la sociedad, que dote a las acciones públicas de legitimidad ante la ciudadanía.

De este modo, en el análisis intra e inter-casos, se observa que el Marco Interpretativo Principal refiere a la necesidad de realizar cambios en virtud de la equidad, para favorecer a los grupos más pobres, apelando a la necesidad de generar cambios no sólo en la provisión de bienes y servicios para estos sectores, sino también en la necesidad de cambios institucionales que generen un Sistema de Protección Social basado en derechos, que refuerce la cohesión social, en un contexto marcado por la desigualdad. En tanto, el Marco Interpretativo Complementario no se vincula con la idea de Sistema ni con la de derechos, sino solamente con la necesidad de favorecer a los grupos más pobres.

El Marco Interpretativo Complementario Meta, tanto en el análisis intra e inter-casos, es reflejo de la lógica de las políticas compensatorias como políticas privilegiadas de los gobiernos, especialmente en los 80. Esta visión no impulsa una reestructuración de la política social en forma integrada, implicada en un Sistema de Protección Social que contiene la necesidad de una reforma integral del Estado en este campo, dirigida básicamente a recuperar su legitimidad mediante políticas redistributivas de carácter estructural.

Un tercer aspecto refiere a que, en el análisis axial y selectivo de los casos, no existen conflictos de *frames* respecto de la necesidad de cambio en las políticas sociales. La necesidad de protección ante los riesgos y vulnerabilidades, a lo largo del ciclo vital, que sustenta el Sistema de Protección Social chileno, genera consenso. No así las soluciones, por lo que, por ejemplo, en el caso del análisis intra-casos de Chile Solidario, la respuesta del Marco Interpretativo Principal deja muchos temas sin consensos amplios, reflejados en las diferencias de diagnóstico y soluciones de políticas del Marco Interpretativos Complementario y

en el caso de la Reforma Previsional del Marco Interpretativo Secundario. Ello probablemente hará surgir cambios en ambas reformas en escenario de reconstitución de fuerzas políticas.

Un cuarto elemento es que el Marco Interpretativo Secundario aparece cuando ya existe una trayectoria de reformas sociales y un contexto de impulso al Sistema de Protección Social basado en Derechos. Existe una evolución, un cambio en la discusión respecto del derecho a la protección social que puede atribuirse a la trayectoria de la protección social entre 2000 y 2008. De este modo, en Chile Solidario, hay muy poca discusión al respecto. No así en la Reforma Previsional, donde hay una comunidad interpretativa en el polo bienestarista y de universalización de derechos, que apela a cambios estructurales del sistema previsional. Esta es una discusión incipiente, que actualmente revive con más fuerza al haber cuestionamientos al modelo dual de provisión de servicios y a la necesidad de reformas o de modelo, que se encaminen a enfrentar las desigualdades sociales. En ese contexto, la dimensión de la ciudadanía y el bienestar, son asuntos que han sido enfrentados de manera paulatina e incremental en agenda social. Las soluciones propuestas, tanto en Chile Solidario como en Reforma Previsional, desprendidas de los Marcos Interpretativos Principales Meta, mantienen importantes ribetes de continuidad con el diseño de la protección social en el primer ciclo de gobiernos de la coalición concertacionista (1990-2000).

En quinto lugar, de los antecedentes presentados se desprende que el conflicto principal refiere a la instalación de derechos en el Sistema de Protección Social, que refleja, por una parte, la tensión entre visiones más bien centradas en la protección, donde los derechos no son una variable central sino el aseguramiento de ingresos, y, por otra parte, la visión más centrada en el bienestar, con políticas universales, fundadas en derechos. Las discusiones sobre ¿Cuál es el piso mínimo de aseguramiento de derechos? ¿Pondremos un mínimo

o un máximo y qué impactos financieros se derivan? ¿Cómo medir y disminuir las brechas sociales en términos de garantizar el acceso a prestaciones sociales? ¿Qué acuerdos o pactos políticos se requieren para definir los derechos que se garantizarán a la población? ¿Y a quienes se les garantizarán esos derechos? Estas y otras son preguntas aún abiertas, y las tensiones sobre las vías para responderlas van a reflejarse en el debate sobre qué tipo de políticas sociales generar en Chile y qué rol van a cumplir los derechos, no ya como mecanismos discursivos, sino con condiciones de exigibilidad.

Finalmente, este estudio constituye una primera aproximación al rol de las ideas, valores y creencias en la constitución del Sistema de Protección Social chileno, en una línea de análisis de políticas públicas que requiere una mayor densidad empírica para su consolidación en el país.

Recibido para publicação em 03 de fevereiro de 2016
Aceito em 20 de novembro de 2016

REFERENCIAS

- ÁLVAREZ, Sonia (2005). Los discursos minimistas sobre las necesidades básicas y los umbrales de ciudadanía como reproductores de la pobreza. In: ÁLVAREZ, Sonia (Comp.). *Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires: CLACSO, p. 239-274.
- ARENAS DE MESA, Alberto. *Historia de la reforma previsional: una experiencia exitosa de política pública en democracia*. Santiago: Oficina Internacional del Trabajo, 2010. 139 p.
- ARRIAGADA, Irma. Cambios de las políticas sociales: políticas de género y familia. Santiago de Chile: CEPAL. 2006. (Serie Políticas Sociales, 119).
- BARBA, Carlos. Los enfoques latinoamericanos de la política social: más allá del consenso de Washington. *Revista Espiral*, México, v. XI, n. 31, p. 85-130, 2004.
- BARRIENTOS, Armando. Latin America: towards a liberal-informal welfare regime. In: GOUGH, I.; WOOD, G.(Eds.). *Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa and Latin America: social policy in development contexts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.121-168.
- CECCHINI, Simone; MARTÍNEZ, Rodrigo. *Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos*. Santiago de Chile: CEPAL, 2011. 284 p.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *La hora de la igualdad. Brechas por cerrar, caminos por abrir*. Santiago de Chile: CEPAL, 2010. 289 p.
- CIMOLI, M. et al. *Las Américas en la Encrucijada. Hacia la reinserción del trabajo digno en la agenda del desarrollo*. New York: Carnegie Council on Ethics and International Affairs, 2005. 38 p. (Serie Foro globalización y desarrollo). Disponible em: <http://www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01172/_res/id=sa_File1/>. Acceso en: 10 dez. 2015
- CHARMAZ, Kathy. *Constructing grounded theory. A practical guide through qualitative analysis*. London: Sage Publications, 2006. 224p.
- CORTÉS, Rosalía. The contemporary social policy debate in Latin America. *Social Global Policy*, [S.l.], v. 8, n.1, p.109-114, 2008.
- DEACON, Bob. From 'safety nets' back to 'universal social provision' Is the global tide turning?. *Global Social Policy*, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 19-28, 2005.
- DELAMAZA, Gonzalo. Políticas públicas y sociedad civil en Chile: el caso de las políticas sociales (1990-2004). *Política*, [S.l.], n. 3, 2004, p.105-148, 2004.
- DÉLANO, Manuel. *Reforma Previsional en Chile: protección social para todos*. Santiago de Chile: Oficina Internacional del trabajo, 2010. 152 p.
- DE LEÓN, Peter. The historical roots of the field In: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R.E. (Eds.). *The Oxford handbook of public policy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 39-57.
- DRAIBE Sonia; RIESCO, Manuel. Latin America: A new developmental Welfare State in the making? In: RIESCO, M. (Ed.). *Latin American developmental Welfare State model in the making?*. New York: Palgrave, MacMillan, 2007. p. 21-113.
- ESTRADA ÁLVAREZ, Jairo. Sobre la metamorfosis del proyecto económico neoliberal. *Revista de actualidad y análisis político*, Colombia, 2004. Disponible em: <<http://www.cronicon.net/paginas/Documentos/paq2/No.27.pdf>>. Acceso en: 17 feb. 2017
- FILGUEIRA, Fernando. Cohesión, riesgo y arquitectura de protección social en América Latina. CEPAL, 2007. (Serie políticas sociales, 135).
- FISCHER Frank. *Reframing public policy. Discursive politics and deliberative practices*, Oxford: Oxford University Press, 2003. 278p.
- FORESTER., John. Learning from practice stories: the priority of practical judgment. In FISCHER, F.; FORESTER, J (Ed.). *The argumentative turn in policy analysis and planning*, Durham and London: Duke University Press, 1993. p.186-212.
- GOMARIZ, Enrique. Sistema político y políticas públicas en América Latina. *Revista Reforma y Democracia*, [S.l.], n. 38, p. 91-112, 2007.
- HAJER, Marteen. Preface. In: HAJER, M.; WANEGAAR H. (Eds.). *Deliberative policy analysis. Understanding governance in the network society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p.xiii-xv.
- HOWLETT, Michael; CASHORE, Benjamin. Re-Visiting the New Orthodoxy of policy dynamics: the dependent variable and re-aggregation problems in the study of policy change. *Canadian Political Science Review*, Canada, v. 1, n. 2, p. 50-62, 2007.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Social protection floor for a fair and inclusive globalization. Report of the social protection floor advisory group*. Geneva, International Labour Office, 2011. 117p
- KLIKSBERG, Bernardo. Diez falacias sobre los problemas sociales en América Latina. *Revista Reforma y Democracia*, [S.l.], v.1, n. 19, p.1-22, 2001.
- MARTÍN, María Pía. Protección social, igualdad y construcción de un Estado de Bienestar en Chile. *Revista de Asuntos Públicos*, [S.l.], n. 718, junio 2009.
- MARTNER, Gonzalo. Reformas a la protección y seguridad

- social en Chile. *Políticas Públicas*, Maranhão, v. 3, n. 1, p. 61-94, 2010.
- MARTÍNEZ FRANZONI, Juliana. *Regímenes de bienestar en América Latina*. Madrid: Fundación Carolina, 2007. 118p.
- MOLYNEUX, Maxine. "Change and continuity in social protection in Latin America: mothers at the service of the state?" Geneva: United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 2007.
- MULLER, Pierre. L'Analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. *Revue Française de Science Politique*, [S.], v. 50, n. 2, p. 189-207, 2000.
- PALMA, Julieta; URZÚA, Raúl. *Políticas contra la pobreza y ciudadanía social: el caso de Chile Solidario*. Santiago de Chile: Departamento de Políticas Públicas, 2005. (Colección Políticas Sociales, 12).
- RACZYNSKI, Dagmar. *Sistema Chile solidario y la protección social de Chile* -. lecciones del presente y agenda para el futuro. São Paulo; Santiago de Chile: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2008. 52 f.
- RAWLINGS, Laura. *A new approach to social assistance: latin America's 157 experience with conditional cash transfer programs*. World Bank, 2004. (Social Protection Discussion Paper Series, 0416).
- RIBE, Helena; ROBALINO, David; WALKER, Ian. *Achieving effective social protection for all in Latin American and the Caribbean*. From right to reality. Washington: World Bank, 2010. 140 p.
- SABATIER, Paul A.; SCHLAGER, Edella. Les approches cognitives des politiques publiques: perspectives américaines. *Revue Française de Science Politique*, [S.], v. 50, n. 2, p. 209-234, 2000.
- SCHMIDT, Vivien; RADAELLI, Claudio. Policy change and discourse in Europe: conceptual and methodological issues. *West European Politics*, Inglaterra, v. 27, n. 2, p. 183-210, 2004.
- SCHÖN Donald; REIN Martin. *Frame Reflection: toward a resolution of intractable policy controversies*. New York: Basic Books, 1994. 247 p.
- SERRANO, Claudia. *La política social en la globalización*. Programas de protección en América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, 2005.
- SOJO, Ana. Vulnerabilidad social, aseguramiento y diversificación de riesgos en América Latina y el Caribe. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 80, ago. 2003
- SOTELSEK, Daniel. Exclusión social y pobreza en América Latina. *Revista Española del Tercer Sector*, Espanha, n. 5, p. 111-146, ene./abr. 2007.
- STOLOWICZ, Beatriz. La tercera vía en América Latina: de la crisis intelectual al fracaso político. In: ESTRADA, Jairo (Ed.). *Intelectuales, tecnócratas y reformas neoliberales en América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Facultad de Derecho, 2005. p. 55-81.
- STERN, Phyllis Noerager. On solid ground: essential properties of growing grounded theory. In: BRYANT A.; CHARMAZ, K. (Eds.). *Handbook of grounded theory*. London: Sage Publications, 2007. p.114-126.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Bases de la investigación cualitativa*. Técnicas y procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada. Colombia: Universidad de Antioquia, 2002. 341 p.
- TRINIDAD, Antonio; CARRERO, Virginia; SORIANO, Rosa María. *Teoría fundamentada (grounded theory)*. La construcción de la teoría a través del análisis interpretacional. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.174 p.
- VILLATORO, Pablo. *Las transferencias condicionadas en América Latina: luces y sombras*. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.
- VERLOO, Mieke. *Policy frames and implementation problems: the case of gender mainstreaming*. Part B: proposal description of rtd projects. NewYork, 2002. Disponible em: <www.mageeq.net>. Acceso en: 10 jul. 2010.
- WILLIAMSON, John. No hay consenso. *Finanzas y desarrollo*, Washington, v. 40, n. 3, p. 10-13, 2003.
- YIN, Robert. *The case study anthology*. USA: Sage Publications, 2004. 271 p.

**POLICY OF WELFARE IN NEOLIBERAL
CONTEXTS: tensions of the Chilean model**

*María Pía Martín
Jaime Alfaro*

Contemporary Latin American societies have been pressured by conflicts between multiple views about the articulation between economic growth and social policies. This article presents the analysis of interpretive frameworks that, from the constructivist perspective, permit to deepen the symbolic and representative dimension of the policies. From the theoretical reflections and analyses about the visions of social protection in parliamentary discussions, in the case of Chile, the purpose of this study is to bring a perspective of analysis that permits to inquire about the processes social policies change. In addition, this study aims to demonstrate how the axis, in the ideas, offers a better comprehension of the stability and change of social policies.

KEYWORDS: Social Protection. Welfare state. Neoliberalism. Analysis of interpretive frameworks. Public Policy.

**PROTECTION SOCIALE DANS DES CONTEXTES
NEOLIBERAUX: tensions du modèle chilien**

*María Pía Martín
Jaime Alfaro*

Les sociétés contemporaines d'Amérique latine ont été mises sous tension par les conflits entre les multiples points de vue sur la relation entre la croissance économique et les politiques sociales. Cet article présente l'analyse des cadres interprétatifs que, depuis le approche constructiviste, permet de comprendre la dimension symbolique et interprétative des politiques. A partir des considérations théoriques et des analyses sur les points de vue sur la protection sociale dans le cas du Chili, le but est de fournir une perspective analytique qui permet d'étudier les processus de changement dans la politique sociale, et de montrer comment l'axe dans les idées permet une meilleure compréhension de la stabilité et le changement dans les politiques sociales.

MOTS-CLÉS: Protection Sociale. l'État-providence. Le néolibéralisme. L'analyse des Cadres Interprétatifs. Les Politiques Publiques.

O QUE SIGNIFICAM AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS EM ÁREAS CENTRAIS?

*Thiago Aparecido Trindade**

Adotando como referência empírica o movimento de moradia do centro de São Paulo, o presente artigo tem como objetivo principal analisar o significado das ocupações de imóveis ociosos promovidas por atores desse movimento na área central da cidade. Demonstramos, com isso, o papel dos movimentos sociais como atores que se colocam na posição de desafiantes das ideias, dos discursos e valores hegemônicos na sociedade. Por meio da fala dos próprios ativistas engajados nessa mobilização, discute-se também como o direito de morar no centro tornou-se uma pauta política gradualmente construída pelos setores populares. A metodologia adotada, de caráter predominantemente qualitativo, consistiu em revisão teórica, coleta de dados em documentos e material jornalístico e entrevistas com militantes. Como conclusão, sugerimos que o principal significado das ocupações nas áreas centrais consiste no questionamento do modelo hegemônico de urbanização na sociedade brasileira, que, historicamente, afastou as camadas mais pobres em direção aos cinturões periféricos das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento de moradia. Ocupações. Conflito. Direito à cidade. Urbanização.

INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo é a mais rica do Brasil e, ao mesmo tempo, uma das mais desiguais do mundo. Para uma boa parte de sua população, morar em São Paulo significa percorrer grandes distâncias no deslocamento entre casa, trabalho e casa, conviver com uma infraestrutura urbana muitas vezes precária e (ou) insuficiente e enfrentar o alto valor do solo urbano – o que impacta diretamente no valor dos imóveis e no custo do aluguel da moradia. Tais dificuldades resultam, especialmente, de um modelo de crescimento urbano pautado pelos interesses do mercado especulativo de terras, setor articulado em maior ou menor medida com outros atores econômicos.

Esse modelo urbano – que, evidentemente, não é exclusivo de São Paulo – foi responsável pela produção de uma cidade segregada, onde o centro e suas adjacências foram predominantemente habitados pelos ricos e

pela classe média, enquanto as classes mais pobres viram-se forçadas a residir nas localidades mais periféricas, o que significava um afastamento das melhores localizações da cidade. No decorrer do tempo, São Paulo testemunhou intensas lutas populares protagonizadas pela classe trabalhadora. No que se tem de registro, as primeiras mobilizações por melhores condições de moradia datam já do início do século XX (Kowarick; Ant, 1994). Ao longo da década de 1980, no contexto de ampla mobilização social contra o regime militar no Brasil, as ocupações de terrenos nas periferias de São Paulo, puxadas por movimentos organizados, ganham significativa visibilidade política (Doimo, 1995; Gohn, 1991). No decorrer dos anos 1990, a arena dessa luta é ampliada, e os movimentos de moradia da capital paulista passam a atuar também nas áreas centrais. A partir de 1997, as ocupações de terrenos, mas, principalmente, de imóveis ociosos no centro da cidade passam a ser realizadas com frequência pelo movimento de moradia. As ocupações do centro da cidade, protagonizadas por duas organizações, em especial, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Frente de Luta por Moradia (FLM),

* Universidade de Brasília – UnB. Instituto de Ciência Política. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Prédio IPOL/IREL. Asa Norte. Cep: 70904-970. Brasília – Distrito Federal – Brasil. th.trindade83@gmail.com

representam uma nova etapa na história da luta pela moradia popular em São Paulo (Neuhold, 2009; Trindade, 2014).

As ocupações são ações coletivas de alto risco. Como a história demonstra, a possibilidade de um desfecho violento em função de confronto com as forças policiais não é remota. Mesmo diante desse cenário, apenas no centro da cidade de São Paulo foram realizadas 105 ocupações em imóveis ociosos entre os anos de 1997 e 2012, uma média de 6,5 ocupações por ano. Um número nada desprezível, considerando-se todo o risco envolvido e também as dificuldades logísticas e organizacionais envolvidas na realização desse tipo de ação. Há de se considerar ainda que as condições de habitação dos imóveis ocupados pelos movimentos são, em geral, extremamente precárias, visto que alguns desses edifícios encontram-se abandonados há cerca de 15 ou 20 anos, oferecendo grande risco à integridade física dos militantes.

Em suma, ocupar um imóvel é algo extremamente complexo e arriscado. As razões pelas quais as pessoas fazem isso serão discutidas (mesmo que brevemente) neste texto. O fato é que, mesmo com todas as dificuldades e riscos envolvidos, os movimentos atuantes no centro de São Paulo conseguiram manter uma impressionante regularidade em termos de mobilização coletiva ao longo desses anos. Mas, afinal, o que as ocupações no centro da cidade, iniciadas em 1997, representam? Partindo dessa questão geral, este texto se propõe a responder a três questões específicas: Quais são as condições urbanas objetivas que conformam a ação política dos movimentos de moradia no centro da cidade? Como o centro se tornou uma pauta política, ou seja, como foi possível mobilizar pessoas comuns e em condição de forte vulnerabilidade social para uma ação de alto risco? Por fim, o que as ocupações simbolizam em termos políticos e qual é o projeto de cidade subjacente a essa mobilização?

Com bases nessas questões, o objetivo central deste texto consiste em analisar o papel dos movimentos sociais como atores *desa-*

fiantes. Os movimentos sociais lutam por mudanças nas políticas públicas, na legislação, na forma de distribuição da riqueza e nas regras institucionais de distribuição do poder (Della Porta; Diani, 2006; Gillion, 2013; Giugni, 1998). Nesse sentido, colocam-se na condição de desafiantes do sistema político, das elites e das autoridades (Tarrow, 2011; Tilly, 2010). E, como é lembrado por Tilly (2010, p. 137), “[...] as ‘autoridades’ podem também incluir donos de propriedades, funcionários religiosos, e outros cujas ações (ou omissões) afetam significativamente o bem-estar de muitas pessoas”. Mas, ao mesmo tempo, a atuação dos movimentos sociais também se manifesta na esfera cultural, na medida em que eles confrontam os valores, discursos e códigos hegemônicos da sociedade, propondo novos projetos e olhares sobre determinadas questões (Melucci, 1989, 1996). O que analisamos aqui, portanto, é a atuação do movimento de moradia do centro de São Paulo no sentido de questionar e problematizar o modelo periférico de urbanização e, *por meio das ocupações de imóveis ociosos nas áreas centrais*, propor um novo modelo de organização da cidade.

As principais contribuições para a análise aqui realizada se localizam, por um lado, no debate teórico sobre segregação e periferização da pobreza (Caldeira, 2008; Villaça, 2001, 2011), e, por outro, no interior das teorias dos movimentos sociais, principalmente em autores e conceitos que contribuíram para iluminar o debate sobre a relação entre cultura e ação coletiva (Della Porta; Diani, 2006; Melucci, 1989, 1996; Snow, 2004; Snow et al., 1986). O texto se divide em três partes. Na primeira, apresentamos um panorama geral sobre segregação e periferização da pobreza, analisando os processos históricos, de cunho político e econômico, que contribuíram decisivamente para afastar as camadas populares do centro da cidade em direção às áreas periféricas. Na sequência, analisamos o momento em que os ativistas sociais engajados na luta pela moradia passam a olhar o centro da cidade como

um território em disputa, construindo, a partir daí, um discurso capaz de mobilizar pessoas e, ao mesmo tempo, legitimar e justificar essa mobilização pela habitação popular nas áreas centrais. Para tanto, nos embasamos, principalmente, nas falas dos próprios protagonistas desse processo.¹

Na terceira e última parte, trazemos o debate sobre a relevância política das ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade. Entendemos que o principal significado dessas ações é que elas representam uma *negação ao modelo periférico de urbanização*. Simbolicamente, as ocupações no centro traduzem um esforço das camadas populares em reconquistar seu direito a usufruir do centro da cidade, conformando aquilo que alguns analistas acadêmicos e os próprios ativistas passaram a denominar como luta pelo *direito à cidade*, ou seja, a reivindicação da moradia em uma área da cidade bem servida por infraestrutura e equipamentos urbanos. Nesse sentido, defendemos que a ocupação representa uma forma de ação carregada de *forte conteúdo simbólico*, sintetizando *ação, discurso e projeto* de forma simultânea. Encerramos o texto com breves considerações sobre os elementos teóricos e empíricos apresentados ao longo da discussão.

SEGREGAÇÃO, CONFLITO SOCIAL E PERIFERIZAÇÃO DA POBREZA

O espaço urbano é produzido a partir dos conflitos entre diferentes classes e grupos sociais. Essa é uma premissa básica para qualquer análise dos processos urbanos. E, nesse sentido, um aspecto crucial para uma compreensão mais adequada do processo de produção da cidade é a importância da *localização*. Com efei-

¹ As entrevistas apresentadas neste artigo foram realizadas no segundo semestre de 2013, como parte de nossa pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH/Unicamp (sendo a tese defendida em maio de 2014). Apresentamos trechos das entrevistas realizadas com um dos coordenadores do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e um dos coordenadores da União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP).

to, determinadas localizações, na cidade, são muito mais bem equipadas e vantajosas do que outras, e, por isso, muito mais valorizadas.² Flávio Villaça (2001) esboça uma tese que é central para o entendimento do nosso objeto de estudo: *existe uma disputa entre as diferentes classes sociais pelas melhores localizações na cidade*. Em outras palavras, existe uma luta política pela apropriação de uma riqueza socialmente produzida, nesse caso, a localização. Como é pontuado por Mike Davis (2006, p. 106), “[...] os conflitos de classe mais intensos por espaço urbano ocorrem no centro das cidades e nos principais entroncamentos urbanos”.

As camadas populares almejam a moradia no centro e em suas adjacências em razão das inúmeras vantagens oferecidas por essa localização. Habitar e trabalhar no centro da cidade implica vantagens significativas para os mais pobres. Porém, justamente por ser uma área bem equipada e de infraestrutura consolidada, o centro oferece boas oportunidades de negócios e projetos imobiliários voltados para os estratos de renda mais elevada. Objetivamente, portanto, o centro da cidade se configura como palco de disputa política entre atores com projetos e interesses distintos.

Um conceito essencial para o entendimento dos conflitos sociais urbanos é o de *segregação*, que designa “[...] um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjunto de bairros* da metrópole” (Villaça, 2001, p. 142, grifo nosso). O conceito de segregação refere-se, portanto, ao processo de *afastamento* de diferentes grupos e classes sociais na cidade – o que, vale lembrar, *não significa isolamento*. A segregação deve ser analisada sempre como processo, um fenômeno que se caracteriza pelo dinamismo e pelo movimento, não sendo, portanto, um quadro estático (Villaça, 2001).

² É claro que essa é uma questão relativa. Uma localização considerada boa para a realização de determinada atividade econômica ou social pode não ser tão vantajosa para outras atividades, mas não entraremos nesse nível de detalhamento.

Isso significa dizer que nenhuma área da cidade será totalmente homogênea do ponto de vista de sua ocupação, isto é, nenhuma área segregada será exclusiva de alguma classe social, uma vez que a segregação sempre se refere a uma *tendência* de ocupação de uma localidade por determinados grupos, e não a algo cristalizado e homogêneo.

Apesar disso, a segregação deve ser interpretada como um processo dialético, o que significa que a presença de determinadas classes sociais em certas localidades inibe a presença de outras (Villaça, 2001). Na medida, por exemplo, em que o custo da terra urbana se torna muito alto em determinada localidade, isso favorece que essa área seja ocupada pelos mais ricos e cria dificuldades para que as classes de baixa renda lá permaneçam. Em linhas gerais, foi exatamente isso que aconteceu com as áreas centrais das cidades brasileiras ao longo do processo de urbanização. É evidente que as classes populares nunca estiveram totalmente ausentes do centro, ou seja, em nenhum momento histórico foi possível afirmar que o centro era ocupado totalmente pelas classes médias e altas. O que aconteceu, na verdade, foi que, em um determinado período da história, essa segregação se acentuou, dando origem ao modelo denominado *centro-periferia*³ (Caldeira, 2008; Kowarick, 1980, 2009; Marques, 2015; Moya, 2011).

No caso de São Paulo, Teresa Caldeira nos mostra que tal modelo se consolidou entre os anos de 1940 a 1980; o padrão centro-periferia, diferentemente do modelo anterior, é disperso ao invés de concentrado, uma vez que as classes sociais vivem afastadas umas das outras, sendo “[...] as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal [...]” (Caldeira, 2008, p. 218). Na cidade capitalista, presa à lógica do valor de troca

(Harvey, 1980; Lefebvre, 2008), o mecanismo mais óbvio de exclusão social e de segregação opera através da dinâmica do mercado de terras. A *especulação imobiliária* – fenômeno crucial para a compreensão do processo de urbanização capitalista – consiste basicamente na retenção deliberada de terrenos e imóveis com base na expectativa de sua valorização futura. No Brasil, as cidades cresceram segundo a lógica dos interesses especulativos, isto é, o tecido urbano se ampliava horizontalmente não em função da necessidade de acomodar as pessoas no espaço, mas sim porque a retenção especulativa da terra impedia as classes mais pobres de se instalarem nas áreas mais valorizadas pelos agentes do mercado.

As localizações mais bem equipadas com serviços públicos e infraestrutura urbana foram historicamente reservadas para as classes mais abastadas, cujo poder de compra lhes permitia a inserção no mercado formal de terras (Maricato, 1996, 2000). A dinâmica especulativa do capital imobiliário, somada à não intervenção estatal nesse cenário, contribuiu para produzir uma situação na qual “[...] inúmeros terrenos vazios e/ou ociosos conformavam a paisagem urbana – um grande número deles, inclusive, na área central” (Trindade, 2012, p. 147-148). A Tabela 1 nos mostra o número de imóveis ocio-

Tabela 1 – Domicílios vagos – Município de São Paulo e distritos da área central

Município e distritos	2000	2010
São Paulo	420.327	293.621
Bela Vista	5.479	3.494
Belém	2.500	2.775
Bom Retiro	1.821	1.114
Brás	2.789	1.664
Cambuci	1.910	1.201
Consolação	3.694	2.890
Liberdade	5.283	3.166
Mooca	3.675	4.075
Pari	1.223	556
República	7.007	3.732
Santa Cecília	6.343	3.024
Sé	3.055	1.246

Fonte: IBGE, Censos demográficos (2000, 2010).

³ O próprio modelo centro-periferia foi modificado posteriormente em função do deslocamento de setores de renda mais elevada em direção a regiões mais afastadas do centro, que passaram por um processo de valorização imobiliária. Isso não significa, entretanto, que o modelo centro-periferia foi anulado, mas sim que a organização espacial da cidade tornou-se mais complexa em decorrência da sobreposição de diferentes padrões de segregação.

tos no Município de São Paulo e nos distritos que constituem o centro expandido, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para os anos de 2000 e 2010.

Como se percebe, a vacância imobiliária diminuiu significativamente entre os anos de 2000 e 2010 no município de São Paulo. Se, em 2000, havia 420.327 domicílios vagos, esse número caiu para 293.621 em 2010. Todos os distritos da área central acompanharam esse movimento de queda na vacância imobiliária, com exceção do distrito de Belém. Muito provavelmente, esses números se devem ao aquecimento da indústria da construção civil no período entre 2009 e 2013, principalmente, o que estimulou a produção de novos empreendimentos habitacionais e talvez tenha acelerado a ocupação de alguns que estavam vagos. Em relação aos distritos centrais, em 2000, havia um total de 44.779 imóveis vazios, o que corresponde a 10,6% do total do município. Em 2010, esse número caiu para 28.937 na área central, e correspondeu a 9,8% do total. Ou seja, do ponto de vista percentual, uma ligeira oscilação para baixo, pouco significativa. O mais importante é compreender que, especialmente graças à especulação imobiliária, existe uma quantidade significativa de imóveis vagos no centro da cidade, cerca de 10% do total de imóveis vagos no município. E, além do mais, deve-se considerar o fato de que essa estimativa referente ao número de imóveis vagos está subestimada, pois existem inúmeros galpões e terrenos abandonados que não entram nesse cálculo (Bonfim, 2004).

Mas o fato é que o mercado não age sozinho na produção da cidade segregada. Historicamente, o Estado teve um papel crucial nesse processo, em especial por três razões principais: i) não regular a atuação dos agentes econômicos envolvidos na produção da cidade (Fernandes, 2007, 2010); ii) promover intervenções urbanísticas que encareceram o preço do solo nas áreas centrais (Bonduki, 1994); e iii) produzir habitação popular, via de regra, nas zonas periféricas, reforçando, dessa forma,

a característica fundamental do padrão centro-periferia (Caldeira, 2008). Como nos recorda Mike Davis (2006), a intervenção do Estado no espaço urbano, desde a Paris de 1860 – objeto de remodelação urbanística proposta pelo Barão Haussmann – revela um padrão de atuação que objetiva conjugar o *controle social e a maximização dos lucros* dos agentes imobiliários. Ao expulsar os pobres e “higienizar” o centro, o Estado abre novas frentes de expansão para o capital, ao mesmo tempo em que canaliza a tensão social e as potenciais revoltas populares para a periferia, longe do aparato político-administrativo que governa o território urbano. A análise de Kowarick e Ant (1994, p. 79, grifo nosso) sobre o papel do Estado na produção da segregação urbana em São Paulo é ilustrativa:

O movimento operário na Primeira República (1889-1930) atinge seu ápice durante a greve geral de 1917. Neste particular, convém mencionar que a luta dos trabalhadores naquele ano não se deu em torno de sindicatos, centrando-se em torno das ligas de bairro. [...] assim, estas zonas populares que circundam as fábricas, onde predominam moradias da classe pobre, passam a ser encaradas como focos de desordem, ‘epidemias anarquistas’, semelhantes às moléstias contagiosas, que devem ser extirpadas do cenário da cidade. Sem lhe dar um valor primordial no intento de *periferizar os trabalhadores* não se pode desprezar este fator político enquanto causa da desconcentração da moradia operária ocorrida mais tarde, que, de alguns poucos locais sediados em torno de antigos centros fabris, irradia-se para inúmeras áreas da capital.

O centro é área de tensão social, palco das principais lutas e embates pela apropriação do espaço urbano. Seja de forma politicamente organizada ou não, as revoltas populares nas zonas centrais das grandes cidades sempre amedrontaram as elites. O esforço em periferizar a pobreza estava diretamente relacionado à necessidade de *preservar a ordem política e social* e estabelecer *mecanismos de controle* sobre os setores populares, *dispersando-os pelo território* e dificultando sua circulação pelo centro (Patto, 1999). A cidade torna-se uma máquina de produção de desigualdade. Não bastassem

seus baixos níveis de rendimento econômico, as classes populares urbanas no Brasil teriam suas condições de vida consideravelmente pioradas em função do modelo de desenvolvimento urbano, conformando aquilo que Kowarick (1980) nomeou como *espoliação urbana*. Afundada em contradições, a cidade, que afastou os pobres para longe, tornar-se-ia palco de novos conflitos pela apropriação de seu centro.

ENQUADRAMENTO INTERPRETATIVO E FORMULAÇÃO DISCURSIVA DA LUTA PELA MORADIA NO CENTRO

É amplamente aceito pelas teorias dos movimentos sociais que a mobilização coletiva não depende apenas de recursos organizacionais e de condições favoráveis no ambiente político. Do mesmo modo, a mobilização social não deriva automaticamente de questões estruturais, ou seja, não é porque existe pobreza e desigualdade que as pessoas afetadas por isso necessariamente se engajarão na mudança do *status quo*. Na realidade, nenhuma situação em si mesma gera algum tipo de mobilização; para que isso ocorra, é preciso que as pessoas percebam determinada situação como injusta, como uma “questão” que precisa ser resolvida.

Essa é, precisamente, a principal contribuição da perspectiva teórica dos *frames* da ação coletiva (Gamson, 1992; Snow, 2004; Snow; Benford, 1988; Snow et al., 1986). Os *frames* desempenham uma função *interpretativa* da realidade social, constituindo-se em instrumentos cognitivos que permitem aos ativistas questionar uma situação social até então *não* problemática, *transformando descontentamento em mobilização* (Alonso; Costa; Maciel, 2007).

Na verdade, não se trata apenas de interpretar uma determinada situação como injusta e constatar que ela precisa ser modificada, mas também apontar para uma alternativa política concreta, que dê sentido à mobilização e ao engajamento coletivo. Benford e Snow (2000)

se utilizam do verbo *framing* para conceituar esse trabalho interpretativo, que, por sua vez constitui-se de três etapas: a primeira delas é a diagnóstica (*diagnostic framing*), e consiste na identificação de uma situação injusta e na atribuição de responsabilidade a algo ou a alguém; a segunda etapa envolve o prognóstico da situação (*prognostic framing*) e passa pela definição de um plano e das estratégias de ação a serem empregadas na resolução do referido problema (Benford; Snow, 2000); a última etapa, denominada motivacional (*motivational framing*), pode ser entendida como um “chamado às armas”. É a dimensão motivacional do *frame*, que conduz as pessoas à ação direta, produzindo a motivação e os incentivos necessários para a ação (Gamson, 1992; Della Porta; Diani, 2006).

É, enfim, através da construção de *frames* da ação coletiva que os movimentos sociais atribuem significados a eventos e situações relevantes na intenção de mobilizar seus potenciais aderentes e constituintes, ganhar o apoio da opinião pública e desmobilizar seus antagonistas (Benford; Snow, 2000; Snow; Benford, 1988). Ou seja, o *frame* é voltado tanto para dentro quanto para fora do movimento social. Não se trata somente de mobilizar pessoas, mas construir um discurso que justifique e legitime essa mobilização frente à opinião pública e às autoridades políticas (D’Anjou; Male, 1998; Tarrow, 2011).

Ocorreu do mesmo modo com a pauta da luta pela moradia popular nas áreas centrais da cidade. A mobilização coletiva em prol do direito de morar no centro não foi um desdobramento natural dos problemas estruturais advindos da urbanização periférica, mas sim do esforço de um conjunto de indivíduos que passaram a enxergar a luta no centro como uma possibilidade e, mais do que isso, uma necessidade. Essas afirmações não ignoram a importância dos fatores estruturais para a mobilização coletiva. Com efeito, é claro que as precárias condições de vida dos moradores da periferia e as grandes distâncias a serem percorridas no dia a dia, dentre outras questões,

constituem-se em elementos *objetivos*, que são pontos de partida importantes para a mobilização política, mas não *suficientes* para que ela se concretize (Ribeiro, 1989).

O centro da cidade foi descoberto pelos movimentos de moradia em São Paulo – e no Brasil, de um modo geral – de forma relativamente tardia. Inicialmente, a atuação desses movimentos populares era focada nas áreas periféricas do tecido urbano. O formato atual do que hoje se conhece como “movimento de moradia” em São Paulo começa a adquirir contornos mais específicos ao longo da década de 1980, quando as lutas populares contra o regime militar no Brasil alcançaram um alto grau de adesão popular. A luta que surge inicialmente na periferia da cidade, em prol de melhores condições de vida e pela regularização de loteamentos clandestinos em benefício da população favelada, contribuirá para o nascimento de diversas organizações populares responsáveis por canalizar as demandas dessa população ao poder público (Blikstad, 2012; Gohn, 1991; Tagatiba; Paterniani; Trindade, 2012).

Uma vez que o grosso da população mais pobre residia nas zonas mais longínquas do centro (no caso de São Paulo, sobretudo nas zonas leste e sul), é compreensível que as primeiras organizações populares voltadas para a luta pela moradia tenham surgido nos cinturões periféricos da cidade. Em um contexto de forte crise econômica, aumento no valor do solo urbano, no preço dos alugueis e nos índices de desemprego, as ocupações de terras nas periferias vão se intensificar significativamente.

O contexto de crise econômica, todavia, não afetava apenas os trabalhadores de baixa renda da periferia. Os moradores de cortiços nas áreas centrais também sofriam com a inflação e com as taxas abusivas cobradas pelos administradores. Para uma breve definição, cortiço, nas palavras de Pasternak (1997, p. 75 apud Kowarick, 2009, p. 112), “[...] significa literalmente ninho de abelhas”. O cortiço é formado numa casa de cômodos de aluguel, na qual as pessoas compartilham diversos espaços (como

banheiros e tanques) e vivem em condições extremamente degradantes, “[...] exercendo diferentes funções em um mesmo ambiente” (Neuhold, 2009, p. 30). Por um longo tempo, a população encortiçada foi vista por muitos militantes sociais como um grupo inviável de ser mobilizado, incapaz de incorporar a disciplina necessária que o ativismo político requer. Através de uma entrevista com um dos coordenadores do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos⁴, Miagusko (2008, p. 130-131, grifo nosso) nos mostra que, inicialmente, havia uma resistência das próprias lideranças dos movimentos de moradia em atuar de forma mais incisiva no centro da cidade:

A gente discutia muito a questão do Centro, mas muito focada na questão da população de rua, catadores, crianças de rua. E um dos problemas que aparecia além da população de rua, criança, era a questão da moradia em cortiço. [...] a gente começou a ter muitos despejos. E era uma época também de inflação, a questão de valor de aluguel que aumentava de forma irregular, a questão da água e da luz. E aí começamos a discutir o Centro um pouco mais focado na questão da habitação. Tanto que a partir da articulação desses grupos, a partir de [19]84, a gente começa a formar o Centro de Defesa Direitos Humanos. Em [19]88, esse centro passa a chamar Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. E aí com uma bandeira, que era morar dignamente no Centro. Agora a mobilização do Centro, *parecia que ele não era ator*. O centro sempre teve muita dificuldade. E depois também se tinha um certo mito de que na população de cortiço não é possível mobilizar. Eu lembro de ter discutido com lideranças: no cortiço não dá, não tem espaço, as pessoas não falam, ninguém quer saber muita coisa. Então parece que tinha uma certa acomodação dos educadores, que não fosse possível mobilizar. Todos que atuavam nas lutas da periferia não acreditavam muito.⁵

⁴ O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos é um dos principais parceiros e apoiadores do movimento de moradia do centro de São Paulo. O Gaspar Garcia também desenvolve trabalhos em parceria com o Instituto Pólis e com o Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo (outros dois importantes parceiros do movimento de moradia), como publicações, seminários, ciclos de debates, oficinas e jornadas sobre o projeto de habitação popular no centro da cidade. Para maiores detalhes sobre o papel do Centro Gaspar Garcia na construção da luta pela moradia na área central de São Paulo, ver a tese de Miagusko (2008, p. 129-134).

⁵ Entrevista, coordenador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. In: Miagusko, 2008, p. 130-131, grifo nosso.

Os trabalhadores residentes nos cortiços da área central aparecem nas falas de muitos ativistas da época como uma população deslocada, irrepresentável, inviável de ser mobilizada (Miagusko, 2008). Graças ao trabalho de um conjunto de educadores sociais (que também desempenhavam papel de articulação política entre as lideranças dos movimentos populares), ligados especialmente ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, à Associação dos Trabalhadores de Quintais e Cortiços da Mooca e da Pastoral da Moradia, a luta pela moradia no centro começará a florescer justamente através desse canal: os moradores de cortiços. São esses moradores que irão contribuir decisivamente para fazer do centro “um ator” no cenário político da cidade de São Paulo.

Nesse momento inicial (segunda metade da década de 1980), no qual se assiste à emergência da luta popular no centro, ainda não se pode visualizar um movimento de moradia ou de sem-teto. É uma luta em defesa dos direitos dos moradores de cortiços explorados pelas altas taxas de água, luz e IPTU (Benoit, 2000), além de denunciar as péssimas condições de vida no local de moradia e os abusos de poder dos proprietários dos cortiços e dos intermediários. Esses últimos, com o aval dos proprietários, costumeiramente expulsavam do cortiço as pessoas que não dispunham de fôlego financeiro suficiente para arcar com as despesas do mês, que aumentavam indiscriminadamente, num contexto de inflação galopante (Miagusko, 2008; Neuhold, 2009). Dessa mobilização incipiente resulta a criação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em 1991. A ULC será, dessa forma, a primeira etapa de uma mobilização política que posteriormente conquistará amplitude muito maior, pois não ficará restrita ao tema dos cortiços. A essa altura, os movimentos sociais já haviam percebido o potencial que havia no centro em termos de mobilização popular.

Entra em pauta, gradualmente, o tema do direito à moradia digna ou do *direito à cidade*, em referência ao direito das camadas

populares habitarem as áreas centrais da cidade. Se, antes, o desafio foi o de mobilizar a população dos cortiços, agora (já na década de 1990) os esforços se concentraram na construção de argumentos capazes de justificar e articular *a luta pela moradia popular no centro de São Paulo*. O tema dos cortiços, com as organizações criadas para representar a população encortiçada, não desaparece. O que acontece é uma *ampliação* da discussão política e da própria arena de atuação do movimento de moradia da cidade, até então mais direcionada às áreas periféricas. Essa ampliação da luta política no centro de São Paulo acontece com base em uma *crítica ao modelo de urbanização periférico*. A fala do coordenador do Centro Gaspar Garcia ressalta, novamente, a importância das organizações apoiadoras dos movimentos populares na construção da mobilização pelo direito à moradia no centro:

[...] tinham sido feitos levantamentos pelos próprios movimentos em anos anteriores sobre a quantidade de prédios vazios que existia no centro. E tinha também toda a discussão da política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH) que provocou a periferação da pobreza. Outra questão era o caos urbano que se tinha na cidade de São Paulo, que desde a década de 1980 já tinha muitos congestionamentos. Quando os movimentos iniciam os levantamentos, começa a se perceber a grande quantidade de prédios vazios. E aí começam a se discutir esses dados sobre imóveis vazios e questionar as péssimas condições de vida nos cortiços. E então começa se perceber o seguinte: *lugar pra morar tem, se a gente não mora é porque tem gente deixando imóvel vazio pra especulação. E essa constatação estimulou as ocupações. E nesse processo de organização dessa luta, além do Gaspar Garcia, a Associação dos Trabalhadores da Mooca e a Pastoral da Moradia, além de várias lideranças que foram surgindo nesse processo de construção desse movimento, tiveram um papel importante* (Entrevista, coordenador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013, grifo nosso).

De um lado, o modelo periférico de urbanização criou as condições objetivas para a emergência da luta pela moradia no centro. Do outro, lideranças e educadores sociais ligados ao movimento de moradia de São Paulo criaram

as condições subjetivas do conflito, contribuindo para o trabalho de enquadramento interpretativo responsável pela mobilização. Os inúmeros prédios, galpões e terrenos abandonados em favor da especulação imobiliária no centro da cidade tornam-se objeto de contestação pública na fala dos ativistas. A fala de outra liderança importante do movimento de moradia do centro (a Frente de Luta por Moradia) ilustra com maiores detalhes a construção do argumento:

Então, essa luta dos sem-teto, quando se fala morar no Centro, compactar, ela é uma luta para transformar a cidade em uma cidade viável. São Paulo é inviável. Como é que faz? Não sei se você conhece a periferia, mas se você tiver oportunidade, o próprio movimento, nós temos trabalhos em várias pontas da cidade. Você vai andar lá e fala: ‘pô, mas aqui não tem nada’. Não tem emprego, não tem nada. Tem asfalto, tem aquelas coisinhas, mas não é cidade, o cara dorme ali. Aquilo não é cidade. Então, se você comparar com Barcelona, o centro de São Paulo daria pra morar, aqui a região da Sé, daria pra morar mais 300 mil moradores, mais ou menos. É rarefeita a densidade, populacional aqui no Centro. Tem cerca de 160 habitantes por km², quando um padrão razoável é de 400 a 450 habitantes/km². Então, você teria uma cidade em 750 km², agora você tem uma cidade em 1.500km². Então, significa o quê? Transporte, deslocamentos, significa destruir matas ao seu redor, destruir fontes, destruir rios, significa espalhar lixo. Mas significa também que uma pessoa tem que se deslocar duas horas por dia pra ir até o seu trabalho. É uma série de impactos negativos. Então, a luta dos sem-teto, quando se fala ‘quero morar no Centro’, nós falamos que tem que mesclar a população: você tem que ter classe alta, classe média e classe baixa. Então, *a luta dos sem-teto, na verdade é uma luta pelo direito à cidade*⁶ (Aquino, 2008, p. 59-60, grifo nosso).

Desse modo, a luta pela habitação no centro coloca uma questão que vai além da moradia em si. O *direito à cidade* não é equivalente ao direito à moradia; o primeiro é muito mais amplo e complexo, pois considera a localização do indivíduo no sistema urbano em seu conjunto e a possibilidade de acesso às melhores localizações da cidade (Fernandes, 2007; Tavolari,

2016; Trindade, 2012). Vale observar que, no vocabulário mobilizado pelos próprios atores sociais engajados nessa mobilização, o termo “direito à cidade” tornou-se praticamente um sinônimo da luta pela moradia nas áreas centrais, visto que elas são, grosso modo, as áreas mais bem servidas por equipamentos urbanos, infraestrutura e ofertas de empregos atraentes.

Para as classes populares, aliás, a importância do centro vai muito além de suas vantagens materiais. Do ponto de vista simbólico, em certo sentido, as camadas populares entendem o centro como sinônimo da própria cidade. Tomando São Paulo como referência empírica, Kowarick (2009) faz alguns apontamentos nessa direção, ao estabelecer um parâmetro comparativo sobre as vantagens de se habitar o centro ou a periferia de uma grande cidade, a partir de entrevistas realizadas com os próprios habitantes desses locais. O centro, a despeito de alguns problemas como os altos preços dos aluguéis e as precárias condições de vida nos cortiços, é o lugar “onde tudo acontece”, o principal *locus* do convívio e do encontro social, onde há alternativas de lazer e diversão disponíveis mesmo para os mais pobres. Por isso, essa simbologia que envolve o centro das grandes cidades também contribui, de certa forma, para a associação entre a cidade e o centro.

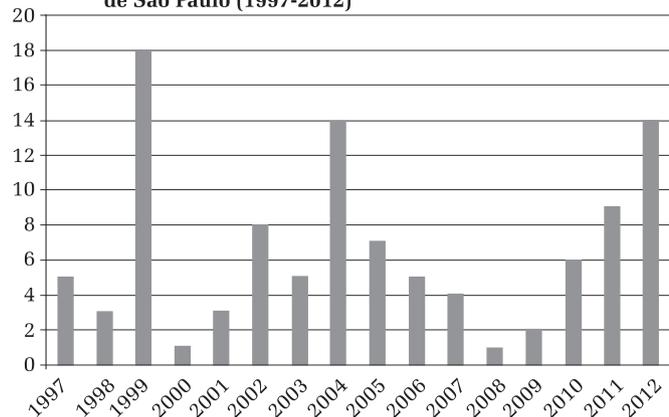
Não é por acaso que as classes populares nunca quiseram abandonar o centro. Em muitos casos, aqueles que migraram para a periferia não o fizeram por vontade própria, mas por fatores estruturais que os coagiram a agir dessa forma. A rigor, os mais pobres sempre tentaram estabelecer residência o mais próximo possível das áreas centrais. Essa relação histórica dos trabalhadores com o centro, portanto, certamente foi um elemento importante para a construção do enquadramento interpretativo da luta pelo direito à cidade. Como será demonstrado a seguir, as ocupações de imóveis ociosos tornaram-se o símbolo maior dessa luta no decorrer dos anos.

⁶ Entrevista, coordenador da FLM.

AS OCUPAÇÕES NO CENTRO: desafio ao modelo hegemônico de cidade

Como já foi apontado anteriormente, o ano de 1997 constitui um marco na luta pela moradia popular em São Paulo. É a partir dessa data que as ocupações em imóveis ociosos nas áreas centrais tornam-se uma prática sistemática do movimento de moradia da capital. O Gráfico 1 nos mostra a quantidade de ocupações realizadas no território denominado centro expandido de São Paulo⁷, no período entre 1997 e 2012.⁸

Gráfico – Número de ocupações em imóveis ociosos no centro de São Paulo (1997-2012)



Fonte: Para os anos de 1997 a 2007, Neuhold (2009); para 2008 a 2012, levantamento realizado na versão on-line do jornal Folha de São Paulo e nos sites das organizações estudadas.

Como se nota, no período mais recente (2010-2012), o número de ocupações vem aumentando gradualmente, após um momento de refluxo. Entre 2004 e 2012, o gráfico forma uma espécie de “V”, por conta dessa variação nos números. Ao longo do período analisado, houve certa oscilação na ocorrência das ocupações, mas que não nos parece ter sido muito significativa: na realidade, o que houve foram

⁷ O centro expandido de São Paulo é constituído pelos distritos que integram a subprefeitura da Sé e a subprefeitura da Mooca. A primeira é composta pelos distritos da Sé, República, Bela Vista, Bom Retiro, Santa Cecília, Cambuci, Liberdade e Consolação, enquanto a segunda é formada pelos seguintes: Belém, Brás, Mooca e Pari.

⁸ Até o ano de 2007, os dados são extraídos do trabalho de Neuhold (2009). Para obter os dados entre 2008 e 2012, realizamos pesquisa em material jornalístico e nos sítios eletrônicos dos movimentos que atuam no centro.

picos nos anos de 1999, 2004 e 2012, sendo que os anos de 2002 e 2011 também apresentaram números relevantes. Os picos verificados nesses três anos podem ser explicados pela ocorrência de megaocupações, ou seja, de ocupações simultâneas em vários imóveis no centro.⁹ Segundo Neuhold (2009), a primeira megaocupação promovida pela UMM ocorreu em outubro de 1999, reunindo um total de 6.100 pessoas que ocuparam seis imóveis na cidade de São Paulo, quatro deles no centro. A referida autora identificou, entre 1997 e 2007, um total de nove megaocupações: seis promovidas pela UMM (outubro de 1999, maio de 2002, abril

de 2004, março e novembro de 2005 e abril de 2007), três pela FLM (outubro de 2004, novembro de 2005 e outubro de 2006), e uma pelo MSTC em julho de 2003 (Neuhold, 2009).

Além dessas ocupações, nossa pesquisa documental e em material jornalístico identificou mais três ações desse tipo. Em outubro de 2010, quatro edifícios foram ocupados pela FLM; em novembro de 2011, a UMM, a FLM e o MMRC ocuparam, de forma articulada, nove imóveis abandonados (onde se estima que foram mobilizadas 3,5 mil pessoas); e, por fim, em outubro

de 2012, a FLM ocupou nove imóveis na área central. Entre 1997 e 2012 ocorreram, portanto, 12 megaocupações na área central da cidade. É interessante perceber como, apesar da relativa oscilação numérica em termos da quantidade de ocupações realizadas anualmente, o movimento de moradia manteve uma vitalidade inquestionável em termos de mobilização coletiva ao longo desses anos.¹⁰

Nossa pesquisa empírica detectou, porém, que, mesmo antes de 1997, já eram realizadas ocupações no centro da metrópole

⁹ Para mais informações sobre as megaocupações, ver Neuhold (2009).

¹⁰ Para uma análise mais detalhada dos dados apresentados, ver Trindade (2014).

paulista. Essa informação apareceu em depoimentos de alguns entrevistados, e também em conversas informais com pessoas ligadas aos movimentos de moradia. Ora, o que há, então, de singular nas ocupações pós-1997? O que acontece nessa data que a torna tão relevante na memória dos atores ligados à luta pela moradia no centro de São Paulo?

As ocupações nas áreas centrais anteriores a essa data, ao que tudo indica, não estavam sob a coordenação de grupos políticos específicos organizados na forma de movimentos sociais. Eram ações de caráter “espontâneo” (com todas as ressalvas que o termo traz consigo), conduzidas por famílias que haviam sido despejadas de cortiços ou de outras áreas ocupadas no centro da cidade. De acordo com Neuhold (2009, p. 51), a grande novidade nas ocupações iniciadas a partir de 1997 era o seu caráter amplamente coordenado e articulado, construído a partir de uma pauta pré-estabelecida de reivindicações “[...] e com uma rede de apoiadores que produziram ou consolidaram ‘discursos’ sobre o direito da população de baixa renda habitar uma área consolidada da cidade”. Os depoimentos dos entrevistados corroboram esta tese:

[...] sempre teve grupos que ocuparam prédios abandonados [no centro]. Às vezes famílias despejadas de cortiços, que foram sem ter uma organização política por trás, sem ter uma dimensão política do problema. Mas 1997 se diferencia porque as ocupações passam a ter uma dimensão política. Passa a ter uma coordenação, data, hora combinada, chegada em massa, então passa a ter também uma expressão política, e não apenas por necessidade (Entrevista, Coordenador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013).

A particularidade depois de 1997 é que há uma tomada de consciência dos movimentos de moradia do centro, não só do centro, mas do conjunto dos movimentos de moradia da cidade de São Paulo, sobre a importância da gente ter uma política mais sistematizada para a área central de São Paulo. Os movimentos passaram a perceber que o centro era um território em disputa. Em 1997, você tem duas grandes ocupações no centro da cidade de São Paulo, uma na Rua do Carmo e outra na Nove de Julho. E nós con-

sideramos estas duas ocupações como um marco na luta organizativa dos movimentos, e marca a entrada dos movimentos de vez na disputa pelo território do centro de São Paulo. A questão é que depois de 1997, as ocupações no centro se tornam uma ação sistemática (Entrevista, coordenador da UMM, 2013).

Como se percebe na fala dos entrevistados, 1997 torna-se um marco importante na medida em que representa o início de uma luta conduzida de forma articulada e estruturada por um conjunto de atores, com base em uma pauta política específica, apresentada ao poder público e à sociedade a partir de um conjunto de reivindicações. As ocupações no centro, outrora promovidas de forma espontânea e intermitente, tornam-se uma ação *sistemática* dos movimentos de moradia da cidade de São Paulo. Isso significa que os atores sociais responsáveis pela construção dessa mobilização foram capazes de deslocar o problema de famílias sem-teto da esfera privada para a esfera pública, uma vez que a entrada dos movimentos sociais no cenário em questão tornou público e atribuiu uma qualidade de conflito político a um problema que, até então, não era tratado dessa forma.

Percebemos isso como um fenômeno de grande relevância analítica. As ocupações de imóveis no centro de São Paulo, como ações politicamente organizadas e articuladas, marcam, indubitavelmente, um ponto de inflexão na luta pela moradia popular na cidade.

Nesse sentido, entendemos que o principal *significado* dessas ações, segundo nossa interpretação, é que elas representam uma negação ao *modelo de urbanização historicamente consolidado na sociedade brasileira*, responsável por afastar as camadas populares das áreas mais valorizadas da cidade. *Simbolicamente*, as ocupações no centro da cidade representam uma tentativa de as classes populares “reconquistarem” (pela via da luta política) determinadas áreas do território urbano que, ao longo da história, lhes foram “tomadas” pelos setores hegemônicos. A disputa entre as classes sociais pelas melhores localizações na cidade sempre

existiu e assumiu variadas formas ao longo do tempo. Mas, em certo sentido, as ocupações representam uma politização até então inédita da questão, simbolizando o momento no qual os movimentos de moradia de São Paulo passam a contestar um dos mais importantes privilégios das classes mais abastadas. Em suma, as ocupações podem ser interpretadas como um “manifesto” subscrito por um conjunto de cidadãos que se negavam a permanecer nos lugares socialmente estabelecidos para eles.¹¹

As ocupações, nesse sentido, não expressam “apenas” uma luta por um direito, mas outra concepção de cidade, que relega a lógica do mercado a um segundo plano. Utopia? Sem dúvida. Mas uma utopia já parcialmente realizada no presente. Ao ocupar esses imóveis, os militantes do movimento *se tornam* moradores do centro da cidade, afirmam para a sociedade que ali é o lugar deles. Nas palavras de Alberto Melucci (1989, p. 62): “[...] os movimentos [...] praticam no presente a mudança pela qual eles estão lutando [...]”, configurando aquilo que pode ser denominado como *política prefigurativa* (Paterniani, 2013). É fundamental, nesta análise, realçar o caráter simbólico das ocupações no centro, seu sentido particular como forma de ação coletiva. Melucci (1989, p. 62) nos recorda que a *forma organizacional* dos movimentos sociais pode ser interpretada como “uma mensagem, um desafio simbólico aos padrões dominantes”, isto é, a organização dos movimentos (ou pelo menos de alguns deles) assume *formatos* que refletem suas concepções e ideais políticos.¹² Do mesmo modo, determinadas *formas de ação* coletiva também enviam mensagens, expressam projetos e concepções e desafiam os discursos hegemônicos.

As ocupações são um bom exemplo, e aqui não nos referimos apenas às ocupações no

centro da cidade, mas sim à *ocupação* como estratégia de mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra, seja nas áreas rurais ou nas áreas urbanas, no centro ou na periferia dessas últimas. A simbologia das ocupações de terras e imóveis ociosos está diretamente relacionada ao conflito que elas expõem: o problema da *concentração fundiária*, ou seja, do acesso das camadas populares à terra ou à moradia. Ao ocupar terras e imóveis ociosos, os movimentos sociais estão questionando o direito irrestrito de propriedade dos setores economicamente dominantes da sociedade. Em tempo: a rigor, essa luta não contesta o direito de propriedade *stricto sensu*, isto é, não coloca em xeque o estatuto jurídico da propriedade privada, mas, antes, problematiza o fato de a estrutura fundiária ser altamente concentrada. É uma reivindicação que, caso plenamente concretizada, criaria milhões de novos proprietários. Ou seja, ao menos no plano imediato, trata-se de uma luta pela democratização da propriedade privada, e não pela sua extinção (Trindade, 2015a).

Há muitas similaridades entre a luta dos sem-teto e dos sem-terra. Sinteticamente, pode-se afirmar que esses movimentos lutam pela *função social da propriedade*, o que significa lutar contra o *uso especulativo da terra*. O principal argumento utilizado pelos movimentos em favor das ocupações está relacionado justamente a esse ponto: é injusto que milhões de pessoas não tenham terra para plantar ou casa para morar, enquanto os grandes proprietários mantêm seus imóveis vazios à espera de valorização (Trindade, 2015a). Cabe lembrar que o princípio da função social da propriedade está previsto na principal lei brasileira, a Constituição Federal de 1988, em seus Artigos 5, 170, 182 e 184, o que confere inegável respaldo jurídico tanto às reivindicações desses movimentos como às ocupações como forma de mobilização coletiva (Boulos, 2012; Fernandes, 2008; Melo, 2013; Trindade, 2015a).

Contudo, a despeito da legitimidade jurídica dessas ações, contestar os privilégios das classes dominantes nunca é tarefa simples do

¹¹ É necessário lembrar que esta é uma interpretação dentre várias outras possíveis. O analista pode, a depender da sua perspectiva e abordagem teórica, chegar a diferentes conclusões sobre o significado das diversas formas de ação coletiva empregadas pelos ativistas sociais.

¹² Uma interessante análise sobre as formas de organização dos movimentos sociais também pode ser encontrada em Clemens (2010).

ponto de vista político no âmbito de uma sociedade capitalista, em especial quando se trata do direito de propriedade. No caso do Brasil, talvez esse quadro seja mais complexo em função de nossa herança colonial e da mentalidade patrimonialista fortemente arraigada no tecido social (Maricato, 2000; Schwarz, 2000), o que faz com que a propriedade privada seja um princípio defendido inclusive por aqueles que não a detêm (Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012, p. 413).¹³ As ocupações, portanto, carregam forte conteúdo simbólico de caráter contestatório, o que enceta profundas controvérsias na opinião pública e aciona conflitos fortemente relacionados à nossa histórica desigualdade social, expondo diversas lacunas e contradições da democracia brasileira (Fernandes, 2008; Trindade, 2015b).

Curiosamente, o debate teórico sobre *repertório de confronto* parece ter dedicado relativamente pouca atenção a essa dimensão de análise. A versão inicial do conceito de repertório designava, basicamente, *um conjunto de formas de ação*, numa referência aos diferentes modos através dos quais as pessoas se manifestam coletivamente. Em sua origem, o conceito proposto por Charles Tilly (1978) possuía um viés predominantemente estrutural, muito mais voltado para a análise das *formas* do que dos *conteúdos* da ação coletiva (Alonso, 2012). Em outras palavras, o conceito de repertório não nos possibilitava enxergar a fundo os *significados* embutidos nas formas de ação empregadas pelos diferentes atores. Em texto importante, McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 25) reconheceram e apontaram para esse problema, alegando que o termo repertório possui uma “lógica expressiva” – no sentido de expressão de concepções, valores e ideologias – que raramente foi reconhecida pelos estudiosos.¹⁴

¹³ Para uma análise mais profunda sobre essa questão, ver Trindade (2015a).

¹⁴ Após sofrer críticas e problematizações, o conceito foi reformulado para equacionar esse problema e incorporar, com maior ênfase, a questão dos conteúdos simbólicos das formas de ação (Alonso, 2012). Em alguns dos últimos escritos de Tilly (2006, 2008) e na última versão do famoso livro de Tarrow, *Power in Movement* (2011), a noção de performance é adicionada ao conceito de repertório com a intenção de conferir maior destaque à capacidade de agên-

A dimensão simbólica (ou a “lógica expressiva” das ocupações) é algo muito evidente, e as ocupações no centro da cidade, nesse sentido, estão imbuídas de um duplo significado: além de questionar os privilégios dos grandes proprietários, essas ações *também* questionam o modelo de urbanização que se consolidou historicamente no país. Como sublinhado por Della Porta e Diani (2006, p. 107), os “[...] movimentos sociais desafiam as formas de dominação profundamente incorporadas nas práticas culturais, estilos de vida e hábitos mentais”. No caso em questão, trata-se de uma contestação direta à ideia de que o lugar dos pobres é na periferia. Historicamente, o argumento mobilizado pelo discurso hegemônico para naturalizar a periferização da pobreza baseou-se no alto custo dos terrenos nas áreas centrais. A impossibilidade de se produzir habitação popular no centro da cidade derivava de uma constatação “técnica”, e, portanto, “realista”. A produção habitacional em massa para os mais pobres somente poderia ocorrer, por essa lógica, onde as terras eram mais baratas – leia-se, na periferia. Segundo a análise do coordenador do Centro Gaspar Garcia, as ocupações no centro tiveram papel relevante para problematizar essa concepção:

Antes dos movimentos no centro, qualquer gestor público era categórico: é impossível fazer habitação popular nas áreas centrais, o preço da terra é muito caro, é inviável. Depois, nesse processo de discussão e de ocupações, teve vários estudos também que colaboraram com a crítica à periferização da pobreza, cada vez mais se consolidou a ideia da moradia de interesse social no centro. Isso tem sido consolidado, de certa forma, graças às ocupações, que envolveu muita gente a estudar o assunto. E esses estudos mostram que o custo da terra até é mais caro, mas, se você pensar em termos do custo total para a cidade, não é tão caro assim. Hoje existem muitas justificativas favoráveis, até pela dificuldade de mobilidade na cidade (Entrevista, coordenador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013).

Por isso, o conflito instituído pelo movimento de moradia através das ocupações de cida dos atores e à dimensão simbólica da ação.

imóveis ociosos nas áreas centrais vai de encontro ao argumento dos “especialistas”. As ocupações representam, ao mesmo tempo, uma reivindicação e uma denúncia: a moradia no centro torna-se um direito reivindicado na medida em que se constata (e se denuncia) que o deslocamento dos mais pobres em direção às áreas periféricas é fruto de um processo histórico de concentração da riqueza e da propriedade, e não o desdobramento inevitável da realidade. A clássica formulação de Alberto Melucci (1989, p. 62) nos cai como uma luva: “[...] porque o desafio afeta os códigos culturais, a mera existência de um movimento é uma reversão dos sistemas simbólicos dominantes [...]”. Ainda segundo o pensador italiano, a função dos movimentos sociais consiste em

[...] revelar os projetos, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área. Eles têm uma crescente função simbólica [...]. Eles não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar a vida das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade (Melucci, 1989, p. 59).

Não se trata, evidentemente, de subestimar a importância das conquistas materiais, especialmente em se tratando de um movimento cuja demanda mais óbvia é um bem material. Nesse quesito, aliás, é importante registrar que o movimento de moradia conquistou cerca de 3.500 unidades habitacionais no centro de São Paulo entre o início da década de 1990 e o ano de 2012.¹⁵ O que precisa estar claro é que a luta dos movimentos sociais, mesmo daqueles que lutam efetivamente por demandas materiais, não se restringe a essa dimensão. O caso do movimento de moradia é exemplar. Lutar pela

casa, e, ainda mais, lutar pela casa *no centro da cidade*, não significa *apenas* lutar pela casa. Ao ocupar um imóvel e demandar sua desapropriação, o movimento institui um conflito de ordem simbólica e ideológica de grandes proporções.

Afinal, para essas pessoas, lutar pelo direito de morar no centro significa, em grande medida, desafiar a lógica segundo a qual elas foram “educadas” durante toda sua vida: lugar de pobre é na periferia. Nessa perspectiva, faz todo o sentido a afirmação de Melucci de que a “mera” existência de um movimento social já representa um desafio ao sistema político. Na verdade, poderíamos ir além e afirmar que a *organização política* em torno dessa pauta e o “simples” questionamento das hierarquias sociais por meio dessa mobilização já representa, em grande medida, *uma conquista popular*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adotando o movimento de moradia do centro de São Paulo como referência empírica, este texto procurou analisar o papel dos movimentos sociais como atores que desafiam o discurso e os códigos hegemônicos. Mais especificamente, procuramos demonstrar que os ativistas engajados em um determinado conflito problematizam temas até então colocados como verdades inquestionáveis, e, através de sua atuação política, eles se tornam capazes de revelar novos horizontes para a sociedade.

Essa talvez seja a principal contribuição dos movimentos sociais que lutam por algum tipo de mudança no *status quo*: relativizar as certezas, colocar em dúvida aquilo que se apresenta como absoluto. A luta pela moradia popular no centro da cidade se encaixa perfeitamente nessa análise. É claro que, no presente contexto, a luta do movimento de moradia não é capaz de alterar profunda e estruturalmente a lógica perversa de produção e organização da cidade. Está longe disso, aliás. Mesmo porque, em tempos de globalização neoliberal, os interesses econô-

¹⁵ No início da década de 1990, durante o governo municipal de Luiza Erundina (PT), os movimentos de moradia conseguiram estabelecer projetos em conjunto com a prefeitura e foram construídas cerca de 227 unidades para habitação popular no centro. Todas as demais unidades habitacionais conquistadas pelos movimentos foram construídas após o início das ocupações, em 1997.

micos que se fazem presentes em uma cidade da importância de São Paulo (o principal elo do Brasil com o circuito financeiro internacional) possuem um poder efetivamente muito maior sobre o controle do território do que os próprios atores políticos locais – a realização da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016 no Brasil demonstrou isso de forma clara.

Mas o ponto fundamental, na análise desse cenário, é compreender que o movimento de moradia, ao “extrapolando os limites” e reivindicar habitação popular em um lugar onde os pobres não são bem-vindos, mostrou à sociedade que existem outros projetos e concepções sobre a cidade que vão além da perspectiva empresarial ou mercadológica. A luta pela moradia no centro, *sobretudo através das ocupações*, revela contradições, carências, necessidades e demandas por outra lógica de organização da cidade, que não pode simplesmente ser ignorada pelas autoridades políticas. Com as ocupações em imóveis ociosos no centro da cidade, a lógica periférica de urbanização passou a ser politicamente contestada, e esse é um debate de interesse público. Afinal, o modelo periférico de desenvolvimento urbano trouxe consequências desastrosas para os habitantes dos grandes centros, com destaque para a devastação ambiental (especialmente em razão das ocupações em áreas de mananciais públicos) e a necessidade de grandes deslocamentos pelo território, o que, aliado a uma política que prioriza o transporte individual, tem como desdobramento inevitável o caos absoluto no sistema de trânsito.

Dessa forma, ainda que a pauta do movimento de moradia tenha seu foco voltado para a questão habitacional, sua atuação política contribuiu para desencadear um debate que é de interesse de toda a sociedade, com exceção daqueles grupos empresariais que continuam extraindo ganhos exorbitantes a partir desse contraditório e conflituoso modelo de desenvolvimento urbano.

Recebido para publicação em 04 de julho de 2016
 Aceito em 25 de novembro de 2016

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos*, n. 79, p. 151-167, nov. 2007.
- AQUINO, C. R. F. de. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. 2008. 201 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. Framing processes and social movements. *Annual review of Sociology*, n. 26, p. 611-639, 2000.
- BENOIT, A. H. R. A questão da moradia em Marx e Engels. *Crítica Marxista*, v. 10, p. 157-160, 2000.
- BLIKSTAD, K. *O agir coletivo nas interfaces da sociedade civil e do sistema político: o caso da atuação do movimento de moradia de São Paulo sobre a política pública de habitação*. 2012. 184 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- BONDUKI, N. Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 113-144.
- BONFIM, V. C. *Os espaços edificados vazios na área central de São Paulo e a dinâmica urbana*. 2004. 132 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- BOULOS, G. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci Editora, 2012. 72 p.
- CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2008. 399 p.
- D’ANJOU, L.; MALE, J. V. Between old and new: social movements and cultural change. *Mobilization: an international journal*, v. 3, n. 2, p. 141-161, 1998.
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006. 270 p.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements: an introduction*. Oxford: Blackwell, 2006. 345 p.
- DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. 353 p.
- FERNANDES, E. Constructing the “right to the city” in Brazil. *Social & legal studies*, v.16, n. 2, p. 201-219, 2007.
- _____. O estatuto da cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Org.). *O estatuto da cidade comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 55-70.
- FERNANDES, P. O pluralismo paradoxal e os movimentos sociais: democracia participativa e o Estatuto da Cidade. In: JORNADA EM DEFESA DA MORADIA DIGNA, 1., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2008. p. 69-83.
- GAMSON, W. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. 272 p.
- GILLION, D. *The political power of protest: minority activism and shifts in public policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. 191 p.
- GIUGNI, M. Was It Worth the Effort? The Outcomes and Consequences of Social Movements. *Annual Review of*

- Sociology*, v. 24, p. 371-393, 1998.
- GOHN, M. da G. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 204 p.
- _____. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009. 318 p.
- _____; ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, L.; ANT, C. (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 316 p.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008. 144 p.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996. 141 p.
- _____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.
- MARQUES, E. C. L. *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Editora Unesp: CEM, 2015. 455 p.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MELO, T de. *Direito e ideologia: um estudo a partir da função social da propriedade rural*. São Paulo: Outras Expressões: Dobra editorial, 2013. 216 p.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.
- _____. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. 455 p.
- MIAGUSKO, E. *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*, 2008. 241 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- MOYA, M. E. Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudança nos olhares sobre a cidade e o social. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Org.). *São Paulo: novos percursos e atores*. São Paulo: Editora 34: Centro de Estudos da metrópole, 2011. 398 p.
- NEUHOLD, R. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*, 2009. 165 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PASTERNAK, S. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, n. 18, 1997.
- PATERNIANI, S. Z. *Política, fabulação e a Ocupação Mauá: etnografia de uma experiência*, 2013. 256 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.
- RIBEIRO, L. Os movimentos sociais e sua relação com a questão da saúde. *Cadernos de Saúde pública*, Rio Janeiro, v. 5, n. 3, p. 264-275, jul./set. 1989.
- SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000. 250 p.
- SNOW, D. Framing processes, ideology and discursive field. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. (Org.). *The blackwell companion to social movements*. Malden: Blackwell, 2004. 754 p.
- SNOW, D.; BENFORD, R. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International social movement research*, v. 1, p. 197-217, 1988.
- SNOW, D. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American sociological review*, v. 51, p. 464-81, 1986.
- TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 353 p.
- TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião pública*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, nov. 2012.
- TAVOLARI, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos*, n. 104, p. 92-109, mar. 2016.
- TILLY, C. *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill, 1978. 349 p.
- _____. *Why? What happens when people give reasons... and why*. Princeton: Princeton University Press, 2006. 202 p.
- _____. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 235 p.
- _____. Movimentos sociais como política. *Revista brasileira de Ciência política*, n. 3, p. 133-160, jan./jul. 2010.
- TRINDADE, T. A. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. *Lua nova*, São Paulo, n. 87, p. 139-165, 2012.
- _____. *Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo*, 2014. 240 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- _____. A importância dos movimentos sociais e sua relação com o direito: o caso dos movimentos dos sem terra e sem teto no Brasil. In: TRINDADE, E.; MELLIM FILHO, O.; TRINDADE, T. A. (Org.). *Curso de Direito: leituras essenciais*. Campinas: Editora Alínea, 2015a. p. 147-174.
- _____. A participação para além dos espaços institucionais: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo (SP). In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 39., 2015, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2015b.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.
- _____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

WHAT DO PROPERTY OCCUPATIONS IN CENTRAL AREAS MEAN?

Thiago Aparecido Trindade

Taking as an empirical reference the housing movement of the São Paulo downtown, the objective of this article is to analyze the meaning of occupations of unoccupied real estate promoted by actors of this movement in the central area of the city. We try to demonstrate that the role of the social movements as actors who place themselves in the position of challengers of ideas, discourses and hegemonic values in society. By the speech of the activists engaged in this mobilization, it is also discussed how the right of living in downtown became a political agenda gradually built by popular sectors. The method of the study is predominantly qualitative, as it consisted in theoretical review, data collection of documents, journalistic material, and interviews with activists. As a conclusion, we suggest that the main meaning of occupations in the central areas consist in the questioning of the hegemonic model of urbanization in Brazilian society, which historically moved the poorer strata toward the peripheries of the cities.

KEYWORDS: Housing movement. Occupations. Conflict. Right to the city. Urbanization.

QUELLE EST LA SIGNIFICATION DES OCCUPATIONS D'IMMEUBLES DANS DES ZONES CENTRALES?

Thiago Aparecido Trindade

En prenant comme référence empirique le mouvement pour le logement du centre de Sao Paulo, l'objectif principal de cet article est d'analyser la signification des occupations d'immeubles vides promus par les acteurs de ce mouvement dans le centre de la ville. Nous démontrons ainsi le rôle des mouvements sociaux comme acteurs qui assument une position de défi des idées, des discours et des valeurs hégémoniques dans la société. Par le biais des discours des activistes eux-mêmes engagés dans cette mobilisation, il y a lieu de savoir aussi comment le droit d'habiter au centre de la ville est devenu un sujet politique construit progressivement par les secteurs populaires. La méthodologie adoptée, essentiellement qualitative, a consisté en une révision de la théorie, une collecte de données issue de documents et de matériel journalistique ainsi que d'interviews avec des militants. Pour conclure, nous estimons que le sens principal de l'occupation des aires centrales consiste en une remise en question du modèle hégémonique de l'urbanisation dans la société brésilienne qui, tout au long de l'histoire a éloigné les couches plus pauvres vers les ceintures périphériques des villes.

MOTS-CLÉS: Mouvement pour le logement. Occupations. Conflit. Droit à la ville. Urbanisation.

OS RITOS EMPRESARIAIS NA RELAÇÃO COM COMUNIDADES RURAIS DA AMAZÔNIA MARANHENSE

*Raifran Abidimar de Castro**

*Edna Castro***

Neste artigo são apresentadas duas formas de atuação de representantes de grandes corporações junto a comunidades do interior do estado do Maranhão, na região Nordeste do Brasil, com o objetivo de demonstrar, através do conceito de ritos empresariais, como eles são desenvolvidos de maneira estratégica pelas grandes empresas, na sua relação com comunidades rurais. A abordagem metodológica adotada é a qualitativa, com ênfase em análises descritivas e explicativas. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com representantes tanto das comunidades quanto das empresas, além de análises de documentos oficiais disponíveis ao público e de documentos internos disponibilizados para esta pesquisa. Como principal contribuição, tem-se que as grandes empresas desenvolvem a capacidade de interferir diretamente na sua avaliação pelos comunitários, a partir do momento em que selecionam os representantes que tenham vivências relacionadas com causas defendidas por seus antagonistas, nesse caso, os movimentos sociais do meio rural; ou ainda quando conseguem transformar os investimentos financeiros em referenciais positivos de atuação nas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Porta-voz autorizado. Autoridade-autorizada. Representação. Capital simbólico. Inculcação.

INTRODUÇÃO

Considerando-se que as grandes empresas sempre enviam representantes para realizar trabalhos de reconhecimento nas comunidades em que suas atividades podem causar impactos socioambientais, as formas como esses representantes atuam têm grande potencial para produzir resultados positivos, caso eles tenham a capacidade de dialogar e de antecipar problemas locais. Tais ganhos dependem dos procedimentos adotados tanto pela empresa quanto pelo profissional selecionado.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é apresentar como os ritos empresariais são desenvolvidos de maneira estratégica pelas grandes empresas, na sua relação com comunidades rurais. Para tanto, são apresentadas duas formas de atuação de representantes de grandes corporações junto a duas comunidades do interior do estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil.

Para ampliar a liberdade de exposição dos dados, informações e avaliações sobre os dois casos, os nomes das empresas (aqui denominadas de Empresa 01 e Empresa 02) e de seus respectivos representantes (aqui denominados de Representante Empresa 01 – RE01 e Representante Empresa 02 – RE02) não são mencionados. Optou-se por esse procedimento, pois o valor maior deste artigo se encontra na descrição detalhada dos ritos e dos usos que os representantes fazem do arcabouço político, financeiro e simbólico que recebem primeiramente das empresas e, em seguida, das comunidades.

Destacam-se, no processo metodológico, a riqueza e o detalhamento dos resultados da análise empírica aqui apresentada. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas (Boni; Quaresma, 2005; Duarte, 2004) com representantes das empresas, das duas comunidades e dos órgãos públicos que nelas atuam. Os dados foram complementados com análises de documentos oficiais disponíveis ao público, além de documentos internos disponibilizados para esta pesquisa. A abordagem metodológica adotada foi a qualitativa, com ênfase em análises descritivas e explicativas (Godoy, 1995; Neves, 1996).

* Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Avenida Projetada, s/n, Vila Progresso. Cep: 65.930-000. Açailândia – Maranhão – Brasil. raifrancastro@ifma.edu.br

** Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rua Augusto Correa, 1. Guamá. Cep: 66.075-750. Belém – Pará – Brasil. edna.mrcastro@gmail.com

A primeira parte do artigo apresenta uma fundamentação teórica sobre a atuação de grandes empresas junto a comunidades rurais, complementada com as ideias centrais deste artigo aplicadas à análise desse tipo de relação. Em seguida, são apresentadas as características básicas de cada agente estudado (empresas e comunidades), bem como informações importantes sobre os setores de cada empresa dedicados à relação com comunidades. Por fim, são descritas as principais estratégias adotadas pelas corporações e por seus interlocutores, especificando-se como seu desenvolvimento nos ritos empresariais tem resultado em novas representações empresariais, repercutindo diretamente no cotidiano comunitário.

A AÇÃO ESTRATÉGICA EMPRESARIAL E A MUDANÇA NOS RITOS

Os grandes investimentos na indústria, bem como nos seus aparatos logísticos de apoio, tornarem-se destaque na região comumente chamada de Amazônia Maranhense, principalmente a partir do ano de 2010. O destaque para a instalação de indústrias nos municípios de Açailândia e Imperatriz não se deve apenas à propagação dos possíveis ganhos financeiros, mas também aos impactos socioambientais, pois tais empreendimentos estão ligados à mineração e à expansão de monoculturas florestais.

Além da problemática socioambiental que envolve esses tipos de atividades, também tem recebido destaque a forma como as empresas buscam se relacionar com as comunidades circunvizinhas, principalmente da área rural. Percebe-se que há um importante investimento empresarial na redução de possíveis relações conflituosas que resultem em perdas financeiras.

Embora a relação entre empresas e comunidades não seja nova, o que há de novo nesse contexto é a modificação das estratégias empresariais. Há autores como Marchiori e Oliveira (2009) que citam exemplos de como

a ética tem pautado as ações corporativas, na medida em que elas buscam a legitimidade e a credibilidade de suas atuações. Já em outro extremo, Layrargues (1998) e Tenório (2006) destacam que existem discordâncias sobre esse entendimento, pois há diversos danos socioambientais impulsionados pela ação empresarial em diversos tipos de comunidades.

Problemas como a poluição (sonora, do ar, da água e do solo), acidentes com maquinário e reassentamentos involuntários enquadram-se entre os danos socioambientais com maior influência no cotidiano comunitário. Ainda assim, as empresas buscam estabelecer, segundo seus modos de avaliação, uma relação pautada na aplicação de estratégias que possibilitem uma avaliação positiva, buscando a confiança comunitária. Nesse sentido, Burkle (1999) destaca que uma relação de vizinhança confiável pode ser estabelecida com base nas seguintes estratégias: ampliar o relacionamento com as comunidades; identificar e monitorar os anseios e preocupações das comunidades que podem impactar a empresa; e planejar ações que estejam vinculadas às necessidades empresariais. O autor cita ainda que uma “relação sustentável” (Burkle, 1999, p. 102, tradução nossa), pode ser estabelecida com o fortalecimento de uma imagem íntegra de empresa no seio da comunidade.

Planejar e agir estrategicamente têm sido as ferramentas empresariais e, obviamente, isso não é algo novo. Mas é importante considerar que, apesar de as manifestações dos movimentos sociais contra grandes empreendimentos ainda existirem, elas vêm passando por um processo de redução. Nesse sentido, entender os fatores que interferem diretamente nesse processo é de extrema importância, considerando-se, principalmente, casos que ele possa ser cuidadosamente analisado. Com isso, “[...] um dos passos a ser analisado é, justamente, como o sistema de interação é estabelecido e que regras são postas como parte do processo de negociação dos interesses considerados como válidos para o debate” (Ferreira, 2011, p. 72).

Para Vieira (2010), a cultura organizacional e a ação empresarial consideram o contexto cultural em que se inserem para agir estrategicamente. Para Freitas (1997), as grandes empresas têm grande capacidade de perceber as mudanças sociais e de responder a elas. Estas “[...] respondem não apenas de maneira operacional, funcional, mas também de maneira simbólica, através de sua cultura organizacional e do repasse de todo um imaginário” (Vieira, 2010, p. 70). Verifica-se, portanto, que o processo de comunicação empresarial voltado para comunidades tem regras rigidamente estabelecidas para a concretização das estratégias corporativas, utilizando-se principalmente dos processos de comunicação com esses grupos.

Ao tratar das estratégias de comunicação, Almeida e Nunes (2007) salientam que elas só obterão resultados positivos se forem ratificadas pelos agentes (altos escalões). Já Kunsch (2003) destaca ainda a necessidade de que essas ações considerem não apenas os objetivos da organização, mas também os de seus interlocutores. Há, assim, dois importantes pontos a serem contemplados: ao se relacionarem com comunidades, a partir de um pilar estratégico, devem ser considerados os interesses empresariais; outro fator que surge é a necessidade de buscar transmitir uma percepção de acolhida e de atendimento das demandas comunitárias.

As duas situações citadas, apesar de paradoxais devem ser analisadas. Nesse ponto, destaca-se a importância dos interlocutores dessa relação, surgindo, então, o agente de intermediação, que é estrategicamente selecionado pelas empresas. Importa considerar ainda que as regras e os procedimentos de relação são estabelecidos pelos superiores, que visam a atender aos interesses de seus investidores: “Os profissionais de comunicação organizacional e relações públicas desenvolvem papel estratégico, ao administrar esses relacionamentos, em busca da conciliação dos interesses das organizações e também de seus públicos” (Andrade, 2010, p. 103).

Esses agentes, ainda que influenciados

pela instituição, seguem padrões racionais de ação, nos quais se conjugam as demandas da empresa e as suas próprias, como pessoas (Selznick, 1972). Apesar de uma contextualização complexa, é importante considerar que, acima de tudo, há uma importante influência da organização nas ações de seus representantes, pois, além de acompanhar as ações das comunidades, os altos executivos também avaliam seus agentes.

Ainda sobre esses representantes, França e Freitas (1997) ressaltam que há os profissionais encarregados de estabelecer uma relação harmoniosa entre as corporações e seus públicos de interesse, buscando apoio da opinião pública para seus negócios. Para Fernandes (2010), a pessoa que recebe esses investimentos empresariais tem como uma das principais funções a redução da ocorrência de conflitos, pois devem agir prevenindo-os, informando-os às instâncias superiores, e até exterminando qualquer possibilidade de ocorrência (França; Freitas, 1997).

Ao tratar da questão da delegação e da pessoa que a recebe, Bourdieu (1989, p. 12) a relaciona com o poder simbólico que ela exerce sobre os que são seu foco, pois “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Sobre esse fator, Almeida (1997, p. 28) destaca que os “atos de autoridade autorizada” colaboram para que os processos de magia social sejam utilizados, através dos mecanismos de investidura, como “fazer-se conhecer” e “fazer-se reconhecer”, para que os limites arbitrários sejam considerados legítimos. Inclusive, “Os atos de autoridade ou atos autorizados são mecanismos utilizados por uma instituição ou por um grupo de indivíduos para que sejam representados por outro” (Bourdieu, 1991c, p. 114).

Neste sentido, Hardy e Clegg (1996) destacam que as atividades atuais de disciplina-mento direcionadas aos representantes empresariais vão para além da dependência financeiri-

ra ou do estabelecimento de obrigações contratuais, pois se tem utilizado de estratégias mais complexas de poder, como a simbologia positiva de empresa socialmente justa e responsável. Como destaca Bourdieu (1991a), busca-se um poder para além das estruturas físicas e impostas, passando-se para o nível dos sistemas simbólicos. Relacionando-se com a temática deste artigo, constata-se a expectativa de que, nos altos escalões corporativos, essa simbologia positiva seja disseminada no cotidiano das comunidades, tornando-se ainda um trabalho político de representação.

Este trabalho político faz com que os indivíduos que recebem os investimentos para defender os objetivos de uma coletividade se percebam como importantes atores para o grupo que representam. Para isso, são utilizadas cerimônias e manifestações públicas de que tal agente recebeu esse poder do grupo (Bourdieu, 1991b). Deve-se considerar ainda que a ação de representação só pode ser exercida por pessoas que estejam verdadeiramente engajadas com as causas do coletivo que se propõem a representar, “[...] fazendo-o falar por sua boca e representando-o com seu corpo, convertido em símbolo e emblema mobilizador” (Bourdieu, 2001, p. 53). Tem-se, assim, que se deve considerar como os representantes das corporações se utilizam dos símbolos em suas estratégias.

Para Bourdieu (1989, p. 91), os símbolos são “[...] instrumentos de conhecimento e de comunicação, que tornam possível o *consensus* sobre o sentido do mundo social, contribuindo para a reprodução da ordem social”. O autor destaca ainda que os sinais incorporados, que vão para além de adornos corporais, apresentam-se como as referências para os que recebem algum poder pela delegação e pelos ritos de instituição (Bourdieu, 1991d).

Ao tratar dos símbolos, Hofstede (1991) também destaca que eles são de grande significância para a representação de grupos e para a manifestação da autoridade dos representados. Já para Enriquez (1992), eles ainda ampliam a capacidade de estruturação da “cultura de

empresa”. Silva (2000) complementa que os símbolos são utilizados para a expressão de identidades, na medida em que demonstram ou tentam mascarar os valores aceitos e disseminados internamente. É importante considerar ainda que eles são importantes para o estabelecimento de ritos, na medida em que se tornam referenciais práticos a serem disseminados e seguidos. Para isso, são considerados os agentes, os recursos e as ações, amparados pelos referenciais simbólicos empregados.

Sobre as organizações, Srour (1998) afirma que elas combinam agentes sociais e recursos que se convertem em instrumentos estratégicos para a ação. Considera-se também o que Aktouf (1993) coloca como “cultura organizacional”, quando ele a define como um emaranhado de conhecimentos e evidências disseminado pelos componentes da organização, na busca pela ampliação do conhecimento local. Conjugadas, tais ações visam a ampliar a capacidade de as empresas potencializarem seu capital simbólico positivo, mesmo que seja através da cooptação (Bourdieu, 2001).

Como destaca Castells (1999), há ainda uma luta pela manipulação dos símbolos, na qual se valorizam novas representações que influenciam as formulações da realidade realizadas pelos indivíduos. São diversas as estratégias utilizadas para essa manipulação, mas, em termos de análise sociológica, obtêm destaque a cooptação e a inculcação. Sobre a cooptação, Bourdieu (2001, p. 85) salienta que se trata de “[...] operações nas quais se presta atenção aos sinais de competência e ainda mais aos indícios quase imperceptíveis, quase sempre corporais, postura, compostura, maneiras, disposições de ser [...]”. Para Rosa e Brito (2009), as organizações se utilizam de estratégias de inculcação e de trabalho pedagógico para fazer com que os receptores de investimentos institucionais realizem suas ações de acordo com os objetivos pretendidos por elas. Para isso, as grandes corporações têm se utilizado de seus agentes a fim de ter acesso direto aos anseios comunitários, e, tendo esse

conhecimento, obter maior êxito sobre na relação com tais comunidades, como foi dito, utilizando-se de uma carga simbólica que repasse uma nova representação empresarial. Nesse ponto, surge a importância do entendimento a respeito do “porta-voz autorizado” (Bourdieu, 1991c, p. 58).

Para Bourdieu (1991c, p. 58), esse tipo de representante só tem o poder de utilizar as palavras e, a partir delas, buscar fazer com que os outros ajam de acordo com seus objetivos, “[...] porque o seu discurso concentra em si o capital simbólico do grupo que tenha delegado a ele, e do qual é o mandatário”. Para esse autor, “[...] o porta-voz autorizado é aquele a quem cabe e sobre quem cabe falar em nome da coletividade. É ao mesmo tempo o seu privilégio e seu dever [...]” (Bourdieu, 1991b, p. 71).

Em termos de relações e do estabelecimento de novas representações, Kleba e Wendausen (2009) salientam que a escolha de estratégias dos agentes está relacionada à estrutura do poder que lhes é concedido. Com isso, ao se adaptarem às exigências da ação estratégica das empresas e ao obterem resultados positivos com essa ação, tais representantes recebem maior capacidade de poder dentro das organizações que representam (Cappelle; Melo; Brito, 2005). E, caso os ganhos sejam significativos, como destaca Laclau (1996, p. 22), “[...] o representante também está transformando a identidade do representado”.

Portanto, ao agirem no cotidiano comunitário, os representantes das empresas buscam alterar a avaliação negativa que os comunitários têm das grandes corporações empresariais e ampliar seu poder dentro dessas organizações, na medida em que esses resultados sejam alcançados. Ou seja, não bastando os interesses empresariais, há, ainda, os interesses de seus representados. Por isso, é importante considerar tanto os ritos adotados pelas empresas quanto a aplicação realizada por seus representantes.

No sentido aqui empregado, os ritos são utilizados pelas pessoas que recebem o poder

de representação de duas maneiras. Elas podem, primeiramente, utilizar essa investitura de representação para impor autoridade e respeito às suas ações e enunciados; ou também podem realizar ações e formular enunciados que se relacionem com os objetivos esperados a partir da representação para a qual foram investidas (Bourdieu, 1991d). Dentre os ritos organizacionais empresariais destacados por Trice e Beyer (1984), merecem destaque os de renovação e de reforço. Os primeiros se relacionam às ações da empresa voltadas para ampliar sua capacidade estrutural de ação estratégica; os de reforço visam a disseminar a força de ação e os benefícios que a empresa traz às partes interessadas.

Para entender como têm ocorrido essas modificações nas estratégias adotadas pelas grandes corporações e, conseqüentemente, por seus representantes na relação com comunidades, foram selecionados empiricamente dois casos que demonstram como empresas que historicamente enfrentam manifestações e (ou) processos judiciais realizados por comunidades aplicam formas de atuação que reduzem a possibilidade de conflitos socioambientais.

OS AGENTES: as empresas e as comunidades

Neste artigo, são analisados dois casos que representam as realidades locais: uma empresa ligada ao ramo da mineração e sua relação com a comunidade de um assentamento rural; e uma empresa do ramo de silvicultura com a comunidade de uma reserva extrativista. O histórico das empresas e das comunidades é diferente, encontrando-se apenas nos tradicionais mecanismos de atuação na sociedade. Nesse sentido, é importante descrever as principais características desses quatro agentes, ainda que as suas identidades permaneçam preservadas, como foi informado na metodologia.

A empresa ligada ao ramo da mineração (Empresa 01) atua no mercado há mais de 50

anos. Ela enfrenta diversos problemas na relação com comunidades nas regiões onde atua, principalmente devido às atividades de extração, de transporte e de manipulação de seus produtos. Para reduzir os problemas ligados ao relacionamento com comunidades, tem se empenhado na elaboração de instrumentos técnicos e operacionais que reduzam ou eliminem a ocorrência desses problemas. Manuais e sistemas digitais têm sido utilizados para possibilitar maior acompanhamento das demandas e reduzir a ocorrência de manifestações contra a empresa. Nesse sentido, há um grande empenho na divulgação das ações avaliadas como positivas, tornando-se uma estratégia constante da equipe da mineradora, cujo principal objetivo é tentar demonstrar que a empresa se preocupa com os problemas atinentes aos danos socioambientais causados por suas atividades. Apesar disso, a ocorrência de conflitos nas obras de logística da empresa demonstra que há um paradoxo entre o divulgado e suas ações.

A empresa mantém profissionais diretamente ligados a seu quadro e também trabalhadores terceirizados para o estabelecimento do que é denominado por eles como diálogo com as comunidades circunvizinhas às suas atividades. Mas é importante destacar que os terceirizados fazem apenas trabalhos básicos de acompanhamento do processo, como visitas às comunidades para coleta de informações. As reuniões onde há decisão sobre procedimentos e investimentos a serem adotados são acompanhadas pelos profissionais diretamente ligados à empresa.

A partir da avaliação do processo histórico de atuação da Empresa 01, verifica-se que, dentre os principais objetivos de sua ação junto às comunidades – todos eles pautados numa ação estratégica –, estão: aumentar o conhecimento do cotidiano comunitário; acompanhar processos que podem trazer riscos operacionais; ampliar a visibilidade positiva da empresa; e ampliar o atendimento das demandas, reduzindo possibilidades de conflitos.

Mesmo com essa grande quantidade de procedimentos e orientações, momentos

de tensão ainda ocorrem na relação com as comunidades, como, por exemplo, no caso apresentado a seguir. Há um funcionário que é responsável direto pelo relacionamento com comunidades da região aqui analisada. Mas, ainda que tenha grande poder de decisão, ele deve seguir as orientações de coordenadores e diretores regionais ou estaduais. Cabe a esse representante empresarial local apenas conseguir maiores informações sobre os anseios e sobre os processos de organização das comunidades. Além disso, ele tem se apresentado como um orientador para as comunidades, na medida em que intermedeia os processos de financiamento na comunidade aqui analisada e nas demais da região. Frequentemente, ele é transferido para atividades em outras regiões do estado do Maranhão.

A empresa ligada ao ramo da silvicultura (Empresa 02) também atua no mercado há mais de 50 anos, mas apenas a partir da década de 1980 iniciou um processo de expansão em âmbito nacional e internacional. A atuação na região aqui considerada foi iniciada no ano de 2008, e sua produção, na Amazônia, visa, prioritariamente, a atender à demanda internacional.

Como se trata de uma empresa com décadas de atuação no seu principal ramo, já conhece os conflitos com comunidades, e sabe, principalmente, quais os mecanismos a serem adotados para reduzi-los. Ao analisar os relatórios de sustentabilidade da empresa, identifica-se que seus representantes, nesse caso os altos executivos, sabem que a estratégia que mais surte efeitos positivos é o uso de recursos financeiros aplicados em comunidades de baixo investimento público. Mas, acima de tudo, o diferencial dessa empresa, em relação à Empresa 01, diz respeito à seleção e à atuação de seus representantes¹. Eles são vinculados diretamente à empresa e, portanto, não há participação de empresas terceirizadas nesse setor, havendo um setor específico ligado à área socioambiental cuja finalidade é estabelecer o relacionamento com as comunidades da região.

¹ Esse processo é descrito detalhadamente no item posterior.

Como foi mencionado, um dos focos deste artigo é a relação entre a Empresa 01 e uma comunidade de assentamento. O grupo de assentados, que hoje faz parte dessa comunidade (Comunidade 01), iniciou suas atividades no ano 2000, quando ainda eram poucas as ações públicas para assentamento de famílias na região. Depois de anos acampados às margens das rodovias locais, ocuparam a fazenda onde hoje se localiza a comunidade.

Como o assentamento ainda se encontra em fase de implantação, são poucos os trabalhadores que já têm algum retorno financeiro dos trabalhos com a terra, os quais têm sido pequenos por conta do pouco apoio das instituições públicas. Na maioria dos casos, os trabalhadores vivem do apoio dos governos estadual e federal, por meio de políticas de ampliação de renda (Bolsa Família), e de cestas básicas doadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O plantio e a criação de animais estão em fase inicial, mas ainda sem nenhum tipo de financiamento.

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) foi liberado pelo INCRA em 2013. Até o início de 2015, a comunidade dependia exclusivamente do poço artesiano que já existia no momento da ocupação, mas existiam problemas de abastecimento devido, principalmente, aos problemas com a manutenção da bomba hidráulica e do encanamento para a distribuição da água para a agrovilas. Por conta dos poucos investimentos e também por ser um dos principais prejudicados pelas ações da mineradora, por conta da proximidade da agrovilas das atividades logísticas da empresa, essa comunidade tem demonstrado ser um agente importante nas manifestações, seja contra as organizações estatais, seja contra as empresas. Além disso, trata-se de uma das comunidades que buscam ampliar as parcerias com sindicatos e outras organizações que apoiem os movimentos sociais do campo.

O outro caso analisado é o da relação entre a comunidade de uma Reserva Extrativista (RESEX), aqui denominada de Comunidade 02 com a silvicultora, Empresa 02. É importante

destacar que, durante anos, as famílias que hoje estão na reserva tiveram de estabelecer lutas políticas para a devida ocupação e regularização da área como reserva. Mas há autores² que consideram o estabelecimento dessa reserva apenas como estratégia dos comunitários para ocupação legal da área, sendo importante informar que houve conflitos judiciais e políticos entre os fazendeiros e políticos da região, de um lado, e os trabalhadores rurais, de outro.

Em 2003, foram realizados os processos de loteamento e de distribuição dos lotes entre os sócios da associação que representa a comunidade. Atualmente, há em torno de 150 famílias ligadas diretamente à RESEX, segundo dados fornecidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Devido à falta de apoio, ou à baixa capacidade dos comunitários para ampliar suas rendas, há relatos de que a maioria dos jovens sai da RESEX e busca outras oportunidades em municípios como Goiânia (GO) e Brasília (DF). Além disso, há um descontentamento com as organizações representantes da reserva, pois não se tem conseguido articular a comunidade para implantar projetos que melhorem a condição socioeconômica dos extrativistas, ainda que elas se empenhem em concretizar projetos socioambientais.

Um fator importante a ser considerado é a dificuldade de as duas comunidades concretizarem projetos de ampliação de renda em parceria com as organizações estatais. Verifica-se, assim, uma lacuna na atuação das duas empresas, e seus representantes têm tido a habilidade de usá-la para reduzir a possibilidade de conflitos com essas comunidades, e também, alterar a avaliação negativa das empresas, situação observada nos dois casos aqui analisados. São estratégias utilizadas pelos representantes, ou “porta-vozes autorizados”, como classifica Bourdieu (1996c, p. 58).

² Esses autores não podem ser citados, para não se identificar a comunidade estudada.

OS PORTA-VOZES AUTORIZADOS E SEUS RITOS

Como foi mencionado anteriormente, passamos a destacar as análises sobre as estratégias adotadas pelos representantes empresariais na relação com as comunidades. Mas importa destacar que tais estratégias têm como objetivos: a busca pelo apoio comunitário para as ações empresariais (França; Freitas, 1997); a redução da possibilidade de conflitos (Fernandes, 2010); a aplicação de estratégias orientadas pela empresa ou resultantes de suas avaliações (Selznick, 1972); e o uso dos símbolos na busca de influência diante de seus interlocutores (Bourdieu, 1989, 1991a, 1991b, 1991c, 1991d). Tais representantes se apresentam como “autoridades autorizadas” (Almeida, 1997, p. 28) e “porta-vozes autorizados” (Bourdieu, 1991b, p. 71).

Nos dois casos, as empresas são avaliadas nas regiões onde atuam segundo duas vertentes: na primeira, a dos políticos, dos pequenos empresários e de boa parte dos trabalhadores, são tidas como organizações que geram empregos e renda; já nas comunidades que têm vivência com movimentos sociais, há uma grande quantidade de pessoas que as avalia como degradadoras do meio ambiente e estimuladoras de concentração de renda. Portanto, a ação dos representantes pauta-se na obrigatoriedade de que a avaliação negativa e a possibilidade de geração de conflitos diretos sejam contornadas. Como destaca Freitas (1997), as empresas percebem as problemáticas em que se envolvem e buscam alterá-las para reduzir possíveis perdas, buscando modificar identidades negativas (Bueno, 2005).

Em relação aos representantes, os perfis profissionais do RE 01 e do RE 02 são muito diferenciados. O primeiro tem formação acadêmica (graduação) na área de comunicação e trabalha na empresa há mais de 10 anos. Tem diversos cursos de qualificação na área de comunicação e de gestão empresarial, sendo que alguns foram promovidos ou financiados pela

empresa. Nos ritos de seleção dos representantes para os campos aqui analisados, no caso do RE01, foram considerados alguns fatores. Os funcionários que passaram pelo campo antes dele não lograram êxito, pois a comunidade ampliou sua capacidade de pressão sobre a empresa, na medida em que passaram a realizar manifestações públicas, e conseguiram apoio de organizações locais, de movimentos sociais e do Ministério Público Federal (MPF). Por serem de empresas terceirizadas, a contratante não repassava poderes para eles, como registram os manuais da empresa, o que foi confirmado pelo RE01 durante as entrevistas. Assim, a empresa resolveu indicar alguém com experiência na área de comunicação com comunidades e na resolução de conflitos; além desses fatores, contou como ponto positivo o fato de que ele, por residir há vários anos na região, conhece os contextos sociopolíticos das comunidades locais.

Pelo fato de ser uma funcionária de carreira da empresa, ela recebeu maior apoio para dialogar e negociar acordos com os assentados. Ainda assim, afirma que precisou seguir os trâmites internos da Empresa 01, o que se tornou um fator complicador, pois isso burocratiza o atendimento às demandas comunitárias. Apesar das exigências das regras internas, o RE01 recebe maior apoio da representada. Com isso, a empresa estabeleceu melhor seus “atos de autoridade” (Bourdieu, 1991b, 1991c), na medida em que também consegue ser mais ágil no atendimento aos anseios dos assentados.

Antes das ações do RE01, a Empresa 01 enfrentou sérios problemas de conflito direto com a comunidade, e os assentados chegaram a realizar manifestações que foram destaque no noticiário nacional. Segundo esses assentados, eles não se sentiam respeitados pela empresa, que não atendia às suas demandas, destacando que os representantes da empresa não demonstravam capacidade de articulação e de diálogo, e só frequentavam a comunidade para obter informações sobre o cotidiano do assentamento. Não havia retorno sobre in-

vestimentos sociais, um processo que resultou na manifestação e em um novo momento de relação com a chegada do RE01, que passou a frequentar a comunidade constantemente fazendo reuniões para “fazer-se conhecer” e “fazer-se reconhecer”, como é destacado por Almeida (1997), e tentando construir uma nova representação da empresa como socialmente justa e responsável (Bourdieu, 1991b), com a busca de diálogo correto e de negociação de melhorias, como consta nas atas das reuniões realizadas com a comunidade. Apresentando-se como simpaticante dos movimentos sociais do campo, destaca os ganhos de outras comunidades que estabeleceram um diálogo “positivo” com a empresa, estando sempre fardado e expressando os sinais incorporados (Bourdieu, 1991d, p. 49), além de demonstrar capacidade de articulação para a implantação das demandas. Tudo para revelar-se como representante ideal da empresa (Laclau, 1996), inclusive, passando a incorporar um personagem “orientador” na elaboração de projetos a serem financiados por ela.

Observa-se, segundo dados dos documentos da Empresa 01, que, a partir da avaliação quanto à possibilidade da ampliação dos conflitos, realizada pelo “RE01”, a empresa passou a destinar maior quantidade de recursos para investimentos na comunidade. As denúncias dos assentados junto ao MPF, que tratavam de problemas nas casas (rachaduras), da poluição sonora (buzina do trem), dentre outras, e as solicitações de esclarecimentos vindas desse órgão influenciam para que a empresa ampliasse sua articulação de estratégias para a antecipação de conflitos. Isso possibilitou que o representante realizasse reuniões para que a comunidade selecionasse os investimentos a serem recebidos.

Com o início dos investimentos e suas respectivas obras, que podem ser enquadradas como reproduções simbólicas (Bourdieu, 1989), a empresa passou a utilizá-las como exemplos de que se dispõe a dialogar e a beneficiar as comunidades, estabelecendo-se um

momento de relação harmoniosa entre os dois agentes (Assentamento e RE01). Nesse processo, tem-se a instalação de uma luta simbólica (Bourdieu, 2001), com o uso de ideias-força (Bourdieu, 1989) que visam a disseminar uma simbologia positiva da empresa. De um lado, ainda existem os comunitários contrários aos investimentos; de outro, a empresa que utiliza os investimentos como referenciais simbólicos de ação positiva.

No caso da Empresa 02, em termos de início da relação com a Comunidade 02, houve a solicitação do Ministério Público Federal (MPF) para que o território da Reserva Extrativista (RESEX) fosse incluído no cronograma das reuniões de divulgação dos novos investimentos. A equipe da silvicultura avaliava que a RESEX não se enquadrava como AII (Área de Influência Indireta).

Como não houve mudanças na equipe de atuação junto à comunidade da RESEX, o Representante da Empresa 02 – RE02 – foi o responsável pelo início da relação, e ainda continua nessa posição. Diferentemente do outro caso estudado (Empresa 02), aqui todos são funcionários ligados diretamente à empresa, e fazem parte da equipe designada para o relacionamento com comunidades, sendo importante informar que as análises se pautam na atuação do RE02.

Os perfis profissionais do RE01 e do RE02 são muito diferenciados. O segundo é graduado, com licenciatura; já trabalhou em diversos órgãos públicos municipais, estaduais e federais e consta, no seu histórico, uma forte atuação partidária, ligação com políticos e atuação nos movimentos sociais da região onde trabalha. Em termos de hierarquia profissional, o RE02 está no topo da equipe de atuação em comunidades e existem profissionais que são responsáveis por áreas específicas, mas todos os eventos e investimentos relacionados a esse campo são planejados e orientados por ele.

Como destaca Zucker (1987), as empresas buscam implantar novos mecanismos para ampliar os resultados positivos com as partes

interessadas, ainda que externas ao cotidiano empresarial. E, nesse sentido, o RE02 passou a disseminar, no seio da comunidade, que investimentos financeiros seriam feitos e que ele se empenharia nessa concretização. Assim, os extrativistas passaram a relacionar a imagem positiva do RE02 à empresa, pois ele se apresentava como representante com poder de influência. Observe-se que ele não tinha experiência na área privada, pois sempre foi ligado a órgãos públicos, também ligados diretamente à comunidade da RESEX. A Empresa 02 considerou esse histórico para selecioná-lo, pautando-se, assim, em um novo rito: contratar pessoas com trabalho reconhecido em comunidades.

Por seu caráter de liderança em movimentos políticos e sociais, ele foi cogitado para o cargo que atualmente ocupa, a fim de acompanhar o processo de licenciamento ambiental, além de ser uma figura positiva no seio das comunidades rurais, como é constantemente mencionado nas entrevistas com os comunitários, conseguindo reduzir significativamente manifestações contrárias à empresa, principalmente, na zona rural. Tem-se, assim, a aplicação do que Bourdieu (1989) menciona como uma autorização de representação com foco nos que receberão o poder simbólico. Em relação ao caso da RESEX, havia um grande movimento contrário à implantação dos investimentos da Empresa 02, e algumas lideranças e os movimentos sociais ligados aos extrativistas disseminavam avaliações extremamente negativas das obras. Com o início da divulgação direta da empresa nas comunidades, o RE02 foi fundamental na capitalização simbólica positiva para a silvicultura, pois recebeu o que Almeida e Nunes (2007) denominam “livres poderes para atuar”. Esse processo possibilitou maiores ganhos, como a construção de um referencial positivo de diálogo entre empresa e comunidade, e o próprio representante menciona que reconhece sua contratação como estratégica, enfatizando que sempre tem interesse em apoiar as comunidades sob sua responsabilidade.

Considerando as entrevistas e as análises em campo, a seleção de ambos os representantes para atuação nas relações com as comunidades segue o que Fleury (1987) destaca como uma “ritualização dos heróis”. E como principais estratégias destacam-se os processos de “inculcação” e de “trabalho pedagógico” (Bourdieu, 2011; Rosa; Brito, 2009), além dos mecanismos de renovação e reforço (Trice; Beyer, 1984), para propiciar maiores ganhos nos seios das comunidades. Destaca-se que o investimento financeiro é utilizado nas duas relações como estratégia de dissipação de possíveis conflitos, tanto na RESEX como no assentamento, pois esse é o maior problema dessas comunidades. Tais investimentos recebem o peso da representação do poder da empresa (Enriquez, 1992; Silva, 2000) e, com o apoio do órgão estatal responsável pela área, esses representantes também exercem uma influência como “orientadores” de projetos que são viáveis para investimentos.

Os processos de comunicação (Almeida; Nunes, 2007) e de manifestações públicas de representação (Bourdieu, 1991b) têm sido de grande importância para a ampliação do poder simbólico das empresas. Os dois representantes citados têm desempenhado importante papel de interlocução (Andrade, 2010), pois, além de conseguirem a pacificação nas relações, têm disseminado a simbologia de representante ideal (Hofstede, 1991), tanto no seio da organização, quanto para os comunitários e suas redes de relação. Entretanto, com um histórico ligado aos movimentos sociais, o representante da silvicultura se torna obrigado a beneficiar a empresa, mesmo que se apresente como “benfeitor” da comunidade. Ao mudar sua “classe” de atuação social, tem-se o que Nunes (2013) enfatiza como mudança de *habitus* (Bourdieu, 2011); com isso, mudando-se a trajetória, mudam-se as disposições pessoais, individuais (Crossley, 2001).

Por outro lado, o poder de negociação cedido aos representantes amplia sua capacidade de ação, enfatizando-se que a principal

diferença nos resultados se encontra exatamente na simbologia de confiança que o RE02 representa para a comunidade da RESEX, e nos sinais de incorporação (Bourdieu, 1991d) que ele agrega à representada. Isso ocorre quando: a) sabendo de sua boa avaliação junto à comunidade, agrega essa simbologia à empresa, sempre mencionando que pode apoiar investimentos adequados para a comunidade; b) ao serem realizados os primeiros investimentos financeiros, o RE02 demonstra a possibilidade de ganhos econômicos comunitários, mas vincula esse resultado à necessidade de manutenção da “parceria”, ou seja, de uma relação sem conflitos.

Deve-se destacar que, mesmo com todo o investimento financeiro e com uma mudança no capital simbólico das empresas, tornando-o mais positivo, os representantes ainda enfrentam agentes que discordam da ação das empresas, nos territórios das comunidades. Mas, nos dois casos, os comunitários que avaliam negativamente os investimentos empresariais passam a ser classificados como contrários ao desenvolvimento econômico dos assentados e dos extrativistas. Se, antes dos investimentos privados, as comunidades viviam um certo consenso, apesar de haver três associações no assentamento, agora há uma extrema divisão entre os componentes, e, nos dois casos, os representantes empresariais buscam estabelecer uma relação de confiança (Barney; Hansen, 1994), interorganizacional, com um indicativo de que nenhum dos agentes utilizará meios para se sobressair sobre o outro. Mas a busca por uma posição de dominação em um campo é realidade em qualquer contexto de organizações (Bourdieu, 2005), buscando-se ampliar um poder, quando se trata das investidas de grandes empresas e seus lucros.

A Empresa 01 iniciou seu trabalho de relacionamento com a comunidade com o intuito de realizar diagnósticos sobre a contextualização sociopolítica, que, como destaca Aktouf (1993), é atividade comum no meio empresarial. Esse processo foi iniciado consi-

derando-se que os investimentos suas atividades poderiam causar danos ao cotidiano do assentamento. As ações do RE01 tiveram grande relevância, pois, além de se tratar de um funcionário direto da empresa, que contava com maior apoio dela, era dotado de maior habilidade para dirimir os conflitos. Ele também se apresentou como um representante realmente engajado (Bourdieu, 2011; Hobbes, 2002) com seus representados.

Apesar da experiência na área da empresa onde atua, o RE01 se encontra na base de uma estrutura complexa, onde qualquer tipo de decisão deve seguir trâmites burocráticos internos, em que as demandas devem passar por várias instâncias até que seja tomada uma decisão. Essa diferença no poder de decisão tem sido um dos principais diferenciais na resolução dos conflitos, como buscamos demonstrar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as estratégias adotadas pelas empresas na seleção de seus representantes, ou “porta-vozes autorizados”, mostrando que, ao atuarem junto às comunidades, eles podem interferir diretamente nos resultados. As grandes empresas desenvolvem a capacidade de interferir diretamente na sua avaliação a partir do momento em que selecionam representantes cujas vivências sejam relacionadas com causas defendidas por seus antagonistas, nesse caso, os movimentos sociais do meio rural. Isso é complementado com a transformação dos investimentos financeiros em referenciais positivos de atuação nas comunidades.

Os resultados demonstram que as estratégias adotadas pela Empresa 02 e por seu representante implicaram a ampliação do que seria uma representação positiva, pois têm conseguido agregar capital simbólico proveniente do representante contratado para esse fim. Além disso, o fato de facilitar o acesso do representante aos recursos da empresa, mesmo

que estrategicamente, tem possibilitado expor esses resultados. Nesse caso, considera-se o fator de brevidade e de demonstração de capacidade de resolução das demandas dos comunitários e, no caso da Empresa 01, o destaque se deve ao fato de que seu representante consegue aplicar estratégias de inculcação, já que as obras realizadas pela empresa tornam-se instrumentos de inclusão de uma nova representação da ação empresarial, nesse caso favorecendo a mineradora.

Torna-se importante destacar que os processos metodológicos adotados nesta pesquisa podem ser aplicados em mais campos de relação entre empresas e comunidades, principalmente rurais, para que elas percebam que têm participado de relações estratégicas e que os benefícios imediatos podem se transformar em perdas. Tais perdas estão relacionadas com processos de desterritorialização (Paludo, 2015; Stolerman et al., 2015; Zhouri; Oliveira, 2005) e de desagregação das suas redes de relações historicamente estabelecidas. É preciso que mais pesquisas como esta sejam realizadas e que seus resultados sejam instrumentos de ampliação do capital cultural das comunidades.

Recebido para publicação em 19 de abril de 2016
Aceito em 28 de novembro de 2016

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. F. (Org.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1993. v. 2, p. 39-79.
- ALMEIDA, A. L. C.; NUNES, D. A. Mensagens corporativas e a construção de sentido sobre as organizações. *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas*, São Paulo, n. 7, p. 259-179, jul./dez. 2007.
- ALMEIDA, K. M. P. Distinção e transcendência: a estética sócio-lógica de Pierre Bourdieu. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 155-168, 1997.
- ANDRADE, Z. A. F. *Gestão da ética nas organizações: possibilidades aos profissionais de relações públicas e comunicação organizacional*. 2010. 236 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BARNEY, J.; HANSEN, M. H. Trustworthiness as a source of competitive advantage. *Strategic management journal*, v. 15, p. 175-190, 1994.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. Identity and representation: elements for a critical reflection on the idea of region. In: _____. *Language and symbolic power*. Edited and introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity press, 1991a. p. 92-106.
- _____. Description and prescription: the conditions of possibility and the limits of political effectiveness. In: _____. *Language and symbolic power*. Edited and introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity press, 1991b. p. 127-136.
- _____. Authorized language: the social conditions for the effectiveness of ritual discourse. In: _____. *Language and symbolic power*. Edited and introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity press, 1991c. p. 107-116.
- _____. Rites of Institution. In: _____. *Language and symbolic power*. Edited and introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity press, 1991d. p. 117-126.
- _____. *Meditações pascalianas*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. O campo econômico. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. *Revista Política e sociedade*, n. 6, p. 15-57, abr. 2005.
- _____. O campo político. *Revista brasileira de Ciência política*, n. 5, p. 193-216, 2011.
- BUENO, W. C. A personalização dos contatos com a mídia e a construção da imagem das organizações. *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas*, São Paulo, n. 2, p. 11-27, jan./jul. 2005.
- BURKLE, E. M. *Corporate community relations: the principle of the neighbor of choice*. London: Greenwood, 1999.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; BRITO, M. J. Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações. *Organizações rurais & agroindustriais*, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005.
- CASTELLS, M. *A Era da informação: o poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.
- CROSSLEY, N. The phenomenological habitus and its construction. *Theory and society*, v. 30, p. 81-120, 2001.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em revista*, n. 24, p. 213-225, 2004.
- ENRIQUEZ, E. L'entreprise commelien social: un colosse aux pieds d'argile. In: SAINSAULIEU, R. (Org.). *L'entreprise: eu affaire de société*. Paris: Presses de la Fondation nationale de Science politique, 1992. p. 39-58.
- FERNANDES, R. B. Pierre Bourdieu e a noção de liderança política. *Revista ensaios*, v. 2, n. 3, p. 35-38, jan./jun., 2010.
- FERREIRA, J. O trabalho político. O social em questão, ano 14, n.º 25/26, p. 157-186, 2011.
- FLEURY, M. T. L. Estórias, mitos, heróis: cultura organizacional e relações do trabalho. *Revista de Administração de empresas*, v. 27, n. 4, p. 7-18, 1987.

- FRANÇA, F.; FREITAS, S. G. *Manual da qualidade em projetos de comunicação*. São Paulo: Pioneira, 1997.
- FREITAS, M. E. *Cultura organizacional: sedução & carisma?* 1997. 323f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1997.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- HARDY, C.; CLEGG, S. R. Some darecall it power. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook of organizations studies*. London: Sage, 1996.
- HOBBS, T. *Elementos da lei natural e política*. Tradução de Fernando D. Andrade. São Paulo: Ícone, 2002.
- HOFSTEDE, G. *Culture and organizations*. London: McGraw-Hill, 1991.
- KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e sociedade*, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.
- KUNSCH, M. M. K. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. 4. ed. São Paulo: Summus editorial, 2003.
- LACLAU, E. Poder e representação. Tradução de Joanildo A. Burity. *Estudos sociedade e agricultura*, n. 7, p.7-28, dez. 1996.
- LAYRARGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.
- MARCHIORI, M. M.; OLIVEIRA, I. L. Perspectives mchallenges, and future directions for organizational communication reserch in Brazil. *Management Communication quarterly*, v. 22, n. 4, 2009, p. 671-676, mar. 2009.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.
- NUNES, N. Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de NicosMouzelis. *Sociologia*, Porto, v. 25, p. 33-53, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/v9d8x>>. Acesso em: 21 fev. 2016.
- PALUDO, D. F. Barragem no rio Guapiaçu? Conflitos socioambientais e estratégias de resistência. *Revista geonorte*, v. 4, n. 2, p. 405-419, 2015.
- ROSA, A. R.; BRITO, M. J. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. *Revista O&S*, Salvador, v. 16, n. 51, p. 629-646, out./dez. 2009.
- SELZNICK, P. *A liderança na Administração: uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora vozes, 2000. p. 73-102.
- SROUR, R. H. *Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão*. São Paulo: Campus, 1998.
- STOLERMAN, P. et al. A implantação da usina hidrelétrica de Jirau no rio Madeira e os processos de desterritorialização em Rondônia. *Terr@ plural*, v. 8, n. 2, p. 371-387, 2015.
- TENÓRIO, F. G. (Org.). *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- TRICE, H. M.; BEYER, J. M. *Studyind organizacional culture sthrough rites and cerimonials*. *Academyof management reviw*, v. 9, n. 4, p. 653-669, 1984.
- VIEIRA, A. Cultura, poder e identidade nas organizações. *Revista de Administração FEAD*, v. 1, n. 1, p. 61-75, 2010.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.
- ZUCKER, L. Institutional theories of organization. *Annual review of Sociology*, v. 13, p. 443-464, 1987.

**BUSINESS RITES IN THE RELATION WITH
RURAL COMMUNITIES IN THE AMAZON REGION
OF MARANHÃO**

*Raifran Abidimar de Castro
Edna Castro*

This article presents two forms of action taken by representatives of large corporations with communities in the interior of the Maranhão state, in the Northeastern region of Brazil. We seek to demonstrate, through the concept of business rites, how large companies, in their relationship with rural communities, strategically develop these rites. The methodological procedure adopted is qualitative focused on descriptive and explanatory analysis. Semi-structured interviews with representatives from the communities and the companies were performed, as well as the analysis of official documents of open access and internal documents, which were granted access for this research. As a main contribution, we hold that large companies develop the capacity to interfere directly in the evaluation made by the community. It starts from the moment the companies select the representatives, who have experiences related to causes sustained by their antagonists, in this case, the social movements in the rural area; or when they transform the financial investments into positive references for their action in the communities.

KEYWORDS: authorized spokesperson. Authorized authority. Representation. Symbolic capital. Inculcation.

**LES RITES DES ENTREPRISES DANS LEUR
RELATION AVEC LES COMMUNAUTÉS
RURALES DE L'AMAZONIE DU MARANHÃO**

*Raifran Abidimar de Castro
Edna Castro*

Cet article présente deux manières d'agir des représentants des grandes corporations envers les communautés rurales de l'état du Maranhão dans la région nord-est du Brésil. L'objectif est de démontrer, par le biais du concept des rites des entreprises, comment ceux-ci sont implantés de manière stratégique par les grandes entreprises dans leur relation avec les communautés rurales. L'approche méthodologique adoptée est qualitative et met l'accent sur les analyses descriptives et explicatives. Nous avons appliqué des interviews semi-structurées auprès des représentants des communautés et des entreprises et nous avons aussi procédé à l'analyse des documents officiels mis à la disposition du public ainsi que de documents internes destinés à notre recherche. Comme contribution principale, nous pouvons affirmer que les entreprises développent une capacité d'interférer directement au niveau de l'évaluation faite par les membres des communautés à partir du moment où elles font la sélection des représentants dont le vécu est en lien avec les causes défendues par leurs antagonistes, dans le cas échéant les mouvements sociaux du monde rural ou encore lorsqu'elles arrivent à transformer les investissements financiers en références positives d'action dans les communautés.

MOTS-CLÉS: Porte-parole autorisé. Autorité-autorisé. Représentation. Capital symbolique. Inculcation.

USOS DE UMA CIDADE DA LIBERDADE: estudantes africanos em Redenção

Wellington Maciel*

Este trabalho analisa a presença de estudantes estrangeiros na cidade de Redenção, Ceará, Brasil. Seu objetivo é compreender as ressignificações que guineenses produzem do espaço urbano. O estudo busca dialogar com as pesquisas sobre a atual diáspora africana no Brasil. Nesses estudos, sobressaem ênfases nas identidades nacionais recriadas por sujeitos deslocados. Observa-se, porém, uma subvalorização dos condicionantes espaciais ao se interpretar a localização desses sujeitos na “terra do outro”. Argumenta-se, neste artigo, que os *usos estrangeiros* ocorrem no momento em que Redenção presencia o florescimento de um *imaginário de cidade da liberdade*, por se tratar do primeiro núcleo urbano a libertar os escravizados em fins do século XIX. Após a instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira em 2010, o novo marco espacial dessa *topografia da liberdade*, a cidade passou a se apropriar de símbolos que compõem um mosaico de temporalidades históricas contrastantes.

PALAVRAS-CHAVE: Estrangeiros. Linguagem urbana. Imaginário social. Diásporas contemporâneas. Espaço urbano.

Muitas vezes o olhar desenraizado do estrangeiro tem a possibilidade de perceber as diferenças que o olhar domesticado não percebe, interiorizado e demasiadamente habituado, pelo excesso de familiaridade. E são justamente as diferenças que constituem um extraordinário instrumento de informação, pois estas, uma vez selecionadas, articuladas e registradas segundo um método explícito, podem contribuir para desenhar um novo tipo de mapa, com o qual se possa descrever e compreender a metrópole (Canevacci, 2004, p. 17).

A unificação de proximidade e distância envolvida em toda relação humana organiza-se, no fenômeno do estrangeiro, de um modo que pode ser formulado da maneira mais sucinta dizendo-se que, nesta relação, a distância significa que ele, que está próximo, está distante; e a condição de estrangeiro significa que ele, que também está distante, na verdade, está próximo, pois ser um estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: é uma forma específica de interação (Simmel, 1983, p. 182-183).

INTRODUÇÃO

Abro este artigo citando dois autores que, em épocas distintas, analisaram a figura do estrangeiro e as possibilidades analíticas que esse personagem possui para o estudo das cidades, em particular, das metrópoles. Canevacci (2004) nos apresenta o estrangeiro desen-

raizado, que encontra numa cidade como São Paulo o experimento de poder encontrar-se e perder-se permanentemente. É esse o traço que faz dele, estrangeiro. Afinal, ele não pertence totalmente ao lado de cá. Sua qualidade principal reside na capacidade de enxergar as *diferenças*. Georg Simmel (1983, p. 182), por seu lado, toma o estrangeiro como o sujeito capaz de articular presença e ausência, proximidade e distância. O estrangeiro é alguém que ainda possui a *liberdade de ir e vir* e que, para tal, “[...] fixou-se em um grupo espacial particular, ou em um grupo cujos limites são semelhantes aos limites espaciais”.

Cabe perguntar se, nos casos de cidades pequenas, aquelas não classificadas como metrópoles, o estrangeiro ainda encontra as mesmas vantagens assinaladas por Canevacci e Simmel em relação aos nativos. O presente trabalho se propõe abordar a relação entre estrangeiro e cidade tomando para estudo de caso a presença de estudantes guineenses em Redenção, Ceará, Brasil. O objetivo é compreender as ressignificações que os estudantes produzem do espaço urbano. O estudo busca dialogar com as pesquisas sobre a atual diáspora africana no

* Universidade Estadual do Ceará (UECE). Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Av. Dr. Silas Munguba, 1700. Campus do Itaperi. Cep: 60741903. Fortaleza – Ceará – Brasil. wellington.maciél@uece.br

Brasil, especificamente, aquelas que discutem os deslocamentos de estudantes integrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a fim de realizar sua formação superior em universidades brasileiras.

As pesquisas sobre o tema apontam ênfases nas identidades nacionais recriadas por sujeitos deslocados. Sem desconsiderar esse foco, observa-se, porém, uma subvalorização dos condicionantes espaciais ao se interpretar a localização desses sujeitos na “terra do outro”. Argumenta-se, neste artigo, que os usos estrangeiros ocorrem no momento em que Redenção presencia o florescimento de um imaginário de cidade da liberdade, por se tratar do primeiro núcleo urbano a libertar os escravizados em fins do século XIX. Após a instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) em 2010, como novo marco espacial da topografia da liberdade, a cidade passou a se apropriar de símbolos que compõem um mosaico de temporalidades históricas contrastantes. É possível observar, além de praças e monumentos antigos e edificações novas, uma *linguagem urbana* que reúne palavras como “liberdade” e “abolição” em estabelecimentos comerciais, denotando certa ressignificação de temas históricos por parte da população local.

Para operacionalizar as ideias expostas, parto de minhas experiências em docência com alunos estrangeiros que obtive ministrando as disciplinas de educação intercultural, introdução à antropologia das cidades, história das ideias políticas e sociais, teoria sociológica e metodologia da pesquisa sociológica no curso de bacharelado em humanidades (BHU) e no curso de licenciatura em sociologia e em conversas diárias, atividades de extensão e eventos, entre os quais, aulas inaugurais, seminários, cursos e mesas-redondas. A escolha dos estudantes africanos e dos guineenses, em particular, deve-se a um fato objetivo: além de existirem em maior número entre os estudantes dos países que compõem os PALOP (Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Prín-

cipe), foi com eles que estabeleci maior contato nas atividades assinaladas durante o tempo em que estive trabalhando na Universidade.¹ Como instrumento complementar de pesquisa, realizei uma entrevista grupal com cinco estudantes guineenses² do curso de BHU, do Instituto de Humanidades e Letras (IHL), com o objetivo de captar representações da cidade de Redenção.

O IMAGINÁRIO SOCIAL DE UMA CIDADE DA LIBERDADE: o caso de Redenção

Redenção, no estado do Ceará, fica a 65 km da capital Fortaleza. Encontra-se no Maciço de Baturité, região administrativa do sertão central cearense. Possui, segundo o censo do IBGE de 2010, 26.415 habitantes, divididos em população rural (11.281) e população urbana (15.134). Foi nessa pequena cidade que trabalhei como professor adjunto do IHL, lecionando nos cursos de BHU e sociologia. Em 2015, Redenção realizou as comemorações oficiais de 147 anos de emancipação política do município vizinho, Aracape. Segundo lembra a matéria do Jornal *O Estado* (“Redenção comemora 147 anos de emancipação política”), de 28 de dezembro de 2015, os festejos tiveram lugar na Praça da Igreja Matriz, quando alguns traços mais associados à cidade foram lembrados:

Na ocasião, o prefeito Manuel Bandeira fez questão de lembrar-se do novo momento vivido pelo povo redencionista e do resgate de valores e tradições no município. “O nosso principal patrimônio é o povo de Redenção. Estamos trabalhando para devolver a este povo a sua história, os seus costumes, tradições e cultura”, destacou o prefeito. Hoje, a histórica cidade de Redenção, a primeira a libertar os escravos no Brasil, completa 147 anos de emancipação política, um verdadeiro orgulho para todos os redencio-

¹ Trabalhei como professor adjunto da Unilab entre abril de 2015 e novembro de 2016.

² A entrevista com cinco estudantes guineenses foi realizada no dia 15 de fevereiro de 2016 no Campus da Liberdade. A escolha da entrevista grupal se deve ao fato de permitir o debate de pontos de vistas, ideias e representações.

nistas. A cidade cresceu, deu um salto gigantesco e hoje acolhe diferentes raças, culturas e etnias, através da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), um cartão postal para o Brasil e o mundo.

“Redencionista³”, “cidade histórica” e “cartão postal do Brasil e do mundo” são indícios semânticos do capital simbólico que a cidade acumulou ao longo de sua curta história. Se, por um lado, a dimensão temporal é a via mais divulgada de leitura da cidade, como transparece acima, por outro, o espaço não pode ser menosprezado. Nesse sentido Redenção tanto se assemelha como se diferencia de Zaíra, uma das cidades invisíveis de Ítalo Calvino.⁴ Assemelha-se, pois é recorrente a alusão espacial aos fatos históricos que tiveram lugar na cidade, sendo o principal deles a libertação de cerca de 150 *escravizados* em fins do século XIX, antecipando-se em cinco anos à Lei Áurea. Diferencia-se, uma vez que a cidade não apenas “contém”, mas “conta o seu passado” numa linguagem particular.

Percorrendo a cidade, é fácil constatar a presença do tempo histórico nos espaços, sob a forma de *linguagem urbana*, em letreiros, *outdoors*, ruas e edificações, mas também nas conversas cotidianas dos *redencionistas*, compondo o que Canevacci (2004) denomina de “cidade polifônica”. É nas construções novas e antigas que essa linguagem ganha mais densidade: Praça da Liberdade, Avenida da Abolição, Museu Senzala Negro Liberto (onde se avista a informação afirmativa “A liberdade aconteceu aqui”, na entrada do Sítio Livramento), Museu Memorial da Liberdade (inaugurado em 28 de dezembro de

1997), Ótica Liberdade, bairro Parque da Liberdade, Supermercado Abolição, Posto Ipiranga Liberdade, Campus da Liberdade, Monumento à Liberdade, sede da TV Liberty (“Redenção, a capital da liberdade”).

Esses espaços compõem o que passo a denominar de *topografia da liberdade*,⁵ ou seja, o conjunto dos espaços (lojas, praças, monumentos, museus, ruas) que informam a carga simbólica da identidade de Redenção. Conforme Pesavento (1999, p. 16),

A arquitetura e o traçado de ruas e praças são, sem dúvida, o registro físico de uma cidade, mas também são um modo de pensar sem linguagem. Portanto, o espaço é sempre portador de um significado, cuja expressão passa por outras formas de comunicação. Ora, a força de uma imagem se mede pelo seu poder de provocar uma reação, uma resposta. É, pois, na capacidade mobilizadora das imagens que se ancora a dimensão simbólica da arquitetura. Um monumento, em si, tem uma materialidade e uma historicidade de produção, sendo possível, portanto, de datação e de classificação. Mas o que interessa a nós, quando pensamos o monumento como um traço de uma cidade, é sua capacidade de evocar sentidos, vivências e valores.

Vagando pelas ruas como o *flâneur* das galerias de Paris, recordado por Benjamin (2001), um olhar mais atento a esses e outros marcos se revela e uma imagem mais elaborada surge. Logo na entrada de Redenção, na Avenida da Abolição, o monumento *A Negra Nua* informa ao visitante e reitera ao morador o feito histórico mais lembrado. A mulher, agora livre das correntes que a prendiam, ergue as mãos ao céu como que num gesto de agradecimento pela liberdade obtida. O monumento está situado entre duas edificações que ligam, de modo

³ O gentílico *redencionista*, embora se refira normalmente a todos os indivíduos nascidos em Redenção, comporta exceções. Durante as solenidades especiais, são conferidos a medalha da abolição e o título de *cidadão redencionista* a pessoas ilustres, como autoridades e outras com reconhecido papel na cidade. Em 2010, o ex-presidente Lula foi condecorado com o referido título, por meio da Lei municipal Nº 1375, de 18 de junho do mesmo ano.

⁴ “Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” (Calvino, 1998, p. 14).

⁵ A categoria *topografia da liberdade*, construída pelo autor do presente artigo, busca aproximar-se da noção de tipo ideal weberiana, no sentido de ferramenta conceitual de ordenação lógica do real. Em 01 de abril de 2011, a Câmara Municipal da cidade criou o “Centro histórico de Redenção”, através da Lei Nº 1.416. Essa delimitação oficial compreende a parte mais antiga da *topografia da liberdade* e demonstra a preocupação recente da administração municipal com a preservação e invenção do seu passado. Não se deve esquecer que a bandeira de Redenção, que está hasteada em alguns espaços, como a sede da Prefeitura e a Unilab, possui um forte simbolismo: ela traz uma corrente com o elo aberto em referência à libertação dos *escravizados*.

peculiar, tempo e espaço na cidade: o *Museu Senzala Negro Libertado* e o *Campus da Liberdade* da UNILAB, este localizado na antiga sede administrativa da Prefeitura Municipal.

O Museu, construído no Sítio Livramento pela tradicional família Muniz Rodrigues, abrigou o local onde os cativos alcançaram a liberdade pela concessão de cartas de alforria em março de 1883, consagrando, no País, o pioneirismo de Redenção. A edificação é constituída por casa-grande, senzala, canavial, moinho de engenho e pelo antigo maquinário de 1927 para fabricar a cachaça *Douradinha*, ainda produzida, estando aberta à visitação pública nos dias úteis, entre 8 e 17h. A senzala é formada por um úmido e escuro quarto que servia de dormitório e por um local para castigos, como se pode constatar com a presença de correntes, algemas e gargalheiras. O Museu foi fundado em 2003 e reúne um conjunto colonial original. O casarão abriga móveis antigos do final do século XIX e histórias da época da escravidão. Há, por exemplo, uma antiga peça utilizada para engarrafar a cachaça. É possível visualizar também uma coleção de cédulas da época.

Além do *Campus da Liberdade*, mais dois foram levantados na região: o *Campus dos Palmares*, em Acarape, e o *Campus das Auroaras*, em Redenção.⁶ A *Liberdade* é o principal “pedaço”⁷ (Magnani, 2008) lusófono dessa topografia da liberdade, pois congrega estudantes brasileiros e aqueles provindos dos países africanos de língua oficial portuguesa, além de técnicos administrativos e professores, entre os quais professores do Congo, Angola, Guiné e Moçambique, esses últimos em menor número quando comparado ao de brasileiros. O português é o idioma adotado nas comunicações oficiais da Universidade, o que não esgota a

riqueza fonética presente nesse espaço, já que os estudantes de Guiné Bissau e de Cabo Verde utilizam preferencialmente o *crioulo*⁸ nas suas interações cotidianas.

Museu, Monumento e Campus, assim, parecem se complementar quanto à informação simbólica que o estrangeiro recebe ao chegar ao local: a de que esta é uma *cidade da liberdade*. Outros espaços compõem um conjunto de citações históricas e “lugares de memória” (Nora, 1993): a *Fazenda Gurguri-Senzala*, situada a 18 km da sede, que serve hoje de pousada para os poucos turistas que visitam a cidade; um obelisco, na Praça da Liberdade, no Centro, construído em 1933, por ocasião das comemorações dos primeiros cinquenta anos de abolição, que divide com um busto da Princesa Isabel as referências ao seu passado; marca da presença religiosa na cidade, o *Monte das Graças*, na Serra do Cruzeiro, possui 720 degraus e conduz a um grande crucifixo e à imagem de Nossa Senhora das Graças, como que levando o observador ao céu. Três igrejas mais visíveis espacializam a fé católica dos *redencionistas*: a Igreja de Nossa Senhora da Imaculada, a Matriz, concluída em agosto de 1868, em estilo romântico; a Capela de Santa Rita, inaugurada em 29 de dezembro de 1917, em estilo gótico; e a mais nova, a Capela de São Miguel, em estilo eclético, erguida em 1936.

Essa topografia da liberdade tem alimentado imagens que exaltam o passado da cidade, constituindo-se em indícios de um imaginário social urbano peculiar. A origem de Redenção, como de todas as cidades, consagra, assim, um modo de abordar o urbano. Nesse sentido, sigo Pesavento (1999, p. 8). Segundo a autora, “[...] entre as muitas possibilidades de acesso ao urbano, optamos por seguir os discursos e imagens que falam de uma cidade, caminho este que lidaria com os imaginários sociais que os homens, ao longo de sua histó-

⁶ Além de Redenção, a UNILAB está presente também na cidade de São Francisco do Conde (Campus dos Malês), a 67 km de Salvador, Bahia. É considerado o município brasileiro com maior população negra declarada (90%).

⁷ De acordo com Magnani (2008, p. 32), “[...] quando o espaço – ou um segmento dele – [...] torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebe o nome de pedaço”.

⁸ Segundo Trajano Filho (2014), o crioulo é um tipo de língua que emerge em situações de contato linguístico. O crioulo, portanto, não pode ser reduzido a um mero sincretismo entre elementos das línguas envolvidas, apresentando, na verdade, elementos estruturados e regradados.

ria, puderam construir sobre a cidade.” Trata-se aqui, comparativamente, de um imaginário de relativa curta duração, quando comparado às cidades mais antigas da Europa, África, Ásia e América, detentoras de uma carga histórica de longa duração.

Considerar Redenção sob a ótica do imaginário urbano significa admitir, ainda na esteira aberta por Pesavento (1999, p. 8), “[...] que a representação do mundo é, ela também, parte constituinte da realidade, podendo assumir uma força maior para a existência que o real concreto. A representação guia o mundo, através do efeito mágico das palavras”. Essa perspectiva é compartilhada por Depaule e Topalov (2001), para os quais a cidade pode ser captada pelas palavras que a designam e a reelaboram. A realidade comporta muito bem variações na ordem simbólica. Daí a importância do registro das variações semânticas que classificam as cidades. Contudo, o registro simbólico da ordem social comporta diferenças. Quando se compara, por exemplo, o modo como moradores e visitantes de uma cidade podem expressá-la em palavras, é possível “[...] observar as migrações de termos de um grupo de locutores a outro, as mudanças de sentido ou de forma que as acompanham e, assim, a formação e as mudanças da língua comum” (Depaule; Topalov, 2001, p. 25).

Essa observação parece se aplicar ao caso de Redenção e à maneira como moradores e estrangeiros a nomeiam como cidade da liberdade. Essa mudança de sentido é refletida nas falas dos estudantes guineenses:

Eu, particularmente, não me considero descendente dos escravos. Eu tenho consciência do marco histórico que passou aqui com meus antepassados, que foram libertos. Eu já ouvi pessoas dizendo que nossos antepassados foram escravizados e agora nós não. Eu me reconheço na história, não com a população local. Existe aqui uma esquizofrenia da população local. Embora você não fale, o corpo fala. Eu não me reconheço nos cidadãos daqui. Existe uma esquizofrenia, um desprezo. Quando você chega numa casa: ‘Lá vem o estudante africano’. (Ivanilson Monteiro, estudante guineense do curso de BHU).
O que eu vejo aqui na cidade é o apagamento, a

negatividade dessa história passada. Eu nunca vi uma pessoa cearense dizer que é negra. Eu fiquei muito chocada com essa história. Essa é a primeira cidade a abolir a escravidão, mas onde estão os descendentes? Onde estão essas pessoas? Será que não têm lugar na história? (Natividade Beia, estudante guineense do curso de BHU).

Duas questões marcam nossa presença aqui em Redenção: a questão histórica e a cooperação. A questão histórica tem a ver com a chegada dos primeiros indígenas, inclusive aqui na cidade de Redenção. Não podemos conciliar essa história com nossa presença aqui na Universidade. Não tem como conciliar essas questões. Se formos conciliar, vamos chegar à conclusão que todos os africanos são escravos. Nós somos descendentes dos africanos desde que os africanos não sejam escravos. Alguns foram escravizados. (Djibril Cá, estudante guineense do curso de BHU).

Embora as administrações municipais da cidade não tenham investido vultosos recursos materiais no simbolismo difundido em torno de sua história, tal como as políticas de patrimônio ou de *gentrification* (Leite, 2001) tem feito em relação às cidades antigas mundo a fora, é possível assinalar a constituição de um imaginário social que se alimenta da palavra *liberdade* e de suas derivações. Nas menções artísticas, esse imaginário exalta as características apontadas como fundantes para os *redencionistas*. É assim que sobressai, no *forró* de 2014, de autoria do cantor local Ribeiro Santos (2015) intitulado “Redenção, terra da libertação”:

Eu te amo Redenção. Você vai sempre estar no meu coração. É uma cidade histórica. Terra da libertação. Uma terra hospitaleira. Nossa linda Redenção. Redenção é liberdade, como o céu cor de anil. Uma terra abençoada. Está no coração do Brasil. Amigos a gente encontra aqui. Seus filhos, alguns tiveram que partir. Vamos lutar com dedicação por nossa linda Redenção. Redenção abençoada. Redenção nossa pátria amada. Ela é a cidade da libertação.

Durante as comemorações dos 147 anos de emancipação política da cidade, outra homenagem foi realizada na canção composta pelo músico Marquinhos Lima (2015), também morador da cidade.

Como não olhar pra ti e não te enxergar. A história

que te cerca, como não lembrar. Conhecida no Brasil, a primeira cidade seus escravos libertar. Redenção é pioneira, pátria redentora. Sua história preservada é libertadora. Acolhe-nos com seu jeito, sua beleza é única. Redenção encantadora. Suas serras são tão belas. Tuas nascentes jorram água que fascina. Sua terra é tão fértil que dá frutos e alimenta o teu povo. Redenção teu nome é luz. Redenção teu feito é grande. O seu nome é libertação.

No artigo “Redenção, que liberdade é essa?”, do Jornal *O Estado*, de 17 de março de 2014, de autoria de Luzienne Souza, moradora da cidade, as qualidades positivas são substituídas por sentidos que incorporam outras camadas de significado aos registros semânticos mais conhecidos. A narrativa articula e tensiona significados em disputa em torno da imagem legítima da cidade que se quer veicular. Além da carga histórica mais comum, são evocados problemas sociais identificados pela autora como comprometedores de sua imagem de *cidade da liberdade*. Concorda que a cidade “ficou conhecida como cidade da liberdade”. No passado, “liberdade da escravidão, mas também liberdade de cidadãos e cidadãs”. Já no presente,

[...] liberdade de vândalos pichando o patrimônio histórico, o monumento Portal da Liberdade, cartão de visitas na entrada da cidade. Liberdade de assaltantes ao comércio local, a moradores de sítios, a cidadãos que trafegam pelas estradas para o trabalho em seus veículos, de pais de famílias com seus filhos a caminho da escola. Liberdade de um povo que grita por socorro [...] Redenção é uma cidade bonita, com senzala, museus, igrejas, lindas cachoeiras, pousada, com uma rica história e locais a serem explorados por turistas, por estudantes e precisa de uma atenção maior das autoridades, principalmente porque a população não é formada somente por filhos naturais de Redenção. Temos estudantes de várias cidades do Ceará e de diversos países frequentando a UNILAB, professores e alunos que residem na cidade ou que se deslocam da capital ou de outras cidades do interior diariamente, correndo risco de assalto dentro dos ônibus intermunicipais, transporte alternativo e até mesmo nos transportes da própria universidade [...]. No passado, Redenção e o Ceará passaram a fazer parte da história por um ato corajoso, que encheu o coração de seus filhos de

orgulho e de amor. Por que não acreditar, por que não fazer acontecer nos dias atuais uma mudança na história do país, sendo os primeiros da emancipação da violência, da insegurança, da impunidade, na redução da criminalidade? (Souza, 2014).

A moradora recorda ainda que essa não é apenas uma cidade de *redencionistas*, mas também de estrangeiros. E, entre os estrangeiros, predomina a diversidade. Cabe, então, perguntar como esses sujeitos representam a cidade e como eles são representados. Uma cidade que viveu a primeira diáspora africana na condição de local de escravidão e que tem nesse fato sua “utopia urbana” (Freitag, 2002), como reorganiza a narrativa de *cidade da liberdade* para incorporar, no discurso, a segunda diáspora, aquela que se configura na vinda de estudantes africanos em busca de realizar seus projetos pessoais e de seus países de origem?

ESTUDANTES AFRICANOS EM REDENÇÃO: dinâmicas de (in)visibilidade

O imaginário de cidade da liberdade que se pode associar a Redenção alimenta-se, como todo imaginário social, da história para reinterpretar o presente, projetando visões de futuro, num processo constante e indefinido. Com a instalação da Unilab em 2010 e início de suas atividades letivas em 25 de maio de 2011, *Dia de África*, uma nova etapa desse imaginário passou a ser produzida tendo por base a diáspora africana de estudantes que têm chegado à cidade. São jovens, em sua maioria, entre 18 e 25 anos, vindos dos PALOP. O objetivo deles é compor os novos quadros profissionais e intelectuais de seus países com a posse do diploma em nível superior, possível com as novas parcerias intensificadas a partir dos governos do ex-presidente Lula, no âmbito do que se passou a chamar “cooperação solidária”.⁹

⁹ Nas Diretrizes (2010, p. 6) da Universidade é dito que “[...] a instalação da UNILAB na cidade de Redenção, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, não representa apenas o das metas do REUNI em seu

Atualmente (maio de 2016), são 2.666 estudantes matriculados em cursos presenciais, distribuídos da seguinte maneira pelas nacionalidades: Brasil: 1.949; Angola: 51; Cabo Verde: 77; Guiné-Bissau: 438; Moçambique: 20; São Tomé e Príncipe: 62 e Timor Leste: 69. Na Unilab, diferentemente de outras instituições de ensino superior que não possuem, em suas diretrizes gerais, as exigências legais e educacionais de cooperações e acordos diplomáticos, a presença de estrangeiros obedece ao Decreto Nº 7.948, de 12 de março de 2013, que dispõe sobre o Programa de Estudante-Convênio de Graduação, o PEC-G. Os assim designados “estudantes estrangeiros” ou “estudantes-convênio” fazem parte dos acordos bilaterais de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países ditos em desenvolvimento.

Vir para o Brasil significa, para esses estudantes, incrementar o capital cultural (Bourdieu, 2013) por meio de uma formação de ensino superior em universidades brasileiras. Porém, antes de chegar ao Brasil e, em particular, a Redenção, algumas imagens são compartilhadas. Nas representações, Cidade e País parecem desconhecidos:

Muitos de nós pensávamos que ia chegar aqui e encontrar um outro Brasil, aqui em Redenção. Alguns colegas quando chegaram aqui pensaram em voltar. Alguns começaram a chorar. Eu vim pra cá pra estudar, não pra ter uma vida de luxo (Jorgimar Manuel, estudante guineense do curso de BHU).

Eu já tinha uma noção sobre a cidade de Redenção. Eu tinha algumas informações, mas eu fiquei decepcionada. Porque é um lugar histórico, mas nunca vi nenhum descendente de ex-escravos. A história diz que aqui foi o primeiro lugar em que foi abolida a escravidão. Mas eu nunca vi, mesmo na Universidade, um negro cearense criado em Redenção (Natividade Maria Beia, estudante guineense do curso de BHU). Antes de chegar ao Brasil, eu já tinha uma imaginação sobre o país. Eu sabia que o nível cultural que o Brasil tem podia oferecer uma formação melhor, em

objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país. Ela aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que terá por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa”.

termos de estudo. Já tinha me informado que fazendo sociologia no Brasil seria uma vantagem. Eu sou do interior de Guiné. Para qualquer lugar que eu vá para estudar estarei tranquilo. Eu vim atrás de uma vantagem. Aqui na UNILAB eu encontrei uma maior integração, que é diferente de outras universidades. Depois que cheguei aqui em Redenção encontrei algumas dificuldades, mas com o tempo comecei a me acostumar. (Djibril Cá, estudante guineense do curso de BHU).

Após a formação no Brasil, está previsto o retorno ao país de origem, como determina o Decreto. Durante o período em que os estudantes permanecem em Redenção, o que pode durar de dois a cinco anos,¹⁰ que mudanças de usos e de representação a presença estrangeira tem provocado sobre a cidade de Redenção? Como os *usos estrangeiros* se apropriam da topografia da liberdade, composta, como foi visto, pelos antigos e novos espaços urbanos? Uma chave metodológica está na dinâmica de (in)visibilidade que caracteriza a presença estrangeira na cidade.

Nos estudos produzidos no Brasil (Abrantes, 2014; Gomes; Vieira, 2013; Gusmão, 2014, 2011; Heleno, 2014; Langa, 2014; Mourão, 2009; Mungoi, 2012; Silva; Morais, 2012; Trajano Filho, 2014; por exemplo) sobre a presença de estudantes estrangeiros que compõem os PALOP, é comum surgirem expressões tais como: “terra do outro”, “terra estrangeira”, “lado de cá”, “fora de lugar”, “terra alheia”, “desterritorializados”, “globo” etc. Esses termos não podem ser encarados de maneira despreziosa sob o risco de se constituírem em categorias vazias de densidade sociológica: eles podem deixar de fora ações e elementos espaciais fundamentais a partir dos quais os *usos estrangeiros* reorganizam suas vidas num país como o Brasil.

¹⁰ O tempo de permanência dos estrangeiros em Redenção varia segundo o curso e o instituto a que o estudante está vinculado. No IHL, por exemplo, onde se encontram os estudantes com os quais mantive contato permanente, o curso de BHU dura dois anos. Após esse período, os estudantes têm a possibilidade de seguir seus estudos de graduação através da realização de uma das *terminalidades*, cursos superiores com duração de três anos: licenciatura em sociologia, licenciatura em pedagogia, bacharelado em antropologia e em história.

No caso de Redenção, antes da vinda dos estudantes estrangeiros, o espaço urbano já possuía camadas de significados alimentadas por uma primeira diáspora africana e por suas ressignificações posteriores, como a primeira delas produzida em 1933, quando se construiu o obelisco na Praça da Liberdade, por ocasião dos cinquenta anos de abolição. Para o estudante guineense Djibril Cá:

Segundo a história essa é uma cidade da liberdade. Foi a primeira a libertar os escravos. Mas, considerando a situação interna dessa Universidade, uma instituição que faz parte de uma cidade denominada cidade da liberdade, não é bem assim. Quando eu cheguei aqui eu esperava muito dessa cidade devido ao próprio nome que ela tem. Eu queria ter uma liberdade que, de fato, nós pudéssemos ter. Na verdade, essa liberdade tem que ser mais vivida mesmo. Não só ser uma liberdade histórica. E na segunda etapa dessa liberdade histórica? Devemos contribuir com essa liberdade. Nós, os técnicos e servidores. Porque estamos aqui para reconhecer aquela dita liberdade. Não podemos contrariar a realidade. Eu não me reconheço nessa liberdade. Ela não existe aqui. Os moradores, o Governo Federal tem que mostrar essa liberdade. Você não pode andar sozinho. Você é vítima. São coisas que não contribuem para a liberdade de nós (Djibril Cá, estudante guineense do curso de BHU).

A cidade espacializa sua identidade em ruas, praças, edificações e monumentos, denotando uma memória oficial. Uma memória que lembra e narra um modo de dizer e a maneira esperada de ser lembrada e que não comporta ambiguidades, pois se pretende definidora da *identidade redencionista*. Mas, assim como os moradores da Ercília, de Calvino (1998, p. 72), os *redencionistas* parecem se utilizar dos mesmos artifícios: para criar ligações entre suas vidas, estendem fios de diferentes cores para expressar as várias relações sociais que se desenrolam na cidade. Com a chegada dos estudantes estrangeiros, outros fios de outras cores foram estendidos e novas tramas surgiram em Redenção.

Diferentemente de grandes cidades, são visíveis as transformações ocasionadas pela chegada dos estudantes africanos. De um lado, há o incremento do comércio local, já que o

dinheiro das bolsas de assistência estudantil é gasto com produtos de primeira necessidade; inflação do mercado imobiliário; surgimento ou expansão de lojas; novas construções para moradia; abertura de bares e pequenos restaurantes de comida *self service*; crescimento da infraestrutura da UNILAB. De outro, a visibilidade que possuem é maior que em outras cidades brasileiras: por se tratar de um pequeno núcleo urbano no interior do Ceará, ver estudantes caminhando ao longo do dia, deslocando-se de casa até a Universidade, tomando a condução para realizar pequenos deslocamentos entre os campi e a residência é a regra. Nessa cidade, não é a invisibilidade que marca a presença estrangeira, mas a visibilidade.

É certo que alguns fatores têm provocado uma dinâmica difícil de ser captada pelo olhar menos atento. Em virtude do aumento do número de casos de violência, como furtos e assaltos a mão armada, os estudantes africanos têm reduzido suas sociabilidades nos horários que consideram mais perigosos, como o período noturno, tornando-se menos visíveis. São comuns relatos de estudantes que sofreram algum tipo de violência e tiveram seus pertences levados, como celulares, *lap tops*, carteiras, relógios e outros bens. Além disso, denúncias de racismo envolvendo *redencionistas* e estrangeiros têm sido relatadas de modo mais frequente pelos estudantes.

Usos estrangeiros da Cidade da Liberdade

Devido ao porte pequeno da cidade, o Campus da Liberdade se torna o principal “pedaço” africano. Em conversas informais com os estudantes, ouvi, por diversas vezes, que a Liberdade é o espaço preferido. As razões apontadas são muitas: é lá onde as várias nacionalidades se encontram, o que possibilita uma reconstrução e invenção de uma africanidade. Eles relatam que não sentem a necessidade de formular esse tipo de imagem em seus países de origem, o que só surge após a chegada ao Brasil, constituindo uma forma de apresentar-se pe-

rante o outro; outras sociabilidades são forjadas segundo a filiação étnica. É frequente encontrar estudantes *balantas*, a maior etnia de Guiné Bissau, dialogando em crioulo ou em sua língua étnica; no Campus, eles podem reviver suas formas de pertencimento com menores constrangimentos, utilizando-se de roupas e adereços típicos de suas sociedades tradicionais, longos olhares intimidadores dos *redencionistas*.

No Campus, as identidades africanas se manifestam de diversas maneiras: nos cânticos e danças tradicionais, por ocasião dos festejos e comemorações do Dia de África ou quando são celebradas as independências nacionais da ex-metrópole Portugal. Fora dessas datas, é comum encontrar atividades desenvolvidas por professores e técnicos administrativos envolvendo oficinas e projetos de extensão na Universidade ou em locais abertos na cidade. Sobressaem eventos em que se discute Estado e sociedade nos países lusófonos; identidades africanas em diáspora; nação e estado-nação; lutas de libertação e usos do cabelo crespo e do corpo como marcadores de identidades; além de atividades que buscam produzir conhecimento sobre o continente africano, como ocorre com o Seminário de Sociologia Africana.

Como foi dito na abertura deste artigo, a via aberta por Simmel (1983, p. 182), segundo a qual o estrangeiro é quem ainda possui a *liberdade de ir e vir* e que “[...] fixou-se em um grupo espacial particular, ou em um grupo cujos limites são semelhantes aos limites espaciais [...]”, pode agora ser mais bem explorada. Pode-se, então, perguntar como essa liberdade se inscreve na *topografia da liberdade*? Como liberdade e “limites espaciais” são conciliados? Que “táticas” são criadas para transformar “lugares” em “espaços praticados”? Como essa liberdade ressignifica uma cidade que comunica uma imagem alimentada de uma memória cujos fatos e acontecimentos tiveram origem numa primeira diáspora africana? Para efeito de organização dos usos estrangeiros da topografia da liberdade, classifiquemos da seguinte maneira: usos recreativos, usos artísticos, usos educacionais e

usos políticos. Não custa lembrar que, na realidade empírica, esses usos encontram-se misturados, sendo essa tipologia apenas uma possibilidade, dentre outras, de ordenação do real e de acentuação de traços recorrentes observados.

No que se refere aos usos recreativos, é comum avistar estudantes estrangeiros praticando futebol em campos da região ou realizando atividades físicas, como caminhadas pela Avenida da Abolição, no horário matinal e no período da tarde, quando a temperatura é mais amena. As caminhadas se aproximam do que Certeau (2003) denomina de “práticas do espaço”. Os “usos ocasionais” recreativos dos estrangeiros revelam dimensões importantes das apropriações de Redenção. Além da Avenida, a Praça da Liberdade e uma academia de musculação localizada no Campus da Liberdade parecem se conjugar na comunicação desse tipo de uso. Há uma peculiaridade de gênero e de origem nessa modalidade de uso: a presença maior de homens de Guiné Bissau e Cabo Verde.

Além das atividades físicas, as “festas africanas”, como as denominam os *redencionistas*, acontecem em casas de estudantes africanos anfitriões. A musicalidade africana e a presença das nacionalidades se misturam ao mesmo tempo em que se diferenciam, denotando um modo particular de viver a cidade. A denominação de “festa africana” não é totalmente compartilhada pelos estudantes estrangeiros, como me revelaram alunos de São Tomé e Príncipe, de Guiné e Angola. Há situações que ocorrem durante as festas que têm coagido os estudantes a criarem “táticas” que permitam que elas continuem a ocorrer, como a mudança do local de realização. Por diversas ocasiões, as festas são interrompidas devido às denúncias anônimas de que elas estariam perturbando a paz e o sossego. As batidas policiais são comuns, o que pode ocasionar a interrupção parcial da festa e alguns bate-bocas ou sua paralisação total.

Os usos recreativos reúnem outros tipos de apropriação da *topografia*. É o que se pode constatar quando se observa a realização coletiva de danças entre as várias nacionalidades

em praças abertas. Ao menos uma vez por mês, na Praça do Obelisco, realiza-se o “kizomba em Redenção”, dança típica de Angola que possibilita aos casais dançarem colado, o que gera olhares até certo ponto incriminadores dos nativos, carregados de julgamento moral, já que a dança é rica em sensualidade. Essas “táticas” não são tão silenciosas, já que ocorrem em local aberto e ao som das músicas africanas, se combinam com outras atividades e eventos menos perceptíveis aos julgamentos dos *redencionistas*. Nas moradias alugadas pelos estudantes, como na Pousada das Maracanãs, é fácil observar estudantes guineenses reunidos ouvindo músicas, ora brasileiras, ora tradicionais do seu país de origem, revelando uma sonoridade ímpar daquele espaço.

Já os usos artísticos imprimem cores, formas e estilos que jogam com a disciplina urbana de Redenção. A apropriação artística dos muros do Campus da Liberdade é feita para marcar uma zona africana: pichações artísticas demarcam frases, feições e expressões de uma africanidade imaginada. Essa “comunidade imaginada” (Anderson, 2008) se alimenta de alusões à África e aos traços que acreditam estar relacionados com o *ser* africano. Referências ao continente, às nacionalidades e à diversidade linguística surgem como variáveis simbólicas dos *usos estrangeiros da topografia da liberdade*. Nas datas de comemoração das independências, por exemplo, apresentações artísticas ocorrem no pátio principal do Campus. Predomina a diversidade rítmica e linguística, as cores, os modos de sentir-se guineense, cabo-verdiano, são-tomeense, angolano, moçambicano.

Em 2014, um grupo de estudantes africanos participou de oficinas de *hip hop* na Unilab, vindo depois a integrar atividades de extensão desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão como atividade permanente. Em 2015, o primeiro *CD* foi lançado, fruto das músicas produzidas pelos próprios estudantes. O *A.Se.Front – África Sem Fronteira* (2015) é o nome do grupo de *rap* formado por oito estudantes africanos, cujos membros são de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Mo-

çambique, Angola e São Tomé e Príncipe.

Fiel ao gênero musical, o grupo trata, em suas letras, da crítica social e da cidadania, além da questão das diferenças sociais, da integração, do preconceito e das experiências de deslocamento e diáspora. O grupo passou a se apresentar em atividades organizadas pela Universidade e em eventos realizados nas cidades do Maciço de Baturité. Com a visibilidade, o grupo já ultrapassou os limites da Unilab e da região, tendo sido convidado para *shows* de abertura dos Racionais, em Fortaleza, além de apresentações em todo o Estado do Ceará.

O álbum “Não Diga Não Vale a Pena” possui nove músicas. Algumas letras são exemplares das questões abordadas pelos estudantes. Na canção “Quem somos nós”, história e presença na “terra do outro” são discutidas em passagens como “Quem somos nós, não convém dizer agora/Olha pra nossa história”. No rap “Liberdade, igualdade e fraternidade”, é dito: “liberdade, igualdade e fraternidade / Foi assim que nós sonhamos desde a antiguidade / Humilhados, maltratados e escravizados / Nós sonhamos com um mundo sem crueldade / Quero ser livre, independente / Quero ver o sol brilhar como toda gente”. Já na música “Integração”, a solidariedade emerge como uma característica da lusofonia: “Somos todos irmãos / Vamos fazer integração / Não importa raça ou cor / Como nação somos irmãos de coração / Não importa se tu és de Timor ou Guiné / Angola, Moçambique, Cabo Verde ou São Tomé / Se falo português e o outro é brasileiro / A integração é o que nos une”. (*África Sem Fronteira*, 2015).

Quanto aos usos educacionais, o Campus da Liberdade é o *locus* principal, mas não o único. No Campus, salas de aula, corredores, biblioteca, restaurante universitário,¹¹ pátios, auditórios, dependências dos departamentos encarregados de

¹¹ No restaurante universitário, é comum observar os estudantes do BHU debatendo questões e teorias vistas em sala de aula. Considera-se esse um “uso ocasional” (Certeau, 2003) educacional de um espaço reservado a outro uso. Nesse espaço, a diversidade cultural se manifesta, entre outras coisas, nos diferentes pratos servidos nas refeições. Em algumas situações, são ofertados pratos típicos dos países africanos, tais como: o caldo de mancarra e o arroz pintado, de Guiné, e a *catchupa*, de Cabo Verde.

matrículas e outras atividades educacionais, sala dos professores e reitoria são espaços que comunicam ordem e disciplina, saber e poder (Foucault, 2004). Em sala de aula, a presença estrangeira emerge, por exemplo, no uso particular da língua portuguesa: os usos de São Tomé e Cabo Verde possui fonética mais próxima do português de Portugal; os de Guiné, Angola e Moçambique, combinam fonéticas das línguas oficiais, étnicas e maternas. Juntamente com o português regionais de alunos e professores brasileiros, uma polifonia ecoa. Ainda em sala de aula, temas, fatos e acontecimentos históricos relacionados às sociedades africanas são reinterpretados à luz das diásporas passadas e presentes.

Os usos educacionais se estendem às escolas da rede pública municipal de Redenção e do Maciço de Baturité, quando os alunos africanos realizam atividades de extensão ou são convidados para dar palestras sobre seus países de origem e de suas culturas para alunos do ensino fundamental. É nessas situações de ir e vir local em que os estudantes são confrontados com o preconceito e os estereótipos em relação à cor da pele,¹² ao cabelo, às vestimentas, além da desinformação sobre a diversidade cultural do continente africano. Por outro lado, alguns estudantes estrangeiros me revelaram que essa é a melhor oportunidade para combatê-los, uma vez que os estereótipos e preconceitos passam a ser mais reproduzidos por crianças em passagem para a adolescência.

Por fim, os usos políticos compreendem aqueles que comunicam dissenso por parte dos estrangeiros em relação à organização sociopolítica da cidade. Em fevereiro de 2015, cerca de cinquenta estudantes brasileiros e africanos do BHU ocuparam as dependências da Reitoria, no Campus da Liberdade, em forma de protesto contra mudanças nas regras de distribuição do auxílio estudantil. Na ocasião, o grupo de alunos reivindicou a reposição dos auxílios (moradia, instalação, transporte e alimentação) do

¹² Sobre a existência de casos de racismo contra os estudantes africanos em Redenção Cf. matéria do Jornal *O Povo*, “Na terra da liberdade, africanos lutam pela tolerância”, de 25 de março de 2015.

Programa de Assistência ao Estudante (PAES), que recebe recursos do programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Ministério da Educação (MEC). Após negociações, os estudantes deixaram as instalações. A Bolsa Permanência permite aos estrangeiros que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica realizarem gastos com materiais didáticos e complementar o ônus com moradia e alimentação. Todos os alunos contatados por mim recebem alguma ajuda de seus parentes, que remetem quantias em dinheiro aos estudantes no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propus-me a discutir os usos da cidade de Redenção. Atualmente, a cidade vê emergir uma nova etapa de um imaginário de cidade da liberdade. Esse imaginário compreende imagens e representações simbólicas que exaltam o pioneirismo histórico desse núcleo urbano do interior do estado do Ceará como o primeiro a libertar os escravizados em fins do século XIX. Esse simbolismo está presente por antigos e novos espaços espalhados pela cidade, constituindo o que denominei de topografia da liberdade. Entre os espaços antigos, praças, monumentos, ruas, edificações e objetos dão materialidade às imagens históricas mais compartilhadas pelos *redencionistas*. Do lado dos novos espaços, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é o marco da fase atual que reinscreve o imaginário urbano local.

A instalação da Unilab, em 2010, possibilitou a vinda de estudantes africanos que compõem os PALOP, gerando novos usos da *topografia*. Esses usos foram tipificados como: usos recreativos, usos artísticos, usos educacionais e usos políticos. Essas apropriações se aproximam do que Certeau (2003) denomina de “táticas”, um modo particular de usar a ordem imposta, que, no caso de Redenção, se alimenta de camadas de significados que rememoram uma primeira diáspora africana. A

diáspora atual, que traz estudantes estrangeiros a fim de realizar a formação em ensino superior em cidades brasileiras, tem produzido outras camadas sobre esse imaginário, que se manifestam em espaços, palavras e ações.

O modo como *redencionistas* e estrangeiros incorporam a nova diáspora no discurso de *cidade da liberdade*, reelaborando-a, revela ambiguidades e tensões acerca dos sentidos que a palavra *liberdade* assume para uns e outros. Para os primeiros, os novos africanos são descendentes dos *escravos*, beneficiários das vantagens que a cidade pode oferecer. A liberdade que possuem está inscrita no simbolismo arquitetônico que a cidade reitera. Para os estrangeiros, não há correspondência entre a atual diáspora e os sentidos de *liberdade* compartilhados pelos moradores. A liberdade dos estudantes reside na capacidade de *ir e vir* que a situação estrangeira possibilita, o que gera alterações ocasionais dos usos esperados dos espaços urbanos da *topografia da liberdade*.

Recebido para publicação em 09 de maio de 2016
Aceito em 12 de dezembro de 2016

REFERÊNCIAS

- AFRICA SEM FRONTEIRA. *Não diga não vale à pena*. Brasília: Hijo Melo, 2015. 1 Cd.
- ABRANTES, Suzana. O ensino superior em Redenção (CE), Brasil: comentários sobre um arquivo pessoal. In: *O Público e O privado*. Uece, Fortaleza, ano 12, n.23, p. 135-144, jan./jun. 2014.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 2001. p. 67-82.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 14 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 9 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- DEPAULE, Jean-Charles; TOPOLOV, Christian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.
- TRAJANO FILHO, Wilson. Estudos africanos: as experiências com a interdisciplinaridade. In: *O Público e O privado*. Uece, Fortaleza, ano 12, n.23, p. 21-38, jan./jun. 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
- FREITAG, Barbara. *A cidade dos homens*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Lusofrobrasileira (UNILAB). *Rev. Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 24, 2013.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Intelectuais negros: migração e formação entre conflitos e tensões. In: *O Público e O privado*. Uece, Fortaleza, ano 12, n.23, p. 39-54, jan./jun. 2014.
- _____. "Na terra do outro": presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje. In: *Dimensões*, [S.l.], v. 26, p. 191-204, 2011.
- HELENO, Maurício Gurjão Bezerra. O lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) na política externa do governo Lula (2003-2010). In: *O Público e O privado*. Uece, Fortaleza, ano 12, n.23, p. 109-128, jan./jun. 2014.
- LANGA, Ercílio Neves. Diáspora africana no Ceará: representações sobre as festas e as interações afetivo-sexuais de estudantes africano(a)s em Fortaleza. In: *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, Portugal, v. 2, n.1, p. 102-122, 2014.
- LEITE, Rogério Proença de Sousa. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas-SP: [s.n.], 2001.
- LIMA, Marquinhos. *Redenção*. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zSfH-z4qNiY>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.
- MOURÃO, Danielle Ellery. *Identidades em trânsito: África 'na Pasajen': identidades e nacionalidades Guineenses e Cabo-verdianas*. Campinas: Arte Escrita, 2009.
- MUNGOI, Dulce Maria. *Ressignificando identidades: um estudo antropológico sobre experiências migratórias dos estudantes africanos no Brasil*. In: *Revista Intern. Mob. Hum.* Brasília, ano XX, n. 38, p. 125-139, jan./jun. 2012.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: *Projeto História*, São Paulo, dez. 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- SANTOS, Ribeiro. *Redenção, terra da libertação*. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P8xgNYULiyA>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- SILVA, Kelly; MORAIS, Sara Santos. Tendências e tensões de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras. In: *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n.1, p. 163-182, jan./abr. 2012.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: _____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.182-188. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- SOUZA, Luzienne. *Redenção, que liberdade é essa? O Estado*, Fortaleza, 17 mar. 2014. Cotidiano, p.2.
- TRAJANO FILHO, Wilson. Crioulo, crioulação. In: FURTADO, Cláudio; SANSONE, Lívio (Org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 75-90.
- UNILAB. *Diretrizes Gerais*. Brasília, 2010.

USES OF A CITY OF LIBERTY: african students in the city of Redenção

Wellington Maciel

This study analyzes the presence of foreigner students in the city of Redenção, state of Ceará, Brazil. The objective of this study is to understand the resignifications that Guineans produce of the urban space. This study aims to dialogue with researches made about the ongoing African diaspora in Brazil. In these studies, the emphasis in national identities recreated by dislocated individuals is highlighted. However, it is observed an under valorization of the spatial conditions when interpreting the location of these individuals in the “land of the other”. We argue that the *foreign uses* occur at a moment when Redenção experiments the growth of an *imaginary of a city of liberty* because it was the first urban nucleus to free slaves at the end of the nineteenth century. After the installation of the University for International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony in 2010, the new spatial milestone of this *topography of liberty*, the city began to appropriate symbols that compound a mosaic of contrasting historical temporalities.

KEYWORDS: Foreigners. Urban language. Social Imaginary. Contemporary diasporas. Urban space..

LES USAGES D'UNE VILLE DE LA LIBERTE : des étudiants africains à Redenção

Wellington Maciel

Ce travail consiste en l'analyse de la présence d'étudiants étrangers dans la ville de Redenção située dans l'état du Ceara au Brésil. L'objectif de la recherche est de comprendre les resignifications de l'espace urbain produites par les Guinéens. Cette étude essaie d'établir un dialogue avec les recherches concernant l'actuelle diaspora africaine au Brésil dans lesquelles ressortent les identités nationales recréées par des sujets déplacés. On observe cependant une sous-valorisation des éléments conditionnants spatiaux lorsqu'on interprète la localisation de ces sujets sur le “territoire de l'autre”. L'argumentation est que les *usages étrangers* se passent au moment où Redenção assiste à l'apparition d'un *imaginaire de ville de la liberté* étant donné qu'il s'agit du premier noyau urbain qui a libéré les esclaves à la fin du dix-neuvième siècle. Après l'installation de l'Université pour l'Intégration Internationale de la Lusophonie Afro-brésilienne en 2010, nouveau repère spatial de cette *topographie de la liberté*, la ville s'est appropriée de symboles qui composent une mosaïque de temporalités historiques et de contrastes.

MOTS-CLÉS: Etrangers. Langage urbain. Imaginaire social. Diasporas contemporaines. Espace urbain.

09	WORK: new and old contexts - INTRODUCTION Iracema B. Guimarães
13	IN THE WINGS OF THE CAPITAL: EMBRAER, financialization and implications about the workers Lívia de Cássia Godoi Moraes
33	THE QUALIFIED-SPECIALIZED FACE OF IMMIGRANT LABOR IN BRAZIL: temporality and flexibility Patrícia Villen
51	THE WORK IN THE CLOTHING INDUSTRY IN SÃO PAULO: the new forms of precariousness Marcia de Paula Leite, Sandra Roberta Alves Silva, Pilar Carvalho Guimarães
69	RECUPERATED FACTORIES BY WORKERS: the dilemmas of collective management of work Aline Suelen Pires, Jacob Carlos Lima
89	ABOUT THE DIVERSITY OF FORMATS AND SOCIAL ACTORS IN THE FIELD OF SOLIDARITY ECONOMY Marília Verissimo Veronese, Luiz Inácio Gaiger, Adriane Vieira Ferrarini
105	DEATH FROM OVERWORK Cândida da Costa
121	REVISITING THE EFFECTS OF PLACE: segregation and access to labor market in a Brazilian metropolis Ângela Borges, Inaiá Carvalho
137	POLICY OF WELFARE IN NEOLIBERAL CONTEXTS: tensions of the Chilean model María Pía Martin, Jaime Alfaro
157	WHAT DO PROPERTY OCCUPATIONS IN CENTRAL AREAS MEAN? Thiago Aparecido Trindade
175	BUSINESS RITES IN THE RELATION WITH RURAL COMMUNITIES IN THE AMAZON REGION OF MARANHÃO Raifran Abidimar de Castro, Edna Castro
189	USES OF A CITY OF LIBERTY: african students in the city of redenção Wellington Maciel
203	TABLE OF CONTENTS
204	TABLE DES MATIÈRES

09	TRAVAIL: contextes nouveaux et anciens - INTRODUCTION Iracema B. Guimarães
13	SUR LES AILES DU CAPITAL: EMBRAER, financiarisation et implications sur les travailleurs Livia de Cássia Godoi Moraes
33	LA FACE QUALIFIEE-SPECIALISEE DU TRAVAIL IMMIGRANT AU BRESIL: temporalité et flexibilité Patrícia Villen
51	LE TRAVAIL DANS LA CONFECTION A SAO PAULO: les nouvelles formes de la précarité Marcia de Paula Leite, Sandra Roberta Alves Silva, Pilar Carvalho Guimarães
69	FABRIQUES RECUPEREES PAR LES TRAVAILLEURS: les dilemmes de la gestion collective du travail Aline Suelen Pires, Jacob Carlos Lima
89	A PROPOS DE LA DIVERSITE DES FORMATS ET DES ACTEURS SOCIAUX DANS LE DOMPAIN DE L'ECONOMIE SOLIDAIRE Marilia Verissimo Veronese, Luiz Inácio Gaiger, Adriane Vieira Ferrarini
105	LA MORT PAR EPUISEMENT AU TRAVAIL Cândida da Costa
121	REVISITER LES EFFETS DE LIEU: ségrégation et accès au marché du travail dans une métropole brésilienne Ângela Borges, Inaiá Carvalho
137	POLITIQUES DE BIEN-ÊTRE DANS DES CONTEXTES NÉOLIBÉRAUX: les tensions du modèle chilien María Pía Martin, Jaime Alfaro
157	QUELLE EST LA SIGNIFICATION DES OCCUPATIONS D'IMMEUBLES DANS DES ZONES CENTRALES? Thiago Aparecido Trindade
175	LES RITES DES ENTREPRISES DANS LEUR RELATION AVEC LES COMMUNAUTES RURALES DE L'AMAZONIE DU MARANHÃO Raifran Abidimar de Castro, Edna Castro
189	LES USAGES D'UNE VILLE DE LA LIBERTE: des étudiants africains à Redenção Wellington Maciel
203	TABLE OF CONTENTS
204	TABLE DES MATIÈRES

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA

O CADERNO CRH – revista quadrimestral de Ciências Sociais, aceita a colaboração livre de textos inéditos, de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das ciências sociais, na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas. Cada número contém um dossiê temático sobre tema específico organizado a partir de autores convidados, de reconhecida experiência acadêmica, e que represente contribuição original ao debate, os quais são igualmente submetidos ao processo de revisão pelos pares.

Em ambos os casos é imprescindível que os trabalhos sejam enviados para os editores em sua forma final, apresentem consistência teórica, coerência quanto às fundamentações e alguma originalidade. Informações técnicas devem ser evitadas no corpo do texto e se limitarem ao fundamental. Os artigos não devem ser submetidos simultaneamente pelo autor a mais de um periódico nacional.

A publicação dos textos está condicionada a pareceres do Conselho de Redação e Editorial, garantindo o anonimato de autores e avaliadores. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores. Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois que os trabalhos forem entregues para composição final.

NATUREZA DOS ARTIGOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A revista aceita os seguintes tipos de contribuições:

DOSSIÊ TEMÁTICO - o editor convidado (organizador do dossiê) solicita aos autores que encaminhem artigos originais relativos à temática previamente decidida, conforme o planejamento da revista, deliberando sobre a sua publicação com base em pareceres. A Editora faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da revista.

ARTIGOS DE DEMANDA LIVRE - Os textos passam inicialmente por uma conferência preliminar relativa às normas exigidas para publicação (o não cumprimento das orientações implicará na interrupção desse processo), sendo remetidos ao Conselho de Redação, que analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial, deliberando sobre encaminhamentos. Posteriormente seguem para avaliação de pareceristas, garantindo anonimato de autores e consultores.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela Editora, mas essas serão previamente acordada com os autores. A revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores após iniciado o processo de composição final.

RESENHAS - podem se originar tanto de demanda livre como por convite, garantindo o fluxo da programação. O Conselho Editorial e o editor de resenhas decidem quanto à publicação, levando em conta temática, atualidade, qualidade e boa redação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou do Conselho de Redação às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final será indicado em que número será publicado. Os autores receberão dois exemplares do número após publicado.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesse** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesse relativos ao texto em análise.

O CADERNO CRH reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, permitindo, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

- Os textos deverão ter em torno de 30 páginas em espaço duplo, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados completos e revisados pelo autor através do site www.cadernocrh.ufba.br ou pelo email revcrh@ufba.br, em Word (fonte Times New Roman, corpo 12). No caso das resenhas os textos devem ter, no máximo, 06 páginas. O dossiê deverá ficar em torno de 180 páginas.
- A **página inicial** (em separado) deve indicar: *título* do artigo (até 70 caracteres); *nome do (s) autor(es)*; *resumo*, *abstract* e *resumé* do artigo (até 150 palavras) e cinco *palavras-chave*. O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões do texto. Todos os autores devem ser identificados com endereço institucional e residencial completo, telefones, *email* e sinopse curricular (dados sobre formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras).
- Os textos devem ter no máximo três níveis de **intertítulos**, assim hierarquizados: 1º **INTERTÍTULO - MAIÚSCULAS** em negrito; 2º **Intertítulo** - apenas as **Iniciais Maiúsculas** e em negrito; 3º *Intertítulo* – apenas *Iniciais em Maiúscula* e tipo itálico.

- As **notas** são substantivas e não bibliográficas e dizem respeito a informações e/ou comentários complementares. Não devem ultrapassar cinco linhas.
- As **citações textuais** devem aparecer “entre aspas” e não se utilizará nem **negrito** nem *itálico* para este fim.
- **Uso de itálicas** - as itálicas devem ser usadas para ressaltar conceitos que se constituem em idéias-força que o autor quer destacar. Em nenhum caso deverá usar-se **negrito** ou sublinhado para este fim. As itálicas se aplicam também a todo *termo estrangeiro* que o autor utiliza no texto.
- Os **números cardinais** que se referem a enumerações se escrevem em letras, excetuando-se datas, anos de idade, tabelas e gráficos, volumes ou páginas; quando estão seguidos de unidades de medida; e quando correspondem a porcentagens. Nenhum parágrafo deve começar por um número escrito em cifras.
- **Gráficos e tabelas** devem ser enviados separados do arquivo do texto, numa versão em preto e branco e dentro da mancha da revista, indicando o lugar de sua inclusão no texto.
- As **citações bibliográficas** devem obedecer às normas da ABNT – NBR 10520, incluindo-as no texto. Ex. (Martins, 1986) Quando aparecem entre aspas deve-se acrescentar o número da página Ex.: (Martins, 1986, p. 95). Vários documentos de um mesmo autor com datas iguais devem ser distinguidos mediante acréscimo de letras minúsculas em ordem alfabética. (Ex.: Martins, 1986a) (Martins, 1996b). A referência a idéias de um autor (es) no texto, sem sua transcrição, segue o exemplo. Ex.: (Cf. Martins, 1986). Antes de enviar o texto o autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.
- As **referências bibliográficas** ao final do artigo seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor (maiúscula), nome, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data da publicação, página e/ou volume, obedecendo às normas da ABNT, conforme exemplos abaixo:

LIVRO

EDER, K. *A nova política de classes*. São Paulo: EDUSC, 2002. 362p.

LIVRO DE VÁRIOS AUTORES

DONIOL-SHAW, G. et al. *Les plans d'égalité professionnelle: Étude/Bilan, 1983-1988*. Paris: La Documentation Française, 1989.

CAPÍTULO DE LIVRO

DINIZ, E. De Sarney a Collor: as metamorfoses da agenda pública. In: _____. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 113-138.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social. In: _____ (Org.) *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*.

Los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 85-126. (Colección grupos de trabajo).

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR EM CONJUNTO COM OUTRO

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M; _____. (Orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC Editora. 2003. p. 15-20.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA POR OUTRO AUTOR

SILVA, Léa da. Somos todos iguais? In: LOVELL, P. (Org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.161-170.

ARTIGO EM REVISTA

HIRSCH, J. Políticas Ambientais Globais. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 14, n.35, p.107-122, jul./dez. 2001.

TESE ACADÊMICA

JESUS, S.C.S. *A crise do 'habitus' fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil*. 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

OBRAS CONSULTADAS POR MEIO ELETRÔNICO

BOYER, R. Existe una crisis del Estado de bienestar? Estudio comparativo de la política social de Francia. In: OIT. Organización Internacional del Trabajo. 2002. Disponível em <http://www.ilo.com/ses>. Acesso em: 01.11.2003

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

SANTOS, MILTON. INOVAÇÃO METROPOLITANA E ECONOMIA SEGMENTADA. IN: SEMINÁRIO METROPOLITANIZAÇÃO E SEDE URBANA- PERSPECTIVA DOS ANOS 90. RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: IPPUR/CNPQ. 1990.

SEGUNDA OCORRÊNCIA DO MESMO AUTOR

GOFFMAN, E. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Educational Publishing. 1961.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1983.

INDICAÇÃO DE EDIÇÃO ORIGINAL A OBRA (quando necessário)

No corpo do texto: (Durkheim, [1895] 1989).

Observação: A data entre colchete indica o ano de publicação original da obra. Ela só é indicada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes registra-se apenas a data da edição consultada pelo autor. Ex.: (Durkheim, 1989) (N.E.)

Nas referências bibliográficas:

Durkheim, Émile. *A divisão do trabalho social*. 1ª edição [1895]. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1989.

OBRA EM OUTRO IDIOMA

Não traduzir dados de referência, cf. GOFFMAN (1961) no exemplo acima.

Caderno

CRH

EDITOR CIENTÍFICO: Elsa Sousa Kraychete

COEDITOR CIENTÍFICO: Cristiana Mercuri

EDITOR RESENHA: Graça Druck, Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE: Dadá Marques

SECRETARIA EXECUTIVA: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

CONSELHO DE REDAÇÃO: Anete Brito Leal Ivo, Elsa Kraychete,
Graça Druck, Guaraci Adeodato A. de Souza, Inaiá M. M. de
Carvalho, Iracema Guimarães, Jair Batista da Silva

ASSINATURA

NACIONAL R\$ 50,00 ()

INTERNACIONAL US\$ 50 ()

Número(s) Avulso(s) (): ____/____/____/____/____/____/____/____

Formas de pagamentos:

a) Cheque nominal à UFBA/CRH ()

b) Boleto Banco do Brasil (GRU) - solicitar através de e-mail
ou telefone: (071) 3283-5857 / 3283-5856

Após preenchimento enviar via fax para (71) 3283-5856, juntamente com o comprovante de pagamento (GRU), ou via correio, com cheque anexado.

Nome: _____

Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

End. para remessa: () residencial () comercial:

Rua: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

País: _____ CEP: _____ Tel: () _____ Fax: () _____

Celular: _____ E-mail: _____

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA

Editoria “Caderno CRH”

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação

40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil

Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851

www.scielo.br/ccrh www.cadernocrh.ufba.br revcrh@ufba.br



TABELA DE PREÇOS

Caderno Nº	TÍTULOS DISPONÍVEIS	Valor em R\$
45 set./dez.2005	Urbanidade Contemporânea (Org. Dossiê - Inaiá M ^a Moreira de Carvalho)	
46 jan./abr.2006	Novos Espaços Industriais e Desenvolvimento Regional (Org. Dossiê - José Ricardo Ramalho)	
47 maio/ago.2006	Violência, Criminalidade e Justiça (Org. Dossiê - Eduardo Paes-Machado)	
49 jan./abr.2007	Desigualdades Sociais e Educação (Org. Dossiê - Ma. Ligia de O. Barbosa)	
50 maio/ago.2007	Regimes de Bem-Estar e Pobreza (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	
51 set./dez.2007	Globalização e Trabalho (Org. Dossiê - Paola Cappellin, Chistian Azaís)	
52 jan./abr.2008	Representação Política no Brasil (Org. Dossiê - Adrian G. Lavalle, Cícero Araujo]	
53 maio/ago.2008	América Latina no Século XXI (Org. Dossiê - Heriberto Cairo)	
55 jan./abr.2009	Finanças, Política e Território (Org. Dossiê - Leila Christina Dias)	
57 set./dez.2009	Povos Indígenas do Brasil (Org. Dossiê - Heloisa Pagliaro)	
58 jan./abr.2010	A Periferia em Debate (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	
59 maio/ago.2010	Metrópole (Org. Dossiê - Inaiá M ^a Moreira de Carvalho)	
60 set./dez. 2010	Policiamento e Polícia (Org. Dossiê - Eduardo Paes-Machado, Jacqueline de O. Muniz)	
61 jan./abr.2011	Corpos, Lugares e Coisas (Org. Dossiê - Elena Calvo González, Iara Ma. de A. Souza, Paulo C. Alves)	
SPE 01 2011	Trabalho, Precarização e Resistências (Org. Dossiê - Graça Druck, Tânia Franco)	
62 maio/ago. 2011	Teoria Crítica (Org. Dossiê - Luiz Repa, Ricardo Terra)	
63 set./dez. 2011	Conhecimento e Inovação (Org. Dossiê - Sonia K. Guimarães)	
64 jan./abr. 2012	Amazônia (Org. Dossiê - Edna Castro)	
65 maio/ago. 2012	Desenvolvimento e Cooperação Internacional (Org. Dossiê - Elsa Sousa Krachete)	
SPE 02 2012	Conhecimento e Ação (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	
66 set./dez. 2012	Sociologia Econômica (Org. Dossiê - Marcelo Sampaio, Cristiano Fonseca Monteiro)	
67 jan./abr. 2013	Estágio Último da Crise: dimensões (Org. Dossiê - Jorge Nóvoa)	
68 maio/ago. 2013	Trabalho e Desenvolvimento: um debate atual? (Org. Dossiê - José Ricardo Ramalho, Roberto Vêras de Oliveira)	
69 set./dez. 2013	Ciência e Religião (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	
70 jan./abr. 2014	Trabalho Imaterial (Org. Dossiê - Henrique Amorim)	
71 maio/ago. 2014	Habitação e Aluguel Social no Brasil (Org. Dossiê - Nelson Baltrusis, Laila Nazem Mourad)	
72 set./dez. 2014	As Políticas Sociais Brasileiras (Org. Dossiê - Isabel P. H. Georges, Cibele S. Rizek, Marco Ceballos)	
73 jan./abr. 2015	Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos (Org. Dossiê - Breno Bringel, Christian Lynch, Marcos Chor Maio)	
74 maio/ago. 2015	Democratização do ensino superior? (Org. Dossiê - Maria Ligia de Oliveira Barbosa)	
75 set./dez. 2015	Para onde foram os sindicatos? (Org. Dossiê - Marco Aurélio Santana)	
SPE 03 2016	Brasil na América do Sul: cooperação, democracia e desenvolvimento (Org. Dossiê - Denise Vitale)	
76 jan./abr. 2016	A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África (Org. Dossiê - Enara Echart Muñoz]	
77 maio/ago. 2016	Ambiente e desenvolvimento (Org. Dossiê - Rodrigo Salles Pereira dos Santos, Neide Esterç]	
78 set./dez. 2016	Sociologia da cultura contemporânea (Org. Dossiê - Edson Farias, Elder Maia Alves)	